

Maria Cristina Nunes Ferreira Neto

**MEMÓRIA, POLÍTICA E NEGÓCIOS: A TRAJETÓRIA
DE THEOPHILO BENEDICTO OTTONI.**

Tese de Doutorado apresentada ao
Departamento de História do Instituto de
Filosofia e Ciências Humanas da
Universidade Estadual de Campinas sob a
orientação da Prof.^a Dr.^a Izabel Andrade
Marson,

Este exemplar corresponde à
redação final da tese defendida e
aprovada pela comissão julgadora
em 10/08/02

Banca examinadora:

Prof.^a Dr.^a Izabel Andrade Marson (orientadora)

Prof.^a Dr.^a Maria Stella Martins Bresciani

Prof.^a Dr.^a Christina da S. Roquette Lopreato

Prof.^a Dr.^a Iara L. S. Carvalho Souza

Prof. Dr. Fernando Antonio Lourenço

Prof.^a Dr.^a Cecília H. Lorenzini de S. Oliveira (suplente)

Prof.^a Dr.^a Silvia Hunold Lara (suplente)

AGOSTO – 2002

UNIDADE 88
Nº CHAMADA T/UNICAMP
F413m
V _____ EX _____
TOMBO BCI 50694
PROC 16.837/02
C _____ DX _____
PREÇO R\$ 11,00
DATA 10/09/02
Nº CPD _____

CM00173391-3

BIB ID 257413

**FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA PELA
BIBLIOTECA DO IFCH - UNICAMP**

F413m Ferreira Neto, Maria Cristina Nunes
Memória, política e negócios: a trajetória de Theophilo
Benedicto Ottoni / Maria Cristina Nunes Ferreira Neto. - -
Campinas, SP : [s. n.], 2002.

Orientador: Izabel Andrade Marson.
Tese (doutorado) - Universidade Estadual de Campinas,
Instituto de Filosofia e Ciências Humanas.

1. Ottoni, Teófilo, 1807-1869. 2. Liberalismo. 3. Escravidão.
4. Memória. 5. Brasil – Política e governo. 6. Brasil – História –
Império, 1822-1889. I. Marson, Izabel Andrade. II. Universidade
Estadual de Campinas. Instituto de Filosofia e Ciências Humanas.
III. Título.

RESUMO

Esta tese analisa a carta/documento – *Circular* – de Theophilo Benedicto Ottoni aos eleitores mineiros em 1860, na qual, valendo-se de vários silêncios e privilegiando a dimensão política, construiu uma trajetória pautada pela coerência e, ao mesmo tempo, a imagem de si que queria deixar registrada na história. O estudo, utilizando fontes primárias e algumas biografias do político liberal, refaz este percurso demonstrando as sutis armadilhas que o gênero autobiográfico carrega e as suas problemáticas como fonte histórica: os esquecimentos, as lacunas e as contradições. Desta forma, revela uma outra dimensão desta trajetória que não foi valorizada na autobiografia: a sua atuação como empresário no projeto de navegação, comércio e colonização que implementou na região do Mucuri (nordeste da província de Minas Gerais), entre os anos de 1847 e 1860, a qual desvelou os vínculos existentes entre política e negócios como uma prática do liberalismo.

ABSTRAT

This thesis analyzes the document (a general letter) from Theophilo Benedicto Ottoni to the voters of Minas Gerais State in 1860, in which, within the benefits of silence and privileging the political dimension, he built a coherence based path and, at the same time, his own image that he wanted to be registered in history. The study, using primary sources and some biographies of the liberal politician, it remakes this path demonstrating the subtle traps that the autobiographical gender carries and its problems as a historical source: the forgetfulness, the gaps and the contradictions. In this way, it reveals another dimension of this path that was not recognized in the autobiography: his performance as an entrepreneur in the navigation, trade and colonization project that he implemented in the area of Mucuri (northeast of the province of Minas Gerais), form 1847 to 1860, in which showed the existent links between politics and businesses as a liberalism practice.

2022/12/463

Para meus pais

Jeovah e Mena

Para
Yusley, Júnior, Gustavo
e Henrique

AGRADECIMENTOS

Este é o momento que todos aqueles que se dedicam por vários anos a uma pesquisa, desejam ver chegar. Confesso minha satisfação em estar concluindo este trabalho, mas, ao mesmo tempo, sinto uma estranha sensação de que não gostaria que este momento tivesse chegado, pois ora sinto que deixei muitas “coisas inacabadas”, ora encontro-me triste, como se estivesse separando-me de um tempo e de pessoas que foram muito importantes para mim nesta trajetória.

Portanto, quero demonstrar os meus agradecimentos a todos que tanto cooperaram para que esta tese fosse concluída. À professora Izabel, desejo externar minha satisfação e gratidão em tê-la como orientadora. Admiro sua competência e agradeço-lhe a dedicação e a paciência por ter suportado minhas dificuldades e inseguranças. Com toda certeza, professora, você sempre será um ponto de referência na minha busca e tentativa de historiadora de “construir” uma história que “compreende e faz compreender”. Às professoras, Christina Lopreato – companheira já de outras jornadas - e Stella Bresciani, os meus agradecimentos não só pelas observações, críticas e sugestões no momento da qualificação, mas por todos os conhecimentos e convivência agradável em sala de aula e reuniões de estudo. A todos os professores das disciplinas que cursei, em especial a Vavy Pacheco e Ítalo Tronca, quero agradecer as trocas de idéias, as sugestões e os incentivos, tão importantes para podermos levar avante a pesquisa.

Não poderia deixar de agradecer àquelas pessoas desconhecidas que acabam tornando-se amigas quando estamos vasculhando arquivos e bibliotecas. Dentre estes, destaco os atendentes do Arquivo Público Mineiro de Belo Horizonte que além de prestativos, dispensaram-me, durante os vários dias que ali pesquisei, muita gentileza. O mesmo atendimento encontrei no Arquivo Edgar Leuenroth da Unicamp e, também, no Arquivo da Biblioteca da Funrei em São João Del Rei. Receptividade que, infelizmente, não encontrei na Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro. Aproveito, ainda, para agradecer à Câmara dos Deputados que respondendo minha solicitação, enviou-me cópias dos discursos parlamentares de Theophilo B. Ottoni.

Para a viagem de pesquisa ao Rio de Janeiro, contei com a ajuda financeira da Secretaria de Pesquisa da Pós-Graduação – UNICAMP/IFCH – auxílio que foi muito importante para a viabilidade de coleta da documentação que subsidiou esta tese. Ainda neste sentido, quero agradecer ao CNPq que concedeu-me a bolsa de doutorado, sem a qual, certamente, não poderia estar apresentando este trabalho.

Devo aqui, também, expressar minha gratidão, entre outros tantos amigos, ao Célio, Júnia, Marina, Marilda, Heladir e Fábio que em nossas conversas compartilharam comigo as mesmas angústias e alegrias do trabalho de pesquisa. Aos “mineiros” Sérgio e Ruth que tão bem acolheram-me em Belo Horizonte e Ouro Preto e, de certa forma, ajudaram-me a entender um pouco mais a história de Minas Gerais.

Por último, o meu agradecimento especial ao companheiro de todas as horas, que dividiu comigo as alegrias e as frustrações deste percurso: o meu esposo Yusley. Ao Júnior, Gustavo e Henrique, obrigado pela força e compreensão. Vocês foram o meu porto seguro!

SUMÁRIO

Introdução	01
------------------	----

I CAPÍTULO

Theophilo Ottoni: autobiografia e exemplaridade.	22
1- Do “verdor dos anos” à formação do “patriota liberal”.	28
2- O percurso do “revolucionário liberal”.	34
3- De “revolucionário” a “pacificador”.	40
4- “Abstenção política” e a empresa do Mucuri.	50
5- De homem de negócios a político reformista: o “retorno” à política.	54

II CAPÍTULO

Usos da “Circular” : os biógrafos e as imagens dissonantes de um personagem.....	61
1- O “monarquista parlamentar” ..	63
2- O “precursor da república”.	
2.1- A memória familiar: “o exemplo”.	66
2.2- A memória dos conterrâneos: “o empreendedor”.	78
3- O “republicano democrata”.	87
4- O “republicano disfarçado” e “falso liberal”: o anti-herói e suas contradições.	94
4.1- Um debate com Theophilo Ottoni e sua Circular.	98
4.2- O “agitador” e o “especulador”.	100

III CAPÍTULO

A Circular de 1860: mediações entre o passado e presente.

1- Origens de uma querela pública e da confecção da “Circular”.	107
----------------------------------------------------------------------	-----

2- A “tempestade encomendada”: o relato de viagem do Dr. Lallemant.	120
3- 1860: O desdobramento do “caso Mucuri”.	141

IV CAPÍTULO

Política e Negócios: o projeto de colonização de Theophilo Ottoni.

1- “Abstinência política e negócios.	152
2- Liberalismo e empreendimentos.	161
3- Theophilo Ottoni e a “conciliação”.	167
4- O projeto da Companhia do Mucuri.	169
4.1- A criação e a incorporação da empresa (1846-1852).	176
4.2- O Gabinete Paraná e as empresas privadas (1853).	188

V CAPÍTULO

Liberalismo e Civilização: a questão do trabalho na experiência da Companhia do Mucuri.

1- A Colonização no vale do Mucuri.	199
2- Trabalho e Civilização: índios, escravos e homens livres pobres.	207
3- Projetos Imperiais de Colonização e Imigração nos anos de 1840-1850.	224
4- Imigração européia, trabalho e prosperidade.	230
5- Dimensões políticas do sucesso e do fracasso da Companhia do Mucuri.	239
Conclusão.	255
Anexos.	270
Fontes e Bibliografia.	273

Memória, Política e Negócios: A Trajetória de
Theophilo Benedicto Ottoni



(1807 -1869)

Litogravura de S. A. Sisson

INTRODUÇÃO

Em 19 de setembro de 1860 Teófilo Benedito Ottoni, tentando eleger-se deputado, dirigiu aos eleitores mineiros uma carta - “*Circular*”¹ - na qual procurou elucidar seu programa político, caso viesse ocupar a vaga disponível na Câmara de Deputados pela província de Minas. Para isso, o candidato não optou apenas por enumerar e descrever suas propostas, mas preferiu construir uma narrativa minuciosa de sua trajetória política para mostrar a lisura, a coerência e o compromisso de suas ações com idéias liberais e progressistas. O candidato declarou seus interesses já no início da narrativa:

Revelar-me-hei, pois, se vou falar de mim mais amplamente do que é de estylo em taes occasiões...ousarei pôr diante dos vossos olhos o meu modesto passado. Ao menos poderei provar-vos que desde os mais tenros annos tenho sido constante servidor da liberdade e do governo constitucional.²

Desvelou-lhes seu passado comprometido com a liberdade desde o “*verdor dos annos*” até 1860, quando retornava à arena política o incansável e “impossível” Ottoni dos anos 30 e 40. Ressentido, considerou também que, apesar de ter construído uma irrepreensível reputação política como deputado provincial (1835) e geral (1838 e 1845), fora duas vezes eleito para o Senado (1859 e 1860), mas impedido pelo Imperador de ocupar o cargo. Nessa *Circular*, o candidato tentou mostrar que seus ideais liberais permaneciam os mesmos desde a juventude e que já os expressara no jornal *A Sentinella do Serro* em 1831.

¹ OTTONI, T. B. *Circular dedicada aos srs, eleitores de senadores pela província de Minas Geraes no quadriennio actual e especialmente dirigida aos srs. Eleitores de deputados pelo 2º districto eleitoral da mesma província para a próxima legislatura pelo ex-deputado Theophilo Benedicto Ottoni*. Rio de Janeiro, *Correio Mercantil*, 1860. (doravante citada como **Circular**)

² A **Circular** foi reeditada em 1916 pela Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro do Rio de Janeiro em 1916 e prefaciada por Basílio Magalhães, que justificou a decisão da revista em publicar obra tão importante. Apresentou-a como um exemplo de civilidade a ser seguido e um documento precioso para o estudo da história do Império, porque nele acreditava o historiador, abrigava muitas idéias realizadas pelo novo regime (a República). (OTTONI, T. B. *Circular dedicada aos srs, eleitores de senadores pela província de Minas Geraes*. 2ª ed. **Revista do I.H.G.B.** Tomo LXXVIII (2ª. Parte). Rio de Janeiro, Imprensa Nacional, 1916).

Pretendendo informar aos leitores, o texto construiu, ao mesmo tempo, sua memória individual e, através dela, a história do Império. Dessa maneira, criou uma auto-imagem sem contradições e, também, revelou os episódios marcantes da história do Império (o 7 de Abril, a Abdicação, a Revolução de 42, a Maioridade, o Ato Adicional entre outros). Mas, também, Ottoni, nesse trabalho de organização e reinterpretação do passado, foi elegendo os episódios que naquele momento (1860) eram mais significativos e convenientes de serem recordados no sentido de fazer a crítica ao Poder Moderador, instrumento agilizado pelo Imperador para impedi-lo de assumir o lugar no Senado, lugar que lhe fora delegado pelos eleitores mineiros. Nesse sentido, fez da rememoração de sua coerência no passado e da denúncia das ilegalidades perpetuadas pelo Poder Moderador argumentos fiadores de uma promessa de futuro.

Ottoni rememorou sua trajetória sem contradições visando criar uma imagem de continuidade em seu enfrentamento com o “governo pessoal” do Imperador, contra a vitaliciedade do Senado, a política do “beija-mão”, e na defesa da Constituição, do sistema representativo e da luta para estabelecer o “governo do povo”. Porém, se contrapusermos seu desempenho no passado (1830-1850) com sua postura no presente (1860, quando escreve a *Circular*), uma primeira contradição ressalta: o político que outrora convocava os conterrâneos a pegar em armas “*para deitar por terra a tirania*”, em 1860 se autocriticava, reconhecendo a imprudência do movimento de 1842 e as consequências negativas para o Partido Liberal. Sua proposta em 1860, era bem outra: de conciliação, de moderação, um apelo à “*revolução pacífica*”.

A coerência de Ottoni parece ter convencido não apenas seus eleitores em 1860, mas também os historiadores que, depois dele, narraram a história do Império, a começar por Joaquim Nabuco em um “*Estadista do Império*”.³ A sua história de vida e seu depoimento sobre os eventos políticos do período vivenciado tornaram fonte histórica privilegiada e cooperaram na construção da memória histórica do Império. Os historiadores sempre buscam a *Circular* para explicar acontecimentos relevantes da história política do Império, a exemplo, o 7 de Abril, a Maioridade, a Revolução Liberal de 1842 e a Questão Christie entre outros, ou seja, momentos

³ NABUCO, J. **Um Estadista do Império**. 5a.ed. Rio de Janeiro: Topbooks, 2v.,1997.

selecionados nos quais teve participação ativa e por isso convenientemente lembrados à luz de 1860, quando precisava rememorar o político liberal. Através da *Circular* ficou na história como o “político liberal exaltado”.

A intenção deste trabalho foi adentrar nesta memória, não para reiterá-la, mas problematizá-la, percebendo as apropriações que foram sendo feitas, procurando esclarecer as razões que levaram Ottoni a construir tanto sua trajetória quanto um determinado registro sobre ela. Partindo do pressuposto de que a memória - seja individual ou coletiva - é (re)construção, é (re)significação de um tempo passado, procurei refletir sobre a rememoração que Ottoni realizou. Esforcei-me para perceber o que efetivamente se concretizou nesta trajetória para compreender a dissociação existente entre o personagem social e a percepção de si mesmo. Ao mesmo tempo, rejeitando a interpretação unívoca que geralmente as trajetórias particulares trazem, procurei interpretar as vicissitudes de sua narrativa à luz de um contexto que as tornassem compreensíveis, tentando perceber as relações entre esta memória e a (re)construção de sua identidade pessoal, pois:

... ao contarmos nossa vida, em geral tentamos estabelecer uma certa coerência por meio de laços lógicos entre acontecimentos-chaves (que aparecem então de uma forma cada vez mais solidificada e estereotipada), e de uma continuidade, resultante da ordenação cronológica. Através desse trabalho de si mesmo o indivíduo tende a definir o seu lugar social e suas relações com os outros.⁴

É justamente esta coerência do famoso “político liberal mineiro”, assim como o império de sua interpretação sobre a memória que este estudo pretendeu problematizar. Para isso, retomei e avaliei, por um lado, a trajetória e o desempenho político do “impossível” liberal e, por outro, as razões da permanência de seu depoimento na memória. Por quais razões a *Circular* de Ottoni tornou-se uma fonte inquestionável? Como seu texto foi apropriado? Como foi possível construir uma trajetória tão coerente? Quais omissões precisou fazer? Por quais razões? Por que minimizou sua atuação como homem de negócios?

⁴ POLLAK, Michael. Memória, Esquecimento, Silêncio. **Estudos Históricos**. Rio de Janeiro: Vol. 2, Nº.3, 1989, pp. 03-15.

Portanto, este trabalho é um estudo que teve como proposta perscrutar e problematizar a *Circular* de Theophilo Ottoni, inserindo-a na trama de seu tempo, demonstrando as problemáticas do gênero autobiográfico como uma fonte de material para as análises históricas, revelando as lacunas, os silêncios e a sua intencionalidade, assim como o seu propósito de estabelecer e manter a própria integridade do autor. O objetivo maior foi promover uma reflexão que possibilitasse fazer compreender, mesmo que parcialmente, o seu sentido em 1860 e, também, que expusesse as idéias, projetos e ações de seu autor, não como um “indivíduo fora do comum”, mas como um homem - político e empresário - de seu tempo. Foi neste sentido que busquei algumas das biografias de Ottoni, com o intuito de mostrar a “apropriação” que geralmente se fazem de textos como a *Circular* – que além de serem um artefato de si mesmo, entrelaçam acontecimentos históricos com a vida de um indivíduo – para criar a figura do “grande homem” a ser imitado. Meu empenho foi mostrar como biógrafos e biografado tinham intencionalidades diferenciadas e que, por isso, os primeiros “roubaram” de Ottoni a sua própria experiência, retiraram-lhe do seu tempo e, assim, esvaziaram o sentido tanto o seu pensamento como as suas ações.

Significativo se torna sublinhar que a *Circular* de Theophilo Ottoni teve grande repercussão em 1860, envolvendo o Partido Liberal e preocupando os seus adversários políticos, os conservadores. Para os primeiros, a carta se tornou um instrumento de campanha, pois trazia inscrita a trajetória do próprio Partido Liberal de 1831 a 1860, construída por um dos seus veteranos que, cuidadosamente, rememorava o “espírito exaltado” dos liberais. Uma rememoração arguta e estratégica, própria para o momento em que novos egressos liberais como Octaviano, Saldanha Marinho entre outros tentavam “ressuscitar” o antigo Partido Liberal, do qual Ottoni fora um representante de peso. Para os segundos, sinalizou uma situação de alerta e uma oportunidade para combater o adversário. Os conservadores ortodoxos, críticos que eram da política de Conciliação implementada pelo Marques de Paraná e a todos que a ela aderiram, instrumentalizaram-na contra o seu próprio autor, acusando-o de ser um “político conciliado”, um despeitado pelas preterições sofridas pelo Imperador, e de ser um empresário desonesto no seu empreendimento no Mucuri.

Assim, o documento tornou-se um grande acontecimento político na época e continuou, em momentos posteriores, informando privilegiadamente os historiadores e participando da tessitura da política e da história. A *Circular*, por sua repercussão política no momento em que

foi escrita, devido à contundente crítica ao Poder Moderador nela contida, e, também, por retratar um período conturbado da história política do Império, se transformou em uma das fontes historiográficas mais lembradas pelos historiadores contemporâneos que dedicam suas pesquisas ao estudo da política e da sociedade monárquicas.⁵ Nesse sentido, ela mesma tornou-se um objeto de reflexão, particularmente para os estudiosos da memória que se inspiram nos parâmetros da Nova História Política.⁶

A partir da década de 1970, os historiadores problematizaram as metodologias intrínsecas à confecção da história política - a instrumentalização dos textos de época como meros bancos de informações; a percepção de relação reflexa entre texto e contexto; ou o enfoque da história dos grandes personagens como estadistas, condutores solitários e heróicos dos acontecimentos políticos.⁷ Tais orientações que sinalizam o significado político dos textos, em especial seu importante desempenho na luta política, contrastam com interpretações clássicas sobre a disputa partidária no Segundo Reinado, um período marcado por conflitos políticos e sociais de toda ordem. Tais interpretações aceitaram sem crítica as explicações criadas pelos próprios personagens que viveram o período, dentre eles, Ottoni. Dentro desta perspectiva, a política geralmente se configura apenas pela narrativa dos eventos do período. Ainda, aceita-se que os partidos políticos, o Liberal e o Conservador, dividiam entre si o poder, com predominância do Conservador; que os partidos constituíam organizações sem programa definido, seguindo geralmente a opinião de alguns líderes de destaque; que as diferenças entre estes partidos eram mínimas, pois ambos defendiam os interesses dos grandes proprietários, os quais pertenciam a um mesmo quadro social. Por isso as agremiações partidárias, nessa época, mais pareciam agrupamentos políticos rivais do que partidos políticos efetivos. A instabilidade e a fraqueza partidárias refletiam-se nas constantes trocas de gabinetes. A concepção predominante sobre os

⁵ Nas reflexões de uma especialista do período, Ottoni é fonte essencial de textos importantes que trataram da história do Império, tais como de Joaquim Nabuco, Caio Prado Júnior, Raimundo Faoro, Emília Viotti, Paulo Pereira de Castro, (MARSON, Izabel A “O Império da revolução: matrizes interpretativas dos conflitos da sociedade monárquica”. In: **Historiografia Brasileira e Perspectiva**, 1998, p.74).

⁶ RÉMOND, René. (org.) **Por Uma História Política**. Rio de Janeiro: Editora UFRJ/Editora FGV, 1996.

⁷ FALCON, Francisco. *História e Poder*. In: **Domínios da História: Ensaios de Teoria e Metodologia**. CARDOSO, Ciro F. e VAINFAS, R. (Orgs.) RJ: Editora Campus, 1997, p.82-83.

partidos se fundamenta na celebre frase de Holanda Cavalcanti no contexto do embate em torno da Conciliação na década de 1850, e oportunamente lembrada por Ottoni: “*não há causa mais parecida com um luzia do que um saquarema*”.⁸ Nada mais dissonante quando retomamos a história de Minas a partir de uma bibliografia mais recente, que procura ressaltar a complexidade da disputa político-partidária e da sociedade imperial, cristalizada na luta política:

os conflitos políticos e sociais que marcaram a história do Brasil durante o Império se exteriorizaram numa multiplicidade de acontecimentos que revelam uma sociedade complexa em sua configuração e interesses. Nos recintos políticos parlamentares, afloraram na disputa entre grupos ou partidos políticos; durante o primeiro reinado, enfrentaram-se portugueses e brasileiros, defensores de projetos políticos diversos. Na Regência, opuseram-se restauradores e liberais exaltados e moderados. No segundo reinado, liberais e conservadores ocuparam a cena política até 1870, quando a emergência dos republicanos veio adensar a disputa partidária.⁹

A província de Minas participou ativamente da complexa trama que se constituiu ao longo do Império. Até a década de 80, prevalecia, na produção historiográfica sobre a natureza da economia e sociedade mineira do século XIX, a visão da decadência, da estagnação econômica e da dispersão demográfica ruralizante, ou seja, nenhuma atividade produtiva havia substituído a pujança do século XVIII, caracterizada pela capitania do ouro, pela economia dinâmica e pelo

⁸ Dentre os autores que afirmaram não haver diferenças substanciais entre os partidos políticos imperiais, podem ser citados: COLÓGERAS, João Pandiá. **Formação Histórica do Brasil**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1938; PRADO JR, Caio. **Evolução Política no Brasil**. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1933; VIANA, Oliveira. **O ocaso do Império**. 3ª ed. Rio de Janeiro: 1959; SOUZA, Maria do Carmo C. de. **Estado e Partidos Políticos no Brasil**. São Paulo, 1976; SODRÉ, N. V. **História da Burguesia Brasileira**. Rio de Janeiro, 1964; DUARTE, Nestor. **A Ordem Privada e a Organização Política Nacional**. São Paulo: Ed. Nacional, 1939; QUEIROZ, Isaura Pereira de. **O Mandonismo Local na Vida Política Brasileira**. Anambi, vol. 24-26 (1956-1957); CARDOSO, Vicente Licínio. **A Margem da História do Brasil**. São Paulo: Ed. Nacional, 1933.

⁹ MARSON, op., cit., p. 73. BRESCIANI, M. S. **Liberalismo: ideologia e controle social** (um estudo sobre São Paulo entre 1850-1910) Tese de Doutorado. São Paulo, FFLCH-USP. (mimeo). LENHARO, Alcir. **As tropas da moderação**. O abastecimento da corte na formação política do Brasil 1808-1842. São Paulo: Símbolo, 1979. RIBEIRO, Gladys S. **A liberdade em construção: identidade nacional e conflitos antilusitanos, no Primeiro Reinado**. Tese de Doutorado. Universidade de Campinas. Campinas, São Paulo, 1997. SOUZA, Iara L. S. Carvalho. **Pátria Coroada**. O Brasil como corpo político autônomo, 1780-1831. Tese de doutoramento, Universidade de Campinas. Campinas, São Paulo: 1997. CARVALHO, J. Murilo de. **A Construção da Ordem: a elite política Imperial; Teatro de Sombras: a política imperial**. 2ª ed. Rio de Janeiro: Editora UFRJ/Relume-Dumará, 1996. MATTOS, Ilmar R. de. **O Tempo Saquarema**. A Formação do Estado Imperial. 4ª. Ed. ACCESS. Rio de Janeiro: 1999. LYRA, M. de L. V. **A Utopia do Poderoso Império**. Portugal e Brasil : bastidores da política – 1798-1822. Rio de Janeiro: Sette Letras, 1994. OLIVEIRA, C. R. L. de Salles. **A astúcia Liberal**. Relações de mercado e projetos políticos no Rio de Janeiro (1820-1824). Bragança Paulista. São Paulo: EDUSP e ÍCONE, 1999.

processo de povoamento urbano. Enfim, esta análise, levava a crer que apenas as atividades exportadoras voltadas para o mercado internacional eram capazes de garantir a vitalidade econômica.¹⁰

Contrapondo este modelo analítico da economia colonial, Alcir Lenharo¹¹ caracterizou Minas oitocentista como uma província que apresentava diversificação econômica e defendeu o caráter mercantil da produção mineira. Ao estudar a questão do abastecimento na cidade do Rio de Janeiro após a instalação da Corte, o autor mostrou que o envolvimento da região do sul de Minas naquele mercado era significativo e que ele revigorou sobremaneira a economia e a política na região.¹² Portanto, desenvolveu uma vigorosa produção de alimentos de caráter mercantil para o abastecimento da Corte, que de forma alguma, denotava regressão econômica. Partindo de bases sócio-econômicas e das relações do mercado interno que se estabeleceram entre os núcleos produtores do Centro-Sul e o mercado da Corte no Rio de Janeiro, o autor demonstrou como se deu a projeção política de um setor social (proprietários comerciantes). Através da própria prática mercantil, passaram a ter participação decisiva nos acontecimentos relacionados à ascensão e queda do Imperador e na “experiência republicana” do período regencial:

A penetração na esfera do poder do setor abastecedor, até então excluído, confirmou-se em 1831. O comércio de abastecimento e a fixação de interesses na Corte é que viabilizaram a projeção dos seus representantes políticos. Ganhando o mercado, os políticos do abastecimento começaram também a ganhar notoriedade a partir da experiência parlamentar de 1826.

¹⁰ A concepção mercantilista da Colônia inspirou, em grande parte, estudos como os de Celso Furtado (FURTADO, C. **Formação Econômica do Brasil**. SP: Companhia Editora Nacional, 1976), Roberto Simonsen (SIMONSEN, R. C. **História Econômica do Brasil (1500-1820)**. SP: Companhia Editora Nacional, 1969) e de Caio Prado Jr. (PRADO JR, Caio. **História Econômica do Brasil**. 41ª Brasiliense. Ed. São Paulo. 1994).

¹¹ LENHARO, Alcir. **Ob. Cit.**, 1979. A respeito da mobilidade social e política que alcançaram alguns mineiros vinculados à produção e comercialização de mercadorias é importante citar dentre outros, MATTOS, Ilmar R. de. **Ob. Cit.**, p. 43-45; 50 e 67.

¹² São João Del Rei e Barbacena, situadas na entrada da província mineira e bem servidas de estradas, eram os dois pólos do comércio atacadista. Como entrepostos regionais, centralizavam o fluxo das mercadorias oriundas das regiões vizinhas e até mesmo de Goiás e Mato Grosso. Destas cidades desciam para o Rio de Janeiro: gado em pé, porcos, galinhas, carneiros, toucinho, queijos, cereais, tecidos de algodão, etc. (LENHARO, **Ob. Cit.**, p.90-91).

Enfrentavam um sistema político fechado, fundamentado sob um regime elitista de nobilitação e selecionada distribuição dos principais cargos administrativos”.¹³

Lenharo chamou atenção para os compromissos entre os proprietários sul-mineiros e o Estado, relacionados à produção para o mercado interno. Com frequência, estes faziam as vezes e representavam a presença estatal na região e, ainda, comandavam a abertura e conservação de estradas e a prestação de serviços. Em outros momentos, estes proprietários eram contemplados com cargos em retribuição aos “favores” prestados. Assim, regionalmente, a classe proprietária foi se projetando como um grupo político de peso. Fora da província, ganhou espaço associando-se a políticos egressos da pequena burguesia urbana e do segmento militar da Corte, formando um grupo que se convencionou chamá-los de “liberais moderados”.¹⁴

Uma questão também assinalada foi a notificação de que *“as biografias, as memórias, os textos de história produzem para políticos e outras personagens do passado uma imagem despida de atração para os negócios, como se estivessem sempre dissociados do seu mundo material e voltados unicamente à causa de suas atividades públicas.”* No percurso de sua pesquisa, o autor constatou o contrário, ou seja, os políticos do interior mineiro instalados na Corte, ao mesmo tempo, se dedicavam ao exercício da política e administravam suas propriedades, mantendo-as produtivas ou se dedicando a outros negócios. Concluiu que este envolvimento propriedade/negócios também engendrava a prática política, já que, pelos parâmetros da época, somente proprietários tinham direitos políticos e era no campo da política que se definiam os melhores negócios.¹⁵

Desvelando esta simbiose entre política e negócios, Oliveira¹⁶ apresentou-nos um estudo valioso sobre a disputa entre grupos proprietários divergentes atuantes na praça do Rio de Janeiro, que disputavam o domínio do mercado interno. Um jogo político que além de denotar os

¹³ Idem, ibidem, p.88.

¹⁴ Idem, ibidem, p.122.

¹⁵ Idem, ibidem, pp.119-120

¹⁶ OLIVEIRA, C. H. L. de S. **Ob. Cit.**, 1999.

conflitos, explicitou à pesquisadora um complexo jogo de relações pessoais e de vínculos familiares com o poder.

Contrariando interpretações solidificadas na historiografia sobre a dependência e fragilidade da economia colonial, a autora encontrou na Corte, em meados do século XVIII e XIX, um grupo emergente de negociantes com atuação autônoma. Os liberais de 1821 do Rio de Janeiro, conhecidos como o “grupo de Ledo”, eram proprietários de lavouras comerciais, negociantes e burocratas que contestavam o domínio dos nobres emigrados e das famílias poderosas, “os constitucionais” que monopolizavam o comércio e a política.¹⁷ Além de acreditar que estava imbuído politicamente da “missão” de construir um novo Império, este grupo lutava pela hegemonia do mercado interno e defendia práticas liberais e medidas protecionistas para promover o aumento de investimentos de capitais na produção agrícola de exportação e de abastecimento, como também pretendia “civilizar” e “moralizar” o trabalho.¹⁸

¹⁷ Os negociantes atacadistas mais abastados, as famílias poderosas da capitania e os membros ilustres da burguesia emigrada monopolizavam entre si e seus familiares inúmeros privilégios tais como a cobrança de impostos (dízimo e registro), os contratos de exclusividade para fornecer provisões às repartições públicas e o monopólio sobre o abastecimento de gêneros alimentícios (Idem, ibidem, pp.89-90).

¹⁸ O projeto defendido pelo “grupo de Ledo” fundava-se, em especial, “na primazia do poder legislativo e no fortalecimento do mercado interno”. Por isso defendia a proposta de regenerar a sociedade através do trabalho. Através das leis, acreditava poder implementar um “processo civilizatório” sobre os “despossuídos” (índios, escravos, homens pobres e posseiros), ou seja, aqueles que estavam alijados da “sociedade civil”, os “despossuídos” de riquezas e de cidadania. Além de “moralizar a vontade e a ação dos indivíduos”, propunha a “moralização das práticas empreendidas pelos funcionários das repartições públicas”, a exoneração dos burocratas “sem mérito nem conhecimento” e a redução do número de efetivos das tropas. Esta última, vista pela historiadora como um recurso hábil, para resolver dois problemas do momento. Esvaziando as forças armadas, aquele grupo desarmava os dirigentes, seus adversários e, por outro lado, estaria liberando um contingente de força de trabalho (homens livres) que poderia ser apropriada a baixo custo na edificação de uma infra-estrutura (construção de estradas, pontes, edifícios, desmatamento e drenagem de pântanos) necessária à produção e circulação de mercadorias. (OLIVEIRA. Ob. Cit., p. 155-158) Sobre o projeto político dos liberais do século XIX com relação a organização do trabalho, ver entre outros: LYRA, Maria de Lourdes V. Ob. Cit., 1994. BRESCIANI. M. S. M. Ob. Cit. 1976. MARSON, Izabel A. Trabalho Livre e Progresso. *Revista Brasileira de História*. 4(7): 81-93, 1984. SALLES, Iraci G. *Trabalho, Progresso e a Sociedade Civilizada: O Partido Republicano Paulista e a política de mão-de-obra (1870-1889)*. S.P: HUCITEC, Brasília, INL, Fundação Nacional Pró-Memória, 1986. LOURENÇO, F. A. *Agricultura Ilustrada: Liberalismo e escravismo nas origens da questão agrária brasileira*. Campinas, São Paulo: Ed. da Unicamp, 2001.

Como Lenharo, Oliveira também sublinhou a ascensão de um grupo de proprietários mineiros que se dedicava à produção e comercialização de gêneros de primeira necessidade para o abastecimento do mercado carioca, atividade que paulatinamente foi lhe permitindo inserir na seara política. Este grupo, afirmou a historiadora, “*nas primeiras décadas do século XIX, constituiu-se numa das forças políticas que compuseram o jogo de poder e de pressões em torno do governo de D. João e, depois, de D. Pedro*”. Esta inserção em um segmento tão seletivo da sociedade colonial proporcionou-lhe atuar simultaneamente na esfera dos negócios, obtendo “*espaços comerciais e políticos cada vez maiores, conquistando terras, títulos e prestígios*” e acumulando grandes fortunas.¹⁹

Procurando entender os nexos e os mecanismos que propiciaram a contínua reprodução da economia colonial, Fragoso e Florentino²⁰ voltaram suas preocupações para o setor mercantil, apontados em seu estudo, como essencial para se pensar a “existência de uma verdadeira sociedade escravista no Brasil”. Estudando as pré-condições fundamentais para a emergência e hegemonia do capital mercantil da Colônia na “economia Atlântica”(comércio triangular), desvelam a ação autônoma de traficantes cariocas e um crescente tráfico no Rio de Janeiro entre 1790 e 1840. Defenderam que a economia colonial tinha uma certa autonomia frente ao mercado externo e que apesar das flutuações do mercado internacional, tinha capacidade de crescer.²¹

A expansão populacional e a intensidade do comércio e da entrada de africanos verificados no Rio de Janeiro a partir de 1820 levaram os pesquisadores a buscar os antecedentes que desencadearam este dinamismo. Encontraram-nos no mercado interno da colônia, nas regiões não exportadoras que produziam alimentos para o abastecimento e os comercializavam entre as

¹⁹ OLIVEIRA. **Ob. Cit.**, p.73.

²⁰FRAGOSO, João e FLORENTINO, Manolo. **O Arcaísmo como Projeto**. Mercado Atlântico, Sociedade Agrária e Elite Mercantil no Rio de Janeiro, c.1790 – c.1840. 2ª ed. Rio de Janeiro: Sette Letras, 1996.

²¹ O redirecionamento da economia mineira para a agricultura de abastecimento do mercado interno após a “crise do ouro” seria para estes estudiosos a comprovação de uma certa independência do mercado internacional e desta capacidade de crescer. Pois apesar do esgotamento das minas auríferas, continuou vindo de Minas Gerais a “maior demanda de escravos”, tornando a província em 1840, uma grande produtora de café.

províncias por via terrestre ou por navegação de cabotagem, dentre estas, a província de Minas Gerais.

Os pesquisadores perceberam uma acentuada dinâmica no desempenho da economia mineira no século XVIII que, por extensão, transformou a economia e a sociedade no Rio de Janeiro, impulsionando a sua integração com o mercado atlântico.²² Subsidiados em estudos recentes, afirmaram que em 1819, Minas Gerais era a “maior capitânia escravista no Brasil”. O “senhor-camponês” (o proprietário) era também o maior comprador de escravos, em sua maioria, direcionados à produção de alimentos. Outro traço significativo sublinhado foi a coexistência do trabalho escravo com o trabalho livre de base familiar na produção agrária mineira²³, demarcando a enorme elasticidade e os baixos custos do proprietário, pois a contínua apropriação do sobretrabalho permitia-lhe ir adquirindo cada vez mais bens econômicos (terras, sobrados e homens). Demonstraram também que os setores mercantis ligados ao abastecimento não eram apenas “um apêndice” das atividades exportadoras, eles possuíam mobilidade e uma “certa independência”.

Entretanto, ao invés da decantada “decadência,” os autores perceberam, na província mineira, “pujança econômica”, a constituição e a hegemonia de um setor ligado à circulação de bens na Colônia, ou seja, uma elite que, através da acumulação baseada na apropriação do excedente gerado na agricultura conseguiu alcançar uma posição privilegiada. Dentro desta, sobressaiu um pequeno grupo hegemônico de comerciantes de “grosso trato,” comandado por setores nevrálgicos da economia, os empresários traficantes que, apesar de estarem ligados ao comércio de longa distância, também poderiam estar vinculados ao mercado doméstico.²⁴

²²FRAGOSO e FLORENTINO. **Ob. Cit.**, p.34.

²³ Fragoso notificou em outro texto a coexistência de várias formas de organização de trabalho em Minas Gerais desde o século XVIII, quando escravos e camponeses estavam inseridos no complexo agropecuário voltado para o abastecimento interno. (FRAGOSO, J. L. **Homens de grossa aventura: acumulação e hierarquia na praça mercantil do Rio de Janeiro (1790-1830)**. 2ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1998).

²⁴ As relações entre os “comerciantes de grosso trato” e o abastecimento interno foram estudados com mais detalhes por Fragoso, que assinala “*que o principal ramo do comércio internacional dos ‘coloniais’, o tráfico de escravos, tinha por principal demanda os pequenos e médios produtores de alimentos de Minas Gerais. Assim, esse ramo ligava-se diretamente com as acumulações endógenas.*” (idem, *ibidem*).

Fragoso, ao se deparar com a composição da riqueza e as hierarquias sociais da economia colonial, observou que as maiores fortunas surgidas na praça mercantil do Rio de Janeiro entre 1810 e 1840 foram de homens ligados ao comércio, em especial, àqueles ligados ao mercado interno. O caráter múltiplo da atuação empresarial foi outro traço assinalado pelo pesquisador, pois encontrou um mesmo empresário monopolizando vários segmentos do mercado. Explicou que o:

mercado colonial é marcado pesadamente por dois traços: a rapidez das mudanças conjunturais, o que implica a instabilidade dos ramos de negócios, e o caráter restrito do mercado, ou seja, com poucas opções econômicas...Por sua vez, a multiplicidade de negócios em que um mesmo empresário podia aparecer simultaneamente não se limitava ao comércio 'stricto sensu'. Em outras palavras, o negociante de grosso trato estava também presente em outros setores da economia.²⁵

Assim como Oliveira, Fragoso, ao analisar a prática da arrematação de impostos, sublinhou os liames da política com os negócios. Esta foi mais uma forma de enriquecimento, poder e monopólio de mercados, praticada pelos negociantes de grosso trato. A cobrança de impostos permitia que o empresário assumisse o "papel do Estado", possibilitando-lhe um lugar de destaque acima de seus pares, dos outros comerciantes e dos fazendeiros, além de que ampliava sua lucratividade mercantil e poder para monopolizar o mercado.²⁶ Para a limitação do

²⁵ Idem, ibidem, pp.325-326. Esta questão levantada pelo autor (Fragoso) foi também comentada no texto anterior já referendado e parece ser bastante significativa para compreender as constantes rupturas que normalmente os documentos de época e as interpretações trazem ("crise", "falência"). Segundo os autores ao observar a plasticidade da elite mercantil da praça do Rio de Janeiro, as constantes "mudanças" não representam o abandono de determinado setor mercantil, o que implicaria perdas substanciais ao empresário. Estes negociantes utilizavam-se sem restrições de um padrão comum na época, qual seja, o adiantamento e o endividamento. Estes funcionavam como um suporte do mercado colonial. A mudança de ramos ou reconversão do comerciante, por exemplo, em fazendeiro, muitas vezes foram estratégias para assegurar a fortuna constituída no comércio. (FRAGOSO e FLORENTINO. Ob. Cit, p.90-91 e 106)

²⁶ Idem, ibidem, pp.327-329. O estudo de Petrone sobre a trajetória do comerciante paulista Antonio da Silva Prado elucida e caracteriza com precisão a mediação entre política e negócios. Longe de se distanciarem eram campos que se complementavam. Muito além de apenas percorrer uma trajetória de vida de um empresário de tropas, o trabalho descreveu a dinâmica e a complexidade do negócio – organização da empresa, relações de trabalho, favoritismo, transcurso das tropas, comércio, concorrência e conflitos - para demonstrar que o comércio de gado e muas era uma atividade multifacetada que dava experiência, segurança, lucratividade e poder político. Além de seus vultosos negócios com o comércio de tropas, a pesquisadora encontrou nas mãos de Prado a arrecadação de um dos registros de tropas mais cobiçados, o Registro da Feira de Sorocaba. (PETRONE, M.^a T. S. **O Barão de Iguape: um empresário da época da Independência**. São Paulo: Ed. Nacional/MEC, 1976.

número de comerciantes de grosso trato, o autor encontrou explicação na atuação comercial tendo por base os laços familiares, ou seja, a elite mercantil da praça do Rio de Janeiro era formada por restritas “grandes famílias”.

Estudos regionais mais recentes, como o de José Moreira de Souza,²⁷ apontam as contradições inerentes a uma sociedade escravista. Preocupado em compreender as relações espaciais no território das Minas e procurando esclarecer as origens da expansão dos princípios liberais na região diamantina – Diamantina e Serro Frio – o autor observou a presença marcante do “Estado Absolutista”, respaldado pelo aparato da polícia e da justiça nestas comarcas, e sublinhou a importância de Serro para os interesses metropolitanos. Por ser produtora de diamantes, a região se destacou no cenário do Distrito Diamantino, pois o diamante, pela sua escassez, tornou-se o símbolo do luxo das Cortes, não podendo circular além delas. O “direito real” se transformou em imposto, ensejando conflitos. Situação que contribuiu para desenvolver naquela sociedade uma “consciência anti-realeza” e, aparentemente, “anti-absolutista”, desestabilizando as relações de classe e de dominação.²⁸

Vila do Príncipe - cidade natal de Ottoni - como área especial do empreendimento mercantil, situada na confluência dos currais e nas minas de ouro e diamantes, foi o centro dos conflitos. Criada para remediar as desavenças, a cidade foi capturada pelo Estado e transformou-se em instância de poder. Ganhou notoriedade, pois centralizava todo o comércio para o Distrito Diamantino e também passou a sediar as tropas repressivas do Estado. Controlada pela Intendência dos Diamantes, foi transformada em um lugar subalterno.

²⁷ SOUZA, J. M. **Cidade: Momentos e Processos. Serro e Diamantina na formação do Norte Mineiro no século XIX**. São Paulo: ANPOCS. Editora Marco Zero, 1993. FURTADO, J. F. **O Livro da Capa Verde. O Regime Diamantino de 1771 e a Vida no Distrito Diamantino no período da Real Extração**. São Paulo: Anna Blume, 1996. FURTADO, J. **Os Homens de negócios**, a interiorização da metrópole em Minas Gerais. Ed. HUCITEC. LEWKOWICZ, Ida. **Vida em Família: caminhos da igualdade em Minas Gerais (séculos XVIII e XIX)**. Tese de Doutorado. Departamento de História FFLCH-USP, 1992. LANA, A L. D. **A Transformação do Trabalho: a passagem para o trabalho livre na Zona da mata mineira, 1870-1920**. 2ª ed. Campinas. Editora da UNICAMP, 1989. LIBBY, Douglas C. **Transformação e Trabalho em uma economia escravista**. Minas Gerais no século XIX. São Paulo: Brasiliense, 1988.

²⁸ SOUZA. **Ob. Cit.**, p.37.

Presenciaram-se, ali, conflitos e movimentos contestatórios da elite proprietária atuante no comércio, que se sentiu desestabilizada pelas intervenções realizadas. Muitos comerciantes eram obrigados a fechar seus estabelecimentos por imposição da Intendência. Assim, segundo Souza, os principais moradores - proprietários de lojas, vendas e donos de escravos de aluguel - foram tomando consciência do processo maior da dominação. Todas as relações do Distrito que giravam em torno da Administração Diamantina e da Real Extração foram se deteriorando. A aspiração maior das elites passou a ser o libertar-se destes constrangimentos impostos pelo poder absoluto do Estado. Em extensão, construir a nação, instaurar a liberdade (conferida pela condição de “proprietários ilustrados”), lutar pelo poder constituinte, reivindicar a autonomia do espaço territorial, abolir o Poder Moderador e conviver com a monarquia constitucional.²⁹ Para o estudioso, esta foi a “utopia das elites crioulas”, que acompanhou o projeto dos liberais mineiros do século XIX, particularmente o Padre Rolim, os irmãos Vieira Couto e, posteriormente, o outro ramo dessa família, os Vieira Ottoni, os Queiroga e os Machados. Na interpretação do autor, os dois últimos foram porta-vozes e continuadores de Ottoni até a República.

Tanto o estudo de Lenharo, apontando a formação de um grupo de proprietários mineiros que, paulatinamente, foi despontando no cenário político do Império, quanto o de Souza, mostrando as origens dos descontentamentos das “elites proprietárias mineiras” com a atuação do Estado Monárquico (tanto o Colonial, quanto o Imperial), seu desejo de solapar a dominação mercantil e tomar as rédeas do poder através de um projeto liberal, representam um olhar mais abrangente e problematizador sobre a história de Minas Gerais no século XIX e sobre imagens cristalizadas a respeito do jogo político-partidário no Império. Demonstram que o momento abordado neste estudo (1831-1860) não corresponde a “um período de tranquilidade” mas, ao contrário, nele viveu-se intensa disputa pelo poder. Sendo assim, são interpretações valiosas para a compreensão da trajetória de Ottoni que, segundo os documentos de época, teria sido um dos

²⁹ O Autor enfatizou o empenho dos proprietários dominados no Distrito Diamantino para se constituírem em uma “elite ilustrada”. Citou um manifesto ao povo em que as elites regionais se autodefiniam: “*Somos a maioria ilustrada da nação e seus mais abastados proprietários*”. Seu programa econômico também se fundamentava na concepção de que somente a propriedade poderia estabelecer uma ordem espacial fundamental para a criação da nação: “*Só o proprietário é cidadão, mas não basta ser proprietário, é necessário que seja esclarecido. Ser esclarecido é vincular-se aos ideais do progresso. Aceita-se, portanto, o programa econômico do liberalismo adequando-o às condições regionais*”. (Idem, ibidem, p.73 e 75).

“procuradores do povo” de Vila do Príncipe, que tinha como tarefa expor o descontentamento dos proprietários que almejavam participar ativamente da política.

Inspirando-me nas colocações desses autores, dentre outros, procurei perceber a multiplicidade dos conflitos travados entre grupos políticos que permeavam a sociedade imperial, com o intuito de problematizar a linearidade da memória construída por Theophilo Ottoni na *Circular* e contrapor a “sua versão dos acontecimentos” narrados neste texto com a “sua atuação política” registrada por outras fontes.³⁰ Pois a *Circular* foi redigida em 1860, quando Ottoni retornava ao cenário político já “conciliado” com um grupo conservador e, portanto, especialmente “conciliador”. Quando acompanhamos a (re)construção e a (re)significação dos acontecimentos inscritos no texto, percebemos que o relato se espelhou em biografias produzidas no século XIX, que tinham caráter didático ou moral,³¹ além de possuírem o intuito de divulgar um projeto político.

Partindo da hipótese de que a autobiografia inscrita na *Circular* tinha tal intenção pedagógica e, nesse sentido, (re)configurado o percurso de seu autor, realizei um estudo do texto em que procurei apontar e esclarecer suas contradições, contrapondo-o com outros testemunhos

³⁰ “ Não podemos compreender uma trajetória (isto é, o envelhecimento social que, embora o acompanhe de forma inevitável, é independente do envelhecimento biológico) sem que tenhamos previamente construído os estados sucessivos do campo no qual ela se desenrolou e, logo, o conjunto das relações objetivas que uniram o agente considerado - pelo menos em certo número de estados pertinentes - ao conjunto dos outros agentes envolvidos no mesmo campo e confrontados com o mesmo espaço dos possíveis”. (BOURDIEU, P. *A ilusão biográfica*. In: **Usos e abusos da História Oral**. Marieta de Moraes F. E Janaina Amado (orgs). RJ: Fundação Getúlio Vargas, 1996, pp.181-191).

³¹ Na biografia histórica privilegiava-se a reconstrução dos diálogos, e, às vezes, acrescentavam-se paixões no seu conteúdo tradicional. A dimensão pública era enaltecida em detrimento à privada. (LEVI, G. *Usos da biografia*. In: **Usos e Abusos da História Oral**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1996, p.172). Ver também LORIGA, Sabine. “*La biographie comme problème*”. In: Jacques Revel (dir.), **Jeux d’Échelles- de la micro-analyse à l’expérience**. Paris, EHESS/Seuil/Gallimard, 1996. HARTOG, François. **O espelho de Heródoto**. Ensaio sobre a representação do outro. (trad. Jacyntho Lins Brandão) Belo Horizonte: Ed. UFMG, 1999 e “A arte da Narrativa Histórica”. In: **Passados Recompostos: campos e canteiros da História**. Jean Boutier e Dominique Julia (orgs). Editora UFRJ/Editora FGV. Rio de Janeiro: 1998.

assinaladores dos momentos de crise ocultados em sua linearidade.³² Não foi meu empenho e nem pretendi fazer mais uma biografia de Theophilo Ottoni, até porque, para fazê-la, seria preciso, além de outros requisitos, comprometer-me, sentir um “encanto radical” pelo personagem e ter um longo tempo para conhecer profundamente “sua trajetória, suas origens, sua personalidade e seu contexto”.³³ Pois, como afirma Bourdieu, a construção ou reconstrução de uma trajetória, implica em acompanhar uma “*série de posições sucessivamente ocupadas por um agente num espaço que é ele próprio um devir, estando sujeito a incessantes modificações*”.³⁴

Este não foi o meu caso, não foi meu objeto a vida de um homem “fora do comum”, apenas almejei retomar o percurso da autobiografia traçada na *Circular* para problematizá-la como fonte que, dentre outras, cooperou e ainda coopera na construção da história do Brasil Império. Não me sinto preparada para desempenhar trabalho tão complexo que é escrever uma biografia que, segundo Le Goff, “é o ápice do trabalho do historiador”. Acrescentando, ainda, que, apenas quatro anos estipulados para esta pesquisa, não me permitiriam jamais realizá-lo.

Portanto, concebendo a autobiografia e a biografia como “problema”,³⁵ porque carregam em seu âmago ambigüidades, mas também considerando-as possuidoras de pistas para o historiador e como um instrumento de conhecimento histórico, procurei recuperar algumas possibilidades perdidas ou mesmo encobertas em sua argumentação. Perseguindo o objetivo deste estudo, qual seja, apontar os problemas das trajetórias individuais para o trabalho do pesquisador

³² Para Levi, o meio, a ambiência e a época podem ser recursos para caracterizar uma atmosfera capaz de explicar a singularidade das trajetórias de vidas. Assim, “*a reconstituição do contexto histórico e social em que se desenrolam os acontecimentos permite compreender o que à primeira vista parece inexplicável e desconcertante... não se trata de reduzir as condutas a comportamentos-tipos, mas de interpretar as vicissitudes biográficas à luz de um contexto que as torne possíveis e, logo normais.*”(LEVI. Ob. Cit., pp.175-176)

³³ Um texto esclarecedor sobre a relação entre o historiador e o biografado foi escrito recentemente pela historiadora Vavy Pacheco Borges, que além de apresentar uma discussão bibliográfica sobre o tema, relatou sua experiência em trabalhar com o gênero biográfico não para erigir “o grande homem”, mas para pensar “o problema do papel do indivíduo na história”. (BORGES, V. P. **O historiador e seu personagem: algumas reflexões em torno da biografia** - mimeo.).

³⁴ BOURDIEU, Ob. Cit., p.189

³⁵ LORIGA. Ob. Cit., 1996.

– no caso, a autobiografia de Theophilo Ottoni inscrita na *Circular* e repetidas em suas biografias - procurei mostrar como seu texto foi uma construção política, uma criação de si mesmo e um ato de poder. Há um consenso entre os estudiosos deste gênero, da impossibilidade de exteriorizar toda a essência do indivíduo, pois a individualidade é complexa e, por isso, a dificuldade em traçar uma autobiografia sem deformá-la ou alterá-la. Levando em consideração estes apontamentos e contrastando-a com outras fontes as quais permitiram observar algumas das contradições, incoerências e ausências próprias de qualquer relato sobre si mesmo, então, foi possível compreendê-la como uma carta política estruturada com “fatos”, mas também com interesses, paixões e emoções, imbricada na luta política que se configurou em 1860, e um relato que, em momentos posteriores, foi apropriado tanto pelos biógrafos como pela historiografia que, de maneiras diferenciadas, a reinterpretaram, dando-lhe novos e múltiplos sentidos.

O meu empenho se deu no sentido de recuperar estas narrativas - autobiográfica e biográficas - apontando-lhes suas problemáticas. Na primeira - a autobiografia apresentada na *Circular* -, procurei mostrar as implicações de uma construção de si mesmo, em que a “pseudo-continuidade” criou o “mesmo Ottoni”, e na qual as mudanças e contradições são transformadas em empenho e fidelidade aos ideais liberais, encobrendo, assim, sua intencionalidade mais imediata. Na verdade, o relato autobiográfico foi a forma encontrada pelo candidato para dar respostas adequadas aos seus críticos, companheiros e eleitores. Nas segundas – as biografias de Ottoni -, procurei denotar como os biógrafos, por persistirem em trilhar o mesmo caminho já percorrido, acabaram por dissociar o indivíduo (Ottoni) das estruturas históricas de seu tempo, criando assim, o “grande homem”.

No primeiro capítulo – *Theophilo Ottoni: autobiografia e exemplaridade* – retomei a trajetória da vida que projetou Ottoni na *Circular*, na qual a vida do personagem se confunde com acontecimentos históricos importantes do período. Intencionalmente, segui a própria narrativa apresentada pelo autor³⁶, primeiro, para tornar mais fácil ao leitor acompanhar o percurso do

³⁶ Organização dos capítulos da *Circular* de 1860: I- O verdor os annos, II- O jornalismo e o programma do verdor dos annos, III- Sedições conservadoras. Fusão dos liberaes. O meu programma convertido em lei constitucional, IV - O poder moderador, V- Progresso e regresso. Origem e fins da oligarchia, VI - A maioria, VII- Nascimento do governo pessoal. Fusão dos conservadores e palacianos. Reacção conservadora, VIII - Revolução de 10 de junho de 1842. Pacificação de Minas, IX - A revolução perante os tribunaes. Ministério parlamentar conservador, X- O 2 de fevereiro de 1844. Progressos do governo

biografado; segundo, para ressaltar a coerência e a linearidade projetadas no relato, com o intuito de mostrar o quanto o “herói” sempre foi “o mesmo liberal”, comprometido com seus princípios, conciliador e inimigo da anarquia. Destaquei também o quanto esta narrativa enfatizou o “político” e obscureceu o “empresário” Ottoni em 1860.

O segundo capítulo – *Usos da “Circular”: os biógrafos e as imagens dissonantes de um personagem* - foi dedicado às biografias de Ottoni. Demonstrei como estas memórias foram apropriações da *Circular*, à qual não colocaram qualquer questionamento. São discursos que tiveram, de forma diferenciadas, a intenção de destacar “o herói” e “o político”. Como todas as biografias no geral exaltadoras do personagem, as paixões, as experiências cotidianas, as diferenças e os interesses ali não encontraram lugar. Perpetuaram a imagem do político Ottoni, que ele próprio, privilegiando a dimensão pública, construía. Acompanhando o biografado em suas lembranças e esquecimentos, estas representações foram construindo “vários Ottonis”: o “monarquista”, o “republicano”, o “político liberal” e o “falso liberal”.

A intenção nestes dois capítulos foi apresentar ao leitor como estas tramas – a autobiografia e as biografias de Ottoni- foram tecidas, exceto o texto de Lorentz, de modo a preservar a imagem do “grande homem” a ser – ou não ser - imitado pelos “homens comuns”. São narrativas marcadas pela linearidade, coerência e racionalidade, que apagam as experiências individuais. Linearidade, coerência e racionalidade foram retomados nestes capítulos para que ao longo dos seguintes, pudessem ser apontadas as descontinuidades, as contradições e as lacunas por elas encobertas.

Em seguida, levando em conta o pressuposto de que há uma relação permanente e recíproca entre autobiografia/ biografia e contexto, procurei nos capítulos seguintes reconstituir e contrapor a trajetória criada por Ottoni sobre a sua vida política com as evidências recolhidas numa pesquisa em fontes primárias – artigos de jornais, cartas, relatórios, discursos e documentos oficiais - por entender que estes são textos expressivos do exercício e da disputa do poder tão marcantes no período estudado. Tentei nesta empreitada não perder de vista o fato de que o autor

pessoal, XI- Ainda o governo pessoal, XII- Abstenção política. Mucury, XIII- Candidatura senatoria e XIV- Candidatura á camara temporaria. (OTTONI, *Circular*, 1860).

trafegava por um terreno pautado tanto pela razão quanto pela paixão e subjetividade, qual seja, o da política. O imbricamento entre razão e paixão é um problema que se coloca para o historiador que escolhe uma autobiografia como objeto de problematização. Isto porque uma narrativa na qual o indivíduo opta por ser o “ideólogo de sua própria vida” é tecida com o entrelaçamento de argumentos oferecidos pela razão, pela imaginação e pelas paixões e, portanto, pontilhado por contradições, incoerências e silêncios em sua construção.³⁷

No terceiro capítulo - *A Circular de 1860: mediações entre o passado e o presente* - procurei demonstrar através de outros documentos de época, o contexto no qual esta carta fora escrita. Tempos em que “política e negócios”, na prática, não se dissociavam como se pretendia afirmar. Entendendo-a como um texto político que além de buscar votos significava uma estratégia de seu autor de voltar ao passado para refazer sua imagem desgastada pelo infortúnio financeiro, esforcei-me para evidenciar os confrontos, os debates, as acusações e os ressentimentos que o candidato enfrentava, descortinando, assim, um cenário adverso daquele apresentado na *Circular*, marcado por acirradas disputas políticas de toda sorte.

³⁷ Atualmente, alguns historiadores cientes da impossibilidade de separar razão e paixão no âmbito do político, têm buscado novas orientações para compreender as relações entre os afetos e o político, entre os sujeitos individuais em sua afetividade e as práticas sociais e políticas. Esta nova postura tem levado os historiadores políticos a retomar sob uma nova perspectiva, problemas que antes estavam inscritos apenas à psicologia social, mas que já haviam sido sublinhados, em 1938, por um dos fundadores dos *Annales*, que afirmava que para se compreender o indivíduo, o social e o seu tempo, era preciso levar em conta o “instrumental mental”. (FEBVRE, L. “História e Psicologia”. In: **Febvre. História**. Trad. A. Marson, P. S. de Oliveira e M^a. E. Mascarenhas. Ed. Ática, 2^a ed. São Paulo, 1992) Pierre Ansart afirma a necessidade do historiador considerar os “rancores”, as “invejas”, os “desejos de vingança” e os “fantasmas da morte”, ou seja, o outro lado das relações humanas, os ódios e as hostilidades. Sublinha a necessidade de nos esforçarmos para evocar, compreender e, se possível, explicar “a parte sombria, inquietante e freqüentemente terrificante da história”. (ANSART, Pierre. **Histoire et Mémoires des Ressentiments**. Texto apresentado no Colóquio Memória e (res)sentimentos: indagações sobre uma questão sensível. Núcleo História de Linguagens Políticas: Razão, Sentimentos e Sensibilidades. História-Unicamp. Campinas, São Paulo: 2000. Ver também do mesmo autor: **La Gestion des Passions Politiques**. L’Age d’Homme. Lausanne, 1983. **Das Identidades de Ofício à identidade de classe, um devir paradoxal?** Texto apresentado no colóquio Sentimento e Paixão na Política. História-Unicamp. Campinas, São Paulo, 1994). BRESCIANI, M. S. **O poder da Imaginação: do foro íntimo aos costumes políticos**. Texto apresentado no colóquio Sentimento e Paixão na Política. História-Unicamp. Campinas, São Paulo, 1994. HAROCHE, Claudine. **O que é um povo? Os sentimentos coletivos e o patriotismo no final do séc.XIX**. Texto apresentado no colóquio Sentimento e Paixão na Política. História-Unicamp. Campinas, São Paulo, 1994.

O IV Capítulo– *Política e negócios: o projeto de colonização de Theophilo Ottoni* – retomei as explicações de Ottoni e de seus biógrafos sobre a sua “retirada da política” em 1848 para se dedicar à missão “patriótica” no nordeste mineiro, procurando demonstrar que esta “abstinência” somente ganhou significado quando retomei o momento histórico da época e as transformações que ocorriam na política e na economia com o fim do tráfico de escravos e a emergência do café no mercado internacional. Neste contexto, foi proeminente o discurso dos liberais que, embasados no ideário liberal europeu, defendiam, a seu modo, uma remodelação nos negócios, propondo projetos de organização de empresas privadas – navegação a vapor, construção de estradas e ferrovias, colonização, entre outros – com o nobre fim de resolver o “atraso da riqueza”, promover a “industrialização” e o “progresso” no país. Para tal tarefa a presença do Estado nos negócios, longe de contrariar os princípios do liberalismo econômico, tornou-se fundamental. Os incentivos, privilégios, concessões e subvenções, passaram a fazer parte do compromisso firmado entre Estado e iniciativa privada para o desenvolvimento da nação. Como a Companhia do Mucuri estava inserida neste programa, procurei, neste capítulo, mostrar os vínculos tecidos entre o empresário e a política governamental, em especial com a Conciliação, para dar outra explicação a sua “abstinência política” de 1848-1858.

No V Capítulo – *Liberalismo e Civilização: a questão do trabalho na experiência da Companhia do Mucuri* – procurei entender a experiência de colonização efetivada por Ottoni no Mucuri, enfatizando a questão do trabalho. Esta escolha se deu em função do próprio encaminhamento da pesquisa que, passo a passo, foi descortinando-me a possibilidade de entender aquele projeto “patriótico” como uma “missão civilizatória” de Ottoni que, através do trabalho, pretendia tirar do “atraso” e “educar” índios, escravos e homens pobres livres e, também, interpretando-o como um projeto político e econômico – a longo prazo – para gerar e reproduzir riquezas. A partir deste entendimento acompanhei, na documentação, em especial, nos relatórios do Diretor da Companhia, os desencontros e os embates travados entre os diferentes projetos e políticas para a colonização e imigração propostos pelo Governo, pelos empresários-fazendeiros e pelos estrangeiros, sublinhando algumas das experiências efetivadas nas províncias do Sul e São Paulo, procurando demonstrar as peculiaridades, o sucesso e o insucesso da colonização realizada no vale do Mucuri.

Em minhas considerações finais procurei concluir este trabalho voltando ao início de sua proposição, qual seja, Ottoni valeu-se de vários silêncios e por isso pôde construir, na *Circular*, uma trajetória pautada pela coerência para comprovar que permanecera sempre o mesmo. Retomando as argumentações desenvolvidas ao longo deste trabalho e a própria trajetória do liberal mineiro, remarquei as permanências e as mudanças, as quais possibilitaram-me questionar a separação entre o político e empresário que Ottoni e os seus biógrafos, invariavelmente, fizeram ao apresentar a atuação no Mucuri como um momento de “abstinência política”. Na verdade, isto não aconteceu. É o que tentarei demonstrar neste longo caminho que inicio a seguir.

I CAPÍTULO

Theophilo Ottoni: autobiografia e exemplaridade.

A biografia é um gênero crucial, mas difícil. Até uma biografia inadequada é sempre útil... Há algo de vital em cada leitor autêntico de literatura que responde ao grito de batalha de Emerson, 'não existe história: só biografia'. Para além disto, há uma percepção mais profunda: não existe literatura, só autobiografia.

Harold Bloom¹

Para este professor de literatura, o atual interesse pelas biografias literárias está na constituição de um "estoque" de perspectivas na memória sobre um escritor. Buscando Freud, explicou que lemos biografias não como um suplemento à leitura do autor, mas como uma segunda tentativa de compreender o que sempre nos escapa, que é também o impulso de identificação com aquele autor. Este impulso seria uma das bases da experiência do sublime² na leitura. Para Bloom, as criações imaginárias, os elementos metafóricos ou fictícios são valores

¹ BLOOM, H. "A inevitável presença do autor". **Folha de São Paulo**, Caderno Mais, 29 de outubro de 1995, p.5.

² Fletcher, dedicado a decodificar nos discursos os elementos estéticos presentes na alegoria, afirmou que o sublime dá ornamento ao discurso alegórico, com o objetivo de provocar a sensação e o desejo do real. Por isso o sublime enfatiza a subjetividade, promove um movimento psicológico no interlocutor, desperta-lhe a imaginação, a coragem e a grandeza do pensamento; não é a cena da morte que impressiona, mas sim a expectativa, a sensação e o medo que ela provoca. O sublime possui, ainda, o poder para provocar paixões violentas e habilidades para incitar respostas sensoriais. Enfim, impede a reflexão do leitor, provoca os sentidos e incita o desejo do ideal. (FLETCHER, A. ***Allegory the Theory of a Symbolic Mode.***) Burke, também preocupado com as paixões que o sublime e o belo podem despertar no espírito dos homens, sublinhou seu caráter objetivo e subjetivo. O sublime, a seu ver, é um movimento da interioridade, uma introspecção do eu, que é determinado por qualidades encontráveis na efetividade da natureza ou do mundo (homem-natureza-mundo). Para que ele possa aflorar, é preciso que se esteja sobre algum impacto; dessa forma, mantém uma relação estreita e íntima entre o corpo e o espírito. E com isto, o sublime se funda no terror, vem após o impacto, se dá como um movimento subjetivo. Mas são as dimensões objetivas que o despertam, como por exemplo, a grandiosidade dos objetos. (BURKE, E. ***Uma investigação filosófica sobre a origem de nossas idéias do sublime e do belo.*** Trad. Enid. A. Dobránszky. Campinas, SP: Papirus/Unicamp, 1993).

que fazem parte de uma biografia literária. No entanto, efetuar a separação entre a máscara e a personagem é o mais importante.³

Estas características próprias das biografias literárias talvez possam também explicar o atual interesse, tanto de historiadores como de leitores, pelas biografias históricas. Os primeiros têm buscado, através de pesquisas e de novas abordagens, narrar a vida dos outros de uma forma mais sedutora e recuperar o que escapou, trazendo para a história sujeitos e coletividades antes ignorados. Os segundos, interessados em conhecer uma história acessível que fale de acontecimentos, mas também de sensibilidades, de experiências, de desejos e de esperanças; trajetórias de vidas de pessoas com as quais, de certa forma, eles se identificam.

Será um retorno da “tradicional” biografia? A maioria dos historiadores que estão tentando revalorizar a biografia não confirmam um retorno, porque o gênero biográfico nunca desapareceu na historiografia. Na Grécia era um gênero popular para enaltecer os heróis. Durante o longo período da Idade Média, a biografia foi uma forma de legitimar e escrever a história dos santos e dos homens ilustres. Loriga⁴ acredita que houve apenas um afastamento dos historiadores, porque estes, influenciados pela sociologia, estavam interessados nos destinos coletivos e, com a crise da história científica, colocaram o indivíduo no centro de suas preocupações. Esta redescoberta da biografia foi possível a partir do final dos anos setenta, devido a abertura dos estudos históricos sobre a subjetividade, a prática da história oral e as experiências do cotidiano. Para a historiadora, a biografia pode ser um resgate das possibilidades perdidas.

Giovanni Levi⁵ já vê o triunfo da biografia e da autobiografia como uma renovação da história literária, que veio trazer contribuições e esclarecimentos ao conhecimento histórico, pois, através das experiências dos indivíduos, podemos perceber o social, confirmando a nós

³ BLOOM, H. **Ob. Cit.**

⁴ LORIGA, S. La biographie comme problème. In: **Jeux d'Échelles: la micro-analyse à l'expérience.** EHSS/Seuil/Gallimard, 1996.

⁵ LEVI, G. “Usos da biografia”. In: **Usos e Abusos da História Oral.** Marieta de M. F. e Janaina Amado (org.), RJ: FGV, 1996, pp.167-182.

historiadores a impossibilidade de separar o indivíduo e a sociedade. Tanto Levi como Loriga, apesar de defensores da biografia e da autobiografia como instrumento do conhecimento histórico, levantam as ambigüidades e as dificuldades que encontramos ao trabalhá-las. Isto porque já não queremos fazer uma biografia tradicional, que fale de heróis ou de homens fora do comum. Portanto, temos que buscar as técnicas da literatura, um terreno muitas vezes pouco conhecido. Evidentemente, não se quer afirmar que o historiador deva trabalhar como o romancista, pois cada um tem sua prática específica; um, lida com as múltiplas representações, com a história e, o outro, com a poesia e com a ficção, livre das correntes que o possam prender à realidade.

Esta aproximação da história com a literatura é que poderá auxiliar o historiador a enfrentar uma das maiores dificuldades em lidar com as biografias. O modelo tradicional da biografia ou da autobiografia e a retórica de nossa disciplina muitas vezes não nos permitem enxergar as contradições, os descompassos e as incertezas, pois as biografias são por excelência marcadas pela coerência, linearidade e racionalidade. A propósito, lembra-nos Bourdieu⁶ que tanto o relato biográfico como o autobiográfico seguem uma estrita cronologia que pretende dar uma coerência infalível aos acontecimentos e que também resguardam interesses, pois é um discurso sobre si mesmo:

Sem dúvida, cabe supor que o relato autobiográfico se baseia sempre, ou pelo menos em parte, na preocupação de dar sentido, de tornar razoável, de extrair uma lógica ao mesmo tempo retrospectiva e prospectiva, uma consistência e uma constância, estabelecendo relações inteligíveis, como a do efeito à causa eficiente ou final, entre os estados sucessivos, assim constituídos em etapas de um desenvolvimento necessário.⁷

De fato, esta racionalidade que caracteriza as biografias é problemática para o historiador, em razão de mascarar as ambigüidades, as contradições e as discontinuidades. Por isso Levi e Bourdieu aconselham ao estudioso a buscar a ajuda do romancista para romper com a linearidade do gênero biográfico e não cair na armadilha da “ilusão biográfica”. O romancista moderno está consciente que o real é descontínuo e que nem por isso deixa de ser real. Além disso, sabe lidar

⁶ BOURDIEU, P. **Ob. Cit.**, p.184.

⁷ Idem, *ibidem*.

com desenvoltura com o fragmentário, o fugaz e o acidental. O historiador, então, valendo-se dos recursos oferecidos pela literatura, poderá recuperar os fragmentos da história.⁸

Esta proposta de aproximar a história do romance não é uma novidade. No século XVIII, os pensadores, Sterne e Diderot, apostaram na possibilidade de escrever a vida de um indivíduo através de uma biografia pedagógica, criando a imagem de um novo homem em formação e apresentando personagens célebres com suas virtudes públicas. O mesmo se deu com Rousseau que, na tentativa de ser o narrador de sua própria vida, acreditava estar escrevendo com toda veracidade possível. Porém, os problemas se apresentaram e estes pensadores perceberam a inviabilidade de seus projetos. Tanto no personagem social como no autobiógrafo (na construção de si ou na percepção do eu) a memória operava de forma voluntária e o indivíduo construía sua identidade com as lembranças as quais ele próprio considerava essencial. Assim, a biografia individual se mostrou extremamente fragmentada.⁹

Estes são os mesmos problemas que ainda encontramos hoje ao trabalharmos com os gêneros autobiográfico e biográfico. Primeiramente, coloca-se a questão das múltiplas temporalidades, pois cada indivíduo tem o seu tempo. Nos relatos de vida, encontramos constantes retornos, tempos que se confundem e contradizem, o que nos impõe estar sempre em alerta para não cairmos em julgamentos ou dissolvermos as diferenças. Posteriormente, discute-se a questão da complexidade da identidade, a construção de si e do outro numa autobiografia ou biografia. Além do caráter fragmentário e intencional, muitas vezes, a preocupação é com o “nome próprio” ou com o “nome da família” como um atestado de identidade e reconhecimento social do seu portador que quer deixar através do tempo e do espaço.¹⁰

Para tentar solucionar estas dificuldades, os romancistas criaram diálogos entre seus personagens e os autores, e, até mesmo, com os leitores, numa tentativa de construir uma

⁸ Idem, Ibidem, p.184.

⁹ LEVI, G. **Ob. Cit.** pp.70-175.

¹⁰ BOURDIEU, P. **Ob. Cit.** p.187.

narrativa que possibilitasse esclarecer as contradições da identidade de uma pessoa ou de um indivíduo, que concentrava as características de um grupo e das diferentes representações que dele se podia ter. Desta forma, pode-se romper com a linearidade e fazer aflorarem as contradições, uma estratégia dos romancistas que, segundo Levi, pode ser trazida para o campo da história.¹¹

Outro procedimento indispensável para o historiador contornar os problemas biográficos é não separar o indivíduo de sua historicidade. É pôr em prática a sugestão de Bourdieu: utilizar-se do eu para libertar os excessos de coerência dos discursos históricos, para interrogar não somente sobre o que foi e o que é produzido, mas também sobre as incertezas do passado e as possibilidades perdidas. É compreender a sociedade pelo indivíduo e, para compreender uma vida, é preciso recuperar as relações entre indivíduo e sociedade. Diferentemente da literatura, que pode trabalhar sobre uma unidade de uma existência, a história deve reconstituir um tecido social e cultural mais vasto, ou seja, a contextualização.¹²

Ficar preso ao indivíduo e acreditar na possibilidade de compreender uma trajetória de vida como uma série única descolada de um espaço social é um despropósito para Bourdieu:

...o que equivale dizer que não podemos compreender uma trajetória (isto é, o envelhecimento social que, embora o acompanhe de forma inevitável, é independente do envelhecimento biológico) sem que tenhamos previamente construído os estados sucessivos do campo no qual ela se desenrolou e, logo, o conjunto das relações objetivas que uniram os agentes envolvidos no mesmo campo e confrontados com o mesmo espaço dos possíveis.¹³

Ainda atentando para a necessidade da construção deste espaço social, Levi sublinha como o meio, a ambiência e a época podem ser fatores capazes de caracterizar uma atmosfera que explicaria a singularidades das trajetórias: "*... a reconstituição do contexto histórico e social em que se desenrolam os acontecimentos permite compreender o que à primeira vista parece inexplicável e desconcertante... não se trata de reduzir as condutas a comportamentos-tipos, mas*

¹¹ LEVI, G. **Ob. Cit.** p.171.

¹² LORIGA, S. **Ob. Cit.** pp.228-229.

¹³ BOURDIEU, P. **Ob. Cit.** p.190.

de interpretar as vicissitudes biográficas à luz de um contexto que as torne possíveis e, logo, normais." ¹⁴ Além do mais, a contextualização pode preencher as lacunas deixadas pela documentação e permitir aflorar as relações do indivíduo com a sociedade em que está inserido.

Após estes apontamentos, fica evidente que a biografia traz em si ambigüidades e problemas para o historiador, mas traz também muitas possibilidades que não devem ser deixadas de lado pelo seu grau de dificuldades. É certo que um relato biográfico ou autobiográfico oferece uma visão lacunar daquilo que aconteceu. Mas, atualmente, estamos cientes de que trabalhamos com representações múltiplas e, sendo assim, não há sentido em separarmos texto e história. Da mesma forma não podemos separar razão e desrazão. É preciso que busquemos as coerências, mas também, as contradições e as dissonâncias para fazer fluir as diferenças.

Na *Circular* de Ottoni encontramos sua memória individual, pois ele traça uma autobiografia como perspectiva do presente (ser eleito em 1860) e, neste sentido, a narrativa reorganiza e reelabora suas experiências de vida. Mas é também memória coletiva, pois rememora através de uma identidade que ele cria – ou a que lhe atribuem – “o liberal”, “o republicano”, “o empreendedor” - um testemunho que referencia a província de Minas Gerais, ela mesma identificada com o “impossível” liberal. Ottoni vai recriando os espaços: retorna às suas raízes materna e paterna para mostrar sua vocação pelos valores da liberdade, à adolescência para demonstrar o início de sua vida pública no “verdor de sua mocidade” e à maturidade, de onde está falando (1860), para explicitar seu ponderamento. Portanto, estudando este processamento da memória, o indivíduo que rememora e a sociedade na qual ele vive e apreendendo seus vínculos com a história, procurei situar a *Circular* nas inquietações do tempo que lhe deram origem e razão de ser, partindo da proposição de que foi uma “arma política” que conseguiu atingir o seu alvo imediato. ¹⁵

¹⁴ LEVI, G. **Ob. Cit.** pp.175-176.

¹⁵ Debatendo com os sociólogos sobre o “realismo político”, Claude Lefort apresentou com propriedade como os textos de Maquiavel e de Marx foram sendo “apropriados” e utilizados como “arma política” ao longo do tempo, com o pretexto de uma restituição do escritor “em pessoa” distanciada de qualquer parcialidade, para uma exortação ou um desmerecimento, entre outros. (LEFORT, C. “Reflexões sociológicas sobre Maquiavel e Marx: a política e o real”. In: **As formas da História**. Trad. Luiz Roberto S. Fortes e Marilena Chauí. São Paulo: Brasiliense, 2ª ed., 1990). Torna-se imprescindível sublinhar as obras questionadoras de Febvre no combate aos textos de seus interlocutores: Toynbee, Spengler, os

1- Do "verdor dos annos" à formação do "patriota liberal".

Em 1860, o candidato à Câmara temporária por Minas, Theophilo Benedicto Ottoni, iniciou sua autobiografia, redigida na forma de uma *Circular* endereçada a seus eleitores, rememorando os acontecimentos do ano de 1821 em prol da emancipação, como um "tempo de fortes emoções patrióticas" na província de Minas Gerais. Foi também neste ano (1821) que o experiente candidato a parlamentar "reencontrou" o menino Ottoni aos 13 anos, ensaiando seus primeiros passos na defesa das idéias liberais, causa que haveria de defender por toda sua existência. Considerando-se dotado de dons excepcionais para o gênero literário, reencontrou-se escrevendo e declamando "poesias patrióticas", evocando a liberdade e a independência, aprendidas no ambiente familiar em que crescera. Enunciou, assim, que no "verdor dos anos", já se preanunciava o grande tribuno do futuro, pois desde então, arrancava aplausos efusivos dos ouvintes e deixava transparecer seus desejos e lutas por um governo livre.

Reafirmava o político amadurecido de 1860 que aquelas "idéias liberais" não haviam sido frutos de uma formação intelectual, mas aprendidas com o pai nas lidas comerciais no Serro. Ali, em sua província, realizara os primeiros estudos, mostrando-se um aluno aplicado com aptidão à

biógrafos de Lutero e os intérpretes de Rabelais. (Ver **FEBVRE. História.** Trad. A. Marson, P. de Salles Oliveira e M. E. Mascarenhas. SP: Ática, 1978. FEBVRE, L. **Martin Lutero: um destino.** México, Fondo de Cultura Económica, 1956 e **Le Problème de L'Incroyance au XVI Siècle: La Religion de Rabelais.** Éditions Albin Michel. Paris: 1947). Marson, em seu estudo sobre a Revolução Praieira, ao reconstituir os liames da política com a história e a ciência burguesa, apresentou um detalhado estudo sobre as diversas interpretações que foram dadas ao movimento. Ao mesmo tempo, ao desalinhar as estratégias de reconstrução tecidas nas interpretações dos interlocutores (políticos, autoridades, jornalistas e historiadores) com os quais dialoga, apresentou-nos valiosa metodologia de como lidar com textos que tanto em sua contemporaneidade como ao longo do tempo, foram sendo usados como "arma política". Polemizando com textos hegemônicos (tanto dos praiheiros como dos guabirus), a autora iniciou sua análise pelo inverso destas narrativas, ou seja, pela luta armada. Rompendo com a linearidade das mesmas, desvelou-lhes a intencionalidade, o "arranjo" arquitetado pelos autores para ocultar do leitor as origens do embate, fazendo com que este assimilasse os acontecimentos dentro dos limites circunscritos na luta armada. (MARSON, Izabel A. **O Império do Progresso: a Revolução Praieira em Pernambuco (1842-1855).** SP: Brasiliense, 1987). A autora retomou a discussão sobre texto, interpretação, história e memória em **O Império da "conciliação: política e método em Joaquim Nabuco - a tessitura da revolução e da escravidão.** Tese de Livre Docência, Departamento de História do IFCH – UNICAMP. Campinas, agosto de 1999. Partindo do pressuposto de que o texto continua sendo fundamental, outros autores também, têm nos revelado a importância de interrogá-lo, decodificá-lo e, se possível, desconstruí-lo, entre estes, FOUCAULT, M. **A Ordem do Discurso.** 3ª ed. SP: Ed. Loyola 1996. BRESCIANI, M. S. "Século XIX: A Elaboração de um Mito Literário". In: **História Questões & Debates**, Dezembro, 1986 e "Imagem de São Paulo: Estética e Cidadania. In: **XIII Encontro da ANPUH.** Setembro. 1996.

latinidade e revelando, desde então, seu esforço em busca do caminho da ilustração, sempre objetivando "habilitar-se para servir o seu país."¹⁶

Aspirando seguir carreira na Academia da Marinha, em 1827 o jovem Ottoni seguiu para o Rio de Janeiro. Vangloriou-se do "espírito contestatário" que possuía em defesa da liberdade e do propósito de "jamais procurar favores". Como estudante na Corte, os triunfos acadêmicos foram invejáveis para um jovem de sua origem social.¹⁷ Porém, não preencheram sua ambição, pois queria mais; queimava-lhe "o fogo sagrado do patriotismo". Então, engajou-se em uma das inúmeras sociedades secretas¹⁸ ali existentes, iniciando-se em discussões políticas e correspondendo com jornais da província de Minas, escondido detrás de um pseudônimo - Jovem Pernambucano - por estar ainda na menoridade.

¹⁶ OTTONI, T. Ob. Cit., p.59.

¹⁷ Em 1860, com sentimento de amargura, mas também com orgulho, relatou as dificuldades encontradas em 1827 para transpor a hierarquia desta instituição: "*Outrora os filhos dos grandes, inda que idiotas, tinham o direito de assentar praça de guardas-marinhas, e os descendentes de quatro avós nobres á aspirantes, isto antes mesmo de se matricularem na academia. Os paisanos como eu, que não tinham quatro avós nobres, só podião conquistar o direito á praça de aspirantes obtendo aprovação plena em todas as materias do 1º anno*". (Idem, ibidem, p.60). Ottoni descendia de genovêses. Seu avô Manuel Vieira Ottoni, após algum tempo em Portugal, se fixou em São Paulo, por volta de 1727, onde se casou com Ana Felizarda Paes Leme, formando uma família de quatorze filhos, dentre eles, Jorge Benedito Ottoni, pai de Theóphilo Ottoni. O avô exercia em Vila do Príncipe (Serro) a função de fundidor na intendência do ouro e completava seus proventos como ourives. Seu pai era dado às atividades políticas e comerciais. Fora vereador e eleito deputado para o Conselho Geral da província de Minas Gerais. Era também dono de tropas e comercializava mercadorias entre a província e a Corte, atividade que pôde contar com a ajuda do filho Theophilo desde muito jovem; todos os seus filhos acabaram dedicando-se ao comércio no Serro. Esta experiência vivida pelo estudante mineiro retrata o preconceito que vigorava na sociedade escravocrata com relação às atividades manuais. As pessoas que exerciam estas atividades como os artesãos e mercadores eram vistos como portadores de um "defeito" que os impedia de ser qualificados como "homens bons" ou ocupar cargos municipais, ser nomeados como oficiais de milícias ou receber títulos honoríficos. As reformas pombalinas (1755-77) tentaram reverter a situação afirmando que o comércio era uma "profissão nobre, necessária e proveitosa", mas a sociedade não abandonou sua maneira de pensar e continuou estigmatizando os indivíduos ligados ao comércio e às atividades artesanais. (OTTONI FILHO, Cristiano, B. **Árvore Genealógica da Família Ottoni**. Rio de Janeiro: Gráfica de Artes S.A., 1963. [Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro]. OTTONI, T. B. **Notícia Histórica sobre a Vida e Poesias de José Eloy Ottoni**. Rio de Janeiro: Typ. Villeneuve e Comp., 1851. [Arquivo Público Mineiro]. VAINFAS, R. (Dir.) **Dicionário do Brasil Colonial 1500-1808**. Rio de Janeiro: Ed. Objetiva, 2000, pp.435-435).

¹⁸ A sociedade *Club dos Amigos Unidos*, na qual Ottoni chegou a ser secretário. (OTTONI, **Circular**, 1860, p 62).

Na linearidade da narrativa, o ano 1829 foi apresentado também como o marco inicial da "perseguição política" contra a sua pessoa que, do Primeiro Reinado se transmitira ao Segundo e que, ainda, o atropelava em 1860. Naquele ano (1829), o estudante mineiro participara da "mesa paroquial" da freguesia de Sacramento, circunstância em que se envolveu num atrito com o então ministro da guerra, general Joaquim de Oliveira Alvares. Ressaltou que naquele infortúnio tivera a sua primeira experiência em fazer uso público da palavra e em demonstrar o "liberalismo do povo", uma vez que despertou e excitou aplausos do "povo liberal".¹⁹

Após o término do curso na Academia da Marinha, honroso por ter recebido o primeiro lugar, foi surpreendido pelo impedimento de matricular-se na Academia Militar para dar continuidade aos estudos de matemática e obter o sonhado título de engenheiro. Alegou que tal impedimento adveio de sua amizade com o mestre Joaquim José Rodrigues Torres, que era do desgosto do governo. Ottoni, então, retornou à sua cidade, Villa do Príncipe, atuando como comerciante e também dedicando-se ao jornalismo com o periódico *Sentinella do Serro*.²⁰

O político maduro de 1860 considerou o jornalista inquieto de 1830 um romântico, que no "verdor dos anos" vivia com intensidade suas paixões políticas. Como exemplo deste passado vertiginoso, elegeu o 7 de Abril como um momento de perigo e exacerbação destas paixões. Mostrou sua ação e deu a si mesmo um lugar no movimento, qual seja, o "líder do povo" e o partícipe de um dos acontecimentos mais importantes da História do Brasil: "*Do dia 4 até o dia*

¹⁹ O autobiografado relatou o episódio sem muitos detalhes. Informou que, durante aquele pleito eleitoral, discutiu calorosamente uma "questão de ordem" (não a específica), que afetava o ministro, propondo que o mesmo fosse multado. Confessou-se ciente de que conseguiu com aquele discurso angariar antipatias e perseguições, mas, ao mesmo tempo, sentia-se recompensado com os efusivos aplausos que, na ocasião, recebeu de seus interlocutores, o "povo liberal". (Idem, ibidem, pp. 62-63).

²⁰ Ottoni não apresentou detalhes de suas atividades comerciais em Vila do Príncipe, mas seu biógrafo (sobrinho-neto) Maurício Benedicto Ottoni, no intuito de resgatar a raiz hereditária do "liberalismo dos Ottonis", informou que os irmãos Theophilo e Honório, em sociedade comercial, dedicaram-se ao comércio de importação com o estabelecimento - Ottoni & Cia - no Rio de Janeiro (onde ficava Honório) e, também, ambos mantinham tropas para o comércio de mercadorias no interior de Minas, Bahia, Espírito Santo, Goiás e Mato Grosso, nesta última, com fazendas de gado. (OTTONI, M. T. **Theophilo Benedicto Ottoni: uma vida por um ideal**. São Paulo: 1957, p. 99) Christiano B. Ottoni, também, destacando o dinamismo do irmão aos 23 anos, relata que ao voltar para Vila do Príncipe em 1831, Ottoni retomou suas atividades comerciais, fundando ali, um "estabelecimento" e um jornal. (OTTONI, C.B. **Biographia de Theophilo Ottoni**. Rio de Janeiro: Typographia do Diario do Rio de Janeiro, 1870, p.10).

22 de abril foi o Serro uma praça d'armas, de cuja revolta aberta contra o governo geral eu assumi com prazer a principal responsabilidade".²¹ No dia 6 de abril a revolução consumara-se naquele recanto de Minas e, ali, estava Ottoni organizando os confederados para "defender a pátria" e a liberdade da "anarquia e da desordem" que grassava no Rio de Janeiro. No Serro, estava tudo pronto, inclusive uma caixa militar e a artilharia. Nada haveria de temer se arrebesse a "larva revolucionária". Os serranos, caso fosse preciso, estariam preparados para fazer o uso da "força pela força".

A expectativa e os temores foram rompidos na noite de 22 de abril, quando ali chegara a notícia enviada pelo pai, Jorge Benedito Ottoni. Na corte acontecia a revolução do 7 de Abril, a abdicação do Imperador. Villa do Príncipe explodira em uma festa um tanto "anárquica". Os "espíritos exacerbados" extravasavam em seus ímpetos triunfantes, provocando desafetos ao governo e aos representantes ali instalados, prognosticando possíveis cenas de barbárie, somente contidas quando Ottoni, com "espírito revolucionário", mas também preocupado com os excessos e repudiando a "anarquia," tomou para si como tarefa o controle da situação:

²¹ OTTONI. **Ob. Cit.**, p. 68. O 7 de Abril foi interpretado como o corolário de uma situação de descrença e irritação com D. Pedro I, o "monarca turbulento e anticonstitucional". O regente, que no primeiro momento do seu reinado fora visto como um representante da autonomia do Brasil face às Cortes e a limitação do poder real, logo começou a ser desacreditado, poucos confiavam em sua retidão ideológica. Acusavam-no de proteger a "corte brasileira", os "áulicos", e de preocupar-se com os problemas de Portugal, deixando em segundo plano as questões do Brasil. Armitage explicou que além da má administração, o que realmente levou o D. Pedro ao insucesso foi "*nunca ter ele sabido ser o – HOMEM DO POVO, - nunca ter-se constituído inteira e verdadeiramente brasileiro*". Em março de 1826, o Imperador abriu os trabalhos da primeira Assembléia Geral Legislativa. Dessa data até 1831 assistiu-se a um crescente confronto entre a Câmara dos Deputados e o monarca. A situação foi adensada com a Guerra no Sul e a crise econômica que assolava os cofres do Império, instalando dúvidas e inflação. A oposição liberal através da imprensa exigia a garantia às liberdades civis e atacava o governo. Na tentativa de se contrapor aos ataques D. Pedro, em 4 de abril, reviveu a cerimônia do "beija-mão" que foi interpretado pela oposição como um desafio ao liberalismo. A contenda saiu da tribuna e dos jornais e ganhou os caminhos "descontrolados" das ruas, explodindo os ressentimentos nativistas. Partidários dos dois lados entraram em choques violentos, um dos quais, a chamada "Noite das Garrafadas" em março de 1831 no Rio de Janeiro, quando portugueses atacaram oponentes do Imperador. Diante do povo revoltado e das tropas brasileiras amotinadas, em 7 de abril, D. Pedro I abdicou em favor de seu filho Pedro de Alcântara. Sobre o 7 de Abril ver: ARMITAGE, J. **História do Brasil**. Desde a chegada da Real Família de Bragança, em 1808, até a abdicação do Imperador D. Pedro I, em 1831. 6ª ed. São Paulo: Ed. Melhoramentos, 1977. CAMPOS, P. M. *A Fundação de um Império Liberal: Primeiro Reinado, Reação e Revolução*. In: **História Geral da Civilização Brasileira. O Brasil Monárquico**. Sérgio Buarque de Holanda (Dir.). Tomo III, 1.º vol., 2ªed. São Paulo: Difusão Europeia do Livro, 1965, p. 379-404. CARVALHO, J. M. de. *Festas regeneradoras de abril*. **Folha de São Paulo**. São Paulo, 23 abr. 2000. Caderno Mais!, Seção "Brasil 501 d.C.", p. 24.

A exacerbação dos espíritos prognosticava scenas horrorosas; mas minha influência, graças a Deus! era immensa. À porta do ouvidor, depois de uma scena tumultuosa, pude conseguir silencio e attenção. Arenguei ao povo, prégando e exigindo moderação e generosidade, e pedi que os morras - sómente écoassem contra o tyrano, e que não manchassemos com excessos criminosos a bella victoria que nossos irmãos fluminenses acabaram de ganhar... Revolucionário da véspera, o redactor da *Sentinella do Serro* era o ordeiro typo no dia do triumpho.²²

O efusivo entusiasmo que sentia foi abalado após o movimento, que classificou de *journée des dupes*. No seu entender, o 7 de Abril havia sido idealizado por homens comprometidos com a liberdade e com o objetivo de estabelecer o governo do povo, mas a conquista se transformara em um golpe, porque dela haviam-se apossado os liberais moderados, que desvirtuaram-na. Mesmo se sentindo derrotado, registrou o sentido de suas idéias de governo: “*Mas ainda na agitação e devaneio da luta o redactor da Sentinella do Serro nunca sonhou senão democracia pacífica, a democracia da classe média, a democracia da gravata lavada, a democracia que com o mesmo asco repelle o despotismo das turbas ou a tyrannia de um só*”.²³

Condenando os moderados e também os exageros da oposição, o “*defensor da democracia pacífica*” preferiu se afinar com os princípios monárquicos, propondo aos monarquistas liberais reformas legais na constituição, com concessões aos princípios liberais²⁴, de forma a fundir as duas nuanças do partido liberal, ou seja, os moderados e os exaltados. O candidato de 1860 rememorou aos eleitores o programa e a exposição de motivos que, em 1831, havia apresentado aos leitores do *Sentinella do Serro* logo após o 7 de Abril. Traçou uma retrospectiva histórica para mostrar-lhes sua defesa da “democracia pacífica” e que o povo, 29 anos atrás, ainda não estava preparado para gozar da mais perfeita liberdade, além de não poder ter maus guias, com pena de cair na anarquia ou no despotismo. Faltavam ao povo brasileiro nos idos de 1831, assim como em 1860, a “instrução e a moralidade pública” e, portanto, era preciso

²² OTTONI. *Circular*, 1860, p.69.

²³ Idem, *ibidem*, p.70.

²⁴ Sua proposta em 1831 para a reforma constitucional apelava para o cerceamento das atribuições do Poder Moderador, organizando em Assembléias Provinciais os Conselhos Gerais da província e abolindo de imediato a vitaliciedade do Senado, sem apelar para golpes de nação ou qualquer ação violenta. Caso sua proposta fosse rejeitada, recomendava a obediência aos decretos legais e ponderação.

naquele momento muita “*prudência, circumspecção e inteira confiança na apresentação nacional, ou, para melhor dizer, na câmara dos deputados...*”²⁵. Continuou expondo suas propostas políticas, com o objetivo de demonstrar aos eleitores que a sua luta continuava, assim como no passado, em prol das mesmas idéias liberais.

Considerou que, no final de 1831, tanto na Corte como nas províncias o clima político se encontrava instável. As discussões sobre as reformas ocupavam a pauta dos dias. Ottoni denunciou o movimento retrógrado dos conservadores para a volta de D. Pedro I: “*A revolução ia para a rua em nome dos conservadores*”, enquanto o Senado permanecia sobranceiro às novas idéias. Nas sociedades patrióticas agilizavam-se planos de apoio às reformas. Neste contexto, como um “liberal avançado” em defesa da reforma e da ordem pública, criou em Villa do Príncipe a *Sociedade Promotora do Bem Publico*, propondo um “golpe de estado eleitoral” para que fosse salvo o projeto de reformas, anteriormente aprovado na Câmara dos deputados.²⁶ A perseguição política logo se fizera presente aos constituintes daquela sociedade do Serro, ganhando vastas proporções. Para Ottoni, a carreira jornalística acabara ali e se tornara, como ele mesmo diz, um “homem impossível” para os conservadores e “repudiado” para os moderados, que o perseguiram empastelando o *Sentinella do Serro*.

²⁵Vejam as palavras do “liberal ilustrado”: “*Trezentos annos de escravidão não podem bem preparar um povo para entrar no gozo da mais perfeita liberdade. Um povo educado sob o despotismo, sem idéas algumas sobre a organização do corpo social, de mais imbuido pelos seus tyrannos em principios erroneos, fautores do despotismo, precisa de optimos guias para se não desvairar e perder nas ignoradas veredas que devem conduzi-lo ao templo da divina liberdade. Máos guias, podem leva-lo aos horrores da anarchia, ou entrega-lo de novo ás garras do poder absoluto*”. (OTTONI. *Ob. Cit.* 1860, pp. 71-73).

²⁶ Este golpe de estado eleitoral deveria ser efetivado se o projeto de reformas não fosse aprovado ou rejeitado no Senado até o dia da Convocação da Assembléia. Apelaria para que os eleitores do distrito dessem poderes constitucionais aos futuros deputados, com o objetivo de reformarem a constituição independentemente do Senado.

2 - O percurso do "revolucionário liberal".

Após um curto recesso, Ottoni envolvia-se novamente nos episódios políticos, pegando em armas contra a sedição militar restauradora levantada em Ouro Preto em março de 1833. Confessava seu descontentamento em não ter tido ainda o nome - "o primeiro arauto da reforma" - incluso na deputação de Minas. Mas, ao mesmo tempo, se sentia recompensado, pois vira seu projeto de reformas consubstanciado no Ato Adicional. Desta forma, demonstrando modéstia e aparente falta de ressentimento pelo não reconhecimento de sua bravura patriótica, instrumentalizou a exclusão e o sucesso de suas propostas para testemunhar a imagem de homem público moderado, que sempre colocava em primeira instância a pátria.²⁷

Em 1835, eleito deputado provincial "sem a sua menor solicitação", fora defender na Assembléia o Ato Adicional. Em 1838 elegeu-se deputado geral, iniciando o debate com a "seita do regresso", ou seja, com alguns dos conservadores que, fundidos na "oligarquia", conseguiram derrocar "os monumentos de civilização e de progresso que os patriotas do primeiro reinado haviam erigido na legislação do paiz"²⁸. Nesta "oligarquia", assinalou que teve o desprazer de

²⁷ OTTONI. **Ob. Cit.**, 1860, p.86. Após o 7 de Abril o clima político foi marcado por intensos debates sobre a reforma da Constituição de 1824. Em Vila do Príncipe, Ottoni, através do *Sentinella do Serro* e da *Sociedade Promotora do Bem Público*, deferiu críticas ao Senado e ataques aos conservadores, acusando-os de arregimentar para a volta de D. Pedro I. Neste embate, o político mineiro propunha em 1831 e 1832, uma reforma para, segundo suas palavras, "republicanizar a constituição do Brasil", o que implicava eliminar o Poder Moderador, organizar em Assembléias Provinciais os Conselhos Gerais da Província e abolir a vitaliciedade do Senado. Mas, em 1860, ao rememorar na *Circular* esta proposta utilizando um pequeno recorte de um artigo que escrevera no *Sentinella*, Ottoni dissimulou sua exaltação de 1832. Se naquela época propunha aos eleitores do distrito um "golpe de estado eleitoral" caso seu projeto de reforma não fosse aprovado no Senado, em 1860, retificava-se dizendo que aquela "republicanização" que apresentou deveria ser feita "sem apelar para golpes da nação", e recomendava a todos ponderação e obediência aos decretos legais. (OTTONI, T. **Sentinella do Serro**, N.º. 74 de 4 de fevereiro de 1832). Sobre os projetos e debates a respeito da reforma da Constituição, que ocorreram nos trabalhos legislativos de 1832, ver CASTRO, P. a Experiência Republicana, 1831-1840. In: HOLANDA, S. B. **História Geral da Civilização Brasileira. O Brasil Monárquico**. Tomo II, 2º vol., SP: Difusão Européia do Livro, 1964. BARBOSA, Silvana Mota. **A Sphinge Monárquica: o poder moderador e a política imperial**. Tese de Doutorado. Universidade Estadual de Campinas/IFCH. Campinas, SP: 2001. (Em especial, pp.175-179).

²⁸ OTTONI, T. **Ob. Cit.** 1860, p. 97.

encontrar o antigo e admirado mestre, Joaquim José Rodrigues Torres, que no passado o iniciara na doutrina da liberdade.

Descrevendo o período de atuação parlamentar, reencontrou-se inabalável em suas convicções de defender, em 1840, o Ato Adicional contra o projeto de interpretação: "*Minhas convicções e meus antecedentes indicavam suficientemente qual seria o meu lugar no parlamento*".²⁹ Também rememorou para o eleitor o seu antigo combate ao "orientalismo da corte", que afirmava ser um comportamento impróprio do cidadão livre desde 1838. Conveniente se torna lembrar que a cerimônia "do beija-mão" havia sido recentemente avivada pelos novos ministros. Para ilustrar o desempenho como "democrata monarquista", recuperou um antigo discurso sobre este tema, exaustivamente explorado pela imprensa em 1857.³⁰ O candidato,

²⁹ Idem, ibidem, p.97. O Ato Adicional (Lei N.º16 de 12 de Agosto de 1834) foi sancionado pela Regência Permanente e representou um ponto culminante do processo reformista que se iniciou em 1831 com a criação da Guarda Nacional e, em 1832, com a aprovação do Código do Processo Criminal que apontava para um processo irreversível de descentralização administrativa e política, reativando a figura do Juiz de Paz. Apesar de não contemplar inteiramente as propostas dos liberais que pretendiam, desde 1824, promover uma reforma constitucional que eliminasse o Poder Moderador, o Conselho de Estado e transformasse o Senado vitalício em temporário; a reforma alterou alguns pontos de vital importância na gerência da política. O Ato Adicional criou as Assembléias Legislativas Provinciais em substituição aos Conselhos Gerais, propiciando o fortalecimento da autonomia das províncias; instituiu um Regente único, eletivo e temporário com mandato de 4 anos e extinguiu o Conselho de Estado. Por isso a reforma acabou por agradar os liberais, pois viam o Ato Adicional como uma "transação" capaz de abrir caminhos para a descentralização. Perspectiva tolhida em 1840 com a chamada Lei de Interpretação (Lei N.º105 de 12 de maio), entendida como a negação das conquistas liberais inscritas no Ato Adicional de 1834. Alegando necessidade de "reinterpretar" pontos dúbios do Ato Adicional, os conservadores implementaram esta nova lei, mas na verdade o objetivo era modificar o sentido amplo que algumas províncias pretenderam emprestar à autonomia preconizada pela Lei N.º 16, restabelecendo a força centralizadora do governo unitário. As revoluções liberais de 1842 ensejadas em São Paulo, Minas Gerais e Rio Grande do Sul são interpretadas como uma reação a esta política de centralização. (SENADO FEDERAL. **Constituições do Brasil** (de 1824, 1891, 1934, 1937, 1946 e 1967 e suas alterações). 1º vol. Textos, Brasília: 1986. SARASATE. P. **A Constituição do Brasil ao alcance de todos**. Rio de Janeiro: Livraria Freitas Bastos S. A, 1967. BEIGUELMAN, P. **A Organização Política do Brasil-Império e a Sociedade Agrária Escravista. Estudos Econômicos**. São Paulo: 15 (N.º Especial): 7-16, 1985.)

³⁰ Refiro-me ao discurso de Ottoni publicado no *Jornal do Commercio* (6 de fevereiro de 1857) no qual Ottoni rebatia as críticas dirigidas ao seu irmão Christiano Ottoni, acusado de ter beijado a mão do Imperador. Retomou a defesa do irmão porque acreditou que aquelas críticas, indiretamente, estavam direcionadas a ele próprio. (Idem, ibidem, p.101), pois sempre condenara a etiqueta do "beija-mão", uma prática que dizia fazer parte do "servilismo", da crença no poder divino dos reis. Na realidade, esta não era uma idéia original do crítico. Quando escreveu a biografia de Eloy Ottoni, evidenciou que buscava nas poesias e idéias do tio a sua inspiração, especialmente na tradução que o poeta fizera dos *Provérbios de Salomão*, obra em que se referendava para criticar o "servilismo da corte brasileira". (OTTONI, T. B.

cauteloso e precavido, aproveitou a situação para demonstrar ao eleitor de 1860 a fidelidade de seus princípios, o respeito que nutria pelo Imperador e a capacidade que possuía para conciliar desavenças.

Retomou, insistentemente, em sua trama, o fio da "reforma inconstitucional" do Ato Adicional, para dizer aos comprovincianos que, enquanto um "*apóstolo das franquezas provinciales*" e "*tendo fé no governo do povo por si mesmo*", procurou de toda forma possível em 1838 embargar tal lei. Suas proposições sobre o alargamento das faculdades provinciais naquele ano de 1838 são transportadas para 1860, pois considerou que os apelos feitos em 1838 ainda ressoavam nas províncias, particularmente em Minas.³¹ Por isso apresentou longas citações e recortes de discursos proferidos na Câmara em 1838 (publicados no *Jornal do Commercio*), defendendo o Ato Adicional e combatendo a Lei de Interpretação. Demonstrou aos prováveis eleitores que sua preocupação e comprometimento com a província mineira eram antigos. Ao mesmo tempo, teve a intenção de provar a debilidade da argumentação do projeto de interpretação (do Ato Adicional) dos adversários, apresentando-o como "filho querido do regresso", fruto de transações que ele sempre fora contra.³²

Noticiou em vários momentos da narrativa como apoiou com veemência a Maioridade, apesar de sua inconstitucionalidade. Justificou-se, explicando que a pátria corria perigo: "*a escola do liberalismo verdadeiro ser a escola da legalidade e da ordem bem entendida. Mas cumpre confessar que circumstancias se dão em que a letra da lei mata e o espírito vivifica*".³³

Notícia Histórica sobre a Vida e poesias de José Eloy Ottoni. Rio de Janeiro. Typ. Villeneuve e Cia, 1851. Arquivo Público Mineiro). Historiadores têm mostrado os múltiplos significados da prática de rituais e etiquetas como o "beija-mão" no espaço público. Interpretam-nas como também uma forma de exercício de poder e regras disciplinadoras para conseguir a submissão a determinados comportamentos. Sobre normas de comportamento como representações políticas ver, entre outros: BLOCH, M. **Os Reis Taumaturgos** O caráter sobrenatural do poder régio França e Inglaterra. (trad.) Júlia Mainard. São Paulo: Companhia das Letras, 1993. HAROCHE, C. **Da Palavra ao Gesto.** (trad.) Ana Montoia e Jacy Seixas. Campinas: São Paulo: Papirus, 1998. ANSART, P. **La Gestion des Passions Politiques.** L'Age d' Homme. France:Lausanne, 1983. SENNET, Richard. **O Declínio do Homem Público.** As tiranias da intimidade. 5ª ed. São Paulo: Cia das Letras, 1998.

³¹ OTTONI, *Circular*. 1860, pp.105-107

³² Idem, *ibidem*, p.117.

³³ Idem, *ibidem*, p.120.

Resgatou do passado um momento crítico que parecia estar esquecido na memória do país, em especial as "desordens" do Primeiro Reinado, quando os desmandos do "governo pessoal" desencadearam o descontentamento "nacional" contra D. Pedro I. O momento era de alerta, pois, aproveitando da situação, os "oligarcas"³⁴ se preparavam para se fazerem "homens necessários e beneméritos" do Império. Os liberais, por sua vez, ciosos de seu *desideratun*, viram na situação a possibilidade de "encarnar-se na monarquia e iniciá-la no manejo honesto do governo". Daí, explicou o "aparecer da idéia" universalmente acordada entre seus pares de decretar-se a maioria para o jovem Imperador.³⁵

É verdade que tal ato consubstanciava uma oposição ao artigo 121 da Constituição. Mas, naquele momento, o deputado maiorista justificava que fora um mal muito menor em comparação com o que fizeram os conservadores na interpretação do Ato Adicional. Um mal necessário para salvar a pátria do perigo, pois a "oligarquia", soturnamente, arquitetava um outro projeto de maioria. Mas o partido liberal soube perceber a situação.³⁶ Assim, diante da situação deplorável em que se encontrava o país, a apelação a um golpe de estado parlamentar, proclamando a maioria do Imperador para a "glória do reinado e a salvação das garantias constitucionais", estaria plenamente justificado. Acreditava que a maioria poderia estar a favor dos princípios liberais, que a independência tinha selado o nascimento da dinastia brasileira e que o herdeiro da coroa era o seu mais "moderno representante".

³⁴ "A oligarquia", "seita do regresso", "facção aulica" e "governo pessoal" foram expressões utilizadas por Ottoni, para designar um "*grupo de ambiciosos que em qualquer situação (também em 1860) tinham ocupado o 'primeiro poder' no II Reinado*". Este grupo era formado por políticos conservadores fluminenses como Paulino José Soares de Souza, Eusébio de Queirós e Costa Carvalho, chefiados por Rodrigues Torres. Explicou uma historiadora, que estes adjetivos eram utilizados nas primeiras décadas do século XIX no Rio de Janeiro para identificar os nobres e negociantes emigrados, acusados de serem adeptos do "poder absoluto dos reis". Esta verberação tinha a intenção de classificar a prática de setores divergentes, portadores de propostas inconciliáveis. Através da linguagem pretendiam desqualificar e desmerecer os adversários para comprovar a credibilidade de suas proposições (OLIVEIRA, *Ob. Cit.*, p.175-176). Sobre este assunto ver também BARBOSA, Silvana Mota *Ob. Cit.*

³⁵ OTTONI, *Circular*. 1860, p.120.

³⁶ Idem, *ibidem*, p.122.

Enfim, os acontecimentos da maioria foram relatados com detalhes por Ottoni, que, na ânsia de justificar seu apoio a um ato inconstitucional, desdobrou-se em minúcias para bem informar o eleitor de 1860 e angariar para si os votos dos cidadãos para ocupar um lugar no Parlamento e na história. Rememorou os episódios para mostrar como os liberais conseguiram "*salvar no naufrágio as conquistas que o espírito liberal havia pacientemente conseguido ao longo dos anos*". Relembrou a presença de figurantes que também vivenciaram e contribuíram para o "desmantelamento do castelo liberal e democrático", como o ex-mestre José Rodrigues Torres, Carneiro Leão e Bernardo Pereira de Vasconcelos.³⁷

Após a Maioridade estava Ottoni novamente decepcionado. O "quero já" perdera parte de sua significância. Na composição do gabinete predominaram os representantes da "facção aulica", chefiados por Aureliano de Souza, que na Maioridade se manteve em uma estudada neutralidade. Além desta postura, suas relações com os colegas eram pouco cordiais. Portanto, o político liberal, ressentido com a situação desfavorável, ironizava: "*Donde vinha, pois, tão anômala organização de gabinete? ...Como fôra aceita?...O que ia fazer o ministério?*" Partindo do pressuposto de que tal composição não teria sido uma combinação política e que não exprimia o triunfo do programa liberal da oposição desde 1838, levou o eleitor a acompanhá-lo em um longo embate contra o "governo pessoal".³⁸ Contrariado, como os outros liberais, manteve-se recolhido em um de seus anunciados "silêncios". Mesmo tendo o apoio dos amigos, preferiu manter-se em "sentinela".

Apesar deste procedimento, o candidato não deixou seu eleitor sem fatos. Retomou a trama entre liberais e "oligarcas" que se desenrolava na tribuna que discutia a Maioridade.³⁹ De

³⁷ Idem, ibidem, p.146.

³⁸ Contou que apresentou-lhes a proposta de dissolução da Câmara e que logo se tornou vencido pelo "pontífice da seita palaciana" (Aureliano) e seus ministros, pois "o tempo era excepcional" e a reação absolutista se fazia vitoriosa. Explicou, ainda, que os "oligarcas" invejavam Aureliano e rodeavam o Imperador, porque achavam-se os únicos capazes de salvar a monarquia. Por isso proclamavam-se "homens necessários" e queriam ser "Césares associados ao Império". (Idem, ibidem, p.150).

³⁹ Estes acontecimentos fizeram parte do período chamado por Bernardo Pereira de Vasconcelos de "o regresso", que se iniciou em 1838, com a intenção de conter o "liberalismo excessivo". A situação era dos conservadores, "a oligarquia", representada pelo grupo político fluminense, Rodrigues Torres (ex-mestre de Ottoni), Paulino José Soares de Souza, Eusébio de Queirós e Costa Carvalho. O programa do

1860 teceu elogios ao adversário de 1840, o deputado Carneiro Leão - "*maior chefe, hábil e prestigioso dos conservadores mas, ao mesmo tempo o mais franco e generoso*" -, que, na tribuna em 1840, quando se discutia a maioria, já preanunciava aos liberais e ao país o que estaria por vir:

Eu o que receio, senhores, é que as cousas não se estejam preparando para fazer eleger uma camara opposicionista ao Sr. D. Pedro II. Se tal apparecer, declaro desde já que o Brasil se declarará contra toda essa camara; se tal acontecer, quando o Sr. D. Pedro II governar com todos os poderes magestáticos que a constituição lhe concede, seus conselheiros não deixarão de representar-lhe que uma assembléa eleita debaixo das influencias perniciosas que actualmente dirigem os destinos do Brasil não póde ser apropriada para cooperar com o Sr. D. Pedro II.⁴⁰

Pesaroso, afirmou que os "oligarcas", que acreditavam ser realmente os "homens necessários que podiam dar a lei tanto ao povo como ao monarca" venceram, e que a situação lhes pertencia. Porém, tal situação fora efêmera, pois logo perceberam que, para continuar desfrutando das "gordas pitaças" que já estavam acostumados, "teriam que passar humildemente pelas forças caudinas do palácio".⁴¹

Perseguindo o propósito de mostrar e comprovar ao eleitor a coerência de seu desempenho como parlamentar no presente e no passado, Ottoni encerrou o relato deste período com duas lembranças significativas. A primeira, um tanto quanto desnecessária ao capítulo,

"Regresso" propunha reformas que tinham como objetivo transferir para o governo central todo o sistema judicial e policial. No final da Regência de Araújo Lima, as forças políticas se polarizaram entre Conservadores e Liberais, os primeiros, apoiando o programa do Regresso; e os segundos, invocando a "fidelidade aos ideais do 7 de Abril". Desencadeando a partir daí o debate sobre a antecipação da Maioridade. Na Câmara, Holanda Cavalcante apresentou dois projetos para a antecipação, um decretava a Maioridade imediata, o outro, propunha criar um Conselho de Estado para viabilizá-la. Honório Carneiro Leão apresentou um projeto de lei, em que a Maioridade aconteceria pela reforma constitucional do Artigo 121. A discussão se estendeu até que Ottoni interveio defendendo que a Maioridade deveria ser imediata, "sustentando a prioridade do interesse nacional sobre a observância da letra da Constituição". As defecções começaram a abalar os governistas, Carneiro Leão e José Clemente Pereira declararam apoio a Ottoni. Depois de longas discussões no plenário a vitória ficou para os maioristas que em comissão, receberam o "quero já" do Imperador, com quinze anos de idade, encerrando o processo com uma festa comemorativa em 26 de julho de 1840. (CASTRO, P. P. A Experiência Republicana 1831-1840. In. **História Geral da Civilização Brasileira. O Brasil Monárquico**. Dir. Sérgio Buarque de Holanda. 2ª ed. Tomo II, 2º vol. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1967).

⁴⁰ Discurso de Honório Carneiro Leão publicado no **Jornal do Commercio** em 19 de julho de 1840, citado por Ottoni (OTTONI, **Ob. Cit.**, p.159).

⁴¹ Idem, *ibidem*, pp.160-161.

mas bastante significativa no ano de 1860, tratava-se de uma extensa transcrição de um de seus discursos parlamentares, proferido na Câmara na Sessão de 12 de julho de 1841 quando se discutia o orçamento do Império. Neste, o parlamentar debatia sobre questões referentes à província de Minas Gerais, defendendo comunicações, navegação fluvial, escoamento e comercialização da produção agrícola da Província.⁴² Com tal discurso pretendia demonstrar, além do interesse por Minas, seu “espírito empreendedor e progressista”, que mais adiante no texto será exemplificado por sua atuação no projeto Mucuri.

A segunda lembrança remete ao debate encetado com o deputado Carneiro Leão sobre o virtual golpe de estado para a anulação de Ato Adicional, representado pela aprovação da Lei de Interpretação. Neste embate, mostrava-se um defensor do Ato Adicional em nome da legalidade e foi acusado pelo seu opositor de ser defensor de uma “doutrina anárquica.”⁴³ Por que este retorno ou insistência em um assunto já exaustivamente narrado? Parece ser uma estratégia de Ottoni, que vai preparando o leitor no sentido de justificar sua opção revolucionária em 1842. A rebeldia vincula-se à defesa incontestada do direito de resistência e de insurreição frente a qualquer violação ao “direito sagrado da liberdade”. Quer mostrar, em 1860, que suas idéias de antes e sempre nunca haviam sido revolucionárias no sentido de desordeiras, mas sim constitucionais.⁴⁴

3- De “revolucionário” a “pacificador”.

Em 1842, Ottoni chefiou a Revolução Liberal em Minas Gerais.⁴⁵ Ao relatar sua atuação neste movimento, primou pela preocupação com os detalhes e quis demonstrar que, mesmo

⁴² Idem, *ibidem*, p.163.

⁴³ OTTONI, *Ob. Cit.*, 1860, p.168.

⁴⁴ Idem, *ibidem*, pp.173-176.

⁴⁵ Os relatos contemporâneos ao acontecimento e a historiografia reservaram um lugar de destaque ao político pela sua atuação na Revolução Liberal de 1842 em Minas, que foi interpretada como um movimento ensejado nas províncias mineira e paulista em reação a política de centralização implementada pelo governo a partir de 1840, especificamente inscritas na Lei de Interpretação, que tolhia a autonomia das províncias e na reforma do Código do Processo em 3 de dezembro de 1841, impondo a centralização do sistema judicial e policial. Os descontentamentos se adensaram quando o Gabinete de 23 de março de 1841 dissolveu previamente a Câmara, que fora eleita sob o patrocínio de Ministério da Maioridade. O

pegando em armas e havendo baixas entre seus homens, a preocupação era com a ordem. Ao contrário dos capítulos anteriores, quando narrou detalhadamente sua trajetória, neste, sintetizou em apenas quatro páginas, a sua experiência de revolucionário em campo de batalha. Informou que naquelas linhas, procurava "oferecer" aos eleitores "algumas" de suas "mais gratas reminiscências" sobre a revolução. E, ainda, sublinhou a importância do "fato histórico" e justificou a "economia de memória" que praticou, porque acreditava ser aquele acontecimento conhecido por todos os mineiros.

No desenrolar dos acontecimentos e no calor da revolução, sua "voluntária participação" misturava-se com o movimento, como se este não tivesse existido sem aquele. Rememorou os passos da guerra e expôs sua versão, endossando-a com a memória do amigo Marinho - *Historia de Revolução de Minas* - que, por sinal, lhe concedeu um papel de destaque no episódio. Em tom de aventura heróica, narrou a saída do Rio de Janeiro para Minas na noite de 15 de junho de 1842, apresentando-nos a jornada de um herói que ao galope de seu cavalo e no silêncio da noite, venceu todos os obstáculos que lhe foram antepostos. Sublinhou o seu comprometimento com os insurgentes mineiros, mesmo sabendo da derrota dos paulistas e deu destaque especial à batalha final em Santa Luzia, na qual fora o "maior figurante". O motivo da revolução e as idéias após uma virtual vitória dos revolucionários foram assim esclarecidos:

Governo, alegando direitos legais, interferiu no processo eleitoral de 1842 conseguindo, assim, instigar à revolta os liberais, que esperavam com aquelas eleições, garantir sua consolidação no poder. Instalou-se tanto a violência explícita como as fraudes de todos os tipos nas eleições. São Paulo e Minas enviaram ao Monarca representações e petições pedindo a suspensão das leis arbitrárias que "infelicitavam a nação", mas não obtiveram respostas e nenhuma modificação foi feita na política governamental. A Câmara foi dissolvida e os liberais se exaltaram, decidindo recorrer às armas em nome da "liberdade" para "salvar" as instituições livres e a Constituição do aniquilamento imposto pela "facção astuciosa" que se apoderara do poder. Em São Paulo, liderado por Rafael Tobias de Aguiar, o movimento iniciou-se em 17 de maio de 1842 e, em Minas Gerais, em 10 de junho do mesmo ano. Enquanto a primeira província era surpreendida pela ofensiva do general Caxias, a segunda iniciava a seu movimento armado chefiado por José Feliciano Pinto Coelho da Cunha, aclamado Presidente Interino em 10 de junho, que mais tarde, fora substituído por Theophilo Ottoni. O exército rebelde, após inúmeras baixas e derrotas, foi vencido pelos governistas, também dirigidos por Caxias, em Santa Luzia em 20 de agosto de 1842. Sobre o movimento liberal de 1842 em Minas ver: MARINHO, J. A. **História do Movimento Político no ano de 1842 que teve lugar na província de Minas Gerais**. ANDRADE. **A Revolução de 1842**. Belo Horizonte, 1942. REZENDE, F. P. **Minhas Recordações**. Rio de Janeiro, 1944. Documentos sobre "História da Revolução de Minas Gerais, em 1842. **Revista do Arquivo público Mineiro**. Ano 1910, N.º XV. Belo Horizonte, 1910, p.181-390. BRASIL. SENADO FEDERAL, **Autos dos inquéritos da Revolução de 1842, em Minas Gerais**. Brasília, 1979.

Se o Sr. Barão de Caxias fosse vencido, como tínhamos as melhores esperanças de que o fosse, a revolução estava terminada pelo triunfo, e estaria acabada a guerra civil. **Dentro de tres dias, dizia eu para meus amigos, estamos no palacio do Ouro Preto, dentro de quinze dias um ministrio liberal terá suspendido a lei inconstitucional de 3 de dezembro e a do conselho de estado, e terá annullado o decreto inconstitucional que dispersou os representantes da nação.** Nossa tarefa estaria finda, restabelecida a ordem, a ordem bem entendida, que é inseparavel da verdadeira liberdade.⁴⁶(grifos do autor)

Mas, apesar do "*pundonor dos guardas nacionaes mineiros, sua energia e enthusiasmo*"⁴⁷ o insucesso veio logo após o fracasso da revolução em São Paulo, pois as tropas mineiras foram vencidas em Santa Luzia em 20 de agosto de 1842. Ottoni foi preso e conduzido "heroicamente" a pé a Ouro Preto, ficando encarcerado durante um ano e meio.

Em 1860, distante no tempo de qualquer "vertigem revolucionária", o autobiografado julgou a revolução de 1842 para destacar seu empenho pacificador. Dialogando com o "impossível Ottoni", esmaeceu qualquer vestígio de anarquia ou desordem. Sim, fizera a revolução, mas em nome da ordem e da legalidade! Rebateu possíveis críticas ressaltando a "índole pacífica" dos mineiros que, como ele próprio, jamais pensaram em instaurar na província uma guerra civil, pois queriam apenas uma "manifestação popular pacífica".⁴⁸ Redimiou-se, assim, perante aqueles que em 1860 insistiam em trazer à tona seu "espírito revolucionário", num momento em que não mais lhe convinha. Demostrou-se um pacificador:

Creio sinceramente que mais teria ganho o systema constitucional, se, apezar de rebellado o governo contra a constituição, apezar da promulgação das leis inconstitucionaes de 1841, apezar de tudo, a opposição mineira, em vez do recurso ás armas, de preferencia empregasse contra o governo os meios pacíficos que ainda lhe restavão. Infelizmente a opposição era de tal modo provocada e arrastada para o terreno fóra da lei que não havia meio de conte-la.⁴⁹

⁴⁶ OTTONI, *Circular*, 1860, p.178.

⁴⁷ Idem, *ibidem*, p.179.

⁴⁸ Comprovou sua afirmação exemplificando-a com o constatado despreparo dos insurgentes pelos estudiosos do movimento - falta de armazenamento de armas e pólvora -, procedimento indispensável quando se quer executar uma revolução. (Idem, *ibidem*, pp.179).

⁴⁹ OTTONI, *Ob. Cit*, p.177.

Mais significativo para entender seu espírito conciliador é o julgamento da derrota da revolução. Apesar de reconhecer as qualidades de Caxias em campo de batalha, não atribuiu àquele comandante o desmantelamento da revolta. A derrota fora um golpe inexplicável do "Destino", semelhante ao que Napoleão vivenciou em Waterloo, cujo depoimento rememorou: *"Dia incompreensível, em que tudo se perdeu, depois que tudo estava ganho! Houve traição ou foi uma dessas fatalidades com que o destino se apraz em zombar das mais bellas combinações do espírito humano?!"*⁵⁰

Justificando a derrota e sublinhando seu apreço à ordem, afirmou que fora preferível perder do que cair na anarquia:

Como quer que fosse, perdida a batalha de Santa Luzia, pensava eu, ainda antes do facto, que, era certo que podíamos continuar a revolução com chanças de sucesso, também era fóra de duvida que só conseguiríamos assolando os bellos campos de Minas e anarchisando a província. Diante de tamanha responsabilidade honro-me de haver recuado.⁵¹

Finda a revolução, instalou-se a pacificação na província. Mas o conflito dos liberais mineiros com o governo continuou nos tribunais. Ottoni revisitou a citada obra de Marinho para mostrar sua importância no processo e a firmeza de seus princípios mesmo em momento de crise: *"Fui eu, como diz Marinho na Historia da revolução, quem conservou o archivo rebelde, material valiosissimo para os processos e para a história... O archivo rebelde era o auto de corpo de delicto universal dos revolucionários."*⁵²

Relembrando o processo judicial de 1843 movido contra os revolucionários, comentou o reconhecimento dele e de todos os chefes encarcerados da revolução de que não deveriam ter recorrido às armas. Chamou a atenção do eleitor, enfatizando que, mesmo diante desta *mea culpa*, tanto ele como os companheiros não cessaram de "estigmatizar os atos inconstitucionais",

⁵⁰ Idem, ibidem, p.179.

⁵¹ Idem, ibidem, pp.179-180.

⁵² Ottoni se refere ao protesto apresentado pelos revolucionários em 10 de junho de 1842 contra a Lei de 3 de dezembro de 1841 e a dissolução prévia da Câmara. Os tribunais iriam decidir se aquele protesto seria um crime ou uma resistência legal. (Idem, ibidem, p.183).

contra os quais haviam feito o movimento. Esta seria, a seu ver, a questão a ser debatida no tribunal em prol de suas defesas.

Suscitou a discussão da "anistia" concedida aos revolucionários mineiros de 1842 para reafirmar um traço de sua personalidade já esboçada com insistência no texto, qual seja, de não admitir favores e de pautar-se, em qualquer circunstância, na obediência à lei. Durante a prisão, reconhecendo a inconstitucionalidade do Poder Moderador⁵³, os presos pediram à Assembléia Legislativa provincial que não fosse solicitado a esta instância pedidos de anistia, pois acreditavam que tal ato era um direito e uma garantia de todo cidadão brasileiro, que poderia ser invocada constitucionalmente. Para mostrar o apreço recebido por defender idéias liberais avançadas, elencou nomes como Vergueiro e Feijó (com citações de discursos na tribuna na Câmara dos Deputados), os quais enalteciam os feitos do político liberal. Acreditava, assim, com este recurso, provar que não era um "inimigo da ordem pública", um "ousado e turbulento" e muito menos um "vilipendiador das leis".⁵⁴

O veredicto dos jurados confirmou seu parecer, uma vez que todos os chefes foram absolvidos e transformados em "heróis". Quando entraram no recinto, o tribunal os recebeu em pé, até mesmo os "legalistas da véspera", e demonstraram homenagem e respeito. Assim, ao

⁵³ O Poder Moderador foi criado pela Constituição de 1824 e tornou alvo de críticas dos liberais em todo o Império, que interpretavam-no como sendo a descaracterização da doutrina de Benjamin Constant expressa no *Cours de Politique Constitutionnelle*, na qual espelhavam para organizar o projeto de regime representativo no Brasil. Esta teoria propunha a solução de conflitos entre o poder político e a liberdade através de um "poder neutro", mas que no Brasil encarnou-se no chamado Poder Moderador, que tornou-se fundamental no andamento das questões políticas. O seu exercício ficou delegado ao Imperador e declarava que este não estava sujeito a "responsabilidade", além disso, entre outros dispositivos, permitia ao Imperador nomear e demitir os Ministros de Estado, interferir nos outros poderes e até dissolver as Assembléias quando achasse necessário. Diante dessa imunidade e atribuições, os detentores do poder sócio econômico assentados no Legislativo foram criando dispositivos legais para defender os interesses da restrita sociedade da qual faziam parte. O Poder Moderador, a partir de então, passou a ser atacado violentamente na Câmara. Em toda sua trajetória política, Ottoni esteve debatendo contra este poder, principalmente nos períodos em que aparece como "exaltado", entre 1831-1840 e 1857 até o seu passamento em 1869. (BEIGUELMAN, P. A Organização Política do Brasil-Império e a Sociedade Agrária Escravista. São Paulo: **Estudos Econômicos**. 15 (n.º Especial): 7-16, 1985. Para uma análise pormenorizada do Poder Moderador, isto é, a retomada de sua criação, as críticas e os elogios que recebeu, como também as transformações que sofreu ao longo dos anos como uma "experiência de exercício de poder", ver o trabalho de BARBOSA, Silvana Mota **Ob. Cit.**

⁵⁴ OTTONI. **Circular**, 1860, pp.185-186.

relatar sua versão sobre a revolução de 1842, procurou denotar uma cuidadosa preocupação em expor a veracidade dos fatos e demonstrar imparcialidade. Portanto, com astúcia, articulou os fragmentos selecionados de memórias (tanto suas como de outros) e, invertendo a situação, tornou criminosos os ministros que promulgaram a Lei de 3 de dezembro de 1841.⁵⁵ De “revolucionário”, o autor passou a ser o pacificador de Minas.

Em 1845, Ottoni se reencontrou mais experiente, porém defensor das “mesmas proposições políticas”. Novamente eleito deputado geral, retomava o embate contra os “progressos do governo pessoal”. Precavido contra maus entendidos, avisou que seu enfrentamento naquele instante se fazia contra o Poder Moderador, a “seita palaciana”. Portanto, não tinha pretensão alguma de ferir a imagem do rei, suas críticas não eram para ele: *“Dirijo-me exclusivamente aos agentes responsáveis, quando moraliso sobre a entidade inviolável”*.⁵⁶

Ao contrário da narrativa da fase anterior de sua trajetória - o “revolucionário” - em que se pautou por uma “economia de memória”, privilegiou este momento de sua vida parlamentar (1845 a 1848) apresentando longas discussões sobre os acontecimentos políticos desta época, particularmente sobre as dissoluções e reorganizações de gabinetes ministeriais. Ilustrou os comentários com fragmentos de discursos parlamentares deste período. Justificou o apoio ao ministério de 2 de fevereiro de 1844, explicando que este nascera do acordo entre liberais, que se encontravam “esmagados pela tirania ministerial”, com os palacianos, que, repelidos pelos conservadores, se voltaram para o lado liberal contra o inimigo comum. Para legitimar esta aliança um tanto “paradoxal”, apresentou a nobre missão da mesma: “demonstrar aos Césares que

⁵⁵ A lei de 3 de dezembro de 1841 consubstanciava a reforma do Código de Processo Criminal de 1832, que delegava atribuições policiais aos juizes de paz. O objetivo da reforma foi retirar esta autonomia e centralizar estas atribuições nas mãos dos detentores do poder central e na figura do Imperador, que passou a nomear diretamente os juizes municipais e os promotores. Esta mesma lei dava aos delegados de polícia a atribuição de organizar a lista de jurados. Na verdade a promulgação desta lei fazia parte do processo de centralização da monarquia constitucional brasileira, arquitetada sobre os quatro poderes. A lei de 3 de dezembro montou um “aparelho policial” para garantir a ordem pública e pacificar o país. (BEIGUELMAN, P. A Organização Política do Brasil-Império e a Sociedade Agrária Escravista. **Estudos Econômicos**. São Paulo: 15 (N.º Especial): 7-16, 1985, p.8).

⁵⁶ OTTONI. **Ob. Cit.**, 1860, p.193.

eles não eram homens necessários."⁵⁷ Acreditava o deputado que chegara a hora do partido liberal sair da quarentena. Mas, logo se deu conta do seu engano, os liberais não foram chamados e a "monotonia apoderou-se da Câmara dos Deputados".

O ano de 1847, quando Ottoni presidia a Câmara, fora de luta contra o "governo pessoal". Também foi o momento em que o encontramos conciliado com seus antigos adversários, todos mineiros, os senadores Honório Carneiro Leão e Bernardo Pereira de Vasconcellos e o deputado Luiz Antônio Barbosa. Vejamos sua explicação construída em 1860 sobre esta "aproximação":

Na legislatura de 1845 a 1847 a guerra ao governo pessoal foi idéa fixa do Sr. Vasconcellos, que repetidas vezes protestou ser monarchista real, e não pessoal. Procurando alliados, o adextrado parlamentar levantara a significativa bandeira da reforma da lei de 3 de dezembro, que era uma questão de honra para os que contra essa lei tinham empunhado as armas. É deploravel que o grande parlamentar não fosse compreendido. Não era possível que homens da importancia dos Srs. Senadores Carneiro Leão e Vasconcellos ficassem a sós. A outro mineiro distincto coube a honra de acompanhar aquelles illustres athletas. Na camara dos deputados em 1847 o Sr. Luiz Antonio Barbosa fez-me a honra de se dirigir a mim, que então presidia a camara, e pediu-me permissão para repetir o que eu havia dito em 1841 contra a influencia palaciana. Com a minha adhesão, de que aliás o illustre parlamentar não precisava, fez o Sr. Barbosa um dos mais violentos discursos que teem apparecido no parlamento brasileiro contra o poder aulico... Singular coincidência! Os tres mais illustres conservadores de Minas, os Srs. Vasconcellos, Carneiro Leão e Luiz Antonio Barbosa, fazião côro comigo em tudo quanto contra a influencia deleteria da côrte eu havia sustentado em 1841.⁵⁸

Colocando, desta forma, a questão ao eleitor, Ottoni apresentou a circunstância que mostrou com clareza o tom conciliador de seu texto e demonstrou ser um político sem ressentimentos em relação a alguns expoentes conservadores excepcionais. Reverteu a situação de maneira que a adesão aos antigos adversários conservadores não apareceu como uma ruptura com seus princípios. Ele continuava o mesmo, os outros sim, haviam mudado. Mais uma vez, sublinhou que prevaleceu ali atitudes típicas do caráter dos mineiros, a saber, a coerência e o patriotismo.

Outra preocupação de Ottoni foi explicar os "silêncios" deste momento em relação ao Poder Moderador: *"A reação da maioria corria á redea solta, e não havia recurso senão*

⁵⁷ Idem, ibidem, p.197.

⁵⁸ Idem, ibidem, pp.199-200.

curvar a cabeça e deixar passar a onda." Seu silêncio, assim como o de seus pares na Câmara dos Deputados, foi uma estratégia às manobras políticas adversárias, para que não se instalasse uma guerra civil e para evitar o desmoronamento do poder.⁵⁹ Mas quis também mostrar que, apesar desta situação, não desanimou em sua ação política, continuou sendo o mesmo e, conjuntamente com Carneiro Leão, participou da luta em defesa da liberdade do voto e das garantias consagradas na constituição (Lei eleitoral 19 de agosto de 1846).⁶⁰

Uma vez mais, demonstrando sua habilidade pacificadora, rememorou um episódio ocorrido em 1844: o recebimento de uma carta enviada pelo general David Canavarro, que, diante do insucesso das negociações com o Governo Imperial para que a República de Piratinim fosse reconhecida, solicitava seu apoio. A proposta era que Ottoni fizesse reaparecer em Minas a revolução, que seria comandada pelos melhores oficiais rio-grandenses, enviados por Canavarro. Nada mais dissonante com o político amadurecido. A resposta ao amigo revolucionário defendendo a unidade nacional e propondo resignação aos rebelados do Rio Grande do Sul revelou a figura de um eficiente apaziguador das paixões políticas. Desta maneira, Ottoni esmaeceu seu passado revolucionário, enfatizando a imagem de político experiente, moderado e monarquista:

Se eu tenho horror á guerra civil, mais me assusta ainda o parcelamento do Brasil. Nunca fui separatista. Com o direito das gentes do seculo actual, a maior das desgraças para uma nação é ser pequena. Por isso nutri sempre os mais sinceros desejos de que o Rio-Grande se não destacasse do gremio brasileiro... Já se vê, porém, que eu não podia comprehender pacificação, sem que os rio-grandenses livres se concedesse capitulação honrosa... Ao mesmo tempo fiz ao general rio-grandense uma exposição franca e leal acerca do estado da opinião em Minas e S. Paulo, informando com verdade que dalli os rio-grandenses não devião esperar a menor diversão. Chamei a atenção de Canavarro para o fato de terem estado no poder chefes liberaes de Minas e São Paulo, e terem feito aos rio-grandenses livres a mesma guerra que lhes fazião os conservadores. E, demonstrando que os rio-grandenses estavam isolados, lhes declarei que só podião contar para a execução do seu intento com o valor e resignação de que há nove annos davão brilhantes exemplos.⁶¹

⁵⁹ OTTONI. **Ob. Cit.**, 1860, pp.210-211.

⁶⁰ Idem, *ibidem*, p.204. Ottoni referia-se a Lei dos Círculos, proposta em 1846 por Paraná, que contou com o apoio dos liberais. Ver a nota n.º 74 deste capítulo.

⁶¹ OTTONI. **Ob. Cit.**, p.203.

Em 1848, o "*Achilles havia saído de sua tenda*" e interrompido o silêncio para se debater contra as "fimbrias do governo pessoal". Para fazer o leitor ciente da situação política daquela época e do seu embate na tribuna contra a organização do "ministério palaciano" de 29 de setembro, apresentou-lhe o seu discurso publicado no *Jornal do Commercio* de 3 de outubro de 1848. É importante lembrar que no ano de 1848 o clima político externo e interno se encontrava abalado. A Europa vivia momentos instáveis com as revoluções que foram traçando um quadro em que se caminhava para profundas transformações sociais inevitáveis. Na França acontecia, segundo as palavras de Ottoni, a "assustadora revolução de Paris", e a monarquia havia sido derrubada por esta insurreição, que proclamou a república em 24 de fevereiro. A partir de então, as revoluções se espalharam em avalanche pela Europa, porque os homens comuns haviam descoberto – desde a Revolução Francesa – que "não precisavam mais sofrer injustiças e se calar", deixando o poderio burguês sobressaltado:

Este era o "espectro do comunismo" que aterrorizava a Europa, o temor do proletariado, que não só afetava os industriais de Lancashire ou do norte da França, mas também os funcionários públicos da Alemanha rural, os padres de Roma e os professores em todas as partes do mundo. E com justiça, pois a revolução que eclodiu nos primeiros meses de 1848 não foi uma revolução social simplesmente no sentido de que envolveu e mobilizou todas as classes. Foi, no sentido literal, o insurgimento dos trabalhadores pobres nas cidades – especialmente nas capitais – da Europa Ocidental e Central. Foi unicamente sua força que fez cair os antigos regimes desde Palermo até as fronteiras da Rússia. Quando a poeira se assentou sobre as ruínas, os trabalhadores – na França, de fato, trabalhadores socialistas – eram vistos de pé sobre elas, exigindo não só pão e emprego, mas também uma nova sociedade e um novo Estado.⁶²

No Brasil, seus efeitos se fizeram notar. Em Pernambuco, ainda em 1848, os conservadores interpretando a insurreição ensejada ali como filha das "idéias socialistas", apelaram para a necessidade de tomar atitudes drásticas para contê-la. A situação política interna era em tese dos liberais, mas já em véspera de deixar o poder. Era chegado o momento de por fim a situação liberal, tarefa que foi dada ao Gabinete conservador de 29 de setembro de 1848, chefiado por Pedro de Araújo Lima, Visconde de Olinda.

Em seguida, retomou as críticas ao "governo pessoal", cautelosamente defendendo o Imperador e acusando o Poder Moderador de transformar a monarquia constitucional em "monarquia pessoal", crítica que condensa a razão de ser e o tema central da *Circular*. Acusou os

⁶² HOBBSBAWM, E. *A Era das Revoluções (1789-1848)* 15ª ed. São Paulo: Paz e Terra, 2001, p.329.

seus componentes de esconder a verdade de sua Majestade, para não perder os “graciosos sorrisos e as boas graças” que recebia. Criticou-os por insistir em provar - ainda em 1860 – a tradição da monarquia brasileira defendendo o “direito divino e os devaneios da legitimidade”, pretendendo com esta “infâmia” anular a importância das conquistas liberais no país. Aproveitando o momento, lembrou ao eleitor o significado do 7 de Abril:

Não querem compreender que no dia 7 de abril de 1831 o povo e a tropa reunidos no campo de Honra ao grito significativo de – viva a federação! – quando simultaneamente se fazião pronunciamentos identicos em Minas e Bahia, havião consummado uma revolução como a de 1688 na Inglaterra. Não querem compreender que a nação quebrou no dia 7 de abril o que podia haver de aspiração tradicional no primeiro reinado, e marcou soberanamente as condições de existencia do segundo. Não querem compreender que as instituições no dia 7 de abril recebêrão nova tempera, e que nesse dia foi por antecipação, inaugurada a reforma federativa ou acto adicional. Não querem compreender que a abdicação publicada no acto do embarque para a não ingleza Warspite foi uma inspiração feliz, mas não acto espontaneo, e que realmente nesse dia o Brasil tirou o throno ao principe portuguez e o devolveu regenerado ao principe brasileiro.⁶³

Concluiu apresentando seus argumentos sobre a permanência desta situação. Para Ottoni, um dos problemas advinha do pouco prestígio que foi dado ao 7 de Abril de 1831, razão pela qual o sistema constitucional não teria lançado raízes profundas. Para mostrar os desdobramentos desta fragilidade e seu descontentamento com este “desvirtuamento” do sentido da monarquia constitucional, comparou o parlamento brasileiro com o parlamento inglês, mostrando que no primeiro, sempre prevalecera “cortesias” na tribuna e, no segundo, apenas uma “linguagem

⁶³(OTTONI, **Ob. Cit.**, p.218). Ottoni estava rebatendo um folheto oficial de cunho conservador intitulado *Monarchia e democracia* publicado em 1860, que criticava seus ataques ao Poder Moderador e ao “governo pessoal”. Neste mesmo tempo, publicou-se, anonimamente, nas folhas do Rio de Janeiro outros folhetos sempre acusando-o de desrespeito ao Imperador e de exageros contra o Poder Moderador, dentre estes, um intitulado *O Poder Moderador e o Snr. Theophilo Benedicto Ottoni, oferecido aos mineiros por um seu comprovinciano*, que posteriormente foi atribuído a Américo de Barros. Na verdade, as verberações de Ottoni não se diferenciavam dos embates políticos da época. O discurso de todos os liberais eram norteados pela crítica à Monarquia, contra os abusos do “poder pessoal” e a vitaliciedade do Senado, ou seja, contra tudo e todos que estivessem vinculados à centralização do poder. O “poder pessoal” que permeavam os discursos do liberal mineiro e de outros contemporâneos, foi o alvo de reiterados ataques durante todo o Império. Estas contendas são explicadas por estudiosos através da própria organização política que se montou a partir da Constituição de 1824, a qual delegou ao Imperador atribuições e privilégios, inclusive da alçada dos poder legislativo e judiciário, que o indispôs com alguns descontentes, haja vista o Poder Moderador, pois “tal como foi aplicado no Brasil, em vez de resguardar a Coroa e lhe dar mais força, colocou-a diretamente no centro da luta política”. (COSTA, Emília V. da. **Da Monarquia à República: Momentos Decisivos**. 1ª ed. São Paulo: Ed. Grijalbo, 1977). A falta de definição de leis evidentes sobre a separação dos poderes, acabou por “violiar” D. Pedro II e “invioliar” os seus ministros. (BARBOSA, S. M. **Ob. Cit.**, p. 394).

varonil". Na Inglaterra, a despeito da rainha Victoria, imperava a vontade soberana do parlamento para nomear ministros, enquanto

No Brasil o imperador escolhe a política que há de dominar e marca-lhe periodicamente o tempo de sua duração, e designa qual é o primeiro ministro que deve representar cada partido, que são os collegas que o primeiro ministro deve ter, e recusa ao ministerio a demissão de empregados de confiança. E os cortezaos justificão o governo pessoal escrevendo, como escreveu, que o imperador do Brasil com a vastidão dos seus conhecimentos não póde resignar-se ao papel passivo da rainha Victoria. Esquecem que o papel dos reis constitucionaes é essencialmente passivo...Infelizmente, pretende-se que no Brasil o exercício da realza corresponda ao serviço activo da milicia. ⁶⁴

4 – "Abstenção política" e a empresa do Mucuri.

E volverão novamente ao silencio da vida privada e ao cumprimento de outros deveres, e desempenho se lisongão de prestar serviços á sua patria. ⁶⁵

Mais uma vez estava Ottoni justificando sua retirada da vida política, não por abandono aos seus princípios, aos quais havia consagrado os melhores anos, mas porque, naquele momento de descontentamento com a política, percebeu que o fortalecimento do "governo pessoal" se intensificaria a níveis insuportáveis em 1848. Portanto, nestes anos que considerava de "abstinência política" (1848-1858), quando ter-se-ia desvinculado de qualquer partido, havia guardado sempre o "pundonor da coerência", permanecendo fiel aos princípios que defendera no *Sentinella* em 1831, na tribuna da Assembléia Provincial, na Câmara dos deputados e perante o júri de Mariana em 1843. Abandonou a política para ser coerente consigo mesmo e foi, de outra forma, prestar seus serviços à Pátria, desbravando o nordeste mineiro, às margens do rio Mucuri. ⁶⁶

⁶⁴ OTTONI. *Ob. Cit.*, p.223.

⁶⁵ Citação de Ottoni, extraída de uma outra circular de 1848, escrita por ele e por seu irmão, que, também, estava *se retirando da política, para se dedicar à Estrada de Ferro D. Pedro II*. Grifos meus. (Idem, ibidem, p.235).

⁶⁶ OTTONI, T. B. *Companhia do Mucury*: História da empresa. Importância dos seus privilégios. Alcance de seus projetos. Rio de Janeiro. Typ. Villeneuve e Cia. 1856. Fonte: Biblioteca Nacional – Rio de Janeiro.

Respaldado em documentos e relatos de estudiosos da época, (Ferdinand Denis, Saint Hilaire, Victor Reunault, dados estatísticos dos presidentes da província mineira e outros) Ottoni e seu irmão Honório (que faleceu logo após o início do empreendimento) apresentaram ao governo provincial um projeto de navegação, comércio e colonização a ser implementado nos vales do rio Mucuri, que fazia parte de uma região (Serro, Jequitinhonha, São Francisco e Minas Novas) vista como muito importante para o Império, devido suas extensas pastagens, florestas e terras próprias para diferentes culturas. Tal projeto tinha como proposta “desbravar” as matas do interior da região, tornar a população agrícola e habilitá-la a exportar os seus produtos, inclusive por via marítima, com a futura abertura de uma via que ligasse a província ao mar. Para isso, a empresa teria que vencer as dificuldades impostas pelas grandes distâncias e a falta de comunicação com os centros de comércio. Num primeiro momento, foi anunciado que a Companhia de Navegação e Comércio teria sido criada para solucionar esta demanda, abrindo estradas, construindo armazéns e transportando mercadorias pelos rios. Num segundo momento, alegou-se que outras imposições se colocaram e o empresário, então, direcionou o empreendimento para a colonização, optando pela vinda de colonos europeus para realizar os trabalhos da companhia e implementar o projeto de exportar produtos agrícolas e gerar riquezas.

Para atestar aos comprovincianos o apreço ao seu nome e ao do irmão Christiano Benedicto Ottoni (que também “afastava-se” da política para lidar com negócios), apresentou-lhes uma “felicitação” recebida de “liberaes mais avançados” de Itabira (com 51 assinaturas), parabenizando-os pela “retirada honrosa da política” e ressaltando as virtudes cívicas de homens com “corações verdadeiramente americanos”. Em seguida, citou as respostas aos amigos daquela cidade mineira, para explicar-lhes que estavam se retirando da política por lealdade aos seus princípios, à agremiação partidária e ao país. Mais uma vez recorreu ao passado e rememorou a recusa em tomar assento na Câmara dos Deputados em 1851, como suplente por Minas. Assim, justificou seu procedimento pelo “pudor da coerencia”, pois antes havia protestado contra a ilegalidade desta eleição. A resignação era a prova de seu apreço à legalidade.

Afastado da política fora, então, naquele justo momento, “assaltado” por uma idéia em outro setor de atividade. Sentiu que ali (no Mucuri) poderia “ser útil” ao país tanto por construir uma nova área tão rica quanto o vale do Paraíba quanto por, se fosse necessário em virtude das

dificuldades políticas, criar uma nova província, para estabelecer uma saída para o oceano aos mineiros, transformar aquela população “esquecida” na vastidão de suas matas em trabalhadores aptos a “*vender ao estrangeiro tantos milhões de arrobas de café*”; e se necessário fosse criar ali uma nova província.⁶⁷

Conferiu à narrativa da fundação do Mucuri um colorido épico. Levou os eleitores a acompanhá-lo nas viagens pelo sertão mineiro, descrevendo o ambiente da floresta virgem, o galope de seu cavalo entre as picadas, deixando ali seus rastros - o “primeiro que ali tinha pisado”. Ilustrou a aventura pitoresca com os encontros ocorridos com os selvagens, “incivilizados” e praticantes do canibalismo, mas que se tornaram seus amigos, tecendo com eles inusitadas relações de amizade.

No relato sobre os primórdios do empreendimento, enfatizou as dificuldades de comunicação, a quase inexistência e a precariedade das estradas, nas quais, esporadicamente, o viajante poderia cruzar com uma tropa. Contrastou esta situação com a realidade daquele local em 1860, quando nas estradas se encontravam transitando inúmeros carros de bois carregados de mercadorias para Minas Novas. Contou-lhes como em 1857 o sentimento de vaidade tomou-o por completo, pois em seu carro percorreu as 27 léguas e meia da estrada de Santa Clara (a primeira do projeto) e no dia 23 de agosto entrou em “sua Filadelfia”, cidade que construiu para ser o centro das atividades comerciais no vale do Mucuri. Confessou-lhes o triunfo: “*...cheia estava a medida dos meus desejos*”.⁶⁸

Mas o texto também omitiu muitas informações sobre o Mucuri, em especial as crises que a empresa enfrentava. O silêncio encobriu as questões relacionadas, por exemplo, com a proposta de colonização estrangeira que tentou implementar. Com poucos detalhes, discorreu apenas sobre as últimas dificuldades da Companhia. Segundo o narrador, elas teriam sido desencadeadas pelas restrições impostas pelo Ministro da Fazenda e chefe do Gabinete, Ângelo Muniz da Silva Ferraz, que não repassara à Companhia o empréstimo solicitado para o término dos trabalhos da estrada

⁶⁷ OTTONI. *Circular.*, 1860, p.229.

⁶⁸ Idem, *ibidem*, p.230.

do Alto dos Bois.⁶⁹ Entretanto, Ottoni não conseguiu esconder seu ressentimento por ter-lhe sido arrancado o seu sonho. Fez-se uma vítima neste episódio, sensibilizando o leitor ao apresentar o sentimento patriótico da empresa e o desprendimento de si mesmo,⁷⁰ revertendo-o em sua bandeira na campanha eleitoral de 1860:

No entanto, a empresa do Mucury não morreu. D'ora em diante não é apenas mais negocio em que quemquer que seja possa enxergar pretensões individuaes. É uma empresa geral que interessa ás provincias do Espirito Santo, Bahia e mais especialmente á de Minas, cuja deputação, se estiver unida na futura legislatura, póde obter que justiça se faça neste e em outros pontos á nossa provincia, tão desconsiderada e mesmo ludibriada pelo ministério actual.⁷¹

Na verdade, o texto da *Circular* construiu uma argumentação através da qual o empresário Theophilo Ottoni enfrentou no Rio de Janeiro nos anos de 1859 e 1860, os ataques sofridos na imprensa que não só condenavam seu insucesso como homem de negócio, como atingiam também à sua família. As acusações aparecem também no ferrenho combate que seus contendores desfecharam por intermédio de panfletos anônimos. Se o empresário e político enfrentava tanta animosidade em 1860, e se fez da *Circular*, também de 1860, uma justificativa e um programa para eleger-se deputado pela província de Minas, por que teria no seu texto dedicado tão pouco espaço a experiência no Mucuri? Por que sua parcimônia no relato das vicissitudes e organização da empresa? São questões que procuraremos elucidar mais adiante.

⁶⁹ Conforme veremos no IV Capítulo, a partir de 1858, a Companhia do Mucuri começou a enfrentar inúmeras crises que Ottoni não mencionou na *Circular*. O empresário apenas noticiou as dificuldades econômicas da empresa e apontou os “culpados” pelo fracasso da empresa.

⁷⁰ “Arrisquei um cento de vezes a minha vida, arruinei a minha saude e sacrifiquei os meus interesses. Foi mister sujeitar-me ao agro viver das mais inhospitas brenhas. Era sómente cada anno, quando volvia ao Rio de Janeiro, que eu avaliava o insano da luta em que estava empenhado. Então, comparando as doçuras do lar domestico com a vida agreste das selvas, confesso que me arrependia do passo temerario que havia dado. Mas de volta ao Mucury, a imaginação predominava, e por entre espinhos via somente flores.” (OTTONI, *Circular*., 1860, pp. 229-230)

⁷¹ Idem, ibidem, p.232.

5 – De homem de negócios a político reformista: o “retorno” à política.

Em 1857, inaugurada a estrada do Mucury, comecei a perguntar a mim mesmo se não era tempo de saber o que se havia feito em política durante a minha longa abstenção.⁷²

Como se pode perceber, Ottoni enfatizou a idéia de que quando envolvido com a empresa do Mucuri, embora “servindo ao país” estivera alheio à política. Durante aquele período (1848-1857), quando o sucesso do empreendimento se fazia sentir, acreditou que os antecedentes de sua vida, que tanto engrandeceram o país, poderiam garantir-lhe um lugar no Senado. Rememorou o falecimento do marquês de Paraná (Carneiro Leão), informando em tom laudatório que este passou para outra vida sem conseguir realizar as reformas que pretendia na organização política do Brasil. Portanto, percebia naquele momento, a possibilidade de no Senado, dar continuidade às reformas do falecido político.

Retomou o projeto de Carneiro Leão para valorizar a atuação do chefe da política de Conciliação e mostrar aos eleitores mineiros que, enquanto outros políticos haviam mudado com o passar dos anos e com a experiência política, ele nunca mudara seus princípios porque eram os mais corretos. Teceu elogios a Carneiro Leão porque, segundo Ottoni, o político conservador se aproximara dos liberais. Em 1853, Paraná já não se apresentava como o “corajoso orador da oligarquia” de 1841, que sustentava a máxima de que *“O governo é sempre legal, a cuja frente está Sua Magestade o Imperador”*. Transformara-se em um *“pamphletista para quem não há na constituição poder algum absoluto, nem mesmo o poder moderador quando nomeia ministros.”* No parlamento, se mostrou um estadista denunciando os excessos do Poder Moderador e sua interferência na organização dos gabinetes. O candidato de 1860 retrocedeu mais ainda e encontrou os primeiros indícios das mudanças de Paraná já em 1845 e 1846, quando no Senado, havia se empenhado pelo triunfo da lei eleitoral que os liberais propuseram. Enfim, o Marquês de Paraná, entre outros, mudara, por desgosto com o governo pessoal ou porque reconhecera nobremente seus erros passados. Portanto, estaria explicada e justificada a recente afeição que sentia por aquele que fora (de 1831 até 1842) um de seus mais ferrenhos adversários na política, e um dos chefes do partido conservador. O mesmo se dera com o seu partido:

⁷² Idem, ibidem, p.233.

...o certo é que nos ultimos annos de sua vida o Sr. Carneiro Leão pareceu desejar sinceramente a fusão dos dous grandes partidos políticos, para assim regenerar o systema representativo. Nessa intelligencia os liberaes prestarão apoio ao seu ultimo ministerio, depois que elle, acudindo ao reclamo da patriotica manifestação de Vassouras, pareceu entrar francamente nos caminhos do progresso.⁷³

Após este aparte, Ottoni retornou a 1858 para falar de si mesmo. Declarou-se incomodado com a persistência da “inércia política” daqueles últimos tempos e conclamou a necessidade de reformas. Este incômodo não era recente, pois fazia parte de seus princípios lutar pela “reforma sem lutas violentas”. Para comprovar a afirmativa, retomou uma outra circular escrita por ele e seu irmão Christiano Ottoni aos eleitores mineiros em 1856, em que discutiam as reformas para a representação temporária e, também, para o Senado, defendendo a Lei dos Círculos proposta por Paraná e a quebra da vitaliciedade do Senado.⁷⁴ Estava mostrando aos eleitores de 1860 que sua política seria de moderação: *"A minha manifestação nada significava senão que eu tenho o pundonor da coherencia, e que conservava, como ainda conservo, aquella opinião, de nenhum modo heterodoxa."* Asseguravam que não pretendia perturbar a paz com esta circular, pois seu apelo não carregava nenhuma cor partidária. Denunciavam mas pedia cautela, apelava para *"o progresso reflectido e pacífico, a reforma sem lutas violentas"*. Assim, conclamavam:

Sr. Eleitores mineiros! Em nome da paz, do progresso e da concordia política, vos pedem os abaixo assignados: - elegei deputados e senadores que expressamente se compromettão a pugnar por todos os meios legais: Pela eleição dos senadores por circulos. Pela renovação parcial do senado em cada legislatura." ⁷⁵

⁷³ OTTONI. Ob. Cit., 1860, p.234.

⁷⁴ A Lei dos Círculos instituída pela reforma de Honório Carneiro Leão em 1856, representou modificações substanciais no sistema eleitoral vigente. Os candidatos passaram a disputar os sufrágios dos corpos paroquiais de toda a província em chapa una. Prática que acabou por beneficiar as chefias dos grupos, ou seja, os detentores do comando político de uma determinada área, cidade, capital ou distrito. Por isso o apoio de Ottoni à reforma, pois achava-se um legítimo representante de sua província e tinha a convicção de poder contar com os votos dos seus comprovincianos. Possivelmente, quando Ottoni insere esta circular em seu texto de 1860, estava dando respostas à acusação de seus adversários de 1856, quando se candidatou-se ao Senado, os quais afirmavam que se ele fosse eleito iria propor tal reforma.

⁷⁵ Nesta circular, Ottoni retomou moderadamente a sua antiga luta de 1838 contra a vitaliciedade do Senado, que fechara suas portas às reformas e realizara sua eleição pelo antigo sistema. Explicava que naquele momento estaria retomando a questão porque não havia tido a oportunidade de levantá-la antes e queria afirmar que, como anteriormente, *"sempre esteve persuadido que um senado vitalício dá somente garantia aos interesses individuais dos senadores e de suas famílias"*. (OTTONI. Ob. Cit., 1860, pp.235-237).

Portanto, o objetivo era comprovar que suas opiniões acerca da vitaliciedade do Senado continuavam as mesmas. Assim, reafirmando antigas convicções de tempos mais aguerridos, procurou esmaecer o tom conciliador característico desta fase de sua vida política.⁷⁶

Nas eleições de 21 de agosto de 1859 apresentou-se novamente candidato a senador sem "dar cores políticas" à sua candidatura. No dia 10 de junho dirigiu aos comprovincianos uma circular, em que garantia não ter dito nenhuma palavra que contradissesse seu passado. Fez dos "serviços prestado à pátria" no projeto da Companhia do Mucuri uma garantia para o sucesso eleitoral:

As cadeiras do senado, na forma da constituição, são destinadas para compensar os serviços prestados ao estado. Se julgais que teem alguma importancia os beneficios que a empresa do Mucury já está prestando á nossa província, daí um voto ao empresario, daí um voto ao mineiro que primeiro levou um vapor do Rio de Janeiro á provincia de Minas.⁷⁷

O sucesso com o eleitorado deixou-o "sobejamente galardoado", pois fora o primeiro mais votado, embora acabasse preterido pela escolha imperial garantida pelos direitos inscritos no Poder Moderador. O segundo da lista tríplice, o mineiro conselheiro Luiz Antônio Barbosa, fora o escolhido. Em seguida, nas eleições de 11 de fevereiro do mesmo ano, Ottoni se apresentou novamente candidato a uma outra vaga no Senado, alcançando o primeiro lugar na lista tríplice e, mais uma vez, apresentada à consideração do Imperador, foi preterido pelo terceiro colocado, Manuel Teixeira de Souza. O ressentimento do político mineiro se fez notar. Revidou publicando um ofício em 28 de abril de 1860, declarando-se não candidato para ocupar a vaga do senador Luiz Antônio Barbosa, que falecera precocemente.

Narrou, detalhadamente, os episódios das candidaturas senatoriais vitoriosas e as seguidas preterições tornando-os um importante argumento em 1860. Procurou demonstrar que em momento algum se deixara abater: "*Menos queixei-me da preterição. Considerando-me mais*

⁷⁶ Esta fase da vida de Ottoni em que se encontrava em "abstinência política" no Mucuri, será analisada no IV Capítulo deste trabalho: *Política e negócios; o projeto de colonização de Theophilo Ottoni*.

⁷⁷ OTTONI. *Ob. Cit.*, 1860, pp.238-239.

digno do que o nomeado". Defendeu que a desistência era um de seus "direitos sagrados" de cidadão. Portanto, rememorando a trajetória que percorrera na Câmara desde 1845, e elegendo fatos comprobatórios da fidelidade ao Imperador e da sua representatividade política em Minas, explicou porque não se candidatou: "*essencialmente mineiro, se me faltão os predicados para ser escolhido senador do imperio, sobra-me patriotismo para zelar o nome e pundonor da minha provincia.*" ⁷⁸

Porém, em 1860 estava novamente na arena política, desta vez para disputar uma vaga na Câmara. Aquela candidatura seria para ele um "dever de honra" para com os comprovincianos, que tão bem o acolheram em suas últimas tentativas. Aos seus adversários queria mostrar que ao recusar uma nova disputa para o Senado, não lhe "*apetecia deitar-se nos colchões macios dos principes e Cesares*". ⁷⁹

Nesta ocasião, Ottoni vivenciava um momento de perigo. A nova divisão eleitoral recentemente estabelecida pela reforma de 1860 levada a termo pelo Gabinete Ferraz, na província de Minas preocupava-o, pois ambicionava representar os distritos de Minas Novas, Serro e Diamantina, porque ali encontravam-se "afinidades de opinião" e familiares que o apoiavam.⁸⁰ Foi justamente aquele distrito que tanto o havia prestigiado nas duas últimas candidaturas, sendo assim, acreditava que o seu passado garantiria uma futura vitória. Era conhecido naquela região, e acreditava que as pessoas que lhe tinham o maior apreço poderiam "melhor avaliar se o empresário da Companhia do Mucuri" era um especulador ou um patriota. Da mesma forma, saberiam "*até onde vai a magnitude dos sacrificios a que sujeitou para dar ao norte de Minas um porto de mar. Lá, no Serro, em Minas Novas, na Conceição e na Diamantina, minha candidatura estava apadrinhada pelas recordações do campanário.*" ⁸¹

⁷⁸ OTTONI. T. B. *Circular.*, 1860, pp.243-244.

⁷⁹ Idem, *ibidem*, p.246.

⁸⁰ A reforma eleitoral de Ferraz antes das eleições parlamentares de 1860, colocou fim às facilidades dadas pela Lei dos Círculos, pois estipulou três deputados por círculo eleitoral e redefiniu novos distritos, interferindo sobremaneira na distribuição das bases eleitorais de Ottoni, que naquele momento, em função de seu empreendimento no Mucuri, residia no nordeste de Minas. Foram estas circunstâncias, que deram origem imediata à *Circular*.

⁸¹ Idem, *ibidem*, p.248.

Entretanto, o candidato fora surpreendido com o decreto de 5 de setembro de 1860, que desmembrou as comarcas do Serro e de Diamantina do distrito eleitoral que pretendia representar, formando, assim, um novo distrito e ameaçando sua confiança. Em virtude desta ameaça, decidiu publicar em 1860 a minuciosa *Circular* aos comprovincianos, com o intuito de ganhar o apoio daqueles eleitores, que já o haviam agraciado com votos nas últimas eleições senatoriais. Ao mesmo tempo, pretendeu mostrar que seu programa era sólido, pois estava inscrito nos antecedentes de sua vida. Caso fosse eleito, faria valer o sistema constitucional em sua verdade e continuaria a oposição aos ministros de qualquer partido que se subordinassem ao governo pessoal. Combateria o "flagelo da prisão arbitrária" e o recrutamento forçado, para que fossem retiradas as funções judiciais dos agentes policiais e entregues aos magistrados. Prometeu olhar aquela província (Minas) tão esquecida, especificamente a região do 2º distrito eleitoral, para a qual vislumbrava um futuro de progresso, comparável ao dos americanos do norte, que souberam associar os recursos naturais com o trabalho. Dessa forma lançava, por ocasião das eleições, um novo projeto de navegação:

Do lado do poente do rio de S. Francisco está reclamando a navegação a vapor, que facilite o comércio das comarcas de Pitangui e Sabará com as comarcas contíguas e com a província da Bahia.(...) E, hoje que a estrada de ferro de D. Pedro II passou do domínio das utopias para o dos fatos, hoje que todos os espíritos positivos já admitem que o cavalo dinamico nestes proximos tres annos terá de desalterar-se nas aguas do Parahyba, é tempo de investigar que partido podemos tirar das incalculáveis riquezas do valle do rio S. Francisco.(...) Antes que o braço do sul se tenha estendido até Lavras, o sibilar da locomotiva terá feito decuplicar a actividade e energia dos yankees mineiros, que em tão poucos annos improvisarão o rico municipio da Leopoldina. Quando o braço do norte da estrada de ferro chegar á Leopoldina, o valle do Rio Doce começará a ser devidamente apreciado. Então se conhecerá que as terras que alli jazem incultas teem mais valor do que o ouro do Congo, de Coacoe e da Itabira.⁸²

Para finalizar a exposição, o amadurecido político e experiente empresário de 1860, selou seu compromisso com os eleitores com a promessa de levar ao 2º distrito eleitoral os trilhos do progresso: a estrada de ferro combinada com a navegação a vapor nos grandes rios da região. Argumentos convincentes para o momento e para o local, pois não eram poucas as dificuldades e

⁸² Idem, *ibidem*, p.251.

as necessidade daquelas populações para se comunicarem e escoar a produção para os portos que ficavam a longa distância.⁸³

A historiografia clássica e os biógrafos de Ottoni vêem a *Circular* de 1860 como uma proposta política para sua candidatura à Câmara temporária tendo como objetivo aquele que seu autor explicitou, qual seja, pedir de "forma transparente" votos aos eleitores mineiros, particularmente aos do 2º distrito eleitoral da província:

Expuz sem restrição mental minhas opiniões sobre questões da maior transcendencia. Disse claramente o que quero e para onde vou. Declarei estar em disponibilidade e mesmo desejoso de entrar no serviço activo da politica. Lida esta minha carta, Srs. Eleitores, ficareis sabendo quaes são as condições sob as quaes posso ter a honra de incumbir-me de um mandato legislativo por vossa parte. Portanto, se entenderdes que com as idéas que expedi eu posso, na camara dos deputados, ser de alguma utilidade á nossa patria. E se em vosso espirito ainda não está fixado irrevogavelmente o voto que tendes de levar ás urnas: Aceitarei agradecido um lugar entre os mandatarios do 2º districto eleitoral de Minas-Geraes.⁸⁴

Levando em consideração as colocações do historiador Lucien Febvre, que afirmava ser necessário desconfiar das evidências e complicar o que nos é apresentado de forma muito convincente, procurei retomar as visíveis contradições inscritas na *Circular* de Ottoni a seus comprovincianos. Partindo de uma leitura mais cuidadosa da mesma carta e procurando situá-la em seu contexto, sobretudo avaliando seu envolvimento com a política vivenciada no momento em que foi preparada. Nesse sentido, foi possível percebê-la como intervenção num momento de dificuldades advindas não apenas da possibilidade de um insucesso nas urnas, mas que se desdobrou em outras intenções. Então, pareceu-me plausível compreendê-la como uma carta política que, implicitamente, trazia uma resposta aos seus adversários em virtude da situação desconfortável que enfrentava em 1860. O fracasso dos negócios no Mucuri ganhava grande

⁸³ Ottoni relatou aos eleitores do 2º distrito eleitoral seu interesse, aliás advindo de sua experiência no Mucuri, em fazer realizar a praticabilidade da navegação a vapor no Rio São Francisco com outros rios das províncias de Minas e Bahia. Com o fracasso do projeto de navegação do Sr. Halfeld no S. Francisco, contou que havia contactado um "honrado negociante" de Januária, "seu amigo" Manoel Caetano de Souza e Silva, aconselhando-o a levar em frente a navegação a vapor do rio São Francisco. Depois de estudar com este amigo todas as possibilidades, este animara a abraçar o projeto com sua ajuda. A proposta de Ottoni vinha de seus conhecimentos sobre a navegação que se praticava no rio Ohio nos Estados Unidos. Acreditava que a mesma experiência poderia ser efetivada no S. Francisco e em outros rios das províncias mineira e baiana. Esta rota de navegação deveria ser complementada com braços da estrada de ferro D. Pedro II, que se estenderia às vilas que abrigassem os portos fluviais.

⁸⁴ OTTONI. Ob.Cit., 1860, p.235.

divulgação nas folhas do Rio de Janeiro, sinalizando ao candidato um perigo iminente. Ao mesmo tempo, foi também possível perceber no texto da *Circular* as contradições imbricadas no percurso de seu autor.

Dessa forma, ficou flagrante a preocupação em compatibilizar procedimentos divergentes. Por um lado, o personagem exemplar por sua fidelidade a determinados princípios – o patriotismo, a luta contra o privilégio, contra o Senado vitalício e o “poder pessoal”. Por outro, uma trajetória política marcada por mudanças na qual o personagem foi primeiramente um revolucionário apaixonado; depois um pacificador e por fim um reformista. A solução encontrada por Ottoni para justificar tais dissonâncias não pôde prescindir da contradição – a fidelidade aos princípios exigiu mudanças, ou seja, foi preciso mudar para permanecer o mesmo.

As contradições emergiram também na abordagem das relações entre o político e o empresário. Por vezes, Ottoni separou o político liberal do empresário (atuar nos negócios significava “abster-se” da política), especialmente do empresário que criou e implementou o projeto do Mucuri. Porém, em outras circunstâncias, preocupou-se em demonstrar que a experiência e os empreendimentos do homem de negócios poderia testemunhar a presença de um político liberal correto. A exploração das biografias de Ottoni, que se serviram fartamente da *Circular*, pode ser uma boa pista inicial para o aprofundamento do estudo das ambigüidades desta fonte, ambigüidades que fundamentaram as diferentes avaliações que os biógrafos conferiram ao “impossível” Ottoni. Vejamos como Ottoni foi retratado por seus biógrafos.

II CAPÍTULO

Usos da "Circular": os biógrafos e as imagens dissonantes de um personagem.

Historiadores, falemos sobretudo da adaptação ao tempo. Cada época fabrica mentalmente o seu universo, não só com todos os materiais de que dispõe, todos os fatos (verdadeiros ou falsos) que herdou ou que acaba de adquirir, mas também com os seus próprios dons, a sua engenhosidade específica, os seus talentos, as suas qualidades e suas curiosidades, tudo o que a distingue das épocas precedentes. Paralelamente, cada época constrói mentalmente a sua representação do passado histórico.

Lucien Febvre¹

Os biógrafos de Theophilo Benedicto Ottoni não tiveram muito trabalho na tarefa de escrever a sua história de vida, pois este já havia deixado organizados na *Circular* os fragmentos de sua memória, na qual, cuidadosamente, os acontecimentos históricos da época foram sendo tecidos, ganhando, assim, sentido, continuidade e coerência. Tiveram apenas que reler a memória do biografado, dando-lhe novos significados condizentes com o tempo presente da elaboração destas biografias, reconstruindo incessantemente a sua identidade: "o democrata", "o liberal", "o republicano", "o progressista", "o patriota", "o humanista", "o bandeirante moderno", "o civilizador", "o pacificador"; ou ao contrário: "o revolucionário", "o agitador", "o separatista", "o demagogo", "o republicano disfarçado", "o escravocrata".

As avaliações inscritas em cada interpretação variam segundo a ênfase que o autor confere aos diferentes momentos da trajetória do biografado. Em todas as narrativas apresentadas, pôde-se perceber a intervenção da *Circular*, ou seja, os vestígios de como Ottoni produziu a sua imagem nas diversas etapas de seu percurso.

¹ FEBVRE. L. **O Problema da Descrença no Século XVI: A Religião de Rabelais**. Lisboa: Editorial Início, 1970, p.12.

Partindo do pressuposto de que a repetição prolonga a existência dos acontecimentos, estende sua durabilidade, diminui a sua perecibilidade e constrói verdades, os biógrafos de Ottoni tomaram para si a missão de lhe garantir o lugar por ele esperado na História. A construção do "indivíduo único" e "fora do comum" descolado de seu tempo, perpassou todas as narrativas. Endossaram a idéia de "unidade" da pessoa do biografado, característica marcante do relato de Ottoni, apresentando um conjunto de acontecimentos ou fatos relevantes da sua história de vida, pautados sempre nos mesmos critérios, em especial a fidelidade a princípios e o patriotismo.

Ao percorrer tais narrativas, ficou evidenciado que as experiências de vida são submetidas a uma lógica discursiva que enfatizou a sucessão e a vinculação entre acontecimentos, produzindo uma unidade totalizante e coerente, onde na realidade, apenas existiam fragmentos. Portanto, constituem uma representação do real, porque "*o real é descontínuo, formado de elementos justapostos sem razão, todos eles únicos e tanto mais difíceis de serem apreendidos porque surgem de modo incensamente imprevisto, fora de propósito, aleatório*".² Os textos biográficos deixaram, também, entrever que estão interligados com as inquietações vividas pelos biógrafos, particularmente a necessidade de defender a monarquia ou a república. Desta forma, a recorrência aos dados contidos na *Circular* não acontecem com as mesmas características. A cada momento as referências surgiram sob uma nova interpretação de acordo com as preocupações do autor que a escrevia.

Desta forma, a leitura destas biografias evidenciou o quanto é preciso que o pesquisador esteja atento para à "ilusão" que as autobiografias e biografias carregam. Também demonstrou a necessidade de perceber e tentar desvelar os "planos de organização" da memória e suas intencionalidades. Os biógrafos de Ottoni buscaram lhe dar um reconhecimento que a história lhe negara e, ao mesmo tempo, através de seu personagem, dialogar com questões do momento em que suas obras foram criadas.

Enfim, sabendo da importância das autobiografias e biografias para o historiador, e levando em conta as problemáticas até aqui levantadas, apresento uma reflexão sobre as

² ROBBE-GRILLET, A. *Le miroir qui revient*. Paris, 1984, p.208. Citado por BOURDIEU. *Ob. Cit.*, p.185.

biografias de Ottoni, em que procurei pontuar a interpretação, a atribuição de sentidos, enfim, como cada uma criou uma identidade ao personagem: o “monarquista”, o “liberal”, o “republicano”. Estas narrativas foram em sua maioria produzidas por familiares em datas comemorativas e, no geral reproduziram o modelo clássico do gênero biográfico – construíram a figura do herói, no caso, orientado por rigoroso modelo de virtude, sentimentos de brio e dignidade -, de forma a oferecer uma trajetória exemplar a ser seguida.

1 – O “monarquista parlamentar”.

Em 1862 foi publicado em Portugal um pequeno opúsculo - *Theophilo Benedicto Ottoni* -³ com o objetivo de referendar, inclusive na Europa, a imagem de Ottoni reproduzida na *Circular* de 1860. O autor afirmava que a vida de seu biografado testemunhava de forma isenta a história dos acontecimentos políticos do Brasil daqueles últimos trinta anos. Por isso a importância daquele texto: *"a isenção do seu caráter, a integridade da sua independência, e ao vivo amor às instituições liberais que unicamente conseguem felicitar os povos, que o sr. Theophilo Ottoni deve a importância da sua valia política e a estima de amigos e adversários."*⁴

Da mesma maneira exaltava a fidelidade partidária e a unicidade de seu espírito, caracterizando-o como um "reformador aquecido pelos impulsos sempre puros e generosos do coração", o mesmo Ottoni em todos os momentos:

Os mesmos princípios em todo o credo de reforma social; uma afinidade completa a respeito dos deveres morais do homem de partido, até muito dos mesmos sacrifícios e riscos que trazem consigo as convulsões revolucionárias, os aproximam e lhes dão quase feições idênticas. A

³ J. da C. F. "Theophilo Benedicto Ottoni". **Revista Contemporânea de Portugal e Brasil**. Lisboa: Ano IV. Abril de 1862. Gostaria de informar que procurei encontrar o nome completo deste autor em outros números desta revista na Biblioteca Nacional (RJ), mas não obtive sucesso. Encontrei outros artigos, porém, todos assinados apenas com as mesmas iniciais. Agradeço a Célio Ricardo Tasinafo que com o intuito de ajudar-me, contactou uma pesquisadora em Portugal, que por sua vez, teve a boa vontade em tentar desvendar o nome deste autor. Da mesma forma, não o conseguiu.

⁴ J. da C. F. **Revista Contemporânea de Portugal e Brasil**, 1862, p.436.

Circular que elle dirigiu aos eleitores de Minas Geraes, em setembro de 1860, é a expressão completa d'estes princípios, e ao mesmo tempo o retrato moral e político do liberal sincero.⁵

Retratou "todas as circunstancias" que teria passado o "chefe do partido democrático do Brasil". Exaltou a figura do estudante exemplar de 1827 e a sua precocidade na política. Conferiu grande importância à *Sentinella do Serro*, que a seu ver, fora escola para o biografado, pois nela o político foi formando um corpo de doutrina em que se achavam consignados "todos os princípios liberais", tornando-o conhecido como "publicista talentoso", garantindo-lhe o sucesso na candidatura a deputado provincial em 1834 e, depois, na Assembléia Geral em 1837. Enfim, na história política do Brasil, Ottoni fora o "baluarte das idéias democráticas".

Assim como o político liberal apresentou na *Circular* seu envolvimento com os acontecimentos que antecederam o 7 de Abril, o biógrafo associou a ação da *Sentinella* à essa "revolução":

"Apesar de ser escripta n'uma povoação central, a *Sentinella* estava no caso de realizar grande influencia no paiz, já porque a imprensa na corte, pouco desenvolvida então, não tolhia os movimentos á das provincias, já porque Minas, comprehendendo as vantagens dos governos livres, se tornou o principal centro da resistencia, e já porque era escripta por talento superior que tornava interessantes todos os assumptos de que tratava. As columnas da *Sentinella* eram animadas de um patriotismo verdadeiramente antigo. Nenhum dos jornaes da epoca profligou com mais talento, com mais calor, com mais eloquencia as fataes desmandas do primeiro reinado. A *Sentinella* inspirava ao povo amor á liberdade, ódio á tyrannia, iniciava-o no conhecimento dos seus direitos, e pregava francamente a resistencia á opressão." ⁶

J. da C. F. não pretendeu esmaecer-lhe o "espírito de vertigem", ou seja, revolucionário. Sublinhou que o político soubera conquistar popularidade e posição no seio da representação nacional, principalmente porque combatera as tendências retrógradas do regente Araújo Lima, pois sua palavra arrojada e argumentadora fulgurou nos debates parlamentares.

⁵ Idem, ibidem, p.437.

⁶ Idem, ibidem, p.440.

Valorizando a figura do empresário, o autor informou que após a revolução de 1842, Ottoni voltou ao Rio de Janeiro, onde se dedicou à vida comercial.⁷ No parlamento, em 1844, percebeu o político Ottoni, parcimonioso em suas intervenções para não ferir seus princípios, mas também rebelde quando foi necessário. Viu neste período de sua vida, um quadro novo em que ele "*quase sempre sacrificou os interesses próprios aos interesses do seu paiz. É de certo um dos capítulos mais gloriosos da vida pública do sr. Theophilo Ottoni, foi aquele que elle consagrou ao desenvolvimento dos progressos materiaes de sua terra*".⁸

Para divulgar e afirmar a idoneidade de Ottoni em seus negócios no Mucuri, compartilhou com o amigo biografado a difícil situação que este vivenciou nos primeiros anos da década de 60, advinda do fracasso dos negócios no Mucuri. Redimindo a imagem arranhada pelas acusações, reafirmou princípios que sempre foram caros ao "político liberal", como o de nunca receber favores, lealdade e desinteresse próprio, dizia que aquele projeto não fora

...uma especulação destinada a enriquecer os empresários á custa de credulidade de accionistas illudidos. Aos directores recusaram o favor que a assembleia provincial de Minas quis fazer-lhes, subscrevendo- previamente a quarta parte das ações da companhia que organizassem. Esse favor realizou-se somente depois que a empresa se achava em plena actividade. Na incorporação provisória da companhia feita em 1851 com a emissão de mil acções apenas, o sr. Ottoni e seus parentes subscreveram nada menos de 700 acções. A fortuna por elle acumulada em muitos annos de trabalho ia correr os azares da empresa do Mucury. N'isto, como em tudo o que diz respeito a essa infeliz empresa, sobressae a boa fé, a lealdade, o desinteresse do sr. Ottoni, e revela-se de um modo inequívoco a confiança que tinha nas vantagens futuras d'essa navegação.⁹

Estas palavras traduzem o objetivo desse texto biográfico, qual seja, redimir a imagem do político das máculas impostas pelas recentes acusações de "empresário desonesto". É importante ressaltar que, desde 1859, o empresário enfrentava acirradas críticas de adversários políticos, que

⁷ Mesmo assim, ao informar sobre a vida comercial do seu biografado, o autor destacou e fez sobressair a imagem do político, comprometido com sua pátria. Assim como fizera Ottoni na *Circular*, relembrou esta experiência do empresário como uma ação patriótica.

⁸ J. da C. F. **Ob. Cit.**, pp.442-443. Além de frisar a lealdade do empresário nos negócios, o biógrafo ressaltou as qualidades do bom administrador. Como demonstração de sua capacidade de gerenciar grandes negócios, citou o cargo de presidência no Monte Pio Geral que o empresário ocupou.

⁹ Esta é uma citação retirada da obra *Galleria dos Brasileiros Illustres*, que por sua vez, copiou dos relatórios e outros escritos de Ottoni sobre o Mucuri, nos quais ele repete esta narrativa. (Idem, ibidem, p.444).

utilizando do malogro da Companhia do Mucuri, tentavam desmoralizá-lo como homem público. As folhas do Rio de Janeiro traziam artigos noticiando com detalhes o fracasso do seu projeto colonizador e o acusavam de agir apenas como homem de negócios interessado nos próprios lucros, acusações pouco desejadas para um político que pretendia retomar a carreira no Parlamento.

Enfim, nesta interpretação percebe-se a intenção do autor em referendar a identidade que Ottoni, cuidadosamente construíra na *Circular*, qual seja, a do político liberal íntegro e comprometido com seus ideais e com sua pátria. Sua vida foi apresentada como “*um dos exemplos da vida dos romanos da antiga república*” que se cruzava e confundia com os destinos da Pátria¹⁰. O biógrafo queria reafirmar o “monarquista”, o “liberal”, o “democrático” e o “patriótico”. Títulos significativos para o cenário político de 1862, quando “ondas revolucionárias” ou “tendências republicanas” ameaçavam a permanência da monarquia. Momento em que seria conveniente lembrar moderadamente o “espírito de vertigem” do personagem, porque os tempos das “paixões políticas exacerbadas” passara e era hora de liberais e moderados se unirem no chamado Partido Progressista para fazer cair o domínio da “oligarquia”.

2- O “precursor da República”.

2.1- A memória familiar: “o exemplo”.

As narrativas biográficas sobre Theophilo Ottoni, foram, em sua maioria, escritas por parentes em datas comemorativas, procurando resguardar-lhe a imagem de liberal, herdado da convivência familiar, raiz hereditária de seu liberalismo. Destacando os seus feitos e o comprometimento com a Pátria, transformaram-no no exemplo a ser imitado. Ao mesmo tempo, aproveitaram para promover o resgate da família “Ottoni”, mostrando o seu lugar na defesa da República. Não se pode esquecer de que, também, por serem memórias e versões permeadas de

¹⁰ J. da C. F. Ob. Cit., p.438.

sentimentos e ressentimentos dos tempos passados, oferecem um relato de vida demasiadamente “suave” e afinado com as próprias lembranças do homenageado, a quem pretendiam reverenciar.

Dentro desta modalidade, em 1870, algum tempo após a morte de Ottoni e no contexto de reforma do partido Liberal, Christiano Benedicto Ottoni em defesa da "verdade histórica", ou seja, da afinidade de Ottoni com os princípios republicanos, publicou nas folhas diárias do Rio de Janeiro um "estudo biográfico" sobre seu irmão.¹¹ Descreveu o homem público e também ressaltou as qualidades do homem em sua vida privada, de forma a garantir que os fatos ali narrados servissem para a apreciação da vida pública do Brasil desde a Independência. Acreditava que *"assignalar méritos e fulminar crimes eram duas tarefas igualmente moralizadoras"*.

Justificou a demora na publicação de um texto desta natureza em razão da dor que a família Ottoni vivia naquele momento com o recente passamento do irmão ocorrido em 17 de outubro de 1869, pois este fora o "decano, o chefe, a alma e o conselho" do grupo familiar.¹² A educação moral recebida pelos progenitores seria a responsável pela formação do caráter de seus membros. Acordado com a *Circular* de 1860, assinalou a infância e a precocidade política do irmão. Os acontecimentos políticos do país ali se entrelaçaram com a trajetória dos Ottonis:

Ao raiar da independencia T. Ottoni com quase 15 anos não tinha instrução alguma: ocupava-se em lidas commerciais. Mas o juramento da constituição e a inauguração da bandeira auri-verde, a independencia e a liberdade produziram nesta família verdadeira revolução. Jorge Ottoni compreendeu que seus filhos tinham patria, que cumpria prepará-los para servir-a... Considere a mudança radical que a revolução política operou no animo de nosso pae, na direcção de nossa educação; e não pode deixar de occorrer-vos esta reflexão, como poderiam os irmãos Ottoni deixar de ser liberaes? ¹³

¹¹ OTTONI, Christiano B. **Biographia de Thephilo Ottoni**. RJ: Typ. do Diário do Rio de Janeiro, 1870.

¹² A genealogia da família Ottoni presente em todas as biografias de Theophilo B. Ottoni, são copiadas do próprio biografado em sua obra sobre o tio poeta e deputado, Eloy Ottoni (OTTONI, T. B. **Notícia Histórica sobre a Vida e Poesias de José Eloy Ottoni**. Rio de Janeiro: Typ. Villeneuve e Cia, 1851, p.1-24) que, mais tarde, adaptou-as na *Circular*.

¹³ OTTONI, C. B. **Ob. Cit.**, pp.7- 8.

Este clima familiar politizado despertara em Ottoni o "entusiasmo patriótico, a ambição de saber lutar pela liberdade". Transformou a vida do estudante no Rio de Janeiro em sua iniciação na política. O biografado, naquela época, já agitava o "espírito público" através da imprensa, levantando propaganda contra "o mal disfarçado despotismo" que os oprimia.

Assim como Ottoni relatou na *Circular*, que o 7 de Abril aconteceu antecipadamente no Serro e só não teve repercussões desagradáveis graças à intervenção do político liberal, no sentido de acalmar os "espíritos exaltados". No *Sentinella do Serro*, o "exaltado jornalista" combateu e agitou naqueles últimos meses de 1830 e, em 1831, já apresentava o seu programa para "republicanizar a constituição do Brasil". Na verdade, queria mostrar que o irmão, de longa data, pugnava por "reformas" de cunho republicano, e que estas deveriam continuar pacificamente, ou seja, sem revolução e sem desordem. O empenho do biógrafo era no sentido de amenizar a imagem do "revolucionário" radical de 1831.

Christiano Ottoni considerou que o jovem político deixara na Assembléia Provincial, "honrosas tradições" e contribuições à província.¹⁴ Na Câmara Geral, com "seu liberalismo e sinceridade de convicções", levantou bandeira em prol da verdade do Ato Adicional em defesa dos oprimidos e bradou a favor da economia da fortuna pública. Acreditava que "*a historia do governo dito representativo, deste nosso Brasil, não poderá ser escrita sem o depoimento de Theophilo Ottoni.*"¹⁵

¹⁴ Afirma que Ottoni muito contribuiu com a província mineira, como membro da comissão de estatística, da instrução pública, fazenda provincial e trabalhos públicos. Fez vários estudos estatísticos sobre a província, propondo numerosos projetos. Estes estudos tornaram Ottoni "o homem público mais conhecedor do território mineiro". Da mesma forma, tornou-o respeitado entre seus pares, pois em 1836, quando fora votada a lei mineira de construção e conservação das estradas, Vasconcellos teve em Ottoni o melhor auxiliar, reconhecendo a importância de suas emendas para seu projeto. Estradas, novos reparos, auxílio à navegação do Rio Doce, reconhecimento de solo e rios, sistema de cordilheiras e distribuição populacional foram assuntos que passaram a ser prediletos para o jovem político. Assinala, ainda, a importância destes estudos de "geographia physica e política" para Minas, pois mesmo depois da bancarota de sua empresa, serviram de embasamento a outros projetos, inclusive do próprio Governo para a construção da estrada de ferro D. Pedro II. (OTTONI, Christiano. *Ob. Cit.*, pp.13-14).

¹⁵ Idem, *ibidem*, p.15.

Sempre fiel à *Circular*, Christiano reproduziu seus passos na política, explicou os silêncios, as abstinências e as reentradas na vida pública. "*A abstenção política de Theophilo Ottoni nunca foi absoluta; o fogo sagrado ardia sempre nas aras do patriotismo*".¹⁶ (Grifos meus). Apoiado em extensas citações da *Circular*, assinalou a importância de Ottoni na Maioridade. Como maiorista, foi fiel a seus precedentes e princípios. Endossou as críticas de Ottoni ao Poder Moderador, assim como a organização do ministério da Maioridade e a nomeação de Aureliano, que não era um liberal. Utilizando a mesma estratégia, voltou à *Circular* para recontar a trajetória da revolução de 1842. Entretanto, desvia suas lentes do "revolucionário Ottoni" e, desfocando-o, prefere apresentar "as causas" da rebelião. A "Rebelião de 1842" tivera suas causas na irritação causada entre os liberais pelo malogro das esperanças depositadas na Maioridade. Acrescida a esta, apontou a própria organização do "governo forte" e a promulgação das "leis excepcionaes e violentamente centralizadoras de 1841". Portanto, a dissolução prévia da câmara eleita, a qual privava os proscritos de seu "ultimo recurso constitucional", veio corroborar para que a rebelião acontecesse.

Defendendo a idéia de que Theophilo Ottoni desde 1831 já era um republicano empenhado, em 1907, o sobrinho-neto Carlos Honório Benedicto Ottoni publicou *À memória de Theófilo Benedicto Ottoni (1807-1907)*, em comemoração ao 1º centenário do nascimento do tio. Nesta narrativa o biografado é visto como um republicano desde a juventude, esta fora sua herança de família. O seu ideal sempre fora a república, "*o governo do povo por si mesmo, na significação mais lata da palavra*".¹⁷ (grifos do autor, citando o próprio Ottoni).

¹⁶ Idem, *ibidem*, p.32.

¹⁷ Carlos Ottoni, era um defensor da República e, nesta biografia, estava querendo mostrar que também Theophilo B. Ottoni era um republicano. Destacou o "caráter patriótico e culto" de toda sua família. Sublinhou a precocidade nas idéias liberais e a influência do convívio com Evaristo Ferreira da Veiga, Bernardo Pereira de Vasconcellos, Rodrigues Torres, todos "paladinos do liberalismo". Em sua terra natal transformou o *Sentinella do Serro* em um "signo de patriotismo", em sua "clava de combate". Viu o 7 de Abril como um golpe para instaurar a República. Como deputado provincial, Ottoni foi o defensor do Ato Adicional e o articulador de debates contundentes com Bernardo de Vasconcelos. Como deputado geral, combateu o Regresso e postou-se como oposicionista, combatendo os conservadores até a vitória da maioria. (OTTONI, Carlos Honório Benedicto. *À memória de Theófilo Benedicto Ottoni (1807-1907)*. Belo Horizonte. Imprensa Official do Estado de Minas Gerais, 1907).

Enquanto Christiano Ottoni procurou construir a imagem do “revolucionário reformista”, Carlos Honório, ao contrário, enalteceu o “revolucionário radical” e mostrou a pertinência de seu envolvimento nas “revoluções” desde o “verdor dos anos”: no 7 de Abril, na Maioridade e na Revolução de 1842. Em sua leitura da *Circular*, o tio deixou explícito que era um republicano, principalmente quando está narrando o 7 de Abril, em que dizia: “*não há justiça em falsear os intuitos do Sete de Abril. A revolução não foi simplesmente de passagem de poder, mas significativa das novas aspirações.*”¹⁸ As acusação de versatilidade em 1831¹⁹, a seu ver, não procediam, pois os contendores não souberam compreendê-lo. Para o biógrafo a “revolução” – o 7 de Abril- deveria ser apreciada nos seus intuitos, como também não se poderia perder de vista a sua época e circunstâncias, a “falta de educação do povo”, o receio de tudo perder pela “desorganização e pela anarquia”. Ottoni nunca fora um regressista, suas idéias estavam nítidas na Sentinella do Serro, antes, no momento, e depois de operada a revolução, comprovava que

Desde o verdor dos annos, pejejou sempre com armas brancas pela plenitude das idéas democráticas. Não estava no Rio de Janeiro. - no theatro dos acontecimentos. Não sabia até onde iria a revolução. Não a dirigiu, era apenas combatente. Porque culpá-lo ? No Serro - no seu meio de acção - foi até onde podia ir e desassombradamente... O 7 de Abril foi meia vitória. Não era a República que triumphava, mas o despotismo que cahia. O 7 de Abril devia ser a república, mas podia também ser a anarchia com as desordens, as sedições, a intervenção estrangeira.²⁰

A revolução de 1842 é compreendida por este fervoroso defensor da República como um movimento político em que tomaram parte republicanos e monarquistas, não por ambição de poder, mas pelo radicalismo de princípios. Em Minas, a “revolta estava na alma de todos, fervia no sangue dos rebeldes”. A revolução fora, portanto, a resistência legal que a lei justificara:

¹⁸ Idem, ibidem, p.08.

¹⁹ Sobre Ottoni ter aderido à monarquia constitucional, explicou que diante da contingência dos acontecimentos, seguiu o exemplo de Evaristo, acatando o princípio monárquico, mas impondo que a monarquia, por meio de reformas legais, fizesse concessões aos princípios democráticos. O biógrafo, para mostrar a linearidade do personagem, busca uma fala de Quintino Bocaiúva no jornal *Paiz* de 1887, em que este está justificando e defendendo a aceitação dos princípios monárquicos por parte de Evaristo, que Carlos Ottoni acreditava ser a mesma defesa para Ottoni: pela garantia da unidade nacional. Portanto, lembrava que esta mesma defesa não servia para seus outros companheiros: “*Como se mudaram depois os tempos!*.” (Idem, ibidem, p.6).

²⁰ OTTONI, Carlos H. B. **Ob. Cit.**, p.09.

A revolução não foi um crime...A revolução de 1842 era reivindicação de direitos. A opressão desde a maioridade... Ninguém procure culpados quando a revolução não é crime. O despeito não é a história. O crime mata, a idéa vivifica. O tempo já deve ter expungido as paixões. O processo está esclarecido. S. Paulo e Minas -provincias historicas e dando os melhores exemplos de patriotismo em todas as épochas não fariam appello ás armas, ao juizo de Deus, sem prementes causas.²¹

Como se pode perceber, Christiano Ottoni e Carlos Honório se empenharam em reafirmar o ativismo político do homenageado, porém conferindo sentidos diversificados à sua ação. O sobrinho-neto enfatizou a experiência revolucionária. Entendeu a revolução como uma necessidade histórica imposta pela não obediência da Constituição e pela desordem; ela fora a expressão do radicalismo de princípios que Ottoni sempre resguardara. Por outro lado, ao biógrafo-irmão interessava endossar a imagem do “liberal moderado” que sempre pugnou pela “revolução pacífica”, ou seja, pelas reformas da Constituição. Por isso as lembranças de suas lutas em prol destas reformas em seu percurso como parlamentar.

Christiano Ottoni não poderia deixar de destacar a figura do liberal que ressurgia na seara política no final da década de 1850. Para isso retomou a *Circular* e noticiou a batalha de Ottoni nos caminhos da política em busca de uma vaga no Senado nas eleições de 1857 e 1859 e suas repetidas preterições. Defendendo o irmão das acusações de que estaria ressentido e desafiando a Coroa em virtude das preterições, afirmou que ele não quis acusar o Imperador pela recusa de seu nome para o Senado, a culpa seria dos ministros, porque sua preterição fora um "menosprezo à vontade do país". Para compensar aquela situação, destacou a grande popularidade de Ottoni na eleição de 1860, que foi um "*tônico aplicado aos liberais de todo o Império... O povo o acompanhava com estremecido entusiasmo; e quando a agitação ameaçava transviar-se, bastava um aceno do seu lenço branco que se tornou celebre, para motos compore fluctus.*"²² (Grifos do autor)

Estas palavras do biógrafo-irmão sobre a vitória de Ottoni nas eleições de 1860, quando foi aclamado pelo povo nas ruas do Rio de Janeiro, sedimentou a imagem do “político liberal”, que apesar de preterido pelo Poder Moderador, transformou-se pela sua popularidade em

²¹ Idem, *ibidem*, pp.17-19.

²² Idem, *ibidem*, p.35-36.

“senador do povo”. Exhaustivamente repetida pelos biógrafos, em especial, Carlos Honório, que chegou a afirmar que a popularidade do político era tanta que seria eleito por qualquer província que se candidatasse - “*Otoni, naquela época, era verdadeiramente popular, o amado do povo, o sacerdote da Liberdade*” -, e que por isso as preterições que sofreu o irritaram tanto.²³

Carlos Honório instrumentalizou suas próprias lembranças para ressaltar a importância do político: “*Lembro-me delle em Santa Rita, acenando ás multidões com o seu lenço branco. A chapa que venceu compunha-se do seu nome, de Octaviano, o príncipe da imprensa, de Saldanha Marinho, depois um dos patriarchas da Republica. Um brilhante triumvirato.*” Sua colaboração também ficou explícita nas folhas: *Actualidade*, *Correio Mercantil* e no seu manifesto “*A Mentira de Bronze*”, que na época esfriara as festas da estátua equestre de Pedro I.²⁴

A morte do “senador do povo” significou uma “sensível perda nacional”. Os últimos anos de vida haviam sido para o sobrinho-neto, a sua “biografia moral.” Como testemunha ocular deste tempo, descreveu o cotidiano do tio confinado no âmbito da família, acamado, enfrentando as

²³ OTTONI, Carlos H. *Ob. Cit.*, p.28.

²⁴ Idem, *ibidem*, p.28. O biógrafo se refere a carta que Otoni publicou na imprensa do Rio de Janeiro em 1862, em que criticava o tributo prestado a D. Pedro I. O parlamentar mineiro foi escolhido para representar as Assembléias Provinciais de Minas Gerais e Paraná, algumas municipalidades de varias províncias e a *Imperial Sociedade de Instrucção e Recreio do Rio Grande*, na cerimônia de inauguração da estátua equestre de D. Pedro I, homenageado em virtude da promulgação da Constituição de 1824. Alegando não admitir transigir com seus princípios, agradecia ter sido escolhido e explicava suas divergências com o evento: “*Pela minha parte, filho da liberdade, veterano do 7 de abril, eu desmentiria o meu passado se me associasse de qualquer modo a uma tal solenidade*”. Afirmou que não aceitava o significado político do monumento. Por isso escrevia aquele texto, para externar seu pensamento e repulsa àquela “epopéia que o arauto de bronze” queria levar à posteridade. A independência proclamada no 7 de setembro de 1822 foi uma falácia. No seu entender, ela se deu no 7 de abril de 1831 (Abdicação) com o “ato de virilidade popular”, que transferiu à Coroa Imperial para a “augusta cabeça de Sua Magestade o Imperador D. Pedro II”. Na verdade, o “1822” foi o resultado de esforços de mais de uma geração. Em Minas, iniciou com a inconfidência, que teve seu “mártir” e “herói”, o “patriota” Joaquim José da Silva Xavier, o Tiradentes, que perdeu sua vida em nome da liberdade. Em 1817 o drama continuou em Pernambuco com novos atores: Martins, Mendonça, Padre Miguel, Silveira e Peregrino, os quais deram “testemunho da doutrina de Tiradentes”. Quanto a D. Pedro I, apesar de seu amadurecimento, não foi o “fautor” da independência do Brasil. Os méritos deveriam ficar para quem a planejou, Tiradentes, e para quem a realizou, José Bonifácio de Andrade e Silva. Estes teriam sido os legítimos e desinteressados patriarchas, mas “*em vez de thronos e estátuas, coube, a um o cadafalso, desterro ao outro*”. (OTTONI, T. B. *A Estatua Equestre*. Carta de Theophilo Benedicto Otoni. Rio de Janeiro. Typ. do Diário do Rio, 1862).

agruras de uma moléstia que o levaria ao túmulo. Assim como Christiano Ottoni, procurou redimir a memória do tio de qualquer mácula, lembrando os sucessos do homem de negócios e sua bancarrota, ressaltando o comprometimento moral de Ottoni com suas dívidas:

Posso dar testemunho. Deu em pagamento uma casa, á rua de S. Pedro, aos herdeiros de um tio - Francisco Maia. Deu o palacete de sua residencia, á rua do Bispo, que era seu lar querido e construido por elle mesmo, ao visconde de Mauá, pagamento que completou com terras do Mucury. Muitos apagamentos outros fez com vencimentos e subsidios.²⁵

Enfim, findou a vida do "paladino do liberalismo", do republicano, dono de uma popularidade que remontava ao seu sucesso como político, porque nunca havia deixado de se preocupar com as "cousas públicas". Morreu o "advogado do povo", pois no Serro e em Diamantina, ele era considerado como tal, "ouvido em todas as consultas e procurado para as causas mais importantes".

"*Recordações*" é o titulo de uma outra memória sobre Theóphilo Benedicto Ottoni, escrita pelo seu sobrinho-afilhado Aristides de Araujo Maia,²⁶ que a dedicou à "República" e a "Floriano Peixoto". Em suas reminiscências demonstrou um dedicado apreço ao tio, lembrando cenas de seu convívio com o mesmo já no final da vida. Nesta narrativa, Ottoni recebeu o título de "desbravador do nordeste mineiro"²⁷ e, em especial, o enaltecimento de seu republicanismo exemplar. Abandonando suas "recordações" da terra natal, o biógrafo revelou o porquê de seu apreço ao tio: Ottoni foi um republicano e, que devido a sua admiração por ele, se fez também um republicano após a sua morte.

²⁵ OTTONI, Carlos H. **Ob. Cit.**, p.31.

²⁶ Aristides Araujo Maia, nascido na fazenda Monte Christo, no Mucuri, era filho de Maria Isidora, irmã de Ottoni, e, portanto, sobrinho e afilhado de Ottoni. Confessou que tinha no tio um exemplo. Seu pai foi um dos engenheiros "improvisados" da estrada Filadélfia-Minas Novas, que após o fracasso da Companhia, se filiou a uma casa comercial do Rio de Janeiro e com a família, deixou Filadélfia em 1866. (MAIA. Aristides de Araujo. **Recordações**. Belo Horizonte: Imprensa Oficial de Minas Geraes, 1902).

²⁷ Buscou na *Circular* as rememorações de seu personagem sobre a experiência vivida no sertão mineiro e se fez um partícipe daquela aventura. Nas próprias lembranças da infância, recordou os momentos em que na sala da fazenda onde nasceu, ouvia os relatos dos pais sobre as dificuldades das primeiras picadas nas matas, a fome, as noites mal dormidas e os ataques dos índios.(Idem, ibidem)

O jovem sobrinho, então, passou a ler tudo que se publicava sobre o tio-padrinho, e seu entusiasmo e admiração crescia continuamente. Decisivo fora também um presente que recebeu de uma tia, a obra do cônego Marinho, a história da *Revolução de 1842*, a qual lhe foi revelando um Theophilo Ottoni que não conhecia: a jornada de um herói no campo de batalha. Os relatos ali descritos sobre a prisão e o itinerário para Ouro Preto, "arrancaram-lhe lágrimas".²⁸

Estes acontecimentos o fizeram ao longo dos anos, "beber lições de resignações", como também, naquele momento, associou-os com seu presente (1902), que o descontentava sobremaneira. Maia, ressentido, rememorou o seu próprio passado, suas esperanças e convicções com a República, tendo como referencial a vida política "exemplar" do tio. Ao mesmo tempo, utilizou suas lembranças para exteriorizar as inquietações que vivenciava nos primeiros anos da República. Afirmou que naquele ano o país enfrentava "crises" que o fazia lembrar as "emoções fortes" que sentiu no passado. Além do exemplo do tio, lembrava também das palavras do pai: "*Meu filho, é no tempo do infortúnio que se conhece a verdadeira coragem!*"²⁹

O exemplo do tio o "despertou" para a política. Os relatos na *Circular* sobre o 7 de Abril, a Maioridade, a "facção áulica", o Poder Moderador dentre outros, fizeram-no conhecer a história política e "o verdadeiro" partido liberal:

²⁸ MAIA, Ob. Cit., pp.21-22.

²⁹ Idem, ibidem, p.22. Observa-se nestas palavras do biógrafo o seu descontentamento com a situação em que encontrava o país por volta de 1902. Maia, em seu texto, demonstrou ser um saudosista de Floriano, tanto que dedicou sua obra ao político. Este sentimento era comum aos republicanos de seu tempo, que viram a república tomar outros rumos após o término do mandato de Floriano Peixoto em 1894. Depois deste ano, a República se descaracterizou e as oligarquias voltaram ao poder, restabelecendo seu predomínio econômico e político, colocando o Estado a serviço dos interesses agrícolas. Em 1902, o progresso do governo de Rodrigues Alves era apenas aparente. O auge do ciclo da borracha gerara a riqueza de alguns e a miséria de muitos. O clima de revolta popular não tardou para ser evidenciado. Ao lado do povo se postaram as classes operárias, políticos da oposição e militares florianistas, expressando descontentamentos e denunciando o desemprego e a carestia gerados pela política de Campos Sales. O coroamento desta situação se deu na revolta de 1904 com o cerceamento da liberdade pelo governo. Para alguns estudiosos do período, todo o descontentamento advinha da falta de democracia da "República Velha". Não compete aqui fazer uma análise do período, portanto, sobre os primeiros anos da república, ver entre outros: CARONE, Edgar. *A Primeira República* (1889-1930). 2ª ed. São Paulo: Difel, 1973. COSTA, E. Viotti da. *Da Monarquia à República: momentos decisivos*. São Paulo: Grijalbo, 1977. CARVALHO, J. M. DE. *Os bestializados: o Rio de Janeiro e a República que não foi*. São Paulo: Companhia da Letras, 1987. BRESCIANI, M. S. M. *O cidadão da república. Liberalismo versus positivismo: 1870-1900*. São Paulo. *Revista USP*, Março/Abril/Maio 1993, p.122-135.

É bom dizer que conheço dois partidos liberaes: um popular e democrático, que em Minas até há bem pouco tempo confundiam com o republicano, adiantado, progressista, patriota, que em grande parte constitue hoje a vanguarda do novo partido nacional, que ainda no anno passado, por intermédio de algumas camaras municipaes e assembleias provinciaes, solicitava dos poderes centraes a reforma da constituição para fazer a federação das provincias; o outro partido liberal, é o dos senadores vitalícios, dos deputados que aspiram á senatoria, dos empregados despedidos pelos conservadores, o partido que quer o poder pelo poder, e só tem como bandeira a restauração do acto adicional.³⁰

Exposta sua opinião, sublinhou que foi justamente este último partido, para o seu descontentamento, que se assentou no poder. Ressaltando a importância do exemplo de Ottoni afirmou: "*A biographia do patriota inspirou-me profunda antipathia pelo sr. D. Pedro II. Desde então, fui republicano*".³¹ Alertou os mineiros: "*Meditam os patriotas sobre a situação atual e sua semelhança com as situações acima descriptas afim de poder no momento dado cumprir o seu dever. Minas alerta!*".³²

Esta estratégia – utilizar-se do passado para criticar o presente – também foi adotada pelo sobrinho-neto Maurício Theophilo Benedicto Ottoni, que homenageou o tio com um opúsculo em 1957 intitulado *Theophilo Benedicto Ottoni: uma vida por um ideal*,³³ em comemoração ao seu 150º aniversário. O texto biográfico teve a intenção de rememorar o personagem que, a seu ver, havia sido um "herói em Minas" e que andava esquecido. Seu propósito fora enaltecê-lo, mostrá-lo como o "edificador" da cidade Teófilo Otoni, e ao mesmo tempo, reafirmar-lhe o título de "colonizador" daquela região. Considerava como tarefa trazê-lo aos seus dias, como um exemplo de homem público e transformá-lo no "paraninfo das novas gerações".

³⁰ MAIA, Ob. Cit, p.22.

³¹ Idem, ibidem

³² Idem, ibidem, 23.

³³ Maurício B. Ottoni era médico, neto de Augusto Ottoni (irmão de Ottoni), filho de David Benedicto Ottoni, nascido em Filadélfia, sobrinho e afilhado de Ottoni. As comemorações deste evento foram patrocinadas pelo Instituto Histórico e Geográfico de Minas Gerais e contou com adesão de políticos, entidades sociais, entre outras. (OTTONI, Maurício Theophilo Benedicto. **Theophilo Benedicto Ottoni: uma vida por um ideal**. São Paulo: 1957).

Para Maurício, seus tempos (1957) eram "adversos e medíocres".³⁴ Acreditava que tanto o exemplo de Ottoni como a *Circular* pudessem reacender "o sagrado fogo de patriotismo" nos mineiros e, também, em todos os brasileiros, que tinham historicamente uma "vocação democrática".³⁵ Daí sua interpretação da *Circular* como um "excelente código de preceitos políticos", um "mandamento cívico" que se encontrava em olvido. Acreditava que

muito houvera lucrado a marcha ascensional da nossa nacionalidade, se os que a tem dirigido lessem, compreendessem e praticassem, incessantemente e sem tergiversações, os salutares conselhos daquele pequeno evangelho de moral política, no qual a sagrada ideologia da liberdade democrática desabrocha em sábias normas para a administração da coisa pública."³⁶

Respalado na *Circular* e nos biógrafos Carlos Honório e Cristiano Ottoni, em documentos do seu falecido pai e em cartas do próprio homenageado, refez sua história de vida desde a infância e sublinhando uma qualidade, até então, pouco frisada pelos memorialistas - aos 14 anos Ottoni já demonstrara apreço e jeito para os negócios na tarefa de organizar e chefiar

³⁴ É importante lembrar que em 1957 já despontava um clima de crítica à política do "nacionalismo desenvolvimentista" do governo de Juscelino Kubitschek, que com o "Plano de Metas" para promover rapidamente o crescimento do país, entregou-o ao capital estrangeiro e aos empréstimos externos. Desta forma, o "nacionalismo" se tornou inusitado, pois a indústria brasileira, ainda em sua menoridade, acabou sendo desnacionalizada, porque não tinha condições de concorrer no mercado e as empresas nacionais acabaram por serem absorvidas pelas concorrentes internacionais. O discurso do progresso do projeto "nacional-desenvolvimentista" era tão proeminente que sufocava qualquer discussão sobre as questões políticas e a intervenção do capital estrangeiro na econômica nacional, e a burguesia industrial bem que gostava da situação. Para dar continuidade ao seu projeto, JK criou estratégias e práticas como o subsídio estatal para produtos básicos à manutenção do poder aquisitivo das massas. Era desta despolitização que se queixava o biógrafo, que entendia-a como uma consequência do regime populista da época, que teve sua manutenção garantida até o início dos anos 60. Sobre o período ver dentre outros: MARANHÃO, Ricardo. **O Governo Juscelino Kubitschek**. São Paulo: Brasiliense, 1981. IANNI, Octavio. **O colapso do populismo no Brasil**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978. BOITO JR. Armando. **O golpe de 1954: a burguesia contra o populismo**. São Paulo: Brasiliense, 1982. BENEVIDES, M.^a Victória de. M. **O governo Kubitschek: desenvolvimento econômico e estabilidade política**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976.

³⁵ Maurício Ottoni acreditava que para os brasileiros alcançarem a maturidade cívica, a independência econômica e a existência de povo livre e democrático, era preciso revalorizar "*todas as atividades industriais, técnicas, operárias, profissionais, à luz do ideal, revivendo instituições, prestigiando a sinceridade, a lei e os bons governos, buscando o trabalho honesto, construtivo, os elementos da vida, de conforto e de legítimo enriquecimento; combatendo o derrotismo, e o indiferentismo político e eleitoral, anemia e praga do sangue nacional e do tecido político; reerguendo o sentimento nacionalista, mas não jacobino; procurando na honestidade o modelo e o padrão de vida, instruindo consciências e combatendo falsas e más ideologias; pensando e sentindo a grandeza e a pujança da nação brasileira...*" (OTTONI, Maurício B. **Ob. Cit.**, pp.88-90).

³⁶ Idem, *ibidem*, p.72.

tropas pelo interior.³⁷ Com o irmão Honório Benedicto, dedicou-se ao comércio de importação, com um estabelecimento no Rio de Janeiro (Ottoni & Cia) e, ainda, mantinham tropas para o comércio no interior de Minas, Bahia, Espírito Santo, Goiás e Mato Grosso, nesta última, com fazendas de gado.

Ainda ressaltando suas qualidades para os negócios, rememorou sua experiência no nordeste de Minas. Ali fora um homem de negócios, porém guiado pela "vocação política", desvinculado de qualquer interesse econômico.³⁸ Portanto, pelos seus serviços prestados   nação, era preciso fazer juz ao "edificador", ao "desbravador" ao "g nio criador". O insucesso do projeto nada mais foi do que o "*ciúme político que aguçava as suas garras contra os heróicos irmãos Ottonis*". Desta feita, "preparou-se cuidadosamente o golpe contra a Companhia do Mucuri", que de tão "portentosa " chegou a rivalizar com as mais fortes empresas colonizadoras do Império. Na verdade, como os outros biógrafos, quis mostrar como o hero simo de Ottoni o transformou em

³⁷ Estudando a documentação de Registros e os relatos de viagem de Saint Hilaire nas primeiras décadas do século XIX, Lenharo percebeu uma intensa participação de filhos ainda muito jovens nas atividades comerciais regionais feitas pelos proprietários através de tropas, particularmente entre a província de Minas e a Corte. Eram tropas organizadas   base de relações familiares de trabalho, nas quais pais e filhos atuavam conjuntamente, cada um responsável por uma tarefa. A exemplo, um jovem mineiro de 14 anos, Antônio Manoel, que chefiava uma equipe de escravos em viagem ao Rio de Janeiro. Explicou o historiador que naquele ramo um jovem com aquela idade, já estava inserido na organização das atividades de produção e de comércio, sem dizer que a "iniciação" guardava em si um sentido simbólico, era um "*ritual de aprovação que possibilitava ao jovem tropeiro acumular experiência e poder, gradativamente, disputar outras funções a que ainda não tivera acesso*". (LENHARO, **Ob. Cit.**, p. 95-96). Portanto, há de se perceber que ser tropeiro aos 14 anos de idade, foi uma prática na organização do trabalho rural da época. Como Antônio Manuel e Theophilo Ottoni, vários outros jovens devem ter se destacado nesta atividade econômica, chegando mesmo a se tornarem na vida adulta, homens de negócio bem sucedidos, assim como fora Ottoni.

³⁸ Maurício Ottoni, para engrandecer a memória do av , Augusto B. Ottoni (irmão de Ottoni) em sua narrativa, contradiz o que o biografado afirmou sobre suas atividades no Mucuri, ou seja, podemos observar que o Diretor da Companhia não ficou com a parte mais difícil, pois não se fixou no local do empreendimento: "*...foi o braço direito da Companhia do Mucuri, emprestando  s iniciativas propostas por T. Ottoni a energia inteligente e realizadora de que era capaz...Quer nas funções oficiais que incumbiam ao Sr. Augusto B. Ottoni junto aos índios, quer nas suas atribuições em virtude do elevado posto na Guarda Nacional, quer no círculo de suas atividades na Companhia do Mucuri, soube-se ele conduzir com raro tato e indiscutível competência*." (OTTONI, Maurício B.. **Ob. Cit.**, p.30).

"vítima": "*Lutas, sacrifícios, provas de patriotismo tecem seus dias gloriosos...Não legava bens materiais; parece ser este o signo dos apóstolos...*"³⁹

Enfim, as narrativas dos familiares se apresentaram muito próximas da *Circular*, e por isso primaram em apenas reproduzir a coerência e os mesmos fatos narrados pelo seu autor. A família Ottoni foi associada à idéia de República e nela Ottoni foi o exemplo a ser seguido não só pelos familiares, mas por todos os cidadãos brasileiros. A retidão política conseguiu apagar os rumores e as acusações ao empresário, que foi transformado em vítima por aqueles que não souberam ver que até nos negócios, Ottoni era guiado pelo "vocação política" e pelo patriotismo.

2.2- A memória dos conterrâneos: "o empreendedor".

Escritores teofilenses também prestaram tributo   memória de Theophilo Benedicto Ottoni, procurando mostrar seu envolvimento com o progresso da região, vinculando-o   a o e ao liberalismo de seu homenageado. Nestes textos, a apologia   República também   explícita. No ano de 1934, Godofredo Ferreira,⁴⁰ neto do colono português Joaquim Amado Ferreira, um imigrante que se instalou na região do Mucuri no final da década de 1850, dedicou-lhe um espaço em sua extensa obra, *Os Bandeirantes Modernos*. Sua exposi o perseguiu a trajetória da biografia modelar, particularmente a ênfase às figuras dos "grandes homens", dentre eles Ottoni. Mostrou-o como o "desbravador do nordeste mineiro", que ali promoveu o progresso. Enfatizou em primeiro plano a figura do político liberal, elegendo sua a o no Mucuri como tema principal.⁴¹ Esta a o foi patriótica, acima de qualquer interesse econômico ou individual".

Para comprovar a lisura do caráter do biografado, demonstrou seu comprometimento com o projeto de coloniza o no nordeste mineiro e explicou porque o via como "um político diferente

³⁹ Idem, *ibidem*, p.65.

⁴⁰ FERREIRA, G. Theophilo Benedicto Ottoni. In: **Os Bandeirantes Modernos**, s/ed.1934.

⁴¹ Esta escolha não significa que Ferreira não tenha focado suas lentes em outros momentos da vida de Ottoni. Como os demais biógrafos, sempre vinculado   *Circular* e utilizando, também, de relatos de seu pai Julio Amado Ferreira e as memórias de Maia, Macedo e Carvalho sobre o biografado, repetiu as mesmas informações sobre sua trajetória no Rio de Janeiro. (Idem, *ibidem*, p.14).

dos demais". Ottoni sabia distinguir a política dos negócios; portanto, não visava seus interesses, pensava apenas no povo:

Ottoni não era um profissional da política. Antes, realizando-a no mais nobre conceito de sua finalidade, a praticava visando o fim elevado de dirigir-lhe os passos na directiva de medidas que redundassem em benefício da coletividade... As suas preocupações comerciais e políticas não lhe circumscreviam a visão forte. Sobrava-lhe tempo para acariciar o projecto de desbravamento das ubertosas terras do valle do Mucury, no nordeste mineiro, e entregal-as assim ao usufructo dos seus pares. Para concretização dessa idéa não duvidou arruinar a própria fortuna e muito mais do que isto, a saúde, a vida!⁴²

Insistindo na tarefa de conservar a imagem íntegra de seu personagem, o biógrafo exaltou o patriotismo de Ottoni e explicou que o objetivo maior do projeto do Mucuri, foi criar uma nova província. Mas, logo em seguida, como que se sentisse a proximidade de uma constatação inconveniente, tratou de afastar qualquer idéia de separação ou quebra de unidade nacional no projeto:

Projeto que focalizava uma percepção justíssima dos interesses da nação, e que executado, faria da região contida dentro dos seus limites, uma das fiações mais desenvolvidas do Paiz e que, ainda hoje, é uma solução que consulta a economia desta zona, grande contribuidora dos cofres públicos mas, infelizmente, quase nunca lembrada quando se repartem os quinhões dos serviços de necessidade colectiva.⁴³

Ottoni desenvolveu, no sertão, o "processo de civilização dos gentios", levou o progresso à região nordeste da província de Minas. Porém, sua "ação patriótica" foi tolhida por culpa daqueles que tudo fizeram para desprestigiá-lo. Lembrou que toda colonização trazia em si muitos problemas nascidos dos conflitos de interesses diversos. Com Ottoni não aconteceu diferente, pois teve que enfrentar "investidas tremendas" por parte de seus inimigos políticos.⁴⁴

Ferreira descreveu o projeto de colonização e imigração de Ottoni, reservando-lhe o papel de um empresário que dirigia "sabia e patrioticamente" uma empresa que visava apenas o bem nacional. Ao mesmo tempo, inocentou-o pelo fracasso advindo do insucesso com a imigração. As causas do fracasso foram a calúnia que se levantou contra o empresário e o perfil de alguns

⁴² Idem, ibidem, p.16.

⁴³ Idem, ibidem, p.17.

⁴⁴ Idem, ibidem, pp.52-53.

colonos não adestrados ao trabalho e afeiçoados à ociosidade.⁴⁵ Seus inimigos políticos teriam aproveitado destas dificuldades e desentendimentos com os colonos, e desfechado-lhe o golpe fatal, desmoralizando-o aqui e na Europa, o que culminou com a encampação da Companhia em 1860.⁴⁶

O economista Olbiano de Melo, foi mais um teofilense a homenagear Theophilo Benedicto Ottoni durante as comemorações do 150º aniversário de seu nascimento, em 9 de agosto de 1957, em São Paulo, com a obra "*A Ação de Teófilo Benedito Ottoni no Cenário Político e Econômico do Império*."⁴⁷ Nesta memória, o homenageado foi apresentado como o primeiro defensor da "empresa de livre iniciativa", pois soube no seu tempo, ver a integração

⁴⁵ Os primeiros colonos (suíços e alemães) chegaram em 1856 à Filadélfia. Em 1857, chegou uma segunda leva de colonos, enviada pelo Sr. Maurício Horn, que não correspondeu à expectativa, porque "*Compunha-se de indivíduos de má índole, não afeitos ao trabalho e, certamente, pertencentes à escória das cidades alemãs e aqui trazidos na convicção de que poderiam mais desabaraçadamente, continuar a vida ociosa que por certo, lá conduziam*." Esta imigração foi intermediada pela firma "Schlobach & Morgenstern", de Leipzig, que "*teve o cuidado de não os iludir com os ascenos falazes de um El-Dorado em que vicejava exuberantemente a arvore das patacas não sendo preciso a lucta titanica contra a natureza bravia...*" (FERREIRA, G. Ob. Cit., pp.58 -59).

⁴⁶ Ao narrar as dificuldades encontradas por Ottoni, Ferreira utilizou os mesmos argumentos de seu biografado. Na Europa, os agentes da *Associação Central de Colonização*, não tiveram o devido cuidado na seleção dos colonos, não asseguraram se eram "homens acostumados a lavrar o campo". Estavam preocupados apenas em assegurar seus lucros fáceis. Usaram da mentira e desacreditaram o empresário e a nação, criando nos países europeus uma atmosfera de desconfiança. "Sobrepondo o interesse político pessoal ao interesse coletivo", Ottoni levou o caso ao conhecimento das autoridades. Porém, tudo fora em vão. Sem nenhum auxílio ou providência teve o Diretor da empresa que enfrentar outras adversidades, tais como a chegada inesperada de 250 colonos embarcados por estes agentes sem sua autorização e coincidindo com uma prolongada seca e escassez de alimentos na região. Tendo, assim, que enfrentar a revolta dos colonos insatisfeitos, que queriam retornar para o Rio de Janeiro.

⁴⁷ Melo era neto de um fazendeiro amigo de Ottoni, que foi agraciado com propriedades no Mucuri. Assim, tornaram-se suas fontes as próprias lembranças da infância em companhia do avô, que lhe transmitiu os primeiros conhecimentos sobre a terra natal. Habitavam suas lembranças as histórias contadas por um velho amigo tropeiro, José Gonçalves, que transitava com mercadorias pela estrada de Santa Clara, durante o período de construção de Filadélfia. As palestras "instrutivas" com o primeiro educador da região, o professor Schimmer, assim como as palestras com dona Maria de Araujo Maia Esteves Ottoni, que lhe dava "verdadeiras aulas sobre o desbravamento do Mucuri". As aulas do seu professor de humanidades, Antonio Jacinto Pimenta, as narrativas do capitão Julio Amado Ferreira, filho do primeiro negociante de Santa Clara e, posteriormente estabelecido em Filadélfia; as conversas com o major Joaquim Lopes da Silva, sobre sua "longínqua mocidade", eram recordações preciosas. (MELO, Olbiano de. *A Ação de Teófilo Benedito Ottoni no cenário Político e Econômico do Império*. Edição do Instituto Brasileiro de Pesquisas Econômicas. São Paulo: 1958).

econômica do país como o único e verdadeiro caminho para garantir a soberania política. Porém, afirmou o biógrafo, deixava naquele momento o seu protesto. Ottoni fora o pioneiro do desenvolvimento econômico no Brasil, mas havia sido injustiçado e esquecido pela história, que se lembrou apenas de Mauá. Aproveitando a oportunidade, advertiu os poderes públicos da República e criticou a historiografia brasileira por produzir obras históricas superadas e sem métodos científicos. Como consequência, este “antiquado sistema de se escrever história” colocava como vítimas a mocidade brasileira e os “nomes daqueles varões que nos legaram o Brasil uno que temos hoje nas mãos”, dentre eles, Theophilo Ottoni.⁴⁸

Fiel à *Circular* reconstruiu a trajetória política de Ottoni sublinhando seu “espírito republicano”, que acreditava nunca ter abandonado.⁴⁹ Do político, do tribuno, do revolucionário, do empresário, deu destaque ao último; um lado de Ottoni que não fora privilegiado pelos seus biógrafos anteriores. Reservou-lhe o papel de um dos primeiros estudiosos dos problemas do país, que madrugara na “seara imensa e sedutora das pesquisas e dos estudos do potencial econômico do Brasil”. Destacou sua atuação na vida econômica do país, quando ocupou cargos importantes no Rio de Janeiro.⁵⁰

Assim, explicou a sua “saída da política” em 1848: “há de se ver o jornalista, o político e o revolucionário trocando a pena, a tribuna e o fuzil para empunhar outras armas com as quais tentou forjar e ajudou forjar a emancipação econômica do Brasil”.⁵¹ O progresso foi a

⁴⁸ Idem, *ibidem*, p.23.

⁴⁹ Em 1830 Ottoni estava em campanha pela reforma da constituição: “preparando-as para um sistema de governo federativo”. Em 1831, se isola, está em meditação: “*Está na vigília da Pátria. Republicano por índole e por convicção, sua mente debate num dilema: Monarquia? República? Desta pausa e deste recolhimento emerge com uma conclusão. Não chegara ainda o momento azado para a mudança do regime. Os tempos não estavam maduros. Devia-se esperar que eles amadurecessem.*” Em 1842, foi o Napoleão brasileiro, que não teve um Waterloo nas margens do Rio das Velhas. (Idem, *ibidem*, pp. 31 e 33).

⁵⁰ A reestruturação que promoveu como diretor do *Montepio Geral do Império*, sua atuação como Diretor-Secretário do *Banco do Brasil*, como membro do Conselho Diretor da *Companhia de Seguros Marítimos e Terrestres*, e ainda como membro do *Tribunal do Comércio*, fundador e diretor da firma comercial *Ottoni & Cia.*, sediada no Rio.

⁵¹ MELO, Olbiano de. **Ob. Cit.**, pp.37-38

explicação para a mudança. Retomando o mito do bandeirante, Melo transformou o "revolucionário" de véspera em o "bandeirante moderno" nas matas do Mucuri:

Entumeceu-lhe, então, às veias o sangue do velho tronco paulista. Fêz-se também bandeirante, escrevendo, se não a maior, incontestavelmente a mais bela e útil página de sua vida. Desbravou as matas selvagens e seculares do Mucuri e das nascentes do São Matheus, abrindo caminho para a integração, em seguida, do Vale do Suaçuí e do lado direito do Jequitinhonha. E coisas do destino!⁵²

Os grandes feitos do biografado são descritos de forma a separar o político do empresário, tentando, assim, apagar qualquer vestígio que pudesse ser interpretado como interesse particular da parte do empresário e, ao mesmo tempo, pretendendo mostrar o comprometimento de homem público com a nação. Da mesma forma, pode-se perceber que o biógrafo estava dando respostas às acusações que pesaram sobre Ottoni, e, nesta investida, sem declarada intenção, informou como o empresário, em nome do progresso, repartiu entre seus pares a concessão recebida, beneficiando apenas a estes:

Faria nascer nas selvas do Vale do Mucuri um grande centro de civilização. Para tanto afasta-se da política e põe todo o prestígio de seu nome e a magnífica posição financeira da firma Ottoni & Cia a serviço do desbravamento e da colonização do Mucuri, até então região habitada somente por bugres selvagens, feras, serpentes e mosquitos. Funda a Companhia de Comércio e Navegação do Rio Mucuri, com um capital de Cr\$1.000.000,00. Subscrive e realiza com os parentes 2/3 deste capital, reservando o restante a amigos. Dentre eles Mauá. Organizada a Companhia, foi conseguida a concessão oficial, sem nenhuma subvenção ou benefício oficial. Deram-lhe a concessão.⁵³

Reafirmou a imagem do liberal. Ottoni que, como um empresário, fora um "adversário ferrenho da economia escravagista". Contra todas as animosidades advindas da Corte, conseguiu dar um passo à frente, como um realizador e como "homem de empresa", porque "somente acreditava no trabalho livre e na livre iniciativa". Enfrentado todos estes "obstáculos políticos" acrescidos de dificuldades financeiras, o empresário, ao contrário de outros grupos estrangeiros,⁵⁴ conseguiu levar adiante seu projeto.

⁵² Idem, *ibidem*, p.38.

⁵³ MELO. *Ob. Cit.*, p.41.

⁵⁴ Informou que naquele mesmo momento (1847), fracassou perto dali, às margens do Jequitinhonha, uma outra companhia de colonização, composta por um grupo de ingleses, amparados por um grande capital e recursos técnicos.(Idem, *ibidem*, p.42).

Como colonizador no nordeste de Minas Ottoni também se destacou. Foi um pioneiro da imigração, trazendo "boa gente" vinda da Suíça, da França, da Bélgica e da China.⁵⁵ Elogiou a "admirável intuição" de Ottoni, que, apesar de "não ter estudado na Europa o problema da colonização e da imigração", soube com sucesso, fazer chegar às matas do Mucuri a civilização.

Porém, o fracasso adveio porque os adversários de Ottoni não aceitaram "este sonho", mas, ao mesmo tempo, constataram que "o homem não fracassara" como haviam previsto. O medo de "sua volta" fez com que os inimigos abrissem uma "tremenda batalha" contra ele e sua empresa, culminando com sua encampação. Para isso acusaram-no de preparar ali uma rebelião em proporções maiores do que fora a de 1842, objetivando a implantação de uma república. Então, o Governo Imperial, que já havia concedido um vultoso empréstimo para a continuidade de obras do projeto, dificultou seu repasse, levando a empresa a enfrentar dificuldades até a liquidação.⁵⁶

Melo instrumentalizando o passado (a vida e obra de Theophilo Ottoni) para o seu presente, como fizeram os biógrafos Aristides de Araujo Maia e Maurício Ottoni, criticou o Brasil de 1957.⁵⁷ Explicitou sua descrença às respostas apresentadas para os problemas da época e alertava que a sobrevivência da nação dependia de soluções que iam além da politização das massas populares, que no seu entender, estava sendo feita às avessas: "*Desta politização que aí*

⁵⁵ Nesta questão da imigração, associou Ottoni ao senador Vergueiro, que, em São Paulo, poucos anos antes de Ottoni, introduziu "racionalmente" os primeiros imigrantes europeus.

⁵⁶ O Governo recebeu todo o acervo da empresa que, no momento, valia três ou quatro vezes o capital nela investido, excluindo o potencial econômico, de forma que os acionistas não sofreram prejuízos. Ottoni se justificou, defendendo-se no relatório de 1862 sobre o empreendimento, mas fora afastado, deixando uma "imorredoura obra": "*Otoni havia incorporado à economia nacional uma vasta região do país, até então selvagem e dera a Minas mais uma cidade - Filadélfia -*" MELO. *Ob. Cit.*, pp. 45-46.

⁵⁷ Este seria um tempo em que o país estaria vivendo um estágio social, econômico e político semelhante ao vivido por Ottoni. O final do século XVIII até meados do XIX foram momentos em que ruíram impérios e surgiram novas nações, novos princípios políticos e nova estrutura econômica. Em seguida, assistiu-se o "esplendor do liberalismo econômico e do liberalismo político". No entanto, após as duas grandes Guerras, tudo alterou-se, instalando-se a nova crise mundial e o surgimento de um novo ciclo histórico, que mergulhou o mundo e o Brasil em plena "revolução social": o "comunismo-marxismo" e o "sindical-corporativismo fascista" contra o capitalismo. Afloraram novos conceitos de opinião, novos partidos políticos e novas doutrinas. Problemas e mais problemas se colocaram, desafiando os intelectuais, técnicos, administradores, políticos, entre outros.

*está não surgirá a 'elite' política de amanhã e de que tanto necessita o Brasil nos dias que correm".*⁵⁸

Colocou, então, a sua proposta, na qual Ottoni seria o exemplo a ser seguido:

Não seria, então, o caso de um grupo de brasileiro iniciar neste país um movimento, sem nenhuma côr partidária, discriminação racial ou religiosa, capaz de colimar na fundação de uma Academia Livre de Ciências Políticas, Sociais e Econômicas, sob a égide e a inspiração do nome de Teófilo Benedito Ottoni, tomando sôbre seus ombros tão patriótica tarefa; levando ao povo, através de conferencias e palestras, conhecimentos gerais destes problemas e suas soluções, ao mesmo tempo que mantendo cursos preparadores de verdadeiros políticos, verdadeiros estadistas e verdadeiros administradores, senhores de profundos conhecimentos sôbre tôdas nossas questões e todos os nossos problemas?⁵⁹

Compondo o quadro das comemorações do 100º aniversário da morte de Theophilo B. Ottoni, o religioso Olavo Timmers apresentou uma memória sobre o homenageado, dizendo que queria oferecer à *"posteridade uma visão mais popular sôbre o papel e a influencia do fundador desta zona futura do Nordeste Mineiro, e, em particular, da cidade de Teófilo Otoni"*.⁶⁰ A narrativa descreveu o presente "progressista" desta cidade para, em seguida, retornar ao passado. Um passado que pertencia a Ottoni, o "civilizador", que conseguiu reunir ali um "grande contingente de múltiplas raças".

⁵⁸ MELO. Ob. Cit, p.59.

⁵⁹ Idem, ibidem, p.59.

⁶⁰ Como os outros escritores teofilenses, Timmers quis enaltecer a história da cidade Teófilo Otoni, que se mescla com a história de vida de seu personagem ilustre. Sua narrativa sobre o território mineiro abraça desde as doações de sesmarias, a descoberta de riquezas minerais, o nascimento da capitania das Minas Gerais, o fim do ciclo do ouro, a lavoura para exportação e as dificuldades de comunicação até a instalação do projeto de Ottoni no Mucuri. Seus relatos apresentaram outras tentativas de desbravamento da região, antes do político e empresário mineiro. Tais tentativas também possibilitaram outros entendimentos para os fatos explicados por Ottoni e seus memorialistas, a exemplo que "quase todos índios" ali encontrados já estavam introduzidos no "trabalho escravo" desde 1804 e que Ottoni aproveitou as antigas picadas na mata virgem feitas por expedições anteriores, para construir a "sua estrada de rodagem". Enfim, pareceu-me que Timmer, por algum motivo sentiu-se menos comprometido com a memória de seu homenageado e dividiu com outros personagens que atuaram na região, as glórias do passado. (TIMMERS, Frei Olavo. **Theophilo Benedicto Ottoni: Pioneiro do Nordeste Mineiro e Fundador da Cidade de Teófilo Otoni**. Divinópolis, Sto Antônio, 1969)

Na trajetória de vida de Ottoni a ênfase recaiu sobre sua dedicação ao comércio. Aos 15 anos de idade, quando ainda não tinha instrução alguma, o menino Ottoni já ganhava experiências com tropas e conhecia as dificuldades de transporte, pois acompanhara seu pai nestas viagens. Em 1830, por "motivos políticos e sentimentos liberais", o jovem Ottoni requereria baixa na Marinha e retirava-se com seu irmão Honório para a terra natal, dedicando-se à política local e ao comércio. Em 1848, quando os liberais foram despojados do poder e o cenário político era dominado pela reação conservadora, Ottoni resolveu abandonar a política e dedicar-se aos negócios:

...de deputado tornou-se Ottoni outra vez comerciante, e com seu irmão Honório, empresário da Companhia do Mucuri...Por iniciativa particular queria o tropeiro de outrora resolver o que o governo não realizou: ligar o sertão de Minas, do Nordeste Mineiro, com um pôrto do mar, em linha reta, atravessando as matas virgens.⁶¹

Recorrendo à *Circular*, rememorou as dificuldades, os entraves e o "caminho das pedras" percorrido por Ottoni para organizar a Companhia que, no seu "desalento", fora obrigado a utilizar mão-de-obra escrava no Mucuri.⁶² Da mesma forma, lembrou o contato do empresário com os índios, e sua opção pela catequese através de um "programa humanitário de moderação e generosidade". Enaltecendo esta relação amistosa com os índios fixados na região em que criou a "sua cidade de Filadélfia", Timmers, utilizando as próprias palavras do biografado (escritas em um outro texto), evidencia-nos como fora ganho o território desta cidade - pela doação de um índio:

⁶¹ Informou que ainda em 1845, o presidente da província de Minas, Quintiliano José da Silva, autorizou o Tenente João José da Silva Teodoro, a repetir os exames do rio Mucuri, de modo a confirmar a possibilidade de navegação. Em um discurso deste presidente à Assembléia (4 de fevereiro de 1847), percebe-se que Ottoni, *antes de "abandonar a política" em 1848*, já estava agilizando o seu projeto, buscando o apoio e os favores das autoridades de Minas. É importante também ressaltar que este relato permitiu-nos observar como os tropeiros, naquela época, poderiam se transformar em implantadores de companhias de navegação. (Idem, *ibidem* p.12-14).

⁶² O biógrafo lembrou que no início dos trabalhos, as contrariedades se fizeram presentes. A exemplo, o assassinato do engenheiro Wisewski por um escravo durante a abertura de estradas e o abandono do trabalho por parte de operários contratados por Ottoni na costa (Espírito Santo) e de trabalhadores mineiros, receosos com o perigo das matas. Desta forma, Ottoni resolveu suprir estas deficiências trazendo do Rio de Janeiro, trabalhadores portugueses que, como os anteriores, não deram certo; uns debandaram, outros adoeceram e poucos permaneceram.

...De Poton declarei-me parente, Poton-Oton-Otoni, e ele acolheu rindo, a demonstração de que o éramos. Aceito o parentesco, disse-me que eu trouxesse os mais parentes, porque as terras eram muitas e chegavam para todos. Peguei-lhe pela palavra, e quinze dias depois abria-se, por conta de diversos parentes, uma grande derrubada, que produziu três magníficas fazendas (Monte Cristo, Liberdade e Universo), roteadas hoje por mais de 150 escravos...Depois dirigi-me a Timóteo e Nincate. Êste havia declarado, com arrogância, que os portugueses deviam contentar-se com as terras que já tinham tomado! Afaguei-os e presenteei-os; e àquela mesma tarde os dois me pediam que abrisse ali uma grande roça. Assim começou nos Estados Unidos a ocupação de Pensilvânia. Sorri-me a analogia, e, aceitando o auspício fausto, tomei posse da minha Filadélfia.⁶³

Destacando a *Circular*, Timmers finalizou a narrativa tentando explicar-lhe a origem. Interpretou-a como uma tentativa de Ottoni em dissipar suas mágoas com a difamação que envolveu o seu nome tanto aqui como no exterior, principalmente, com a "infame propaganda" de Avé-Lallemant quando esteve no Mucuri, com seu "relatório apresentado" na Alemanha, e com um panfleto intitulado *No Mucuri, uma história de brenhas, para esclarecimento, advertência e castigo de todos a quem interesse*. Ottoni foi ferido em seu brio e, ao seu modo, deu resposta àquele inimigo declarado e aos outros adversários. Ao mesmo tempo, estando com a "alma angustiada", teve a preocupação de prestar esclarecimentos aos amigos e eleitores para lembrá-los "*as injúrias, para não dizer injustiças, das quais nos últimos anos era vítima*".⁶⁴ Enfim, "a célebre *Circular*" representava, no seu entender: "*uma exposição de mais de 160 páginas, um livro, um manual da verdadeira política no Brasil, um resumo da sua vida*".⁶⁵

Os escritores teofilenses procurando valorizar a região, tiveram que ressaltar outras facetas do biografado, em especial a do empresário para relacionar Ottoni com sua história. Para isso, além da *Circular*, buscaram outros escritos do homenageado, até porque a experiência do Mucuri está ali cuidadosamente resumida. Porém, apesar de contribuírem para o esclarecimento dessa experiência do biografado, também repetiram a mesma harmonização retrospectiva, sobre a figura do "herói liberal". Apesar de darem vulto à imagem do empresário, acabaram, como o

⁶³ O biógrafo retirou esta citação em um folheto de propaganda publicado por Ottoni em 1847, quando colocava à venda as ações da Companhia com o seguinte título: "*Condições para a incorporação de uma companhia de comércio e navegação do Rio Mucury*" e, mais tarde, chamada de "*Companhia do Mucuri*" (TIMMERS. *Ob. Cit.*, pp.20-21).

⁶⁴ Idem, *ibidem*, p.57.

⁶⁵ Idem, *ibidem*, p.64.

próprio Ottoni, enfatizando a leitura restrita daquela experiência, ou seja, ao realizá-la o biografado se afastou da política. Descontente, o “liberal” de sempre, que nunca deixou de lutar contra as imposições do “poder absoluto”, havia canalizado para fora da política as energias de seu “espírito de vertigem” para o bem da nação. De “revolucionário” tornara-se um emissário do progresso, o “desbravador”, o “bandeirante moderno”, “o civilizador” das matas do Mucuri.

3- O “republicano democrata”.

Durante uma Conferência realizada no Salão de Bellas Artes no Rio de Janeiro em 1934, pela Sociedade dos Amigos de Alberto Torres para celebrar a “glória de alguns vultos do passado”, o historiador mineiro Daniel de Carvalho proferiu seu tributo ao “político” Ottoni com *Traços de uma grande vida: Theophilo Ottoni, campeão da liberdade*,⁶⁶ em que lhe conferiu o título de um “grande homem”, o “precursor da República”, um exemplo a ser seguido.⁶⁷ O texto pretendeu ser também uma denúncia contra a historiografia, que havia esquecido daquela “figura histórica” que: “...exerceu decisiva influencia sobre os destinos do Brasil e não se póde compreender a nossa história sem o estudo da sua personalidade.”⁶⁸

Em Minas Gerais a historiografia elegeu Bernardo Pereira de Vasconcelos (Tobias Monteiro) e Honório Hermeto Carneiro Leão (Joaquim Nabuco). Estes sempre vinham sendo lembrados no parlamento, nas escolas, nos discursos oficiais e nos compêndios de História do Brasil, enquanto Ottoni “foi sendo relegado ao limbo das personagens secundárias, dos simples comparsas nos grandes dramas de nossa história”. Questionava o biógrafo: “Não passaria acaso

⁶⁶ CARVALHO, Daniel de. **Traço de uma grande vida: Theophilo Ottoni, campeão da liberdade**. Rio de Janeiro: Tipografia Alba de Moreira, Cardoso & Freitas Ltda, 1934.

⁶⁷ Carvalho justificou sua biografia citando Carlyle, para mostrar a necessidade de se praticar culto aos grandes vultos do passado: “o culto dos grandes homens eleva a geração que o pratica... não podemos nos ocupar, embora imperfeitamente, de um grande homem, sem ganhar alguma coisa com elle. O culto dos seres superiores, dos antepassados gloriosos ou dos gênios da raça ou da humanidade, exalte a quem o professa.” Para o biógrafo, Ottoni seria um destes grandes homens, uma expressão da alma nacional. (Idem, ibidem, p. 57-58).

⁶⁸ Idem, ibidem, p.20.

*o austero serrano de um pygmeu entre gigantes?" Bradava que era chegada a hora de todos saberem que o nome de Ottoni "...ressoa ainda dentro das antigas fazendas e dos velhos solares de Minas Gerais como símbolo persistente dos anseios liberaes do nosso povo."*⁶⁹

Acirrando o embate, afirmou que entre o "lenço branco" e a "cadeira de roda" (aludindo à paralisia de Bernardo de Vasconcelos) existiam muitas diferenças. Para as classes letradas, Ottoni não passava de um personagem medíocre mas, para o povo, que possuía um "infalível instinto de verdade e justiça", este era "um herói lendário, fonte viva de eterna luz criadora". Quanto a Vasconcelos, "a sua cadeira de rodas de parafítico poderia ser guia", mas para os "homens do poder". O "lenço branco", seria a *"flammula que convoca os mineiros para as pugnas em favor das suas mais caras tradições... se a cadeira de rodas congrega os sectários da autoridade, o lenço branco agita os paladinos da liberdade. O povo mineiro fez desse lenço a sua bandeira."*⁷⁰

Quanto a Joaquim Nabuco, "o aristocrático", este não soubera compreender a oratória de Ottoni, que usava uma linguagem acessível ao vulgo, mas que ganhava colorido e vigor pela sua sinceridade. Fora um orador que não queria "aparecer" e muito menos "brilhar". Não queria disputar com ninguém prêmios de retórica, porque não alimentava veleidades literárias, por isso não se preocupava em "burilar frases de efeito". Falava de improviso, movido por suas convicções, com o "nobre intuito de opinar, de esclarecer e de convencer". Portanto, *"seu exito vinha da sua grandeza d'alma, da firmeza inflexível do caracter, da imensa bondade do coração, da coerencia de suas atitudes, do que do seu talento oratório."*⁷¹

Joaquim Nabuco o conheceu numa fase desagradável de sua vida, já debilitado pela doença e alquebrado pelo desastre financeiro. O modo de ser de Ottoni não poderia mesmo agradar o "requintado" Nabuco, pois "não se vestia no alfaiate da moda e empregava uma gesticulação deselegante". Seu julgamento fez com que ninguém mais lesse os "discursos magníficos" do parlamentar mineiro, que enfrentou e abateu adversários da ordem de Bernardo

⁶⁹ Idem, *ibidem*, p.7.

⁷⁰ CARVALHO, Ob. Cit., p.8-10.

⁷¹ Idem, *ibidem*, p.20.

Vasconcelos e Carneiro Leão. Ao contrário de Nabuco, Joaquim Manoel de Macedo soubera lidar o verdadeiro valor, mas infelizmente este não era lido enquanto que Joaquim Nabuco fazia lei.⁷²

Questionando a historiografia, denunciou as incorreções dos acontecimentos históricos. Ancorado na *Circular* ofereceu aos seus ouvintes e leitores explicações para as anomalias historiográficas referentes ao 7 de Abril.⁷³ Proclamou que Ottoni, no ímpeto de sua mocidade, já professava seus ideais: "Federação", "República" e "Liberdade." Fizera naquele momento "uma tentativa de proclamação da República" e se pôs "resolutamente entre os *meneurs* da revolução", transformando-se no maior perigo para as "velhas raposas da política". O Período Regencial foi visto pelo biógrafo como "ensaios do regime democrático", em que Ottoni teve papel relevante na "prática republicana", não abandonando jamais os ideais do 7 de Abril.

Como Carvalho, Paulo Pinheiro Chagas em *Teófilo Ottoni: O Homem, o Política, a Obra*,⁷⁴ texto de 1979, reproduz os acontecimentos narrados por Ottoni na *Circular*, mostrando o

⁷² Idem, ibidem, pp.19-21.

⁷³ Ao relatarem o 7 de Abril esqueceram da estréia do "revolucionário" Ottoni e deram destaque a Evaristo da Veiga com sua folha e como deputado. Narraram apenas a hostilidade com que o Imperador foi recebido em Minas. Não falaram da participação de Ottoni no *Club dos Amigos Unidos*, como o "agitador das idéas e acções desse gremio secreto". Não mostraram que Ottoni articulava ou fazia a ligação entre os patriotas ou revolucionários do Rio de Janeiro e de São Paulo com os da Província de Minas. Para perceber a importância de Ottoni no 7 de Abril, afirmava que bastava ir aos "Artigos de compromisso do Serro" (publicados no *Sentinella do Serro*). Ali estaria registrado que no dia 6 de Abril os "patriotas ergueram-se em armas no Rio de Janeiro e Minas sob a sua inspiração. A apreciação de Nabuco sobre o 7 de Abril estava seriamente comprometida para Carvalho, pois "não oferece muita segurança... precisava explicar a brusca mutação paterna e os artigos do Velho de 1817, publicados em 1833, quanto á maioria não tem esses embaraços e discorre lucidamente". Enfim, os "historiografos", apenas repetiam o epíteto de Ottoni sobre o 7 de Abril - "Journée des dupes" - sem todavia, indicar sua procedência. (CARVALHO, D. de. *Ob. Cit.*, pp.22-25).

⁷⁴ Este texto de Paulo Pinheiro Chagas, é a introdução do volume XII da *Coleção Perfis Parlamentares*, que reúne uma seleção (feita pelo mesmo autor) dos discursos políticos de Teófilo Ottoni. "*Teófilo Ottoni: O Homem, o Política, a Obra*" é uma síntese da volumosa biografia de Ottoni, escrita por Chagas - **Teófilo Ottoni: o Ministro do Povo**. Devido a repetição das duas narrativas, optamos por comentar aqui a biografia *Teófilo Ottoni: O Homem, o Política, a Obra*". O biógrafo tem como eixo norteador no seu trabalho, tanto deste texto como da biografia citada, a *Circular de Teófilo Ottoni*. Assim como o seu autor, Chagas percorreu um caminho linear, que iniciou com as raízes históricas da família Ottoni e terminou com a morte. Ao mesmo tempo que foi narrando a trajetória do político liberal, foi contextualizando-a com os eventos históricos. Seu objetivo foi demonstrar que o biografado, desde sempre "proclamava as

personagem como um antecessor do movimento do 7 de Abril no Serro. Justificou a adesão do político à monarquia constitucional usando as mesmas explicações do biografado. Após o movimento do 7 de Abril – que, no fundo, tinha como objetivo a República - a agitação federalista fora elevada ao extremo. Mas, os moderados se apossaram da revolução e desfiguraram-na. Ottoni se viu, então, em uma posição difícil, porque não se aliou aos exaltados, que primaram pelas "atitudes de indisciplina e inconstitucionalidade". Portanto, pelos "excessos e pela desordem", pelo "perigo da secessão" ou "ditadura militar", apresentou a "proposta de transação de princípios", qual seja, fundir as duas nuances do Partido Liberal (exaltados e moderados).

Acordados, Carvalho e Chagas interpretaram a Maioridade como um trunfo ao qual Ottoni recorreu para preservar a coerência e a fidelidade de seus princípios democráticos. O episódio foi lembrado para mostrar a relutância do político mineiro diante deste impasse e frisar a lisura de seus princípios. Chagas explicou que os liberais acabaram por defender a Maioridade, porque viram-na como a alternativa possível para frear o regresso. No entanto, optaram por fazê-la sob a "égide dos princípios liberais". Mas, mesmo assim, Ottoni aceitou contrafeito aquela "imposição" do momento histórico, que acreditava ser o "remédio heróico, última instância do desespero..." ⁷⁵

Os silêncios e o afastamento das hostes políticas são apresentados nestas memórias como comprovação de seu patriotismo. Desta forma, em seu "ostracismo voluntário" de 1848, dedicou-se à missão de um "Hércules sertanejo", a saber, à empresa do Mucuri. Ali perdeu a fortuna amealhada no comércio. Privando-se do carinho da família e do conforto da capital, foi enfrentar os perigos das selvas hostis, a fome e as forças da natureza. Viveu dez anos "dentro da magia de seu sonho", e foi ali engenheiro, administrador e operário; um verdadeiro "desbravador do sertão", um homem à frente de seu tempo, porque visualizava soluções para o progresso do país:

Com uma visão panorâmica dos problemas nacionaes, ainda os mesmos em nossos dias, elle entendia que o meio de corrigir a nossa debilidade economica e tenuidade demographica, estava no desbravamento de terras ferteis á margem de estradas ou rio navegaveis e na fundação de nucleos

excelências do regime republicano". (CHAGAS, Paulo Pinheiro. *Teófilo Ottoni: O Homem, o Política, a Obra*. In: **Teófilo Ottoni: Perfis Parlamentares**. Nº12. 1979).

⁷⁵ CHAGAS. *Ob. Cit.*, p.32.

coloniaes que fossem escolas práticas de trabalho livre, de vida civilizada e de agricultura e industrias ruraes.⁷⁶

Da mesma forma, Chagas explicou a “saída do luzia” da política. O momento não lhe era propício, pois o “espírito de transação” daquela época aborrecia-o sobremaneira, optando, então, pelo silêncio e afastamento. Conforme vimos no capítulo anterior, esta foi a mesma justificativa de Ottoni na *Circular* na qual dissociou a atuação do político daquela do homem de negócios, obscurecendo o entrelaçamento destas esferas e, ao mesmo tempo, mantendo a idéia de um Ottoni coerente. Sua retirada da política em 1848 se tornou insignificante diante da grandeza do projeto que iria desenvolver no Mucuri.⁷⁷

Ottoni promovera ali o “milagre”, foi o “precursor” de Rondon, o “pacificador” e o “protetor” dos índios. Promoveu naquelas terras longínquas a imigração e o progresso. Porém, a perseguição política conseguiu fazer com que sua Companhia fosse liquidada pelo governo: *“estranho fim, absurdo paradoxal. Não acabava por exaustão. Morria de fatura, estuante de vida, numa crise de crescimento.”*⁷⁸

Após o insucesso nos negócios, ocorreria mais uma reentrada na política. Como se tivesse realmente afastado das discussões políticas, o eterno “luzia” encontrou um ambiente pouco favorável a seu “espírito”, *“estranhas coisas tinham acontecido no palco movediço da política. A chama liberal quase extinguiu...período morno de acomodações partidárias: a Conciliação”*. Apesar de endossar a posição de Ottoni (desvincular a política dos negócios), sem ter intenção, evidenciou esta simbiose quando narrou a candidatura do político liberal ao Senado em 1857: *“...inaugurada a estrada Santa Clara-Filadelfia (obra de Ottoni), parecera oportuna a Ottoni*

⁷⁶ CARVALHO, D. Ob. Cit., p.47.

⁷⁷ Ao falar das saídas e reentradas de Ottoni na política, Chagas fez poucas alusões as suas atividades comerciais. Quando as mencionou, estas apareceram dissociadas das atividades políticas. Esta citação mostra a estratégia do biógrafo para minimizar os interesses econômicos que norteavam este empreendimento (pelos quais o empresário tanto foi criticado) e que aparece na narrativa de Chagas, como a realização de um projeto político, de cunho progressista e enriquecido com o “espírito humanístico” de seu empreendedor. Se existia algum interesse econômico, este estava vinculado a uma razão maior, qual seja, realizar um programa do governo: levar a civilização aos lugares mais distantes do Império.

⁷⁸ CHAGAS. Ob. Cit., p.57.

uma incursão política..."⁷⁹ Vale lembrar que aconteceria naquele ano as eleições para o preenchimento de duas vagas no Senado.

Nesta ambiência de moderação, quis o biógrafo salvar a imagem ativa de Ottoni que considerou não ter abandonado seus princípios republicanos pelos objetivos da Conciliação. Revivificou a sua luta contra o "governo pessoal" do Imperador, que organizava os ministérios a revelia do parlamento. Procurou justificar por que Ottoni teve, naquele momento, que abafar seu republicanismo:

Sua conhecida intransigência no assunto explica-se. Ele é um republicano convicto. Reconhecendo, todavia, a impraticabilidade e o perigo da idéia, num Brasil não preparado para a transformação, transige com a monarquia constitucional e, desse jeito, apoia as instituições imperiais. Exige, por isso mesmo, um respeito religioso pela Constituição. Daí o antagonismo, porque o Imperador intervém, inconstitucionalmente, com o "poder pessoal". Teófilo Ottoni está sempre entre duas tendências: ou a república, ou a monarquia constitucional, a coroa sendo um símbolo, e o rei uma figura passiva. Ou Washington e Jefferson, com a república, ou a rainha Vitória, com a monarquia constitucional - e, em ambos os casos, o denominador comum da democracia. Esse, o grande sentido de sua luta.⁸⁰

Este "período morno" somente será vencido em 1860, momento que Chagas vê como um "ano de despertar" da apatia política vivida na Conciliação⁸¹. Tal momento "clamava por um líder", e este seria Ottoni que, por "sua origem e fascínio", seria capaz de despertar a "consciência da Nação". Nestas circunstâncias, a *Circular* seria na interpretação do biógrafo, a acolhida de Ottoni a este pedido, da qual advinha sua missão.⁸²

Daniel de Carvalho também imaginou neste momento a necessidade de um "grande homem" para realizar os anseios da população. A seu ver, Ottoni seria este líder que, apesar de

⁷⁹ Idem, ibidem, p.59.

⁸⁰ Idem, ibidem, p.61.

⁸¹ O biógrafo se refere ao período que foi visto na historiografia como um "período morno", iniciado por volta de 1844 e consolidado em 1853 com o Gabinete da Conciliação de 6 de setembro, organizado pelo Marquês de Paraná, Honório Carneiro Leão. Após anos de intensa luta política entre grupos antagônicos, teria imperado um "clima de estagnação" na vida política e o desejo de "pacificação" entre os agentes políticos para que se pudessem dar rumos ao país. Este será um dos temas abordados no IV Capítulo deste estudo.

⁸² CHAGAS. Ob. Cit., pp.60-63.

tantos anos de "ostracismo político voluntário" no Mucuri, manteve sua popularidade, pois, ao invés de minguar, cresceu a estima pública pelo "líder": "*O povo sentia sua falta e reclamava insistentemente sua volta*", porque sempre soube se manter sensível às idéias liberais. E, assim, permaneceu em admirável constância por todo o entardecer de sua vida, ciente da necessidade de continuar sua luta pela causa da liberdade.⁸³

Chagas chega a considerar que depois da *Circular* de 1860, a política imperial brasileira deixou de ser a mesma. A influência de Ottoni na mocidade foi determinante. No convívio com os jovens, a sua imagem de um "quase semideus", de um homem de cabelos grisalhos e de opinião experimentada, despertava-lhes a amizade, o respeito, a veneração e o entusiasmo político. Acontecia naquele momento, o que o biógrafo chama de "era ottoniana".⁸⁴

Além de influenciar jovens letrados, Ottoni seduzia as multidões. Retomando da *Circular* o episódio da Questão Christie, não apresentou seu biografado como um revolucionário ou agitador, mas sim como um contendor da desordem, um líder conduzindo a multidão, gritando "vivas" ao Imperador. Explicou que esta atitude não significava mudança de caráter, mas sim, uma exteriorização do "nacionalismo", do "sentimento comum do brio ofendido". O político estava apenas cumprindo a "sua missão", resguardando a ordem.⁸⁵

Na interpretação de Chagas, tamanha popularidade advinha do sucesso da *Circular*, que também explicava a chegada do político ao Senado. Chegou a afirmar que, neste período, dois poderes dirigiam o Império. De um lado, estava D. Pedro II e o seu Ministério e, do outro, Teófilo Ottoni. Estes dois poderes inspiravam o destino nacional, e as massas compreendiam isto, sabiam que Ottoni era um defensor da liberdade, que "pulverizando as intrigas", conseguia salvar

⁸³ Idem, *ibidem*, pp.51-53.

⁸⁴ Chagas atribuiu a Ottoni e à *Circular* o poder de ter mudado o clima político, ou seja, conseguiu "organizar o espírito de rebeldia" com sua pregação liberal, que proporcionou um "sopro de renovação". Em resposta ao "ottonismo", explicou Chagas, que o Governo resolveu, em 1862, inaugurar a estátua de D. Pedro I, montado no corcel. Daí ter vindo o texto do Ottoni, *A estátua Equestre*, para expressar seu descontentamento com o "governo pessoal." (CHAGAS. *Ob. Cit.*, p.66).

⁸⁵ Idem, *ibidem*, p.70.

qualquer situação problemática. Foi justamente por esta massa "compreender" tão bem esta polarização de forças, que Ottoni pôde contar com o apoio popular quando se candidatou ao Senado: " *Nenhum outro ali entrara sob tamanha pressão da opinião pública...*" ⁸⁶

4- O "republicano disfarçado" e "falso liberal": o anti-herói e suas contradições.

Acreditando ser capaz de escrever uma "verdadeira história" de Theophilo Ottoni, que ainda não havia sido escrita, em 1981, Leônidas Lorentz publicou "*Teófilo Otoni no Tribunal da História*". ⁸⁷ A história, é para o autor, um tribunal que deve julgar e eliminar os "maus exemplos" possíveis de serem seguidos. Portanto, a história deveria julgar Ottoni por ter sido um "precursor da República":

Homens há no mundo que somente atingem o alto como os balões, com o impulso da fumaça que vem do fogo que acendem, freqüentemente, no decorrer da vida. E o povo na sua ingenuidade, perde a noção de tudo, esquece o passado, não o analisa e fabrica as suas falsas divindades...Pobre Teófilo Otoni, que não ficou esquecido. No quadro histórico, os muros da sua Babilônia estão em ruínas. Se foi grande homem como negociante, mesmo com o seu fracasso como empresário no Mucuri, outrossim, na condição de político, não foi nume tutelar. ⁸⁸

Acusou os biógrafos de Ottoni de terem esquecido que "um homem público tem o seu valor intimamente ligado aos problemas sociais e políticos da época em que viveu". Contaram os seus feitos, usaram e abusaram do "direito de omissões da verdade" e não saíram dos seus "cometimentos pessoais". Portanto, precisava-se de uma análise bem estruturada de sua vida para a conclusão justa sobre o que fez pelo bem da coletividade:

Fugiram ao julgamento dos seus atos negativos como homem público. Olharam-no com uma luneta fixa, sem ver a natureza ao redor. Falaram de Teófilo Otoni como se olhassem para uma noite escura com um só astro a brilhar no céu... A Pátria brasileira não existiu para tais biógrafos, no

⁸⁶ Idem, ibidem, pp.73-76.

⁸⁷ Lorentz é natural do nordeste de Minas. No momento em que publicou sua obra era professor no Colégio Pedro II e, também, na rede estadual do Rio de Janeiro.(LORENTZ, Leônidas. **Teófilo Otoni no Tribunal da História**. Rio de Janeiro: Ed. Luna, 1981).

⁸⁸ Idem, ibidem, p.28.

período de 40 anos, de 1829 a 1869, em que Teófilo Otoni se movimentou, conspirando, agitando, revolucionando, provocando e atacando o regime, em momentos graves... Teófilo Otoni, fora do cenário histórico do seu tempo, não é Teófilo Ottoni, não pode ser isolado, retirado dos acontecimentos, para o objetivo exclusivo de ser enaltecido.⁸⁹

Pode-se afirmar que a narrativa de Lorentz - explicitamente de cunho monarquista e crítica dos governos republicanos civil ou militar⁹⁰ - percorreu o caminho inverso das biografias apresentadas anteriormente. Enquanto outros memorialistas tiveram a *Circular* como fonte inspiradora e fidedigna, este novo narrador a polemizou: "*O próprio Ottoni, foi o primeiro a contar a sua história, desenvolvendo a narrativa conforme o interesse pessoal, fazendo omissões e arrotando vantagens*".⁹¹ Seus admiradores, a seu ver, um pequeno grupo, geralmente por vaidade oriunda do "*jus sanguinis*", desconheciam o passado e quiseram apenas construir um herói. Os admiradores conterrâneos (da cidade Teófilo Otoni), também desconheciam a história.

Ao contrário do jovem Ottoni que nos fizeram conhecer seus biógrafos, impetuoso no "verdor dos anos", que se deixava levar pelas paixões políticas, Lorentz nos apresentou um esperto e "incoerente rapazola", um "ingrato" e "agitador"⁹² que, aos 20 anos traiu "seu protetor", D. Pedro I, que concedeu-lhe favores quando era estudante no Rio de Janeiro. Logo depois, estava tramando contra ele no Serro, agitando e conturbando o período Regencial. Em 1842,

⁸⁹ Idem, ibidem, pp.7-8.

⁹⁰ "Evoluímos lastimavelmente para uma República sem administração, sem filosofia de governo, que entrega as suas riquezas a exploração estrangeira, que confessa a falência do seu próprio povo, que não tem crédito, entregue ao banditismo, tudo por culpa dos próprios políticos, que se degradaram, usando e abusando da demagogia, como fez T. Otoni, a quem podemos atribuir, cem anos após a sua morte, uma boa parte das nossas desgraças, pelo exemplo que deu, aplaudido pelos invejosos, medíocres e fracassados do seu tempo, que não viram o brilho da estrela maravilhosa de segundo Reinado, rico, poderoso e respeitado no mundo inteiro..." (Idem, ibidem, p.14).

⁹¹ Idem, ibidem, p.9.

⁹² Na juventude, de volta ao Serro, já se revelava imprudente e exaltado na política, consequência de sua ascendência - "indole revolucionária" -, iniciando também, sua vida de comerciante: "Distante da Corte, duas riquezas foi adquirindo muito importantes na vida do homem: o dinheiro, que dá prestígio e influencia, e a popularidade, que é um patrimônio para quem deseja galgar posição na política através do voto. Tinha então, 23 anos e começava a vida sem compreender o seu país, as suas condições sociais, o seu passado, as suas tradições e, sobretudo, os seus interesses diante do futuro, após a Independência." (Idem, ibidem, pp.84-85).

reafirmou mais uma vez sua "traição à unidade do Império", pois demonstrou ser um revolucionário e um separatista, fazendo a revolução e colaborando com os separatistas da República do Piratinim. E, assim, se comportou até no fim de sua vida, convulsionando o país em plena e perigosa Guerra do Paraguai. No Senado, mostrou-se um "despeitado", quando discursava atacando Duque de Caxias, tentando desmerecer seus "gloriosos triunfos". Enfim, Ottoni soube utilizar seu "espírito de vertigem" como estratégia política, buscava popularidade perturbando a vida política e administrativa no "período mais glorioso de nossa História", o Segundo Reinado.

Ottoni não havia sido um estadista e nem sua popularidade garantiu-lhe o prestígio que os biógrafos afirmavam.⁹³ Foi um inimigo do Estado, pois enquanto os estadistas que dirigiam os destinos nacionais após a Abdicação, lutavam (de 1831 a 1848) para alcançar a "paz imperial" (que para Lorentz somente veio em 1849 e que sucumbiu com a República), neste período, mostrou-se um inimigo gratuito, foi um *"vulto irrequieto, perigoso e nocivo...via absurdamente, impatrioticamente, ineptamente, na supremacia do nosso Império democrático, o absolutismo do jovem Imperador mais tolerante e humano de todos os tempos: D. Pedro II."*⁹⁴ Portanto, não merecia ser visto como um estadista, tampouco um verdadeiro político. Explicou Lorentz que ele teve a intenção de o ser, mas foram suas atitudes de rebeldia que o marginalizaram e demonstraram que não possuía as qualidades e a respeitabilidade para o exercício do cargo.

Também, não foi o "humanista" nem o "bandeirante moderno" como afirmaram seus biógrafos. Sua história no Mucuri não correspondia a uma epopéia pautada por nacionalismo,

⁹³ Ottoni não foi um verdadeiro orador e sim um demagogo, apesar de sua popularidade não pode ser comparado com o talento de Rio Branco, Francisco Otaviano, Joaquim Nabuco e outros. *"Falou milhares de vezes em praça pública, na Câmara dos Deputados e no Senado, mas não deixou um só discurso antológico. Da sua cabeça não saíram conceitos e idéias geniais. Primava pela contestação. Faltava-lhe base de cultura. Não resta dúvida de que, por muito falar, sobretudo atacar e contestar os estadistas de seu tempo, logrou fama, aplausos e se tornou grandemente popular... Pela demagogia não se chega nunca à divina arte da oratória, e T. Ottoni foi, por excelência, um demagogo"*. Ottoni era admirado pelo "zé-povo das ruelas do Rio de Janeiro", que aplaudia a sua demagogia no ataque aos homens do Governo e às instituições imperiais. (Idem, ibidem, p.12).

⁹⁴ Idem, ibidem, p.11.

mas significou um tempo de violência, dominação e escravidão para os nativos. Agiu ali com "insensibilidade humana", visando apenas o sucesso nos negócios:

Chegou à região como um dominador, um conquistador das matas brutas, um usurpador sem consciência dos domínios da raça indígena... Acompanhado de numerosos servidores, de parentes, amigos, correligionários e estranhos, não mostrou ao silvícola a cruz de Cristo, porém, as armas mais modernas de fabricação inglesa ou alemã... Os escravos africanos e seus filhos já brasileiros - os fatos se passaram em 1854 - ele os assalariou do senhorio direto, em grande número, e mesmo os comprou e os colocou entre animais de carga como bens de sua Companhia.⁹⁵

Longe de ser um herói, Ottoni corporificou a imagem de um anti-herói, de alguém que soube ardilosamente abusar do direito de liberdade que aqueles tempos ofereciam. Logo, não justificava a sua luta pela liberdade, uma vez que ela já existia, pois o liberalismo da época era enorme, tanto que lhe possibilitou ser o "homem mais popular, o mais aplaudido". Agitou e abusou do direito de liberdade, tramou, combateu, fez revolução:" *T. Ottoni era, dentro do Império, um agitador, um convulsionador, um pregador da insurreição armada, num ambiente político ultrademocrático. Tão democrático que todos o toleravam, embora vissem nele um republicano disfarçado, que solapava, com as suas verrinas, o regime*".⁹⁶

Assim, o "político liberal" foi sendo transformado no exemplo a não ser seguido, porque fora o primeiro perigoso líder da agitação social que nos levou à ruína pela desordem interna:

...Não encontramos em Teófilo Ottoni um exemplo de alta nobreza para destacar aos olhos da juventude dos nossos dias, porque no seu pensamento, nos seus atos, nas suas lutas não havia o ideal de uma pátria unida, forte e sombreada, ao contrário se aliviava aos que a dividiam, de norte a sul, com rebeliões e tramas que ameaçavam o seu futuro... Foi o patriarca da agitação civil no Brasil... Não logrou nenhum triunfo em vida, mas o seu exemplo no campo do ataque às instituições ficou... Tudo foi inútil. O povo já tinha no organismo o micróbio ottoniano da anarquia. E o Império não lhe deu o remédio curativo pela violência, na repressão natural que fazem os governos que entendem a necessidade de reagir contra os perturbadores da ordem pública. Assim, se condenou a si mesmo. Caiu por excesso de liberalismo.⁹⁷

⁹⁵ Idem, ibidem, pp.12-13.

⁹⁶ Idem, ibidem, p.56.

⁹⁷ LORENTZ. L. **Ob. Cit.**, , pp.14-15 e 47.

4.1 – Um debate com Theophilo Ottoni e sua Circular

Inspirando-se em obras clássicas do período, Lorentz problematizou a *Circular* enquanto um documento histórico. Apesar de considerá-la um trabalho de fôlego e de “esmerado estilo”, caracterizou-a, apenas, como um documento particular e informativo e, no mínimo, problemático. Isto porque seu autor procedeu com “insinceridade” e sem argumentos convincentes “à luz dos documentos históricos”. Alertou ainda para a questão de que, na *Circular*, havia resumido os fatos históricos do período de 1829 a 1860 sob o seu ponto de vista, com notório interesse eleitoral, a fim de dar ânimo e entusiasmo aos eleitores que o aplaudiam. Portanto, o texto não resistiria a uma fiel interpretação: “*É trabalho escrito por candidato que deseja ser eleito, dirigido a eleitores que precisam ser catequizados e seduzidos. Um cantarejo de pastor errante, que procura trazer as ovelhas ao seu redil*”.⁹⁸

Apesar de muito lida em Minas na época de sua publicação, a *Circular*, logo, cairia no ostracismo devido a incoerência e a “insinceridade” de seu autor que, pouco tempo depois de publicá-la, mudou de “casaca”, contrariando as idéias difundidas no seu texto. Assim, demonstrou ser um outro homem, descompromissado com seus adeptos e ávido pela senatoria, querendo mesmo “*dormir no colchão macio dos césores e dos príncipes, como um ambicioso qualquer*”.⁹⁹

Por estar distanciado de 1860, Lorentz acreditou ser capaz de “julgar” ponderadamente o documento. Utilizou-se das próprias palavras do autor para contestá-lo e mostrar suas contradições em vários momentos da narrativa. Vejamos as argumentações elencadas pelo biógrafo para elucidar as contradições e incoerências políticas de Ottoni. Aos 20 anos, quando integrava a guarda-marinha, e o Brasil enfrentava o Uruguai na Guerra da Cisplatina, sua atitude

⁹⁸ Idem, ibidem pp.17-18.

⁹⁹ Idem, ibidem, p.17.

fora de pedir demissão, seguindo suas "convicções políticas contrárias às instituições" e traindo seu protetor, o Imperador.¹⁰⁰ Abandonando as armas, o jovem serrano dera um triste exemplo.

Ao narrar a revolução de 1842, Ottoni optou pela omissão, "*contou as numerosas mortes dos homens do governo, mas não revelou as suas*".¹⁰¹ Em 1845, já não era mais um revolucionário e se tornara um governista, juntamente com os outros "falsos liberais" (Cônego Marinho, Dias de Carvalho, Limpo de Abreu, Feliciano Pinto Coelho e Melo Franco). Então, passou a fazer parte da "facção áulica" que ele tanto combateu no texto da *Circular*. Sendo "homem do governo", fez parte da comissão de Constituição e Poderes e "encolheu-se no silêncio".¹⁰²

Outra contradição, e a que mais pesava contra a sua imagem de liberal, foi o seu silêncio em relação a abolição da escravidão. Questionou o biógrafo: se falava tanto no seu ideal de liberdade, se no momento em que escreveu este texto, acontecia, no país, um despertar deste ideal, por que se omitiu e não lutou pela liberdade dos escravos? Lorentz respondeu:

Tinha mesmo de omitir-se, porque fazia parte da burguesia do seu tempo, que se aproveitava do braço escravo, no meio da qual viveu e fez fortuna. Assim, de nenhum modo, a abolição da escravatura lhe constituía uma aspiração, um ideal, porque, como negociante, estava intimamente ligado á aristocracia rural do seu tempo (esta lhe dava grande apoio eleitoral)... Viu, assim, o nunca visto absolutismo do Poder moderador, e a restauração da teoria do Direito Divino no Brasil, e a democracia imperial como uma tirania, e viu os estadistas, que davam garantia de ordem e grandeza ao Império, como lacaios do Imperador, mas não viu o claramente visto, nas fazendas de Minas e do Rio de Janeiro, o pobre negro sofrendo no eito dos cafezais, nos latifúndios dos seus amigos, onde tantas vezes pernoitou, nas suas constantes viagens pelo interior.¹⁰³

Apesar de Ottoni alegar coerência e fidelidade a seus princípios, para o biógrafo, suas contradições são evidentes ao longo do texto. Durante toda sua vida pública transitou em terreno movediço e agiu seguindo os traços de sua "personalidade dúbia". Além de incoerências e contradições, a *Circular* trazia em seu âmago a parcialidade e a intencionalidade do autor. Da

¹⁰⁰ Relembra aqui que D. Pedro I o protegera de modo excepcional, dando-lhe uma promoção fora do comum, em atendimento a reclamos que lhe fez, quando aluno no Rio de Janeiro. (idem, ibidem, p.24).

¹⁰¹ Idem, ibidem, p.24.

¹⁰² Idem, ibidem, p.113.

¹⁰³ Idem, ibidem, pp.20-21.

mesma maneira desqualificou os outros escritos do biografado, a exemplo a *Estátua Equestre*.¹⁰⁴ Afirmou que o autor tinha um certo talento e inteligência, mas que sempre seguiu "obstinadamente um pensamento negativo". A seu ver, nenhum destes escritos consubstanciaram suas idéias, porque estariam repletos de paixão política e não resistiam a uma análise crítica. Além disso, Ottoni não fora um intelectual, por isso "faltava em seu raciocínio a amplitude filosófica no exame dos fatos". Foi apenas um "homem de idéias generalizadas na época, manifestadas sobretudo no ataque às instituições".¹⁰⁵

4.2 - O "agitador" e o "especulador".

Enquanto os biógrafos antecessores destacaram a carreira política de Ottoni e o projetaram como um alavancador do progresso, Lorentz o responsabilizou pelos descaminhos políticos do Brasil. Afirmou que não foi o "patriarca da democracia", e sim, o "patriarca da agitação interna" dentro do liberalismo do Segundo Reinado, que havia sido perdido com a República "sem ordem" e "sem líderes verdadeiros". O autor voltou ao passado para relembrar as dificuldades encontradas por D. Pedro II para organizar os gabinetes e explicou que tais dificuldades vieram na maior parte pela oposição do Partido Liberal.

Portanto, a responsabilidade pela recorrente substituição de gabinetes recaiu sobre Ottoni e o Partido Liberal, que tumultuavam a política imperial no período entre 1864 e 1868, pressionando especialmente o Gabinete de Zacarias de Góis, que acabou por cair em 1868.¹⁰⁶ Na

¹⁰⁴ O biógrafo critica o panfleto *A Estátua Equestre* escrito por Ottoni em 1862, por ocasião da inauguração da estátua de D. Pedro I no Rio de Janeiro. Vê nesta atitude do político liberal, um ato que foi além de sua usual rebeldia, própria de seu "espírito apaixonado", a qual explicitou um "lado oculto" de sua personalidade: "os recalques de secretas mágoas pela encampação da Companhia do Mucuri. E, mais ainda, o deslustra pela falta de alcance sociológico, juízo crítico, parcialidade e falsa interpretação dos fatos históricos". (Idem, ibidem, p.36).

¹⁰⁵ Idem, ibidem, pp.57- 60.

¹⁰⁶ "Teófilo Otoni vociferando na tribuna do senado. Em lugar de poder pessoal, inventaram o imperialismo do Poder Moderador. A conclusão lógica estava à vista: o Partido Liberal não podia ter unidade, porque estava bipartido com liberais históricos, que lutavam com o espírito agitador de T. Otoni e liberais progressistas. Confundiam-se, confundindo a ordem e a administração. Falavam em liberdade e saíam vitoriosos nas urnas" (Idem, ibidem, p.46).

verdade, o "luzia" não conseguiu esconder que era um "republicano disfarçado". Dotado de talento, inteligência, coragem e audácia, "apesar de não ter base de cultura e sabedoria", soube fazer política sem ser verdadeiro político, aproveitando os foros de liberdade que o regime lhe concedia. A seu ver, Ottoni usou e abusou do direito de anuviar o ambiente social, de conturbar o espírito do povo e prepará-lo para o "inconformismo" e para a "desordem" que acabaram por levar o país aos Governos autocráticos de desmandos e de arbitrariedades da "era republicana".

Ambicioso, Ottoni tinha por objetivo criar para si uma província.¹⁰⁷ Astuto empresário e conhecedor de estratégias no mundo dos negócios, esta era a sua "natural vocação". E neste terreno, acreditava o biógrafo, obteve sucessos. A encampação da Companhia do Mucuri provou estas suas qualidades:

O ocaso dos negócios de T. Ottoni no vale do Mucuri, considerando seus diversos aspectos, foi também o seu ocaso na ordem moral; apenas sobreviveu com fortuna não comum, na época, pela indenização em espécie de 1.260.000\$000 que recebeu, cujo quinhão maior foi seu, como acionista de alto vulto... Como homem de negócios não deixou de ser um felizardo. No Mucuri, apenas visou enriquecer. Fez comércio indiscriminado, vendeu terras loteadas e devolutas, sem posse legítima.¹⁰⁸

Para Lorentz, na verdade, Ottoni fora um especulador, pois não deixou no Mucuri nenhuma obra de peso, e a cidade que tem o seu nome não guardou nenhum vestígio de suas origens, porque ele não edificou nada ali. Seus interesses eram apenas comerciais. Não teve a pretensão de construir uma cidade e sim *"barracões de comércio, feitos toscamente de adobe, sem valor arquitetônico, estendidos como muralha chinesa, entre morros, para fechar a passagem da estrada que lhe permitia cobrar pedágio. Só via mesmo o campo comercial"*.¹⁰⁹

¹⁰⁷ Informou que Ottoni havia requerido "tantas posses em seu proveito que, somadas as suas áreas, atingiriam a mais de 10.000 vezes o Estado do Vaticano, onde ficaria bem seguro, nos seus domínios, se criasse a sua sonhada Província do Mucuri, na densas florestas, vastíssima extensão em que seria, por certo, um verdadeiro Papa, porque tinha o privilégio de não pagar impostos, durante 80 anos, mas podia exigí-los de terceiros". Idem, ibidem, p. 26-27.

¹⁰⁸ Idem, ibidem, p.13 e 23.

¹⁰⁹ Idem, ibidem, p.12.

A astúcia do empresário ultrapassava os limites dos negócios. Afirma Lorentz que, em 1857, Ottoni vivia o auge de sua carreira como empresário. O Mucuri, neste ano, ganhou vida nova com a inauguração da estrada de Santa Clara. Então, o experiente político acreditou que aquele poderia ser o momento oportuno de se candidatar ao Senado pela sua província, conseguindo se eleger no pleito. Porém, ao contrário do que esperava, foi preterido pelo Imperador (em 1858, 1860, 1861 e 1862), só obtendo êxito em 1864.

Por ser um bom negociante e especulador, “o liberal” não poderia ser um “bom político”. Acreditando na “impossibilidade” do envolvimento da política com o mundo dos negócios, Lorentz explicou com convicção as repetições da insistente recusa do Imperador ao nome de Ottoni:

É preciso reconhecer que, naquela época...sobravam homens de valor e aqueles, entre os quais Ottoni figurava, lhe faziam sombra, sobretudo em consideração ao seu passado, às suas idéias agressivas, revolucionárias, dissolventes e, mais ainda, aos seus expedientes eleitorais, firmados numa eloquência demagogicamente insincera. Ottoni tanto se comprometera na sua ação política, que da política se afastara. Nos anos de sua candidatura ao Senado, em 1857, 1858, 1860, 1861 e 1862, quando se candidatara, era um homem de negócios no Rio de Janeiro, e, se o seu passado o comprometia, muito mais se confundia com os problemas da Companhia do Mucuri, alguns dos quais de arriscadas e sérias implicações.¹¹⁰

Assim, como os outros biógrafos, Lorentz sublinhou, mais uma vez, a separação entre política e negócios. Porém, enquanto a historiografia clássica - com destaque ao gênero biográfico da tradicional historiografia mineira aqui estudada - enalteceu a Companhia do Mucuri e a ação de seus idealizadores como um projeto pautado nos mais dignos interesses do país e do progresso, Lorentz a interpretou como uma experiência norteadas pelos interesses econômicos e individuais de Ottoni e de sua família, e que se concretizou num momento de insucesso político. Em 1849, o prestígio do político liberal estava em baixa. Em 1851, distanciado dos grandes problemas nacionais, dentre eles a abolição do tráfico de escravos, decidiu abandonar a política e se dedicar ao rendoso empreendimento do Mucuri.

¹¹⁰ Idem, *ibidem*, p.55.

Otoni não encontrou dificuldades para efetivar suas pretensões, uma vez que tinha prestígio entre os homens de negócios e financistas, dentre eles, Mauá.¹¹¹ Habilidoso, graças à influência política que gozava, recebeu inúmeros privilégios do governo e os considerou um patrimônio pessoal, tanto que os transferiu à empresa.¹¹²

O empreendedor do projeto do Mucuri, longe de qualquer ideal patriótico, efetivava ali suas idéias de republicanismo, idealizando uma nova província, aceita por vários deputados, até mesmo pelo Marquês do Paraná. Porém, a Assembléia Provincial mineira o surpreendeu, decretando a tomada da 4ª parte das ações da Companhia para o Governo Provincial, tornando-se responsável pela ação fiscalizadora. Tal procedimento incomodou muito o "liberal" que não desejava a intromissão da província mineira em suas atividades. Nos negócios fora um homem de "visão profética", precavido e seguro, porque sabia "manobrar o seu barco" e não admitia intervenções alheias: *Era um mestre no campo comercial, que podia dar lições aos mais entendidos e não há razão para condená-lo no julgamento como homem de negócio*".¹¹³

Na organização da companhia do Mucuri não estava o político sonhador e o idealista, mas sim, o comerciante, levado pelo desejo de enriquecimento fácil. Em 1847, por ocasião de sua primeira viagem à região, foi recebido com grande regozijo pela população local, esperançosa de ver chegar ali o "progresso". Em um primeiro momento, sua presença despertou esperanças, sedução e promessas. Porém, mais tarde, durante a implantação do projeto, foi signatária da

¹¹¹ Lorentz comentou que Otoni era amigo íntimo de Mauá, e que "*naturalmente admirava a sua visão econômica e a audaciosa amplitude que dava a seus empreendimentos. Talvez se inspirasse nele, e se valesse dos seus conselhos, pois, dele recebeu uma substancial ajuda monetária*". (LORENTZ, L. Ob. Cit., p. 115 e 126).

¹¹² Respalado nos estatutos da empresa comprovou suas acusações, principalmente o Artigo 22 que, segundo acreditava, foi uma manipulação do empresário para garantir a si próprio imensas vantagens, dentre elas, a garantia de modo absoluto, do cargo de Diretor, com a condição de ser indenizado ao deixá-lo, ficando, nesta circunstância, credor da Sociedade Anônima, antes mesmo que esta existisse. Acusou o empresário de modificar os estatutos da Companhia, retirando da Província de Minas a vantagem que poderia ter de votos em Assembléia, como maior detentora das ações da empresa. Os "Otonis" receberam um "feudo" da província, tornaram senhores de todas as terras da bacia do Mucuri e seus afluentes. E, ainda, Otoni havia delegado a terceiros a responsabilidade de realizar obras de utilidade pública, que o fizeram na base de uma exploração comercial. (Idem, ibidem, p.131).

¹¹³ Idem, ibidem, pp. 130-132.

devastação, da exploração do trabalho (mão-de-obra indígena, escrava e imigrante) e da violência em prol do progresso. Portanto, Ottoni fora um "falso liberal":

Assim, devemos sair do campo trevoso e chegar ao campo luminoso da verdade, proclamando desde já que o liberalismo do excelentíssimo Sr. Teófilo Ottoni era inteiramente falso. Agia incoerentemente. Atacava com violência o manso cordeiro, D. Pedro II, que governou o Brasil durante 49 anos, sem deixar motivo algum para a menor acusação contra seus atos na vida pública e particular, e ele próprio (Ottoni), com evidencia, direta ou indiretamente, senhor de escravos, praticava a mais cruel das violências - a exploração do seu semelhante com sua prepotência de homem rico, com a força armada que o governo lhe dava no Mucuri, e, sobretudo, levado pelo interesse do enriquecimento fácil e abundante.¹¹⁴

Por volta de 1851, Ottoni abandonou momentaneamente suas atividades comerciais no Rio de Janeiro para transformar o Mucuri em um rendoso centro agrícola para si próprio. Afastado de qualquer princípio humanitário, o "homem de negócio", conjuntamente com amigos e parentes usurparam terras dos indígenas e os deixaram expostos ao acaso de sua própria sorte. Escravizou-os na derrubada das matas e construção de estradas a troco de alimentação. Sublinhou o biógrafo que esta postura não pode ser denominada de "contrato de trabalho" como querem seus admiradores, que vêem em Ottoni um defensor do trabalho livre. Na verdade, fora um chefe autoritário e arrogante que sabia ardilosamente dirigir seus negócios.¹¹⁵

Outro lamentável episódio ocorrido nas matas do Mucuri teria sido o projeto colonizador de Ottoni, em que *"o interesse monetário prevaleceu... acima de quaisquer outros. Os princípios da humanidade e fraternidade, nunca"*. Com o insucesso da exploração da mão-de-obra local e almejando vultosos lucros, o empresário optou pela importação de mão-de-obra européia, em sua maioria franceses e, depois, alemães e suíços. Eram europeus pobres, "mártires da colonização",

¹¹⁴ Idem, *ibidem*, p. 156.

¹¹⁵ A exemplo, o biógrafo contou que em 12 de fevereiro de 1861, por ocasião da encampação da Companhia do Mucuri, em uma Assembléia dos acionistas da mesma, Irineu Evangelista de Souza, pediu a palavra e se colocou a favor de Ottoni, propondo que fossem dados todos os poderes, sem reservas, ao Diretor da Companhia, para tratar junto ao Governo Imperial do problema da empresa. A proposta foi unanimemente aceita. Ressaltou, também, como prova da vivacidade de Ottoni nos negócios, que vendia as ações do Mucuri com ágio na praça do Rio de Janeiro. (Idem, *ibidem*, pp.201 e 216).

que vinham em busca do "caminho do progresso", mas que encontraram, graças ao descaso e ausência do Diretor da Companhia, a exploração do trabalho, as doenças e a morte.¹¹⁶

Após o infortúnio nos negócios do Mucuri, o político sobreviveu graças a sua popularidade, obtendo cargos de deputado e de senador. Porém, continuou sendo o mesmo homem dos velhos tempos: violento, agressivo, impertinente, inconformado e agitador. Ao contrário de seus tão decantados princípios, sua morte possibilitou a emergência de um verdadeiro liberalismo, ou seja, uma convivência política pacífica entre o Partido Liberal e a Monarquia:

Em 17 de outubro de 1869, morreu. Com ele morreu a agitação, a confusão, a demagogia, a violência contra o regime monárquico. Então, o país gozou 20 anos de paz, *de 1869 a 1889*, com o liberalismo, dentro do qual se fez a campanha abolicionista. E os seus companheiros do partido Liberal, mesmo os que assinaram o Manifesto Republicano de 1872, passaram a apoiar o Governo.¹¹⁷

* * *

Conforme ficou relatado, percebe-se que o personagem Ottoni e sua *Circular* já constituíram uma longa trajetória. As inúmeras biografias sugeriram evidências importantes para uma revisão da obra e do personagem, por exemplo, denotaram que Ottoni e seu texto ganharam diferentes significados à medida que foram instrumentalizados pelos biógrafos para se pronunciarem a propósito de questões candentes do momento em que as obras foram escritas. Dessa maneira, foi possível perceber que obra e personagem serviram para fundamentar a República, justificar projetos de desenvolvimento, e no limite, defender a Monarquia.

¹¹⁶ Informou com detalhes como Ottoni foi denunciado ao Governo e na Europa por uma "testemunha ocular", o médico francês Dr. Robert Avé Lallemand, que sensibilizado pelo sofrimento de seus conterrâneos, conseguiu desmobilizar todo o esquema desumano ali montado. Afirmou que morreram mais de 200 colonos e acusou o Diretor de se ausentar do Mucuri, pois delegava a parentes e amigos a execução do empreendimento, porque estava atrelado a compromissos comerciais no Rio de Janeiro. "*Teófilo Ottoni, que jamais estacionou na sua praça de comércio de Filadélfia, onde tinha os seus fidelíssimos prepostos e, vivendo na Corte, com o pensamento mergulhado ambiciosamente nos interesses monetários...*" (Idem, *ibidem*, pp. 231- 234).

¹¹⁷ Idem, *ibidem*, pp.13-14.

Mas o conteúdo das biografias também foi significativo para o desdobramento de questões imbricadas na *Circular*. Nesse sentido, as biografias revelaram que o texto emergiu em um contexto particularmente conturbado para o político liberal que teve, dentre seus objetivos, enfrentar severas acusações contra o empresário Ottoni. Permitiram, ainda, delinear com maior clareza a atuação deste empresário, descortinando a complexidade do perfil do “político liberal”. A partir das informações contidas nas inúmeras biografias foi possível suspeitar da existência de um estreito imbricamento entre política e negócios na trajetória do “impossível” Ottoni, imbricamento certamente responsável pela delicada situação que parece ter dado origem a famosa autobiografia inscrita no texto da *Circular*. É o que pretendemos explorar nos capítulos seguintes.

III CAPÍTULO

A Circular de 1860: mediações entre o passado e presente.

Articular o passado historicamente não significa conhecê-lo, tal como ele propriamente foi. Significa apoderar-se de uma lembrança tal qual ela cintilou no instante de um perigo.

Walter Benjamin. *Teses sobre a História*

1. Origens de uma querela pública e da confecção da "Circular".

Conforme já sinalizaram os biógrafos, o ano de 1860 não foi particularmente ameno para Theophilo Ottoni. Um breve olhar sobre as notícias dos jornais do período, no Rio de Janeiro, mostrou como o conhecido político liberal enfrentava sérias acusações a propósito de seus negócios no Mucuri, denúncias estas capazes de macular-lhe a imagem de político e inviabilizar-lhe as pretensões de eleger-se deputado pela província mineira naquele ano. Foi neste contexto de intrigas políticas e de insegurança quanto a sua virtual vitória que escrevera a *Circular*.

Seguindo um caminho inverso do Autor (o qual mais tarde foi sendo trilhado pelos biógrafos que o acompanharam nas conexões que explicitamente estabeleceu como nas que omitiu), procurei analisar a *Circular* como um texto político e como uma estratégia para tentar integralizar a imagem arranhada pelos insucessos do homem de negócios. Na narrativa e em muitas biografias, tal malogro ganhou sentido positivo, de forma a evitar comprometê-lo politicamente. A "desventura" de Ottoni, no Mucuri, foi apresentada como um desdobramento de seu patriotismo e identificação com a "causa pública", qual seja, levar a civilização e o progresso àquela região. Porém, quando se buscou a documentação da época, inclusive os relatórios anuais do próprio empresário como diretor da empresa, deparou-se com uma situação diversa e de extrema animosidade.

Procurei aqui discutir uma questão silenciada ou ignorada nas biografias de Ottoni, que foi a repercussão que a *Circular* teve em 1860 e que acreditei ser reveladora das dificuldades que o empresário-candidato enfrentava no momento de sua escrita. Nos trabalhos biográficos (apresentados no capítulo anterior deste texto) os comentários tiveram quase invariavelmente como objetivo enaltecer e mostrar o texto como um exemplo de civismo. Retomemos as palavras de Basílio Magalhães quando prefaciou a publicação de 1916:

Não é só a absoluta escassez desta no mercado de livros o que determina a necessidade da sua reimpressão. Não fosse ella, como é, o inestimável e fidedigno depoimento dos principaes episódios da evolução brasileira na maior parte do regime imperial, prestado por quem os testemunhou em dilatada e brilhante carreira pública, e, sobretudo, não fosse ella como é, efficiente doutrinação de alto civismo, limpida lição de moral política, - sem dúvida merecêra dormir o somno do perpetuo olvido, como tantas outras que visaram a interesses de occasião e sôbre as quaes paira hoje o mais justificavel silêncio. A acção esclarecida e perseverante do grande liberal e aquella sua autobiographia constituem, em perfeito conjuncto, não só um luminoso capítulo da História nacional, como também um edificante exemplo aos homens, a quem ora incumbe a direcção dos supremos destinos da Pátria.¹

Porém, quando se considerou as circunstâncias de 1860, a repercussão da *Circular* fora diversa e surpreendeu até mesmo o seu próprio Autor. Seus adversários políticos transformaram-na em instrumento para incriminá-lo e derrotá-lo, alegando que a mesma não passava de mais uma de suas ofensas ao Imperador e a prova de sua arrogância. Para se explicar, Ottoni não a enviou aos eleitores mineiros², mas preferiu remetê-la ao *Jornal do Commercio* (e outras folhas), acompanhada de uma carta, em que tentava se explicar:

¹ MAGALHÃES, Basilio. *A "Circular" de Theophilo Ottoni*. **Revista do Instituto Histórico Geográfico Brasileiro**. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1916, p.5.

² O próprio Ottoni confirmou este fato: "*A minha circular desnorteou a oligarchia... Antes de lê-la proclamarão que era uma producção anarchica e tenebrosa, e assim me obrigarão a desviar do seu destino os exemplares que tinha impressos, e que em vez de mandar para Minas, tive de distribuir aqui por quem m'os pediu, a fim de defender-me perante o publico fluminense. Esta minha condescendencia, em vez de desarmar os publicistas cardinalícios, provou que elles não comprehenderam o que é generosidade. Truncão os períodos, destacão phrases, falsificação a doutrina de minha carta a ver se assim me malquistão com os eleitores de Minas... Atirarão-se á imprensa, tomarão-me por thema; e as suas facecias e doestos reforção continuamente as recommendações clandestinas que cada dia o consistório expede para Minas...*" (*Correio Mercantil*. Rio de Janeiro, Anno XVII, Nº502, 31 de outubro de 1860. Fonte: Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro)

Dirigi aos eleitores do 2º districto da provincia de Minas-Geraes uma carta em que solicito o seu voto para deputado á assembléa geral. É o que, sem excitarem o menor reparo, fazem os mais candidatos. A exposição de motivos é na verdade um pouco mais historista do que de ordinário; mas, apezar dessa alteração da pragmatica, pensei que não havia peccado em expedir minha circular sem que passasse pela chancellaria cardinalicia. Enganava-me. Não pertença á ninhada dos protegidos pelo ministério, pelos cardeaes e pelo papa em pessoa, e por isso estava nos interesses da seita desmoralizar a minha pretensão. E acho-lhes razão. Se eu for eleito deputado, posso ir perturbar a bemaventurança dos fidalgos (patres-familias) que, sectarios da nobreza transmissivel, teem a innocente pretensão de legar aos seus filhos e genros as gordas pitanças que desfrutão... Enquanto está em scena o homem do Mucury dormemos filhinhos o sonno da innocencia, abrigados debaixo das asas partenaes de suas eminencias.³

Mais uma vez estava Ottoni acuado, ressentido e tentando se defender. Utilizando dos meios que bem conhecia para aniquilar seus opositores, foi a público procurando reverter a situação. Sublinhando e divulgando as intenções dos oponentes acreditava estar apresentando os "verdadeiros motivos" de tê-la escrito e, demonstrando, assim, aos leitores "hábitos de urbanidade", integridade política, patriotismo e compromisso com seus princípios de sempre.

Respondendo a seus detratores, desvelou um cenário de intrigas. Apresentou em seu artigo recortes da *Circular* para explicar e comprovar a pretensão em "moralizar" os fatos políticos em sua narrativa. O que escrevera fora resultado de sua participação desde o "verdor dos anos" em algumas circunstâncias da história dos últimos trinta anos, nas quais confessava "*francamente quais eram as impressões do redator da Sentinella do Serro, na ocasião da revolução de 7 de abril.*"⁴

Seus adversários recordavam aos eleitores o elitismo do pensamento político do redator da *Sentinella do Serro* de 1831, atingindo duramente a imagem de democrata que o político liberal costumava utilizar. Acusavam-no de ter estigmatizado as "desordens" dos soldados e da "plebe" e declarado nunca ter admitido outro governo que não fosse o de "classe média". Apostando na sua afamada popularidade, o acusado respondeu que estava seguro porque "o povo fluminense" e o "povo mineiro" conheciam-no de perto, e sabiam que como tribuno, nunca se vendera "nem aos fidalgos nem ao governo pessoal".

³ **Correio Mercantil**. Rio de Janeiro, Anno XVII, Nº502, 31 de outubro de 1860. Fonte: Biblioteca Nacional.

⁴ Idem, *ibidem*.

O desrespeito ao Imperador parece ter sido a acusação mais comprometedora no que diz respeito à reputação do parlamentar liberal respeitoso com a monarquia. Porém, não se furtou de enfrentá-la, e para discuti-la e comprovar apreço ao soberano, contra argumentou com a própria história da Maioridade divulgada na *Circular*. Projetando-se como um dos principais personagens do evento, afirmava aos eleitores mineiros que fizera

... a história desse importante facto, revelando minhas particularidade que tinham ficado por detrás dos bastidores e que o público ignorava... No meu escripto honrei mais de uma vez o fino tacto e descrição superior á sua idade que distinguirão a Sua Magestade o Imperador... E terminei o capítulo commemorando a alta sagacidade e discreta reserva de Sua Magestade; declarando que Sua Magestade não podia, como certo imperador romano, avaliar estas qualidades, como das mais eminentes que tem.⁵

Percorrendo estas contendas na documentação, foi possível perceber que Ottoni estava também dando respostas a um outro ataque que atingiu especialmente o texto da *Circular*. Ele surgira através de um opúsculo anônimo, certamente preparado por um conservador adversário da política de "Conciliação". *O Poder Moderador e o Sr. T. B. Ottoni oferecido aos Mineiros por um comprovinciano*⁶.- veiculado na imprensa com a pretensão de criticar a autobiografia do candidato. O opúsculo avaliou-a como uma desforra de Ottoni contra o Imperador que o havia

⁵A *Circular* de Ottoni, particularmente o capítulo sobre a maioridade, estava sendo vista como uma afronta ao Imperador. Mas, Ottoni rebatia esta idéia dizendo que seu ataque não era ao Imperador e sim à sua *entourage*. Afirmava que em momento algum pretendia dar sentido desrespeitoso "àquelas palavras que havia tirado da boca de Tácito". Da mesma forma, nunca pretendia fazer um "paralelo odioso" entre o Monarca e Tibério. Na verdade, eram os "constitucionaes" que estavam lançando a sua conta tais injúrias. (Idem, ibidem).

⁶) Este texto parece ter sido a crítica mais contundente que político liberal sofreu naquele momento. Seguindo Ottoni na *Circular*, o autor anônimo vai desfazendo toda a argumentação ali construída. Quando declarou que a província sofrera um "dezar" por não ter sido ele escolhido, demonstrou ser um orgulhoso, um homem com caráter violento. Ao contrário do que afirmava, era inconstante em suas idéias, que muitas vezes tinham origem na satisfação de caprichos, embora admitisse que seu autor sabia seduzir. Por isso tinha popularidade, que não era fruto de suas virtudes, e sim de sua capacidade de enganar o povo, que por sua vez, também era inconstante. **O Poder Moderador e o Sr. T. B. Ottoni oferecido aos Mineiros por um comprovinciano**. Segunda Edição. São Paulo. Typ. Da Lei, Setembro, 1860 (sem autor). Fonte: Arquivo Público Mineiro. A efervescência dos debates políticos através de panfletos, artigos e editoriais anônimos na imprensa da Corte em 1860, em especial as críticas e defesas do Poder Moderador, foi retratada e analisada por Silvana Mota Barbosa, que desvelou em seu trabalho, um cenário de disputa entre os políticos em um momento de redefinição de princípios referentes aos atos do Poder Moderador. Ou seja, voltava à cena os antigos debates sobre quem deveria responder pela responsabilidade dos atos daquele poder. (BARBOSA, S. M. Op. Cit, pp. 269-379)

preterido na escolha da lista de senadores e, também, como um desacato ao Poder Moderador. Vejamos algumas palavras deste opositor comprovinciano em 1860:

O sr. Ottoni quis voltar aos seus **bellos** tempos de tribuno; não esqueceu uma ameaça. Anda porém muito enganado se persuade que há de encontrar em 1860 a **boa fé** de que se serviu em 1842; o tempo das revoltas está acabado, e por melhor **explorador** que seja, esse senhor não conseguirá ligar ao seu nome a honra e o pundonor da provincia de Minas Esqueceu-se que seu triumpho não foi devido só aos seus merecimentos, mas também á proteção de homens que são e foram seus adversários...a circular do sr. Ottoni demostra que elle é o homem violento, que antepõe o seu orgulho ao respeito que deve ao Chefe de Estado; é o homem que em época de paz insiste em excitar a discórdia.⁷ (Grifos do autor).

A *Circular* fora, também, para este opositor uma demonstração de orgulho desmedido e desrespeito ao Poder Moderador. Acusava as inexatidões dos acontecimentos e das análises históricas contidas na narrativa. A província de Minas não estava desde 1848 sob o predomínio das idéias conservadoras como afirmava Ottoni, pois a administração de Vasconcelos implantara ali a Conciliação, que ele bem soubera tirar proveito:

Este senhor foi lá plantar a conciliação, e tão bem o fez, que o próprio sr. Ottoni tornou-se sympathico á sua administração, **na verdade muito bemfazeja aos interesses da companhia Mucury**, embora nociva no mais alto ponto aos da provincia...O espirito publico estava morto: as eleições não eram consideradas actos de importancia politica ou social, mas occasiões azadas de prestar-se favores; a independencia ou o aferro do homem político foram substituidos pela completa friesa de ideas. São as bellas consequencias lá produzidas pela conciliação dos srs. Vasconcelos e Carneiro de Campos.⁸ (Grifos do autor)

Fora justamente pelo fato da política de Minas ter perdido o “espírito público” e se transformado em apenas troca de favores que o político liberal mineiro figurara na lista tríplice de senadores eleitos levada à apreciação do Imperador. Ressaltava o opúsculo que neste clima de favoritismo político, Ottoni fora contemplado com os pedidos de seus aliados políticos e até mesmo com pedidos de conservadores influentes como Nabuco de Araújo e, ainda, pelos homens do comércio do Rio de Janeiro que em peso se interessavam por ele no Senado. Portanto, a vitória não fora sua. A *Circular* fora uma lembrança infeliz porque descortinara um lado “defeituoso” do seu autor: egoísta, desrespeitoso, orgulhoso e, acima de tudo, um despeitado que

⁷ Panfleto anônimo. **O Poder Moderador e o Sr. T. B. Ottoni offerecido aos Mineiros por um comprovinciano**. 1860, p.19.

⁸ Idem, ibidem, p.18.

não soubera reconhecer que não era possuidor de virtudes para ser um senador⁹, como também, fora incapaz de reconhecer que Luiz Antônio Barbosa e José Pedro Dias de Carvalho¹⁰ (escolhidos pelo Imperador para o Senado) eram mais populares do que ele. Portanto, alertava o candidato e os comprovincianos mineiros:

Medite o sr. Ottoni na sua circular, e se convencerá de que as inspirações do despeito não são boas conselheiras. Meditem igualmente os Mineiros, e reconhecerão que elles também foram ofendidos, e que um grande preceito da Constituição foi violado...Acautele-se os eleitores Mineiros; conservadores, liberaes, de qualquer partido que sejam, é seu primeiro dever zelar em que o poder moderador seja respeitado. Antes do sr. Ottoni está o dogma da liberdade do Imperador na escolha dos senadores; antes de suas pretensões e muito acima estão a paz e soccego do paiz, que não é propriedade de ninguém, e que não póde fazer causa commum com o homem que ousou desrespeitar o Monarcha brasileiro, attribuir-lhe intenções que nunca teve e que não podem ter entrada em seu coração... Colloque-o na camara dos deputados; é lugar mais próprio para os tribunos. Ella não deve, não pode receber o cartel de desafio em que seu nome pretendeu-se dirigir ao poder moderador. Não acham écho nos corações de seus habitantes as rivalidades que se quis suscitar. Unam-se os eleitores Mineiros: apresentem á corôa tres nomes dignos; excluam o do sr. T. B. Ottoni, e terão assim cumprido um dever de bons cidadãos e de leaes monarchistas.¹¹

O teor destas palavras denotam o “clima político” que pairava sobre as eleições de 1860. Rebatendo toda a trajetória que Ottoni cuidadosamente traçou na *Circular*, este adversário quis desmerecê-lo, anulando sua tentativa de (re)memorar sua imagem de “político liberal exaltado”; chegou mesmo a acusá-lo de “conciliado” em 1848, em um momento (1860) em que tal conotação não era bem vista. Além de acusações ao político, as mesmas se estenderam ironicamente ao empresário do Mucuri:

⁹ Em todo o texto este opositor anônimo busca o passado de Ottoni para sublinhar que continuava sendo e agindo como um “revolucionário” e aproveitando das situações que lhe eram convenientes, atitudes que não condiziam com a imagem de um estadista (argumentos depois aproveitados pelo biógrafo Lorentz): “*Os homens sinceros que amam o seu paiz por elle, que o respeitam antes de tudo não collocam a sua individualidade acima de princípios que as leis consagram, e quando a julguem superior a tudo e a todos, não demonstram querer que por ella se movam as massas populares. O patriota sabe antes de tudo sacrificar os seus ressentimentos á paz e ao socego de sua pátria. Entretanto esse resultado desgraçado do despeito, a circular do sr. Ottoni, não é senão uma provocação á discordia, á luta, á desconfiança do povo contra o seu primeiro representante*”. (Idem, ibidem, p.21).

¹⁰ Luiz Antônio Barbosa, político conservador, havia sido presidente da província de Minas Gerais em 1852, momento em que Ottoni organizava a Companhia do Mucuri. José Pedro Dias de Carvalho foi um liberal da revolução de 1842 em Minas Gerais. Foi secretário do Governo e ministro do Império no gabinete de 31 de Maio de 1848. (BLAKE, A V. A Sacramento. **Diccionario Bibliographico Brasileiro**. Rio de Janeiro. Typ. Nacional, 1883, pp.116-117).

¹¹ **O Poder Moderador e o Sr. T. B. Ottoni offerecido aos Mineiros por um comprovinciano. 1860**, pp.22-23.

O sr. Ottoni ligando-se á empresa do Mucury, dirigindo-a, aplanando-lhe o terreno, presta um serviço notável, mas já alguma cousa compensado pelos lucros que recebe. Probo, como folgamos em reconhecer, elle se há de enriquecer, ainda que essa empresa baquêe, porque principalmente hoje é a regra - que os empresarios são os únicos que ganham com as empresas.¹²

Acompanhando a documentação e retrocedendo um pouco no tempo em busca de esclarecimentos para tantas polêmicas, já em fevereiro de 1858, foi possível deparar com Ottoni enfrentando contestações quanto à transparência e ao andamento dos negócios do Mucuri, as quais permaneciam em 1860. Tornou-se ainda mais evidente este clima de contendas quando se percebeu que tais acusações vinham até mesmo da parte de um dos acionistas da empresa, Antônio Manuel de Campos Mello¹³, que se intrigou com o empresário, levando a público um longo e acirrado debate, que a imprensa, na época, propagou com alarde. Dessa forma, a imprensa acompanhou toda a contenda, publicando as *Atas da Assembléia dos Accionistas da Companhia do Mucury*.

A convivência política e empresarial com Campos Mello, um antigo companheiro liberal de 1848, transformara-se em um acirrado conflito que ia além das questões econômicas da empresa, ou seja, embricadas com elas estavam seus desacordos políticos. O impasse começara quando o Diretor, no relatório de 15 de outubro de 1857, apresentou aos acionistas um pedido referente a soma de 600\$000 réis para aperfeiçoamento de estradas, aquisição de mais um navio a vapor e abertura de novos ramais de estradas. Esta quantia seria levantada por meio de uma nova emissão de ações ou de um empréstimo. A comissão encarregada de avaliar tal pedido achou que esta quantia seria insignificante e resolveu duplicá-la autorizando-o a levantar um empréstimo de 1.200\$000 réis.¹⁴

¹² Idem, ibidem, p.21.

¹³ Em 1848 o político liberal Antônio Manuel de Campos Mello destacou-se como ministro da Justiça do Gabinete de Paula Souza, na política de repressão ao tráfico de escravos. Foi visto como o responsável pelo primeiro ato de repressão a navios contrabandistas. (NABUCO, J. **Um Estadista do Império**. 5ª ed. Rio de Janeiro: Topbooks, 1997, 1º vol., p.775; 2º vol., p.1170).

¹⁴ A comissão de contas encarregada de avaliar o pedido do Diretor da Companhia do Mucuri, apresentou seu parecer acompanhado de elogios e enfatizando o sucesso e o progresso ali alcançados graças aos esforços, ao trabalho e as experiências nos negócios que tinha o seu dirigente. (Parecer de 22 de janeiro de 1858, assinado por H. Ferreira Penna, José Agostinho Vieira de Mattos e B. R. de Carvalho, contido na *Ata da Assembléia Geral dos Acionistas da Companhia do Mucury*, publicada no **Jornal do Commercio**, Rio de Janeiro, Anno XXXIII, Nº31, 01 de fevereiro de 1858. Fonte: Biblioteca Nacional)

Em assembléia com os acionistas da Companhia, Ottoni recebera o aval dos mesmos para agilizar tal empréstimo, exceto de Campos Mello, que polemizou levantando a seguinte questão: "*Sem dizer-nos os motivos para isso...Isto quer dizer que a comissão dá 1.200:000\$ para os mesmíssimos serviços para os quaes o Sr. Diretor pede unicamente 600!*"¹⁵ Mello questionava a quantia excessiva, contrapondo-a com os preços elencados nos relatórios anteriores do empresário e apontando uma série de contradições. Assinalava que no relatório de 1856, o Diretor afirmava que o fundo social da Companhia seria suficiente para pôr a empresa em andamento. A soma de 150 contos para a aquisição de um só vapor seria exorbitante, pois o vapor *Mucury*, um navio apropriado para navegação em alto mar, custara apenas 73 contos. Alertava, ainda, que era preciso levar em consideração os rendimentos adicionais da empresa que recebia com fretes e carretos, os quais já haviam alcançado o teto de 27\$000 réis e que naquele ano (1858) devia elevar-se. Relembra que estas informações não eram suas, mas passadas pelo próprio Diretor. Portanto, "*como pois queria a comissão dar-lhe outro tanto mais? Para que fim será esta sua grande liberalidade? Quem a exigio? Como justifica-la?*"¹⁶

Para o infortúnio de ambos, publicou-se a Ata da Assembléia dos acionistas, contendo tanto o parecer da comissão como a emenda proposta pelo oponente, tornando público o conflito. Ressentido, Mello acusou Ottoni de ter sido responsável por este "vazamento" e replicou-o com um arrazoado na imprensa fluminense, repleto de agressões verbais, que foram vistas pelo acusado como injuriosas e grosseiras.¹⁷

A partir daí, o embate se deu através de artigos enviados pelos contendores ao *Jornal do Commercio*. O Conselheiro acusava o Diretor de falta de sinceridade nas informações que dava aos acionistas, como também acusava-o de ter gasto dinheiro da Companhia, especulado com suas ações e auferido lucros vendendo privilégios à mesma. Diante de tal situação, propunha o

¹⁵ Companhia do Mucury. **Jornal do Commercio**. Rio de Janeiro, Anno XXXIII, N° 33, 6 de fevereiro de 1858. Fonte: Biblioteca Nacional

¹⁶ Idem, *ibidem*.

¹⁷ Companhia do Mucury. **Jornal do Commercio**. Rio de Janeiro, Anno XXXIII, N° 37, 7 de fevereiro de 1858. Fonte: Biblioteca Nacional.

adiamento do empréstimo, e que este somente fosse efetivado quando fosse apresentado de fato plantas e orçamentos convincentes.¹⁸

Alegando falta de transparência, o acionista, descontente, apontou o despropósito das idéias de Ottoni em falar de assentamento de carris de ferro no Mucuri naquele momento. Além do empréstimo de 1.200\$000 réis, havia pedido à Comissão que lhe concedesse a autorização para contratar com o Governo a construção de uma estrada de ferro ligando Santa Clara a Filadélfia, cidades integradas ao empreendimento, tão logo a exportação ali alcançasse a 500.000 arrobas. Em contrapartida, a Companhia se obrigaria a abrir novas estradas terrestres quando o governo julgasse necessário.

Mello criticou a facilidade e as "palavras animadoras" com que o empresário via e expressava a execução desta grande obra. Apontou a contradição desta proposta retomando seu relatório anterior (de 1856), em que o Diretor confessava inexperiência com relação a construção de estradas. Em 1858, momento deste embate, suas desconfianças se acirravam porque o próprio Ottoni reconhecia que a estrada terrestre de Santa Clara não tinha tráfego capaz de pagar os juros de quantias tão altas. E mais, reconhecia que no interior da província ainda não havia uma produção significativa para exportar. Se ele mesmo dizia que "para se importar pelo rio um milhão de arrobas e exportar outro tanto", bastaria quadruplicar os atuais transportes fluviais, o que facilmente se poderia fazer; o que deveriam, então, os acionistas pensar? Perguntava: *"para que a estrada de ferro? Então, para que já essa autorização? Por que transferir sem necessidade tão valiosa atribuição ao Sr. Diretor?"*

Apontava, ainda, outras contradições inscritas nos relatórios anteriores, nos quais despertara expectativas no espírito dos acionistas, expectativas que não estavam sendo concretizadas. Em um destes textos, Ottoni anunciara aos sócios que apenas se começava a colher alguns frutos das somas empregadas; e, em 1858, sem ainda realizar nenhum retorno econômico, convidava-os para mais um "largo desenvolvimento de forças". Contestou Mello tamanho otimismo:

¹⁸Companhia do Mucury. **Jornal do Commercio**. Rio de Janeiro, Anno XXXIII, Nº 34, 4 de fevereiro de 1858. Fonte: Biblioteca Nacional.

Ora, nós os acionistas ainda não podemos colher fructo algum de nossos capitaes empregados; portanto o Sr. Director quebranta a sua palavra, quando sob a fôrma inculcada de um mais largo desenvolvimento de forças, quer impor-nos novos e pesados sacrificios, para delles dispôr como até hoje tem feito. E depois, a que propósito vem ficar desde já a companhia obrigada a fazer no futuro aquellas estradas de ferro, que o governo houver por bem ordenar-lhe?... Ora, para que fins se quer desde agora escravizar nesse ponto a companhia ao governo? Não deve ser a vontade deste, mas sim os interesses futuros da nossa empresa quem deve resolver então a emprehender obras dessa magnitude.¹⁹

Mello finalizou o artigo mostrando a que veio. Para a surpresa do Director, que sempre se mostrara onipotente em seu cargo, apresentou o pedido de uma reorganização da Companhia, inclusive, com o ingresso de um novo diretor:

A continuação do estado actual da administração da companhia não é possível. O Sr. Director não deve dispensar o concurso activo, continuo e permanente daquelles que concorrem com os capitaes precisos por alcançarem a prosperidade de nossa empresa. Convenho nisso. Ninguém certamente deve servir de graça aos demais; ninguém se deve matar pelos outros; portanto a nomeação de uma directoria para alliviar ou ajuda-lo em seus trabalhos, e uma idemnisação conveniente, é um acto de justiça e necessidade que vamos praticar e que deve ser-lhe muito agradável. Por minha parte peço ao Sr. director que não queira continuar a fazer sacrificio de servir-nos de graça...²⁰

Aproveitando a oportunidade lembrou como Ottoni, no momento da organização da empresa (1847), confabulara para atribuir a si grandes poderes. Explicou que até certo ponto isto poderia ser tolerado para o bom desempenho do empreendimento. Mas, na situação vigente em 1858, aquele centralismo se tornava inadequado. A Companhia crescera e junto com ela os problemas referentes à colonização, tais como comércio, medição de terras, fretes, recebedorias ou barreiras, comuns a qualquer empreendimento daquela natureza. Portanto, a direção de uma empresa daquele porte já não poderia mais estar centrada apenas em um indivíduo, por mais competente que fosse.

Além da onipotência de Ottoni, suas constantes ausências do Rio de Janeiro também incomodavam e se transformavam em entrave para o bom andamento do empreendimento, colocando a própria empresa em situação de fragilidade:

¹⁹ Companhia do Mucury. **Jornal do Commercio**. Rio de Janeiro, Anno XXXIII, Nº 33, 6 de fevereiro de 1858. Fonte: Biblioteca Nacional.

²⁰ Idem, *ibidem*.

...ninguém pôde duvidar da capacidade do Sr. director; entretanto alguns erros cometeu elle altamente prejudiciaes, de que bem se poderia livrar, se fosse regularmente coadjuvado pelas luzes e experiencias, pela disposição e boa vontade dos seus companheiros de trabalho. Quando o Sr. Director ausenta-se da côrte, a companhia fica acephala; mezes e mezes se passam sem que se saiba ao certo o rumo que levão os nossos negocios. O Sr. director pode allegar que deixa algum indivíduo ou indivíduos encarregados de os dirigir. Porém nem isso parece muito airoso á associação, nem mesmo sei com que direito o Sr. director passa a delegarem outro aquellas faculdades extraordinárias, que lhe forão conferidas pessoal e designadamente.²¹

Assim posto, Campos Mello encerrou sua discussão do dia propondo que se criasse uma diretoria à semelhança das outras sociedades daquela época.²² Esta diretoria teria como função evitar desentendimentos como aquele que estavam vivenciando, pois, no seu entender, uma sociedade bem organizada jamais apresentaria uma proposta como aquela que fizera Ottoni aos acionistas. A nova diretoria deveria, antes de apresentar qualquer pedido de empréstimos, conhecer previamente as obras que se propunha realizar, levando em conta o seu custo. Da mesma forma, procuraria não manter em "profunda ignorância" os seus acionistas quanto a natureza e dificuldades dos serviços.

Ottoni não deixou seu opositor imerso em sua agressão. Como era próprio de seu feitio, rebateu-o, apelando para a dignidade e a lealdade e sobretudo defendendo o tipo de gestão que imprimia ao empreendimento no nordeste mineiro. Como um experiente homem de negócios replica ao adversário:

A companhia está constituida excepcionalmente por virtude do contracto organico que tem com o director empresario, mas a vista mesmo desse contracto a assembleia pode exonerar o director, e dar nova organização á companhia, mediante uma idennisação previa dos privilegios cedidos á companhia, e dos trabalhos de adminstração. Estou prompto para aceitar, e mesmo pedir a exoneração, logo que os Srs. Accionistas mostrem acompanhar nesta opinião ao Sr. Campos Mello. Declarei que não seria muito exigente no quantum da idemnisação, e que talvez tivesse partido de mim próprio uma igual proposta se não fosse ainda tempo de luta e de embaraços. Mas que de bom grado entregaria o bastão a outras mãos, na esperança de que fosse bem habeis para realizar os destinos da empresa que ainda se me antolhão grandiosos. Mas cumpre ser muito franco; não

²¹ Idem, ibidem.

²² Os descontentamentos de Mello vinham muito mais da forma centralizadora que Ottoni dirigia a Companhia do que propriamente com o modelo pelo qual a sociedade fora criada, que não diferenciava das outras sociedade de seu tempo, que de forma geral, eram organizadas entre parentes e amigos. Este assunto será discutido nos próximos capítulos deste trabalho.

continuarei a ser director da companhia do Mucury senão com as faculdades amplas de que estou revestido.²³

Quanto à desconfiança de Mello para um empréstimo tão vultoso, Ottoni se explicou colocando em pauta seu "visionismo" progressista. Tal montante, além de subsidiar a construção de quatro léguas de estrada entre os ribeirões da Pedra e o de Areia, serviria para efetivar uma negociação entre a Companhia e o Governo Imperial, em que a primeira tomaria em sua conta duas linhas de navegação para a província de Espírito Santo, o que demandaria a compra de vapores. O empresário sublinhou ainda que o empréstimo também garantiria a empresa economicamente, evitando que esta fosse, em momentos posteriores, pedir novos empréstimos ao Governo.

A respeito de seu "despropósito" com relação aos trilhos, afirmou que Mello estava enganado, pois lera mal seu relatório, uma vez que este projeto não se efetivaria naquele momento. Sua atitude de incorpora-los, já nesta circunstância, era apenas uma estratégia empresarial para garantir que tais projetos ficassem sinalizados entre as futuras realizações da empresa, até porque, muito em breve, eles seriam disputados por outros investidores:

Se V. Ex. tivesse lido o meu relatório e o da illustre comissão, pois que, se houvesse lido esses documentos, teria reconhecido que não se tratava de tomar actualmente o menor compromisso para trilhos, e somente resguardar contra uma concurrencia ruinosa os privilégios da companhia, pois que, sendo Caravellas o primeiro porto da Victoria para o norte que estava em circumstancia de attrahir a navegação de longo curso e commercio estrangeiro era evidente que, apenas o commercio do norte de Minas com o litoral tomasse algum desenvolvimento, não faltarião especuladores que se propuzessem a organizar uma companhia para servir ás necessidades da nova região.²⁴

²³Companhia do Mucury. **Jornal do Commercio**. Rio de Janeiro, Anno XXXIII, Nº 34, 4 de fevereiro de 1858. Fonte: Biblioteca Nacional.

²⁴Idem, ibidem. Estas palavras do empresário exemplificam a efervescência que ocorria no mundo dos negócios do Império nos meados do século XIX. Envolver-se com companhias de navegação, construir estradas de rodagem conjugadas com ferrovias fazia parte dos projetos de empresários audaciosos, ambiciosos e visionários. Ottoni era um homem de negócios de seu tempo; o projeto do Mucuri estava sendo pensado para se desdobrar em muitas realizações. Sua estratégia procurava garantir futuros negócios, a exemplo da ligação com o porto de Caravelas, planejado para tornar-se, no futuro, o escoadouro da produção da região para o mercado externo.

Tais argumentos não convenceram o oponente que, logo em seguida, respondeu com um novo artigo afirmando que *"não se póde temer concorrência por esta parte, já porque as estradas de ferro custão muito caro, e não há por ali nada a exportar, como porque o nosso privilégio nos resguarda dessa eventualidade. Não compreendendo portanto, a causa real deste empenho do Sr. Director."*²⁵ Como se pode perceber, aí residiam modos e interesses diferentes de pensar o mundo dos negócios e, em especial, o empreendimento do Mucuri. Enquanto Ottoni, por dispor, no momento, de contatos no governo que lhe garantiam generosos empréstimos – e também vultoso endividamento – procurava ampliar, continuamente, as realizações da empresa, Mello, mais precavido e bem informado sobre a precariedade colocada por investimentos especulativos que o Império vivenciava naquele momento; sobre a acumulação de poderes concentrados nas mãos do Diretor; e falando do lugar dos acionistas ansiosos pelos dividendos do negócio, contrapunha com as dificuldades que a empresa poderia enfrentar em virtude, justamente, do agigantamento tanto de suas realizações quanto de seus compromissos.

Para se defender das acusações de desonestidade nos negócios, Ottoni apresentou-lhe longas e minuciosas explicações sobre custos e gastos com estradas, compras de vapores, entre outros, e, ironizando, convidou Mello a usar seus conhecimentos matemáticos para fazer uma releitura mais cuidadosa de seu relatório de 1857. Assim, poderia se inteirar melhor sobre as questões que a comissão havia deliberado.²⁶ Relembrou ao Conselheiro que na qualidade de diretor da Companhia, só receberia as vantagens e lucros quando os capitais empregados comesçassem a render 6%. Portanto, era do seu interesse tanto como do seu dever, empregar os capitais da empresa com a maior economia possível. Procurando não deixar qualquer margem de

²⁵ Companhia do Mucury. **Jornal do Commercio**. Rio de Janeiro, Anno XXXIII, N° 33, 6 de fevereiro de 1858. Fonte: Biblioteca Nacional.

²⁶ *"Saberia, por exemplo, que segundo expliquei á honrada comissão quando escrevi o relatório, já tinha consciencia de ser necessário uma quantia mais forte, mas que a resolução de pedir a garantia á província de Minas e ao governo geral pedira autorização para levantar sómente 600:000\$, cuja quantia seria pedida á província. Saberia que o Sr. conselheiro Penna, ou por si ou porque fosse a opinião do Exm. Governo de Minas, julgou com muito boas razões que a quantia devia ser pedida antes, e só ao governo geral, e então facil foi demonstrar á honrada comissão que o pedido devia ser para 1.200:000\$, como um máximo. Saberia pela minha correspondencia com o Exm. Sr. Carneiro de Campos, que na hypothese muito possível de não ter de mandar fazer já outro vapor, não há, por embarços locaes; possibilidade de empregar-se no anno de 1858 mais 200:000\$".* (Companhia do Mucury. **Jornal do Commercio**. Rio de Janeiro, Anno XXXIII, N.º 37, 7 de fevereiro de 1858. Fonte: Biblioteca Nacional.

dúvida sobre a idoneidade de seus negócios, Ottoni recorreu a seus bons relacionamentos políticos, desvelando-nos a estreita ligação entre política e dos negócios no empreendimento do Mucuri:

Em 1854 obtive do meu amigo o Exm. Sr. Desembargador Francisco Diogo Pereira de Vasconcellos, então presidente, que mandasse um commissario ao Mucury examinar os trabalhos que a companhiaprehendera, e o relatorio do Sr. Capitão Martinho Antonio de Miranda Ribeiro corre impresso. O anno passado solicitei com instância uma inspecção severa por parte do Exm. Governo de Minas; continuo a insistir nesse pedido; como se vê do seguinte trecho de uma carta que dirigi ultimamente ao Exm. Sr. Carlos Carneiro de Campos, que S. Ex. me desculpará de publicar: 'Eu tenho profundo de que V. Ex. e o público em geral só conheção o que tem feito no Mucury pelos meus relatórios, que sou o primeiro a reconhecer suspeitos. Para evitar este inconveniente, solicitei do Exm. Sr. vice-presidente Joaquim Delfino Ribeiro da luz para mandar ao Mucury um commissario ou commissarios de sua confiança fazer uma severa inspecção de quanto lá tem feito a companhia do Mucury. Infelizmente S. Ex. não teve á mão pessoa idonea para o fim'.

27

Ottoni concluiu o artigo interpretando a "agressão apaixonada" que sofria por parte do antigo companheiro, agora um "terrível acionista", como um ato de descontrole emocional ocasionado pelo ressentimento de não ter sido reconhecido politicamente. Assegurou que em todos os momentos procurou se lembrar que Campos Mello estava no seu "perfeito direito", era um acionista que examinava os gastos da companhia, embora tivesse transgredido as mais triviais regras da urbanidade. Permanecia, porém, a sua incompreensão: *"A agressão apaixonada que tenho soffrido é um enigma cuja decifração não pude ainda obter"*.²⁸

2- A "tempestade encomendada": o relato de viagem do Dr. Lallemant.

Robert Avé Lallemant foi um dos viajantes estrangeiros que percorreu o Brasil em meados do século XIX, visitando as colônias de imigrantes alemães que aqui se instalavam. Viveu no Rio de Janeiro atuando como médico na Santa Casa de Misericórdia de 1838 a 1855, período em que afirmava estar começando o "desenvolvimento das forças juvenis da nação" com

²⁷ Idem, ibidem.

²⁸ Idem, ibidem.

o Estado enfrentando as "tempestades" advindas de "veleidades republicanas". Era um defensor de D. Pedro II que, a seu ver, soubera afastar os "agitadores", os "maus elementos" e manter a "boa forma estatal".²⁹ Em 1858, visitou à Colônia do Mucuri e envolveu-se em uma longa contenda com o Diretor da empresa sobre a forma como conduzia a colonização, desentendimento que coincidiu com a crise financeira que a Companhia vivia em função do não recebimento de um empréstimo para o término de uma estrada.

Segundo seus tradutores, Lallemant possuía um espírito irrequieto e aventureiro que o levou a excursionar pelo Norte e Sul do Brasil, observando detalhadamente as colônias de imigração européia que vinham sendo implantadas nestas regiões. Discutindo assuntos melindrosos na época (a situação dos colonos europeus) travou contendas com políticos e proprietários. Através dos relatos de J.J.vonTschudi, com quem também teve desentendimentos devido ao "caso Mucuri", ficou conhecido como o "viajante intruso" que não tinha a real permissão do Governo para vistoriar as colônias. Para dar respostas a essas acusações, em seus relatos de viagem, o médico-viajante procurou evidenciar o apoio que obteve do Imperador, bem como a autonomia que tinha para realizar as visitas às colônias que instalavam imigrantes no Império:

Toda a viagem seria realmente minha e, segundo o meu gosto e vontade, me traria muitas idéias, experiências e instrução... deve assim interessar a círculos mais amplos que uma série de condições, desenvolvimento, instalações de colônias, etc. seja examinada desapassionadamente, com olho imparcial e relatada sem preconceitos. Para isso só me deram sugestões por escrito. Entretanto, antes de minha partida, recebi do Ministro da Guerra, Conselheiro Manuel Felizardo de Souza e Melo, uma amável carta em que só me *deu a incumbência de não adoecer na viagem, mas voltar são e bem disposto. Quanto ao mais, podia fazer ou deixar de fazer o que quisesse.* (grifo meu) De novo estava aberto o mundo diante de mim, precisamente como em 30 de abril de 1857, quando partimos de Trieste com a "Navara". Desta vez, porém, eu estava *só, livre, independente.* Podia ser o que era. E assim parti.³⁰ (grifos do autor).

Em 1860, antes da divulgação da *Circular*, Ottoni retornou à imprensa, publicando parte do *Relatório aos Accionistas da Companhia do Mucury*,³¹ desta feita procurando responder as

²⁹AVÉ LALLEMANT, R. *Viagem pela província do Rio Grande do Sul*. BH: Itatiaia/EDUSP, 1980.

³⁰ Idem, *ibidem*, p.98.

³¹ **Relatório apresentado aos Accionistas da Companhia do Mucury no dia 1º de Maio de 1860, pelo Director da Companhia Theophilo Benedicto Ottoni.** Rio de Janeiro. Typ. Do Correio Mercantil, 1860.

acusações de Lallemant referentes ao projeto de colonização que vinha promovendo no interior da província de Minas. Insatisfeito com o que vira em sua viagem ao Mucuri, o médico-viajante resolveu denunciar o Diretor da Companhia ao Governo e à opinião pública. O impacto desta denúncia levou o político e empresário mineiro a publicar um trabalho, chamado por ele convenientemente de "*Memória Justificativa*", em que explicou a situação dos colonos e, ao mesmo tempo, tentou, à sua maneira, apresentar as causas dos recentes acontecimentos ali ocorridos.³²

Movido aparentemente por seu "extremo nacionalismo"³³ e pela situação precária em que encontrara seus compatriotas, o médico alemão, declarou-se publicamente inimigo confesso de Ottoni. Nesta empreitada, não mediu esforços nem palavras para denunciar o empreendimento tanto na imprensa do Rio de Janeiro como na Alemanha, para onde enviou cartas e um panfleto.³⁴ Mais tarde, publicou seu relato de viagem³⁵, com o intuito de alertar seus conterrâneos sobre o

Arquivo Público Mineiro. O Diretor apresentava relatórios anualmente aos acionistas da empresa, noticiando o andamento do empreendimento, a cotação de despesas e gastos, como também expunha propostas para o incremento do projeto. Parte deste relatório de 1860, especialmente o item referente à colonização do Mucuri fora publicada no Diário do Rio de Janeiro, para tentar dar respostas e esclarecimentos às acusações que seu diretor enfrentava. (**Diário do Rio de Janeiro: Folha Política, Litteraria e Commercial**. Rio de Janeiro, Anno XL, n.º. 79, 12 de junho de 1860. Fonte: Biblioteca Nacional)

³² OTTONI, T. B. *A Colonização do Mucury. Memoria Justificativa*, em que se explica o estado atual dos colonos estabelecidos no Mucury e as causas dos recentes acontecimentos naquella colonia pelo Director da Companhia do Mucury Theophilo Benedicto Ottoni. Typographia Brasiliense de Maximiliano Gomes Ribeiro. Rio de Janeiro, 1859. Arquivo Público Mineiro.

³³ Teodoro Cabral, tradutor da obra original de Avé Lallemant *Reise Durch Süd-Brasilien, (Viagem pela Província do Rio Grande do Sul, 1858)*, ressalta o nacionalismo do médico alemão para explicar sua "indignação patriótica" com a colonização alemã que acontecia no Brasil. A seu ver, o autor incomodava tanto os "nacionalistas exaltados" porque era também um "nacionalista exaltado". (CABRAL, T. "Prefácio do tradutor", In: AVÉ LALLEMANT, R. *Viagem pela província do Rio Grande do Sul*. BH: Itatiaia/EDUSP, 1980, pp. 9-15). Porém, quando se vai aos textos do médico-viajante, é possível inferir que outras razões podem ter influenciado seus desentendimentos com o empresário mineiro, como por exemplo, sua proximidades com os conservadores e com D. Pedro II.

³⁴ AVÉ LALLEMANT. *Am Mucury. Eine Waldgeschichte zur Erläuterung, Warnung und Strafe für alle, die es angeht*. Hamburgo, 1859. (No Mucury, uma história das brenhas para esclarecimento, advertência e castigo de todos a quem o caso interesse) e *Bericht betreffend die Mucury-Kolonie*. U.S.W. Hamburgo, 1859 (sem tradução).

³⁵ AVÉ LALLEMANT. *Reise durch Nord-Brasilien*. Leipzig, 1860.

"engodo da colonização no Brasil" e fazer conhecer a situação dos imigrantes europeus assentados no vale do Mucuri sob o mando do "*incansável mineiro Theophilo Benedicto Ottoni, muito conhecido através de mais de um movimento subversivo*":

O quadro de miséria humana que acabamos de bosquejar é fraco e sem adorno. Sirva, porém, para que todos os que sofrem do prurido da emigração se imaginem nele, e nos seus modestos lares com pequenos recursos dêem, todas as noites e todas as manhãs, graças a deus pelo pão quotidiano, pensando que, além-mar, sob o belo céu tropical, na embocadura dum rio, exaltado em hinos paradisíacos pelos agentes de emigração, pode-se realmente correr o risco de morrer de fome e na miséria.³⁶

Ao se deparar com a situação de penúria dos colonos, tomou para si o dever de não apenas denunciar, mas também de tomar providências. Escreveu cartas a pessoas importantes no Rio de Janeiro, particularmente ao amigo, Cônsul Taunay, ao Ministro da Guerra, Manuel Felizardo de Sousa e Melo e ao senador Cansanção de Sinimbu, a quem "muito admirava", apelando para que medidas fossem tomadas, porque acreditava que as ocorrências no Mucuri estavam sendo encobertas.

Nestas e em outras correspondências enviadas de Minas para o Rio de Janeiro, o médico visitante relatava o estado de saúde precário em que se encontravam os estrangeiros e o descaso com que a Companhia os tratava:

Jaziam doentes no chão, em míseros colchões e trapos. Muitos deles sofriam de feridas pútridas nas pernas, alguns de inflamação granulosa nos olhos, a maioria, porém, estava mais atacada de febre tifóide...E encontrava agora uma indiferença, uma frieza, uma tão grosseira aspereza - diria quase brutalidade - para com essa miséria, que me revoltei profundamente.³⁷

Além das doenças como febre tifóide, clorose e afeções cardíacas, denunciava o médico alemão que os colonos padeciam de fome. A comida, a "bóia grosseira", que a empresa oferecia, era inadequada e insuficiente, principalmente em se tratando dos enfermos. Nesta questão, as providências tiveram que ser imediatamente tomadas por ele próprio, mesmo sabendo que esta

³⁶ AVÉ LALLEMANT, R. Trad. Eduardo de Lima Castro. **Viagens pelas províncias da Bahia, Pernambuco, Alagoas e Sergipe**. Belo Horizonte: Ed. Itatiaia. Coleção Reconquista do Brasil, vol.19, 1980, p.167.

³⁷ Idem, ibidem, pp.180-181.

atitude fosse trazer-lhe aborrecimentos com o Diretor da empresa, que era "o senhor" e monopolizava tudo ali:

O mais difícil, porém, era conseguir a alimentação para os doentes. No armazém de Santa Clara havia farinha de maisena, arroz, manteiga, mas Ottoni ordenara terminantemente não deixar sair desses gêneros senão mediante pagamento à vista. Mandeí por isso abrir uma conta em meu nome no armazém de Ottoni, para os doentes de Ottoni (isto é, seus colonos) e para os imigrantes moribundos. Contudo ainda faltava muito mais, sobretudo alimentação animal leve. No pátio de S. Clara, via porcos, galinhas, etc., andando dum lado para o outro; mas diziam-me sempre não haver nada disponível, até que descobri que o inspetor demitido e o administrador das provisões, um certo Julius Haneisen mantinham um pequeno negócio de carne. Existia além, disso, perto de Bela Vista, uma venda onde abri também uma conta para os doentes. Estes puderam ter à sua disposição maisena, arroz, manteiga, galinhas, vinho e vinagre.³⁸

Indignado e julgando ser Ottoni o responsável por toda aquela situação, Lallemant enviou de Minas para o Rio de Janeiro uma comunicação ao Imperador relatando tudo que presenciara, bem como cartas dos "sofridos e queixosos colonos". Acreditava e estava convencido "da bondade de seu coração". O Imperador não iria permitir que mais imigrantes morressem, e que Ottoni continuasse a agir como o "grande senhor daquela floresta", pois recebendo todos os privilégios do governo, não atuava ali como um criador

e sim como um elefante que quer trilhar o seu caminho, não lhe importando pisar em homens ou vermes. Enquanto houve dinheiro, prosseguiu o mal ordenado trabalho, e até alguns colonos prosperaram. Mas com o malbarato de grandes somas, enquanto as belas propriedades dos Ottonis cada vez mais se embelezavam, e se esvaziava a caixa, a obra, que devia ser levada a cabo pelo trabalho do homem, intimamente ligado ao seu bem-estar, ficava parada. Que os colonos agora caíssem em miséria e sucumbissem, parecia indiferente ao diretor. A empresa tornou-se uma burla, na qual só se podia admirar a cega confiança dos acionistas. Em lugar de pedir, o mais depressa possível, auxílio para os colonos necessitados, a direção mantinha o público entretido com relatórios evasivos, anedotas sobre botocudos e descrições de cortejos solenes em Filadélfia. Uma verdade clara, franca, exata, nunca veio a público; parece-me que a única habilidade digna de nota da direção consistia em não se saber de nada sobre o Mucuri, que não fosse colorido por ela.³⁹

Assim, Avé Lallemant acreditava estar revertendo a situação. Depois de muitos atritos com o Diretor e funcionários do empreendimento e de ter recebido do Rio de Janeiro respostas às suas denúncias - pois o Governo enviara o comissário W. Lachmund para vistoriar a empresa e o navio de guerra "Tieté" para transportar os colonos enfermos e os descontentes para a Corte -, o

³⁸ Idem, ibidem, p.212.

³⁹ Idem, ibidem, p.222.

médico conseguiu embarcar os "infelizes colonos", os quais foram sendo recolhidos ao longo da viagem às margens do rio Mucuri. A partir daquele momento, imerso em um misto de indignação, ódio e alívio por não ter que suportar mais as "delicadezas" de Ottoni, confessava que: *"A guerra era, porém, dali por diante, a solução entre nós dois, guerra séria, implacável."*⁴⁰

No Rio de Janeiro, Ottoni haveria de enfrentar inesperados momentos de tumultos. O desembarque de 85 colonos enfermos e maltrapidos (dois destes não suportaram a viagem e sucumbiram pouco antes do desembarque) deu-se de forma espetacular, causando comoção e revolta a todos que assistiam:

Todos auxiliaram, consolaram, ampararam e ergueram; nenhuma criança estava suja demais para eles, nenhuma ferida por demais fedorenta, nenhuma pobre viúva humilde demais. Meia hora depois, todos os doentes se encontravam sob o teto do hospital e às mãos desveladas das *soeurs de charité*.⁴¹

A notícia correu pelas folhas do Rio de Janeiro coincidindo, inclusive, com um momento de muita apreensão para o Diretor, que aguardava a votação no Senado do empréstimo (1.200\$000) para a empresa. O empresário, como sempre, fora cuidadoso com sua imagem, já havia veiculado na imprensa, antes mesmo dos colonos chegarem ao Rio de Janeiro, um longo artigo em que explicava algumas dificuldades que o empreendimento estava enfrentando, pois sabia que recomençaria brevemente (março de 1859), o desdobramento do "caso do Mucuri".

Acuado pelas acusações de Avé Lallemant e receoso de que a opinião pública lhe pudesse ser desfavorável, Ottoni publicou, em seguida, (abril de 1859) uma "memória justificativa" sobre a Colonização do Mucuri, na qual apresentou com detalhes cronológicos todo o processo de colonização que implementara na região. Informava que o seu texto pretendia explicar e dar respostas àqueles acontecimentos. Para isto, o autor rememorou o que era conveniente para o momento. A narrativa foi tecida com várias repetições de seus outros escritos, a exemplo os relatórios anuais apresentados aos acionistas da empresa. Mas o que ganhou destaque foi sua empreitada para mostrar que sempre permaneceu o mesmo homem responsável

⁴⁰ Idem, *ibidem*, p.252.

⁴¹ AVÉ LALLEMANT. *Ob. Cit.*, 1980, p.256.

com em negócios, humanista ao se tratar com o outro, mediador nas horas de conflitos, patriota frente às dificuldades, ao ponto de anular seus interesses empresariais. Enfim, foi sublinhada a imagem do político responsável.

Também procurou mostrar que a colonização não havia sido o objetivo primordial do empreendimento, mas uma consequência do mesmo. Afirmou qual fora o seu projeto para a colonização: "*Desde 1847 que procuro estudar os meios de obter colonisação para o Mucury, sem ficarem de lado da companhia somente os onnus, e lisongeava-me de poder obter colonos que não fossem simplesmente proletarios, colonos que pagassem suas passagens, e viessem comprar terras á companhia.*" Entretanto, este *desideratum*, segundo o empresário, somente poderia ser concretizado se estes colonos fossem recrutados espontaneamente na Europa e que "*além de pagarem suas passagens, provassem no Rio de Janeiro possuir cada um pequeno peculio, com o qual por assim dizer se fazião socios da companhia, a quem comprarião a crédito terra, ferramentas e alimento para o primeiro anno.*"⁴² Lembrou o sucesso que obtivera com os primeiros imigrantes europeus para explicar porque era adepto deste tipo de colonização:

A companhia do Mucury caminhava até 1857 com pé tardo porém firme no caminho de colonização - que a pesar de serem modestos os resultados considerados numericamente, a posição moral da Companhia era excellente para poder estender á vontade a sua linha de operações - que finalmente o systema adoptado de só attrahir para o Mucury colonos que contribuissem de sua algibeira com uma quota ao menos das despesas de sua passagem e estabelecimento não era utopia como realmente se crê, e que ao contrário os ensaios da companhia do Mucury promettião trazer após si a colonisação verdadeira a colonisação expontanea. Que os colonos importados por este systema são os que melhores garantias offerecem, prova-o o estado de segurança publica em Philadelphia...⁴³

Em um primeiro momento tentara a colonização com lavradores brasileiros mas não obtivera sucesso, pois estes eram muito "pobres" e "despreparados" para um projeto daquele porte.⁴⁴ Colocadas estas dificuldades, optara então para a importação de mão de obra européia.

⁴²AVÉ LALLEMANT. Ob. Cit., 1980, p.5

⁴³ OTTONI, T.B. A Colonização do Mucury, 1859. pp 4-5.

⁴⁴ Fernando Antônio Lourenço, preocupado em entender a questão agrária brasileira - "socialmente representada como o atraso e a miséria do 'mundo real'" -, demonstrou como as classes dirigentes ilustradas tomaram a si a tarefa de "projetar e operar a civilização dos costumes através da modernização das práticas de cultivo". Este "processo civilizador" acabou por discriminar o trabalhador pobre brasileiro, visto como "atrasado" em suas práticas na lavoura, "preguiçosos" porque produziam para a subsistência e "incivilizados". Enfim, como Ottoni dizia, despreparados para o trabalho. (LOURENÇO,

Em 1854, recebera os primeiros colonos, portugueses, alemães e alguns suíços, os quais correspondiam as exigências do diretor da Companhia, ou seja, eram "homens da lavoura", "industriosos", possuíam "capital" e não vieram enganados. Sem cerimônias, justificou sua escolha:

Em 1854 pareceu-me que o terreno já estava preparado para principiar a receber alguns colonos europeos. De escolha muito me havia eu preocupado. Nos colonos procurava associados, e não proletários para com quem exercesse a caridade christã. Se em vez de uma empresa mercantil eu tratasse da fundação de asylos de mendicidade ou casas de misericórdia, era natural que considerasse primeiramente os brasileiros necessitados, porque a caridade bem ordenada principia por casa. Pareceu-me pois racional pretender colonos que não trouxessem só suas pessoas, mas também industria e capital.⁴⁵

Entre 1856 e 1857, explicou que a Companhia, a cada dia precisando de mais mão de obra para o andamento de seus trabalhos, começou a receber colonos "indesejados", particularmente belgas, holandeses, franceses e prussianos, "totalmente impróprios" para os trabalhos da lavoura. Assim como seu adversário, o médico Lallemant, Ottoni acusou os agentes de imigração de angariar maus colonos e ludibriá-los na Europa. Afirmou que aqueles imigrantes haviam sido tomados ao acaso nas ruas, nas tabernas, nas prisões e nas praças públicas de diversas cidades européias. Estes "párias" da sociedade européia vieram para o Brasil iludidos pelos agentes, que lhes apresentavam promessas não autorizadas e impossíveis de serem realizadas, quais sejam, que receberiam dinheiro, casa, roça plantada, animais domésticos dentre outras. Estes colonos não eram homens do campo e do trabalho e nunca seriam trabalhadores idôneos, isto é, colonos que trouxessem "industria e capital". Daí, segundo Ottoni, da "moléstia moral provieram os males

F. A. **Agricultura Ilustrada**: liberalismo e escravismo nas origens da questão agrária brasileira. Campinas, São Paulo: Ed. Unicamp, 2001).

⁴⁵ Idem, ibidem. Estas palavras do empresário evidenciam o caráter liberal do projeto que arquitetara no Mucuri. Ali, no sertão mineiro, queria instituir uma "sociedade de trabalhadores industriais" pautada em valores constitutivos da vida social: "o trabalho, a propriedade e a razão". Não estava em seus planos dar atendimento aos pobres, pois em uma sociedade moldada pelo trabalho, a caridade não tem sentido. O sua proposta estava afinada com o pensamento liberal das classes dirigentes da sociedade industrial européia do séc. XIX, que incomodadas e preocupadas com o custo social do crescimento econômico, entendeu que aquela ameaça – a miserabilidade – deveria ser contida não mais pela caridade pública ou privada, mas sim pelo trabalho disciplinado. (BRESCIANI, M. S. M. **Londres e Paris no séc. XIX: o espetáculo da pobreza**. 8ª ed. SP: Ed. Brasiliense, 1994). Este assunto será discutido com mais detalhes nos próximos capítulos.

físicos", e as perturbações começaram: desordens, conflitos, descontentamentos e desilusões.⁴⁶ Portanto, a visita do médico alemão à Colônia em 1858 coincidia justamente com as desordens, com os motins destes "colonos proletários".

As reclamações e justificativas de Ottoni retratam uma inquietação de seu tempo, e que perturbava sobremaneira os empresários-fazendeiros ansiosos por mão-de-obra europeia para levar avante a lavoura de café em suas propriedades. Na Europa, desde o final do século XVIII e XIX, a deterioração da qualidade de vida dos centros urbanos industriais explicitou a forma como o capitalismo organizava o mundo do trabalho. Foi também o momento que o pensamento progressista burguês se voltou para os problemas sociais surgidos com a industrialização, objetivando "criar" através de determinados comportamentos e mores, uma "nova sociedade".⁴⁷

Na França detectou-se o caráter vicioso de certos ambientes físicos na cidade: insalubridade, pobreza, falta de higiene e doenças. Constatou-se que o desconforto gerava a ilegalidade, impedia a educação e o desenvolvimento moral dos indivíduos, fatores estes que desequilibravam a família, o trabalho e a ação do Estado. No século XIX, médicos, engenheiros e sanitaristas estiveram unidos em busca de soluções para esta "patologia urbana", promovendo assim, um desenvolvimento acirrado dos meios técnicos. Como os observadores sociais constataram que o desconforto influenciava os hábitos e práticas dos pobres, gerando doenças e os incapacitando ao trabalho e levava-os a busca de prazeres mesquinhos; tratou-se de substituir estes maus hábitos por bons hábitos e novas práticas.⁴⁸

⁴⁶ OTTONI, A **Colonização do Mucury**, 1859, pp.19, 25 e 41.

⁴⁷ A concepção da sociedade organizada aos moldes científicos, devendo funcionar "*como uma máquina... por meio de seu próprio movimento, manter naturalmente em equilíbrio as engrenagens, eliminando aqueles que não se ajustassem com perfeição*", suscitou inúmeras críticas, pois a mesma não estava dando conta de resolver os problemas sociais surgidos com a sociedade industrial. Edmund Burke, Carlyle, Flora Tristan, Engels, entre outros, foram homens letrados que denunciaram a falência do modelo mecanicista da sociedade e alertavam para o perigo da sociedade inglesa dividida em grupos antagônicos, nos quais imperava desigualdades sociais extremas. Colocavam a necessidade do observador da sociedade ir além das aparências e se inserir no submundo, trazer à tona a miséria, a fome e a opressão que estavam sendo camufladas pela aparência do poder e da riqueza da Inglaterra. (BRESCIANI, Maria Stella. **Metrópoles: As Faces do Monstro Urbano**(as cidades no século. XIX). **Revista Brasileira de História**. S.P: 5 (8-9):51-52.set.1984/abr.1985.

⁴⁸ Foram feitas intervenções e prevenções (distribuição de água e gás, viabilidade das ruas e casas, melhoria no sistema de esgoto, circulação de ar, programa de habitação popular, etc.), controlou-se a

Um novo saber emergia nas (re)leituras sobre as cidades européias e seus habitantes, criando-lhes, segundo determinados conceitos estéticos, políticos e filosóficos, uma representação, uma identidade própria, delimitando espaços e detectando o seu problema maior: a pobreza, considerada a matriz da violência, da ociosidade e da imoralidade:

A cidade iria configurar a imagem reduzida do problemático macrocosmo social; presença assustadora e ao mesmo tempo fascinante por sua variedade e por tornar acessível um recorte em algo inabarcável. O medo e o fascínio orientam uma atitude exploratória que fará a cidade um observatório extenso, mas com limites delineados. A atividade exploratória se concentra com certeza, no levantamento do modo de vida dos homens pobres trabalhadores e vagabundos, considerados equivalentes aos povos selvagens, e seus bairros definidos como terra incógnita. Os observadores - políticos, médicos, reformadores sociais, sociedades estatísticas - assumem a postura de exploradores de culturas estrangeiras em busca de uma resposta para a questão formulada por Carlyle: 'Qual a condição atual da sociedade?'⁴⁹

Foram destas representações que emergiu a imagem dos trabalhadores urbanos corrompidos pelos maus hábitos gerados na vida da cidade que, ao emigrarem para o Brasil, se transformavam aos olhos dos novos patrões, em “colonos indesejados” ou como dizia Ottoni, “colonos proletários”, inaptos à vida e ao trabalho no campo.

Explicitando seu descontentamento com estes imigrantes vindos das cidades européias e culpando-os de ter iniciado os problemas, Ottoni comprovou a rebeldia e a necessidade de contê-la, mediante apresentação dos ofícios que enviara ao Conselheiro Carlos Carneiro de Campos, então presidente da província de Minas, nos quais solicitava reforço do destacamento de praças para manter a ordem. Ao fazer este relato, o Diretor evidenciou como utilizou de força física

circulação de pessoas no espaço público, seus gestos e seus corpos a favor da individualidade, economia e disciplina. Enfim, os hábitos domésticos e extra-domésticos foram “civilizados”, privatizou-se o que era público. Venceu o “empreendimento de reorientação autoritária de todo o território urbano.” (BEGUIN, François. As maquinarias inglesas do conforto. **Espaço & Debates**. Revista de Estudos Regionais e Urbanos. SP: Ano XI, no.34: pp.39-54, 1991) Sobre esta nova realidade surgida no cenário urbano europeu com a industrialização, Françoise Choay mostra-nos como a ciência se aliou à técnica a partir dos últimos anos do séc. XVIII, para resolver os problemas colocados pela relação dos homens com o meio em que viviam, visando a promoção do bem estar, a ordem e o progresso. Fala-nos sobre as intervenções realizadas por Haussmann em Paris para adaptá-la às exigências econômicas e sociais daquele momento: a racionalização das vias de comunicação com a abertura de grandes artérias e criação de estações, de magazines, grandes hotéis e cafés entre outras. (CHOAY, Françoise. **O Urbanismo: Utopias e Realidades**. Uma Antologia. Ed. Perspectiva. São Paulo: 1992, pp.1-56.)

⁴⁹ BRESCIANI. **Metrópoles: As Faces do Monstro Urbano**(as cidades no século. XIX).1985, p. 60.

contra os "colonos rebeldes", o que de certa forma, confirmava as acusações que recebera em 1859:

Quando invadiram o Mucury os proletarios de Postsdam, os motins e desordens que lá fizerão me obrigarão a requisitar que fosse reforçado alli o destacamento de força de linha. Hoje que esses e outros desordeiros deixarão Philadelphia, só exijo a continuação da força necessária para conter em respeito os selvagens, por que a mor parte dos colonos lá existentes e que são dos importados até 1857, longe de inspirarem o menor receio, são elementos de ordem.⁵⁰

Preocupado em esclarecer que a culpa do "caso Mucuri" não recaía apenas sobre ele, passou a informar sobre as dificuldades que a Companhia enfrentava para cumprir o contrato com o Governo, que estipulara o compromisso de assentar na colônia 1000 colonos por ano. Imprevistos financeiros também aconteceram, obrigando-o a abandonar seus planos e convicções. Como se não bastasse, no meio de todos estes problemas, fora "surpreendido" com a chegada de novo grupo de trabalhadores (os "insolentes" franceses) que lhe causaram mais atribulações, pois sua vinda coincidia problemas, coincidindo com uma seca violenta na região, acompanhada de escassez de alimentos, fome, doenças e mortes.⁵¹

Assim, a situação de penúria dos imigrantes em que estavam os colonos em 1859, que fora denunciada por Avé Lallemand, passou a ser explicada como uma consequência da atuação dos agenciadores europeus inescrupulosos, das intempéries da natureza e, também, de responsabilidade dos próprios imigrantes, que se recusaram a receber lotes na mata, ficando aglomerados em um depósito da Companhia em Santa Clara. Ele bem que os havia alertado sobre a necessidade do banho, mas preferiram permanecer em seus "costumes proletários":

As immundicias da habitação tinham produzido tal praga de bichos que ninguém podia parar impunemente em torno das duas casas que servião de depposito provisorio dos colonos. O pouco asseio do corpo attrahia os daninhos insectos. Debalde se dizia aos colonos que aquella doença se extirpava com a thesourinha ou alfinete, e que o grande preservativo era recorrer diariamente ao rio e trazer o corpo limpo de immundicias. Mas elles querião curar-se do mal dos bichos com unguentos e cataplasmas, e não foi possível convencer a um grande numero que o habito brasileiro

⁵⁰. OTTONI, A Colonização do Mucury, 1859, p.16.

⁵¹ Partindo de sua interpretação sem levar em conta qualquer outra possibilidade, Ottoni explicou que os "maus colonos" ao se depararem com a seca no Mucuri se acomodaram, entregaram à inanição e ao desespero; "*bebiam agua do mangue para não irem-na tomar na fonte á 300 braças de distância*"; outros entregaram à embriagues e a outros vícios. E nestas condições deploráveis, foram assaltados pelas epidemias. (Idem, ibidem, pp.36-37).

de lavar ao menos os pés todas as noites é uma necessidade do homem do povo, e não como pensa o proletário europeu uma phantasia um regalo de aristocratas e sybaritas.⁵²

Portanto, aqueles doentes que o médico Avé Lallemand levava para o Rio de Janeiro, eram justamente estes "colonos problemas" (descontentes, devedores e indolentes). Explicou ainda que ele e não o médico fora quem os trouxera à Corte, inclusive arcando a empresa com os prejuízos, uma vez que eram seus devedores. Ottoni reiterou que os colonos não foram abandonados, mas a Companhia sim fora abandonada por eles. Para comprovar suas palavras e também o não procedimento das acusações do viajante médico, apresentou um documento de 31 de março de 1859, que recebera do diretor da Santa Casa de Misericórdia do Rio de Janeiro, Dr. Antonio Fernandes Pereira Portugal, no qual lhe informava que os imigrantes enfermos do Mucuri, internados ali pelo médico Lallemand, estavam "simplesmente bichentos":

Em cumprimento do despacho retro do Ex. Sr. Provedor, certifico que no dia 17 do corrente mez pela 11 horas da manhã pouco mais ou menos forão recolhidos a este Hospital 86 colonos vindos do Mucury no vapor Tietê constando de homens, mulheres e muitas crianças de ambos os sexos. Notamos que a enfermidade de que soffrião a maior parte destes colonos erão ulceras nos pés e pernas, tendo por causa a grande quantidade de bichos e falta de limpeza, sobre tudo nas crianças: os outros achavão-se affectados de febres intermitentes e diarreias.⁵³

Procurando demonstrar ser o mesmo Ottoni das lutas liberais do passado e até em momentos desfavoráveis, comprovou seus "hábitos de urbanidade" não atacando explicitamente seus acusadores, o médico Avé Lallemand e o comissário Lachmund. Ao contrário, os elogiou e demonstrou como fora correto com eles na função de Diretor da Companhia. Relatou como os havia recebido bem, colocando à disposição tudo que precisassem para executar suas missões. Comprovou sua honestidade nos negócios do Mucuri, apresentando documentos⁵⁴ como cartas de amigos e pessoas públicas, relatórios médicos, decretos e relatórios de viajantes que haviam

⁵² Idem, ibidem, p.35

⁵³ Idem, ibidem, pp.35-36

⁵⁴ Em todos os seus trabalhos, Ottoni se fundamentou em documentos de maneira a isolar os adversários e dar credibilidade e veracidade às suas palavras. Aqui, apresentou, dentre outros, fragmentos de vários relatórios que enviara para o Ministério dos Negócios do Império, nos quais noticiou, segundo a sua versão, o andamento do empreendimento no Mucuri. Nesta exposição de documentos é possível perceber como os políticos, principalmente os senadores, estavam envolvidos com o processo de colonização no Brasil. Na verdade, este era um negócio de homens ricos, que apontava para grandes lucros a médio prazo, conforme veremos adiante.

passado pela região. Dentre eles citou um que considerava ser um "homem muito alto colocado na estima dos sábios da Europa" e que visitara a colônia em 1858, antes de seus problemas, o Barão de Tschudi⁵⁵, cujo relatório fora-lhe bastante favorável. Considerando este parecer um "juízo crítico" lembrou o que o viajante comentou sobre o fundador e diretor da Companhia de Colonização do Mucuri: " *...homem de profunda instrução científica, grande firmeza de caracter e vontade seria e recta. Só estas qualidades tornarão-lhe possível vencer as innumerables dificuldades que desde o principio se oppuzerão á empresa e assegurar-lhe um prospero andamento...*"⁵⁶

Importante para Ottoni foi o parecer deste viajante sobre os colonos. Realista, o observador não escondia as dificuldades dos europeus para derrubar as florestas e para lidar com a cultura do solo, que no Brasil era mais complexa em relação à Europa. Acrescentou a estas dificuldades a ilusão que traziam consigo, de que " *a terra lhes dará a benção sem que seja necessário embebê-la com o suor de seu rosto*". Infelizmente, esta ilusão era fomentada pelos agentes de viagem com promessas mentirosas. Decepcionados com a realidade, esses colonos passavam o tempo todo a lamentar a saudade do " *pão de centeio e das batatas de sua pátria*", caindo, assim, em um "relaxamento moral", paralisando suas energias tão necessária para o trabalho.

⁵⁵ Johann Jakob von Tschudi chegou no vale do Mucuri em fevereiro de 1858, coincidindo com o momento em que os primeiros colonos recebiam as primeiras glebas de terra. O viajante permaneceu na região por alguns dias, explorando-a em companhia de Ottoni. Sua avaliação daqueles primeiros trabalhos nas colônias fora bastante otimista, tendo em vista o que acabara de presenciar nas colônias de parcerias na província paulista (colônias do Senador Vergueiro), experiência que inaugurara o sistema de parceria no Brasil. Em 1860 fora publicado na Europa o seu relato (originalmente escrito em de setembro de 1859) sobre a situação dos colonos no Brasil (*Bericht über die Verhältnisse der Colonisten in Brasilien*), que continha apreciações otimistas sobre as Colônias do Mucuri. Neste, Tschudi defendeu abertamente Ottoni contra as acusações do médico Avé Lallemand. O empresário, em 1860, utilizou-se inúmeras vezes deste relatório para se defender e provar a malevolência do acusador, pois este trabalho de Tschudi ganhara na época grande repercussão em sua terra natal, valendo-lhe a nomeação para ministro e enviado plenipotenciário da Confederação Helvética à Corte do Rio de Janeiro em 1860. Da mesma forma, angariou-lhe críticas e acusações de que defendera os interesses de alguns proprietários.

⁵⁶ OTTONI, A Colonização do Mucury, 1859, p.50

Entretanto, para a Colônia do Mucuri, seus prognósticos eram positivos. Comparando-a com outras que havia visitado no Brasil⁵⁷, acreditava que o progresso chegaria ali pelo trabalho, pela sobriedade e pela economia. A exemplo, encontrara "*famílias alemãs, que depois de sete mezes de residencia podem contar com centos de alqueires de milho e feijão preto, possuindo além disso bellas plantações de mandioca, batatas, carás, etc.*"⁵⁸ A "situação satisfatória" dos europeus na vizinhança de Filadélfia e Santa Clara fazia-o crer em seus prognósticos, porque os próprios imigrantes, com pequena exceção, haviam lhe assegurado de que a diretoria da Companhia cumpria as obrigações de seus contratos. Quando procurou averiguar com mais cuidado as poucas queixas que recebia, "*quase sempre reconhecia que a culpa recahía sobre os queixosos*".

Talvez a defesa do viajante amigo não tenha atenuado a situação de Ottoni, pois pouco depois, em 1860, dois meses antes do candidato publicar a *Circular*, ainda aparecia na imprensa fluminense procurando se desvencilhar das tramas do "caso Mucuri". Na tentativa de defender-se, recorreu ao depoimento de outras pessoas - este era sempre um de seus procedimentos - publicando um outro artigo contendo depoimentos a seu favor, de alguns de seus funcionários alemães, o engenheiro Maurício Horn e o colono Julius Haucisen, com os quais se dava muito

⁵⁷ A Fundação João Pinheiro traduziu e publicou o trabalho original (*Die Brasilianische Provinz Minas Geraes*), escrito em 1862 por Tschudi sobre a geografia, a economia, a ecologia, a história e a administração da província mineira. Este texto foi considerando o primeiro compêndio sobre a geografia de Minas que até então não havia recebido tradução para o português. O presidente desta Fundação, Roberto Borges Martins (também professor do Departamento de Economia da UFMG), na apresentação da obra, explicou a importância desta obra para "resgatar pelo menos em parte, a contribuição do sábio suíço sobre o Brasil e a nossa história". O professor aproveitou o momento para tecer críticas à historiografia paulista que em sua avaliação, cooperou significativamente para que esta obra ficasse relegada ao esquecimento, pois apresentou Tschudi apenas como um especialista em colônias de parceria: o "*provincianismo da historiografia paulista da metade deste século, não hesitou em mutilar grosseiramente as Reisen de Tschudi (singularizando para a publicação apenas dois de seus vinte e um capítulos) e não teve sequer a gentileza de informar esse fato ao leitor*". Martins se refere a obra **Viagem às províncias do Rio de Janeiro e São Paulo de 1853 de Tschudi**, que ficou muito conhecida pelo envolvimento do autor com a questão da imigração (suíça e alemã) e pela polêmica sobre as colônias de parceria na cafeicultura paulista, particularmente a Colônia do Senador Nicolau Pereira de Campos Vergueiro que, na verdade, para o viajante, era "o maior traficante de escravos" da província de São Paulo. (HALFELD, U. G. F. e TSCHUDI, J.J. **A Província Brasileira de Minas Gerais**. Trad. Myriam Ávila. Fundação João Pinheiro/FAPEMIG. BH. Coleção Mineiriana, 1998.)

⁵⁸ Idem, ibidem, p.52.

bem.⁵⁹ Nestes, Haucisen, empregado na distribuição dos mantimentos em Filadelfia, defendia o empresário e acusava o médico de falsário e inimigo da Companhia:

O doutor chegara a Santa Clara com as mais estolidas pretensões; exigia os livros para tomar notas na qualidade de commissario do governo imperial; prescrevia dietas a seu talento para sãos e para doentes. Não era só para os doentes que queria vinho, manteiga e farinha de trigo; era especialmente para os agentes da sua propaganda, que pré-gavam abertamente contra a companhia e protestavam que não havia de ficar um colono no Mucury...⁶⁰

Apoiado pelas palavras do funcionário e deixando de lado a sua tradicional "gentileza e hábitos de urbanidade", Ottoni partiu para o embate com o contendor, a quem chamou de "lavadeira". Com uma pitada avantajada de sarcasmo, criticou a desproporção das despesas que Avé Lallemant dizia ter tido para saciar a fome dos "colonos famintos" de Santa Clara. Afirmou que, na verdade, o médico havia gasto apenas uma quantia mínima na taberna de Lourenzo, que lhe havia dado um recibo de 50\$740, sendo que 40% foram gastos com vinho, cachaça e genebra, e o restante com vinagre, manteiga e galinhas. Portanto, não procedia suas palavras:

Esteve em Santa Clara 20 dias. Os doentes, segundo elle diz, eram aos centos, e o doutor o sustentou por milagre com a modesta somma de 33\$740, comprando farinha de trigo e galinha por alto preços. Por hora o doutor deve publicar esses recibos que tem. O público verá que para ninguém são esses documentos mais vergonhosos do que para o Dr. Lallemant. Pois o Dr. Lallemant, tendo a carteira recheada para a sua viagem ao Ceará, vê centos de compatriotas seus morrendo de fome e compra sómente nove galinhas e algumas libras de farinha de trigo para matar-lhes a fome? ⁶¹

Continuava em tom irônico a sua réplica ao médico:

Sorri-me, e a minha risadinha doeu muito ao Dr. Lallemant... Estudei muito o Dr. Lallemant. É essencialmente economico e sobrio nas suas despesas, mas essa qualidade vem-lhe da prudencia e da reflexão. Nos primeiros impulsos do seu coração se reconhece que se elle não é pródigo, é de uma caridade evangélica. ⁶²

⁵⁹ **Diário do Rio de Janeiro. Folha Política, Litterária e Commercial.** Rio de Janeiro. Anno XL, Nº 79, 12 de junho de 1860. (Fonte: Biblioteca Nacional)

⁶⁰ Idem, ibidem.

⁶¹ Idem, ibidem.

⁶² Idem, ibidem

Explicou que o período de tempo durante o qual o médico permanecera no Mucuri, haviam sido dias difíceis. Além da seca que assolava a região, o vapor *Peruíbe*, que abastecia a colônia de gêneros alimentícios, havia se acidentado e que as canoas tinham que subir o rio com muita dificuldade, atrasando, assim, a entrega de mercadorias. Comprovava a malevolência do médico ao acusá-lo de desonestidade com as despesas dos colonos, apresentando um trecho do relatório do comissário Dr. Machado Nunes, que fora enviado à colônia após tantas denúncias terem vindo à tona:

A companhia não dá, vende víveres a crédito aos colonos, e no contrato estipulou a quantidade. Consta sem dúvida dos livros bem como da caderneta que tem cada colono, que *em um ou outro mez os colonos não receberam integralmente um ou outro artigo da ração. Mas, se isso consta no livro, é porque a companhia sómente cobra o que vende!... Poder-se-hia dizer que o contrato não é executado, e haverem as consequencias legais do facto, como a imposição de multas que estão estipuladas, mas chamar a isto de roubo, é a jurisprudencia mais inqualificável.*⁶³

Os desacordos entre Ottoni e o adversário pareciam não ter fim. Tanto um como outro reiteravam seus argumentos. Eram homens que acreditavam na colonização como uma força alavancadora para o progresso dos indivíduos e das nações. Porém, se distanciavam muito na forma de interpretar este processo. Ottoni como um experiente político e empresário (assim como vários de seus contemporâneos), arrebatado por "sentimentos patrióticos" e alegando dificuldades com o comércio e navegação, redirecionou o empreendimento no Mucuri (em princípio, de comércio e navegação) para a colonização, vista no momento como o "melhor negócio" a ser desenvolvido no Brasil.

Alguns estudiosos da imigração e colonização do séc. XIX no Império afirmam que as transformações ocorridas entre 1820 e 1840 foram cruciais para que se desencadeasse o processo de imigração/colonização. A hegemonia econômica e política passou das mãos dos grandes senhores de engenho para as dos fazendeiros de café, propiciando, assim, uma mudança na forma de encarar a utilização do imigrante europeu no sistema econômico. As interpretações deste processo não foram unânimes. Para alguns pesquisadores os grandes proprietários, que sempre foram "ciosos" de suas posses e monopolizadores da terra, não se sentiram prejudicados com a

⁶³ Idem, *ibidem*.

concessão de pequenos lotes de terras aos imigrantes.⁶⁴ Outros estudiosos discordaram desta leitura porque entenderam que se tratava de mudanças que trariam repercussões significativas na estrutura agrária do país, e mostraram a resistência e os desacordos dos grandes proprietários de São Paulo, Minas e Rio de Janeiro com o Governo, no que concernia à demarcação de terras para a colonização.⁶⁵ Carvalho também confirmou esta situação de muitos conflitos e embargos à política de terras pela classe proprietária.⁶⁶ Para este historiador, os senhores de engenho acreditavam que estas concessões poderiam libertá-los das leis que os obrigavam a ocupar parte de sua terras com o cultivo de gêneros de subsistência, o que lhes era dispendioso e pouco lucrativo. Já para os fazendeiros do café significou a possibilidade de revitalizarem seu empreendimento, substituindo o regime de trabalho escravo que, naquele momento se mostrava antiquado e oneroso, pela mão de obra livre. Interessava-lhes manter o trabalho assalariado, pois somente com este poderiam, como empresários, apropriar-se de parte do produto destes trabalhadores.

Outro fator preponderante para fazer da colonização um bom negócio foi a mudança ocorrida na legislação do Império nos meados do século XIX. Em 1848, o artigo 16 da Lei 514, atribuiu ao Governo Provincial o direito de colonizar e concedeu a cada Província, seis léguas em quadras de terras devolutas, para que fossem colonizadas por imigrantes e não utilizadas por escravos. Dessa forma, abriu-se aos imigrantes a possibilidade de virem ao Brasil e tornarem-se, depois de cinco anos de trabalho, proprietários de terras. Após a extinção do tráfico, ocorreu uma mudança de posicionamento do governo em relação à política de terras até então adotada. Pela

⁶⁴LANDO, Aldair M. e BARROS, Eliane C. *Capitalismo e Colonização - Os Alemães no Rio Grande do Sul*. In: **RS: Imigração & Colonização**. Mercado Aberto. Porto Alegre. RS: 1980, p.9-113.

⁶⁵COSTA, E. Viotti. *Primeiras experiências do trabalho livre*. In: **Da Senzala à Colônia**. Difusão Européia do Livro. SP: 1996, p.65-123.

⁶⁶CARVALHO, José Murilo. *A política e terra: o veto dos barões*. In: **Teatro de Sombras: a política imperial**. 2ªed. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ/Relume-Dumará, 1996. p. 303-325). Sobre os desacordos entre a política governamental de concessão de terras a imigrantes e os grandes proprietários que almejavam o monopólio da terra e braços para suas fazendas, ver também o trabalho de VIEIRA, Martha V. **Naturalização: concepções de cidadania no Congresso Imperial (1843-1889)**. Dissertação de Mestrado. Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho". UNESP. Franca: 2002.

Lei N.º 601 de 18 de setembro de 1850, a terra passou a ser tratada como mercadoria, acirrando os ânimos dos empresários, que voltaram seus interesses para a colonização.⁶⁷

Portanto, a colonização e a imigração no Brasil, inseridas no contexto da internacionalização do capital, era um empreendimento que apontava para lucros em um futuro próximo. Por isso o Governo Imperial e a classe proprietária brasileira se interessaram em investir tanto capital neste tipo de empreendimento. A colonização se transformou em um negócio que garantia fortunas e *status* social. Ottoni, como tantos outros políticos e empresários, foram homens de seu tempo, que vivenciavam as transformações que ocorriam no sistema político e econômico brasileiro (regime de trabalho escravo para trabalho livre, mudanças nas relações de trabalho, diversificação da produção, entre outras) em função da internacionalização do capital. Enfim, inaugurava-se uma nova forma de exploração agrícola, voltada para o mercado externo, que estes homens souberam aproveitar.

Lallemant, um europeu desiludido com sua pátria, afinado com a lógica do progresso técnico e crente no progresso, mas também um crítico da civilização imposta pelos ditames do capitalismo europeu, dirigiu às colônias brasileiras um olhar de observador vigilante. Sua apreciação extrapolou as relações de trabalho e poder e explicitou, também, suas convicções humanistas e religiosas, próprias da moral protestante da época. Nos seus relatos de viagens pelas colônias brasileiras são visíveis o seu aparente “nacionalismo exacerbado” e a insatisfação com a situação política, econômica e social da Alemanha.⁶⁸ Há em sua narrativa a denúncia de que os

⁶⁷ LANDO, Aldair M. e BARROS, Eliane C. **Ob. Cit.**, 1980.

⁶⁸No início do séc. XIX a Alemanha ainda permanecia essencialmente rural, sob uma estrutura ainda feudal. A revolução agrícola e demográfica que se operou no decorrer da primeira metade do século e o desenvolvimento do processo de industrialização foram aos poucos abolindo esta estrutura feudal e impondo mudanças na vida do camponês: *"O camponês, que como servo ocupava uma terra que podia transmitir aos seus descendentes, torna-se proprietário dela, com a condição de ceder 1/3 ao senhor. Esta reforma tem como efeito a libertação do camponês médio, que, tendo cedido 1/3 ou metade de suas terras, poderá garantir a propriedade do que lhe resta, e constituir uma exploração contínua suficiente para alimentar a família. O pequeno camponês, pelo contrário, vê-se reduzido a uma pequena exploração, que não representará mais que um recurso econômico; para viver, terá de se empregar como trabalhador agrícola ao serviço do senhor, ou arrendar terras suplementares. Por outro lado, seus filhos, cujas propriedades atingem a condição de minifúndio (pois, transmitidas por herança, sofrem divisões sucessivas e diminuem a cada partilha), não encontram outra alternativa senão a de buscar melhores condições emigrando para outros países"*. (Idem, ibidem, p.13).

colonos alemães que se encontravam no Brasil "eram homens sem pátria", pobres e desamparados pela sua pátria de origem. A pobreza bávaro-renana é lembrada com frequência quando deparava com a prosperidade que presenciava entre os colonos alemães que se fixaram no sul do país.

Defendeu ardorosamente o trabalho como a via para superar todas as dificuldades: "os homens vencem com o trabalho". Em sua representação do trabalho, defendia que o mais importante era a experiência criadora e formadora do caráter, a materialidade, os lucros e o progresso eram conseqüências. Por isso valorizou o trabalho, a perseverança e a prosperidade para promover o progresso, mas não abandonou o "lado humano", ou seja, o "homem honrado", os "bons sentimentos", a "boa educação" e a "felicidade".

Como se pode perceber pela fala do Diretor da Colonização do Mucuri e dos fazendeiros que tratavam em especial das colônias de parceria, esta não era uma preocupação privilegiada dos empresários da colonização no Brasil na metade do século XIX, dentre eles, Ottoni. Daí provinha o descontentamento, as críticas e o julgamento do médico alemão às empresas de colonização e aos empresários privados que, no seu entender, visavam lucros fáceis e a concretização de interesses particulares.⁶⁹

Lallemant tinha um modelo ideal de colonização que presenciara nas experiências de imigração do sul do Brasil: os "braços alemães livres para salvar o Brasil do atraso", a "vida campestre da família", a "ordem", o "asseio", as "casas bem instaladas", o "mobiliário bonito e

⁶⁹ Seu desentendimento não acontecera apenas com Ottoni. O estudo de relatos de suas viagens realizadas em outras colônias, permite observar que Avé Lallemant entrou em conflitos e fez denúncias a todas administrações que não corresponderam com o seu ideal de colonização, inclusive, as colônias que tinham administradores alemães, como foi o caso da colônia dirigida pelo Dr. Blumenau. Afirmava que os empreendimentos particulares tornavam um peso para o governo, porque não eram auto-suficientes, sempre estavam na sua dependência financeira, atrapalhando-o a investir no florescimento da imigração e nas suas próprias colônias. O empresário, *"seja quem for, quer tirar lucro do estímulo da imigração, que se torna, para ele, uma especulação comercial, um negócio, e assim se afasta enormemente de uma empresa humanitária e não pode ser levada a cabo sem desacato à equidade e ao decoro, mesmo observada certa base jurídica, um contrato legal antecipadamente estipulado"*. (AVÉ LALLEMANT, R. **Viagens pelas províncias de Santa Catarina, Paraná e São Paulo (1858)** Ed. Itatiaia/EDUSP. BH: 1980, p.159)

limpo", os "campos plantados". Enfim, a colonização representada pela conquista da pequena propriedade, pelo direito do trabalho, a harmonia e a felicidade.

Como entender Lallemant que, mesmo sendo um crente no progresso, parecia estar voltado para o passado, para uma forma de organização do trabalho que começava a ser considerada ultrapassada? Seria mesmo o médico um “nacionalista exacerbado” como afirmaram seus tradutores? A sua idéia de colonização não estaria vinculada a outras maneiras de pensar e organizar o trabalho e a sociedade ?

Ivone Cecília D’Avila Gallo em seu estudo sobre alguns pensadores sociais da primeira metade do século XIX, em especial Charles Fourier, o movimento fourierista e a primeira experiência destas idéias realizadas fora da Europa, no caso, a fundação, em 1840, do falanstério do Saí (em Santa Catarina),⁷⁰ demonstrou como a experiência da violência revolucionária na França foi importante para a elaboração de sistemas e alternativas para se pensar a organização do mundo e dos homens. Fora justamente neste contexto de renovação de idéias e práticas que Fourier teria recusado toda forma de violência no campo da política e da sociedade e se declarado um pacifista e filósofo, preocupado com as questões da liberdade e do social. Tornou-se então, um crítico da civilização e dos sistemas filosóficos dominantes em seu tempo. O “sistema societário” foi sua proposta para resolver os problemas sociais, consubstanciada em uma imagem de “cidade ideal” perfeita porque promoveria a harmonia do corpo social, o falanstério,⁷¹ onde a associação (inclinação natural do homem), o trabalho livre, a combinação de interesses e a eliminação da discórdia promoveria a pacificação e o bem comum.

“Ser falansteriano”, explicou Ivone Gallo, era “ser contra o comunismo, embora defendendo a liberdade e a igualdade, é admitir a propriedade e condenar a miséria.” Ser socialista nas primeiras décadas do século XIX, era ter o pensamento voltado para as questões

⁷⁰ GALLO, Ivone C. D’Avila. **A Aurora do socialismo: fourierismo e o falanstério do Saí (1839-1850).** Tese de Doutorado. Departamento de História. IFCH/UNICAMP. Campinas. São Paulo: março, 2002.

⁷¹ Este sistema teria como base a associação espontânea de pequenos grupos movidos pelo mesmo desejo de realizar trabalhos livremente escolhidos. Estes grupos formariam séries que se relacionariam entre si sem contudo estabelecerem um sistema industrial, que tanto criticavam. Esta relação das diversas séries formariam as falanges, que em reunião, formariam o “Falanstério”. (Idem, ibidem, pp.19-20).

sociais, era ser um crítico da forma como se organizava a sociedade industrial, aos moldes do “espírito liberal” – regime de liberdade individual e livre concorrência no comércio – que separava produtor-consumidor, homem-natureza, instalando a desarmonia, o individualismo, a exploração e a miséria. Como então entender esse socialismo?

...esse socialismo, que não é ateu, não é materialista e, como no caso do fourierismo, é favorável à propriedade privada, faz parte de um movimento de idéias mais amplo, que encontra sua expressão também na pintura, na música, e na literatura, como reflexo de um movimento histórico em que parecia importante recuperar, depois do período revolucionário, um sentido específico, revalorizado, de humanismo.⁷²

Os defensores deste “primeiro socialismo”, na verdade, teriam sido porta-vozes da grande questão da época: a emancipação do homem pelo trabalho.⁷³ Dentro desta perspectiva fica mais fácil entender as colocações de Lallemant, a exemplo, suas observações durante a visita aos colonos de Itajaí, em que se sentiu envaidecido ao deparar com o trabalho “gigantesco” ali realizado pela associação de “braços alemães” e com a felicidade estampada nos rostos dos colonos:

Os mais felizes são os que, na Europa, dependiam somente de seus braços. Antigos jornaleiros, camaradas, etc., prosperaram agora brilhantemente, sobretudo quando se casaram com mulher sadia e têm um filho por ano... Encontraram-se aqui e ali, admiráveis famílias. Muitas pessoas começaram sem nada, venceram as dificuldades trabalhando e ficaram felizes; muitos puderam pagar, com o seu trabalho, vultosas dívidas.⁷⁴

No Mucuri, Lallemant não encontrou o que acabara de ver no Sul: trabalho, religião, prosperidade, salubridade do clima e felicidade. Não encontrou pequenas propriedades de colonos, que com suas famílias, derrubavam florestas para roçar terras e construir casas. Encontrou índios (para ele homens medíocres, ainda em “estágio de evolução”), negros e colonos europeus derrubando florestas, não em benefício próprio, mas a serviço de uma Companhia de Comércio e Navegação. Encontrou ali o modelo de colonização que tanto repudiava, qual seja, um empreendimento particular, dirigido por um político-empresário.

⁷² Idem, *ibidem*, pp.35-36

⁷³ Idem, *ibidem*, p.28

⁷⁴ AVÉ LALLEMANT, R. *Viagens pelas províncias de Santa Catarina, Paraná e São Paulo (1858)*, 1980 p.170.

O seu modelo de administrador ideal para uma colônia de imigrantes também não correspondia com o perfil de Ottoni. Este deveria ser um "conhecedor da lida da terra", um agricultor experiente, religioso, dedicado, laborioso, que soubesse "*dar conselhos e informações sobre a lavoura*" e, ao mesmo tempo, um homem instruído, que soubesse "*perfeitamente manejar a pena para exposição clara dos resultados alcançados*".⁷⁵ Jamais um cargo tão importante deveria ser ocupado por políticos ou homens de negócios. A Colônia do Mucuri não correspondia aos seus anseios e não fazia parte de seu temperamento fazer calar as apreensões. Portanto, cabia-lhe a tarefa de levar Ottoni ao "pelourinho da opinião pública", e assim o fez.

3 - 1860: o desdobramento do "caso Mucuri"

Significativo para se compreender o desdobramento e as implicações do "caso Mucuri" para o político Theophilo Benedicto Ottoni foi o seu Relatório aos Acionistas da Companhia de maio de 1860. Neste foi possível perceber o Diretor ressentido e até mesmo inconformado com a perda do apoio do Governo Imperial ao empreendimento. Ao mesmo tempo que informava aos sócios os acontecimentos, procurava justificar o atraso do relatório e elucidar as causas da "crise" em que se encontrava imersa a empresa. São palavras de acusação aos culpados, mas que também esclarecem as intrigas políticas que enfrentava em 1860, criadas por adversários integrados ao novo Ministério Ferraz:

Em crise como se achava a companhia a discussão e a publicidade só podião ser prejudiciaes. Por isso, de acordo com o nosso digno presidente, o Exm. Delegado do governo de Minas, espacei a vossa reunião. Esperava até os ultimos momentos poder annunciar-vos ter encontrado justiça no governo imperial. Enganava-me! E hoje dolorosamente affectado venho trazer-vos desanimadoras communicações. A protecção do governo imperial, sob cujos auspicios a companhia tem caminhado, foi-nos completamente retirada. Nossas colonias foram anarchisadas por agentes da repartição geral das terras publicas e pelos colonos da associação Central de Colonização. E as concessões feitas pelo corpo legislativo, quaes tinhão sido solenemente reconhecidas no tempo do

⁷⁵ AVÉ LALLEMANT, R. **Viagens pelas províncias do Rio Grande do Sul** BH: Ed. Itatiaia/EDUSP, 1980.

ministerio Abaeté, de quem tinham recebido principio de execução, forão completamente annulladas pelo Exm. Sr. conselheiro Angelo Moniz da Silva Ferraz.⁷⁶

Da justificativa foi possível levantar duas situações constrangedoras e prejudiciais a sua consolidada imagem de homem público. A primeira, dizia respeito ao empréstimo de 1.200\$000 réis, que havia sido aprovado tanto na Câmara como no Senado, e que teria sido embargado e anulado pelo Ministério de Ferraz que, segundo Ottoni, estava influenciado pela "questão Lallemand". A segunda, decorria dos problemas propriamente ditos da colonização, como resultado do "abandono" do governo ao projeto de colonização no Mucuri, pois o capital da empresa se esgotara e se fizera inevitável a paralisação dos trabalhos. Enfim, eram situações embaraçosas para um empresário visto como competente e que poderiam deflagrar o fracasso do empreendimento e, como consequência, também macular suas qualidades de político.

Ottoni não se conformava com a situação e, como diretor da empresa, tomou a si a tarefa de pormenorizar os fatos, apresentando aos acionistas a sua versão sobre seu comprometimento com aqueles problemas. Rememorou-lhes detalhadamente todo o desfecho do empréstimo de 1.200\$000 réis ocorrido no Rio de Janeiro (mais uma vez evidenciando os arranjos políticos na esfera dos negócios). Confessou-lhes a sua "inocente" confiança no governo imperial, quando partiu da Corte para Minas acreditando que já poderia contar com tal quantia no caixa da empresa:

Nesse espírito, apenas cheguei ao Mucury expedi circulars para o interior, convocando a diversos empreiteiros para em outubro comparecerem com trabalhadores em Philadelphia... Encantado com estas maravilhas que se desenvolvião a meus olhos, eu afiançei aos habitantes da Capellinha, bem como aos de Minas Novas e da Piedade, que nesse anno de 1860 lá terião as fazendas que importão do Rio de Janeiro, em carros não interrompidamente...⁷⁷

Entusiasmos, promessas e compromissos foram desfeitos com a mudança ministerial que se processara no Rio de Janeiro poucos dias antes da partida de Ottoni, que "inocentemente"

⁷⁶ **Relatório apresentado Aos Acionistas da Companhia do Mucury no dia 10 de Maio de 1860 pelo Diretor da Companhia Theophilo Benedicto Ottoni.** Rio de Janeiro, Typ. do Correio Mercantil, 1860, p. 3. Fonte: Arquivo Público Mineiro.

⁷⁷ Idem, ibidem, pp.6-7.

acreditava estar com direitos já garantidos. Porém, momentos depois, reconheceu o erro de não ter percebido o perigo que rondava:

No entanto a nomeação dos novos ministros não devia tranquillizar-me. Eu via com pesar posta à margem na organização do ministério toda a sombra de influencia da provincia de Minas, e assim, não havendo no gabinete ministro que representasse os interesses mineiros, eu devia prever tempestades contra a companhia do Mucury.⁷⁸

Sublinhou o perfil do legalista que errara descansando na "boa fé dos contratos" quando nem havia escritura assinada. O Ministério de 10 de agosto suspendera o empréstimo de 1.200\$000 réis, alegando falta de clareza ou entendimento do decreto, que fora redigido na Câmara dos Deputados e aprovado no Senado. Na verdade, Ferraz contestava os privilégios que o contrato resguardava à empresa e propunha a cessão dos mesmos, o que Ottoni contestava, argumentando que:

Mas se, abertas as estradas de que depende a companhia para começar a funcionar regularmente, não pudessemos lançar os direitos de barreiras consagrados nos privilegios provinciaes que temos, se cessasse o exclusivo da navegação do rio e pudesse qualquer fazer concorrência á companhia, que vantagens ficariam á mesma companhia de receber agora 1.200.000\$ para os ir empregar em uma empresa que deixa de ser sua pela cessão dos privilegios? E o que é que indemnizaria de seu capital primitivo despendido há tantos annos e de que a companhia nem o juro tem recebido? ⁷⁹

Não foram convincentes os argumentos do empresário, que acabou por ceder à pressão do governo, apresentando a Ferraz uma contra-proposta em que ampliava o círculo dos privilégios dos quais a Companhia abria mão, modificando, assim, o contrato anterior. No primeiro, ficara estipulado que a Companhia levantaria "*o capital emittindo obrigações no Império*" e, no segundo (porque Ferraz havia "achado melhor"), o governo determinava que o empréstimo fosse levantado no exterior. Mas para a surpresa de Ottoni, ao ler o novo documento, percebeu que as modificações se estenderam a outras cláusulas sem o seu consentimento, a exemplo, na minuta que o Ministro da Fazenda formulara (Art.1º do contrato), em vez de "*um capital adicional com*

⁷⁸ Idem, ibidem, p. 7. O Diretor se refere ao Gabinete conservador de 10 de Agosto de 1860, chefiado por Ângelo Muniz da Silva Ferraz, que no sentido de conter a crise financeira e o avanço das empresas privadas, implementou medidas que restringiram créditos e que centralizaram as relações financeiras nas mãos do Estado, a chamada "Lei Ferraz". Com estas mudanças, o empresário mineiro não pode receber o empréstimo concedido pela política de crédito baseada na livre concorrência do Gabinete liberal de Olinda-Souza Campos. Este assunto será abordado no IV Cap. deste trabalho.

⁷⁹ Idem, ibidem, p.8.

*garantia de juros, á semelhança do da estrada de ferro de D. Pedro II", encontrou somente "a concessão de um empréstimo, cujos juros e amortização devia a companhia pagar (no contrato anterior, o governo pagaria), quer tivesse renda ou não, sujeitando-se mesmo a juros dobrados sempre que não fosse pontual no pagamento."*⁸⁰ Tal modificação nos favores concedidos à empresa foram cruciais naquelas circunstâncias. Revoltado, deixou ali o seu desabafo contra aquele que "violando a fé dos contratos e sophismando as leis", tantos danos causava à Companhia e, ao mesmo tempo, apresentava a cobrança de um direito adquirido:

O dinheiro que está no thesouro pertence á companhia tanto como o das entradas que fizerão os accionistas, e é por uma escandalosa prepotencia que estamos privados do que é nosso. Dos prejuizos, perdas e damnos que estamos soffrendo e responsável é o o Exm. Sr. conselheiro Angelo Moniz da Silva Ferraz, que das alturas do seu poder escarnece do nosso bom direito.⁸¹

As contendas de Ottoni com o Ministro da Fazenda, Ferraz, aparecem também neste relatório de 1860, quando comenta a frustada visita do Imperador ao Mucuri, da qual pretendia tirar "honra e proveito". Mais uma vez a responsabilidade recai sobre Ferraz, que estava na comitiva imperial, pois Ottoni o acusou de ter influenciado o Imperador a não desembarcar ali.⁸² Na realidade, como veremos mais adiante, sua indisposição com o Ministro transcendia os problemas do "caso Mucuri". Desde 1859, quando fora organizado o Gabinete de 10 de agosto, a situação era dos conservadores. O ministro Ferraz havia em sua gestão na pasta da Fazenda daquele Gabinete, implementado reformas na política financeira que vieram contrariar os interesses dos homens de negócios, pois estas tinham como objetivo o cerceamento e a fiscalização dos lucros das companhias anônimas e das casas bancárias. Tais medidas foram vistas como um atentado contra a liberdade que a indústria e o comércio até então tinham alcançado, além de um entrave para o progresso do país.⁸³

Lembrava o Diretor aos acionistas que a anulação deste empréstimo prendia-se também à "questão Lallemand". Portanto, seria importante prestar-lhes alguns esclarecimentos sobre os

⁸⁰ Idem, *ibidem*, p.10-11.

⁸¹ Idem, *ibidem*, p.8.

⁸² Idem, *ibidem*, p.10 e 17. Na documentação estudada não encontrei detalhes sobre esta "visita frustada" do Imperador. Todos os comentários repetem o relato de Ottoni na *Circular* de 1860.

⁸³ NABUCO, J. **Ob. Cit.**, p.406-407.

problemas da colonização. Os relatos e as informações que apresentou sobre a sua administração das colônias são os mesmos expostos em outros textos comentados anteriormente. O médico Avé Lallemand é (re)apresentado como o explícito inimigo da empresa, um viajante em "missão misteriosa", subvencionado pela Repartição Geral de Terras Públicas, que ali chegara em nome do Governo para seduzir colonos com promessas de terras no Rio Grande do Sul e, também, espalhando o boato de que a Companhia estava falida e que o empréstimo de 1.200\$000 não lhe seria concedido. Enfim, mais uma vez certificava que o viajante nada mais fizera do que plantar a discórdia nas Colônias do Mucuri e incentivara os imigrantes a se revoltarem contra a Companhia.

No entanto, uma leitura mais cuidadosa permitiu perceber que na retaguarda deste inimigo declarado, existia um outro que o empresário mineiro não simpatizava, qual seja, a Repartição Geral de Terras Públicas do Governo Imperial⁸⁴, que em vários momentos de seu relatório é apontado como um dos culpados pelo fracasso da colonização: "*As colônias do Mucury, que*

⁸⁴ As análises de Carvalho sobre a política de terras do Governo Imperial, tendo como ponto central a chamada "lei de 1850", parece-me significativa para tentar compreender a "antipatia" e a culpa que Ottoni imputava a esta instituição. Este estudo permitiu ao Autor elucidar as conflituosas relações entre governo e proprietários rurais. Ao mesmo tempo, sublinha a debilidade e a incapacidade do governo central, que não teve domínio sobre a classe proprietária, que não respeitava a "lei de terras" e nem a repartição encarregada de executar as mesmas. Historiando o percurso da "lei de 1850" enquanto projeto que tramitava pela Câmara e pelo Senado, Carvalho comenta que esta foi apresentada como projeto ao Senado em outubro de 1843 e só saiu de lá em 1850, com os conservadores no poder. Ao seu ver a "lei de 1850", tinha em si um caráter de "modernização conservadora". A proposta era que os proprietários deveriam pagar o imposto territorial (projeto de Bernardo de Vasconcelos) e se responsabilizar pelos custos de importação de mão-de-obra livre. Por terem interesses dissonantes, os grupos de proprietários não concordaram. Não se opuseram de pronto, pois reconheciam a finalidade econômica da lei e com ela concordavam, além de serem favoráveis à política de tentar atrair braços livres. Não concordavam com os meios para alcançá-la e como também não pretendiam arcar com os custos de tal política, sobretudo no que se referia aos impostos e à perda da propriedade, caso fossem lesados por maus pagadores. Em Minas, os posseiros (em grande número) apresentaram objeções e resistências, alegando entre outras, a ofensa do "direito de propriedade" e denunciaram o "caráter comunista" da medida. O projeto foi aprovado na Câmara e se tornou a Lei 601 de 18 de setembro de 1850 (Lei de Terras), que estabelecia a venda da terra, criava comissários especiais para extremar as terras públicas e previa a criação de uma Repartição Geral de Terras Públicas, que somente foi criada em 1854. A mesma possuía delegacias em algumas províncias, mas, frente às resistências dos proprietários e às dificuldades para executar sua missão (fazer cumprir a lei), acabou sendo extinta em 1861. (CARVALHO. *Ob. Cit.*, pp. 303-325).

*tantos sacrifícios teem-me custado e á companhia, foram anarchisadas e despovoadas pela repartição geral das terras publicas, creada para proteger a colonisação".*⁸⁵

O médico Avé Lallemand, o comissário Lachmund (que fora enviado ao Mucuri após as denúncias) e todos os demais estrangeiros que estavam subvencionados pela Repartição Geral de Terras Públicas foram vistos por Ottoni como compactuados em um mesmo propósito, o de descaracterizar a colonização no Brasil. Sentindo-se vítima, verberava a sua crítica e o seu alerta ao Governo Imperial, que confiava uma missão tão importante a estrangeiros:

É preciso que alguém tenha coragem de rasgar o véo que encobre os escandalos que se teem dado a pretexto da colonização. Faça esse importante serviço ao paiz quem tem o direito de fiscalisar como se tem evaporado as enormes sommas que por esta o thesouro tem despendido. Por minha parte, não me admiro de ver tantos fogos cruzados contra a colonisação do Mucury. É porque, graças a Deus, não pertenço a tal maçonaria.⁸⁶

Ottoni buscava neutralizar as denúncias de Lallemand, apresentando, mais uma vez a seu favor, o relatório de Machado Nunes, a quem atribui um “espírito moderado” e “maneiras amenas”, um “verdadeiro e honrado brasileiro”. Acreditava, assim, estar desmascarando as “mentiras” publicadas no “romance do doutor”. Entretanto, acredito que, naquele momento, o Diretor percebeu que era preciso (para o seu bem, caso a empresa entrasse em liquidação) expor no relatório as repercussões daquela “tempestade encomendada”. Não tentou camuflar a situação como de costume, mas, estrategicamente, foi apresentando-a de modo a mostrar o quanto fora nocivo o “caso do Mucuri” para o andamento do empreendimento, interrompendo o progresso que ali andava a passos largos. Os colonos não mais se sentiam seguros, mandando continuamente ao Rio de Janeiro comissários escolhidos entre eles para consultarem os cônsules e fazerem queixas ao governo. Isto porque haviam sido informados de que estariam abandonados, devido ao fato de a Companhia não ter conseguido introduzir o número trabalhadores europeus conforme o estipulado no contrato.

Tanto as queixas do Diretor como as dos imigrantes das Colônias do Mucuri parece que faziam parte de um descontentamento geral de fazendeiros que optaram pela colonização

⁸⁵ Relatório apresentado Aos Acionistas da Companhia do Mucury de 1860, p. 20.

⁸⁶ Idem, ibidem, p.25.

européia em suas propriedades e de europeus que viviam momentos de desencanto e insegurança. Nos jornais da época não são poucos os artigos que retratam esta situação. Os empresários criticavam o modelo de colonização efetivado pelo governo que, se vendo acuado pela insistência da “opinião pública”, havia resolvido sair da morosidade com que vinha encaminhando a questão da busca de trabalhadores que pudessem no futuro substituir os escravos na lavoura. Artigos publicados na imprensa reclamavam da “indolência natural” dos ministros e elogiavam os “fazendeiros ilustrados” que trabalhavam por si e conseguiam sucesso em seus empreendimentos sem a ajuda do governo. A exemplo, um destes textos cita a *Colônia Independência*, prosperidade do Sr. Nicolau Nogueira da Gama. Ali, “a acertada direção do fazendeiro, a doçura com que eram tratados (os colonos), a lealdade nas relações entre o empresario e seus colonos, prometião a esse estabelecimento o mais lisongeiro futuro”. Estes empresários se sentiam prejudicados com o governo que, para eles, havia descoberto “um meio fácil e seguro de ter bons colonos sem muita fadiga” para suas colônias. Tal meio consistia em oferecer aos imigrantes terras gratuitas e outros favores, disposição que colocava em desvantagem os empreendimentos de colonização realizados por particulares. Esta resolução trouxera conseqüências arrasadoras para os negócios dos “fazendeiros de boa fé”.

Apesar da medida contemplar apenas os colonos que chegassem da Europa, boatos foram veiculados disseminando inseguranças e despertando o “desejo de posse” daqueles já estabelecidos no país, que, por sua vez, não hesitaram em abandonar as colônias. O proprietário da próspera *Colônia Independência* informava ainda que mais de cinquenta famílias debandaram-se, porque acreditavam que o governo lhes oferecia gratuitamente terras e muitas outras recompensas. Afirmavam os fazendeiros que o governo, assim agindo, fazia com que o colono esquecesse de suas obrigações, o que levava à deserção. Ao empresário, ficava o medo do fracasso e a injúria: “O que acabamos de expor deixa ver qual o futuro que o governo reserva como recompensa aos que empregaram seu dinheiro, tempo e esforços em colonização por conta própria”. Aventaram até mesmo a possibilidade de um plano arquitetado pelo governo para destruir a colonização de parceria: “A destruição da colônia do Mucury... a guerra à da

*Independência e outras... Não terá por fim acabar com todos os núcleos particulares de colonização".*⁸⁷

No entanto, reclamava Ottoni, o que fizera o Governo frente a esta situação? Deu-lhe as costas. O Ministro Ferraz indeferiu sua súplica e tirou-lhe os meios de continuar a colonização. Por outro lado, a Associação Central de Colonização, tendo como agente um "comparsa" de Lallemant, articulava de todos os modos para prejudicá-lo e também a Companhia do Mucuri, disseminando, entre os colonos que chegavam à Corte, a má fama das suas colônias. Estes boatos e acusações estendiam-se até mesmo na Europa, como lhe informou um agente consular que viajara com Lallemant:

Devo preveni-lo que veio neste paquete um certo Dr. Lallemant, que se dirige a Lubeck, seu paiz natal, e que se dispõe a publicar o 2º volume de um trabalho sobre o Brasil, em que se occupa particularmente de colonisação. Elle se mostra exasperado contra tudo o que viu no Brasil, e principalmente da maneira infame porque, diz elle, são tratados os desgraçados colonos do Mucury. Diz mais que a familia Ottoni vive á custa delles, e que, apesar do que elle, Dr. Lallemant, disse ao Imperador, não hesitou este em sancconar a resolução das camaras concedendo um empréstimo ao Ottoni, porque o Imperador tem medo deste republicano, e no entretanto não ve que elle fortifica o Mucury, que no caso de uma revolução em Minas Geraes, o governo alli encontraria uma fortaleza e o quartel-geral da demagogia...⁸⁸

Percebe-se neste texto de Ottoni ressentimentos e queixas. As negativas do Governo Imperial muito o atingiram e não se resignou em ver seu empreendimento ser preterido ou tratado de uma forma diferenciada dos demais. Buscou outros contratos de empréstimos semelhantes, realizados entre outras empresas e o governo - a exemplo, a Companhia de Estrada de Ferro D. Pedro II - para mostrar seus direitos. Apontou colônias tidas como "modelo" (pela Repartição Geral de Terras Públicas) mas que, na verdade, se mantinham às custas do tesouro nacional. Contrastou esta situação apresentando o sucesso dos resultados alcançados até então pela

⁸⁷ O Governo e a Colonização. **Correio Mercantil**. Rio de Janeiro. Anno XVII, 31 de outubro de 1860. Fonte: Biblioteca Nacional

⁸⁸ Relatório apresentado Aos Acionistas da Companhia do Mucury de 1860, p. 28.

Companhia⁸⁹ e problematizou: "*Será este contraste um dos motivos do desfavor em que cahiu a companhia do Mucury?*"⁹⁰

Finalizou as informações sobre a colonização apresentando aos acionistas suas próprias justificativas para a situação difícil que enfrentava naquele ano de 1860. Externou-lhes o comprometimento em lutar em prol da empresa, ratificou a honestidade, o desprendimento e o comprometimento com seus princípios de sempre no enfrentamento dos ventos fortes advindos daquela "tempestade" que lhe fora "encomendada":

Nestes ultimos annos aprendi a subir as escadas dos ministros, e não me esquivei á triste posição de pretendente. Centos de vezes contei os numerosos degrãos que levão ás aguas furtadas onde funciona a rainha das terras públicas. Eu, que há mais de vinte annos tinha pertencido á política militante, entricherei-me no castello de abstenção, para que dissidencias de partido não prejudicassem a empresa do Mucury. E, se ultimamente solicitei de meus comprovincianos uma posição política, ainda fi-lo em nome dos serviços que acredito ter prestado á provincia, devassando com estradas e colonias as matas do Mucury...⁹¹

Aqui está o sentido da "abstenção" de Ottoni, aderir à política de Conciliação, não se envolver diretamente com nenhum partido, por tornar-se um pretendente dos recursos do governo. Eis o sentido de sua "abstinência". E a perda deste estatuto colocava a necessidade de se (re)afirmar e retomar o perfil do liberal que ficava no passado. Em 1860, uma vez perdido o lugar próximo do poder, precisava recuperar o apoio político.

⁸⁹ Este foi o quadro que apresentou: "*Cumprre reconhecer que o resultado é lisonjeiro para a administração da companhia. Não o teríamos conseguido sem o valioso auxilio e coadjuvação do nosso agente em Philafelphia, meu irmão, o Sr. Augusto Benedicto Ottoni, cuja dedicação sem limites ao triumpho da nossa empreza o fez esquecer, não só os seus interesses, como a sua saude, que se arruinou no serviço da companhia. Probidade á parte, com um agente menos activo e menos providente a nossa conta de colonisação se elevaria a centos de contos de reis. Nos últimos annos os mantimentos encarecerão, como já vos disse; mas quando os negociantes e os novos posseiros compravão farinha a 24\$, e feijão e arroz a 30\$ e a mais, os colonos recebem no armazem farinha e feijão de 4\$ a 5\$, e os chins comião arroz de 2\$500 a 3\$, porque a nunca desmentida providencia e zelo do agente da companhia se havia acautelado contra a carestia, comprando grandes porções de mantimentos no tempo da colheita". (Idem, ibidem, p.29)*

⁹⁰ Idem, ibidem, p.30.

⁹¹ Idem, ibidem, p.31.

Entretanto, neste afã de mostrar que continuava sendo o mesmo homem de sempre, encontramos uma mudança, uma conscientização de que já não era mais possível manter a onipotência no Mucuri e que o momento aconselhava uma separação entre política e negócios. Para preservar-se das crises, o Diretor propôs então, uma reforma administrativa que dividiria a condução da empresa em dois cargos: direção e gerência:

Se attenderdes ás nossas condições organicas, reconhecereis que outra não era a minha obrigação em relação á companhia senão a direcção e inspecção suprema da empresa... As difficuldades que apparecêrão, além das primitivas previsões, e a confiança talvez errada que eu tinha na propria energia me levárão a tomar sobre mim, não só a suprema direcção e inspecção, como a gerencia e a administração nos seus menores detalhes. Bem que se tirem á companhia os recursos para poderem apparecer mais cedo os resultados práticos, tenho o desvanecimento de haver feito o que muitos não conseguirião. Mas meus interesses particulares, abandonados há oito annos para só cuidar no triumpho da empresa do Mucury, não podem mais tempo dispensar minha séria attenção... Hoje tenho de supplicar-vos que antecipeis aquella época (a comissão havia decidido anteriormente por efetuar uma reforma nos estatutos da empresa, logo após a efetivação do empréstimo de 1.200.000\$), organisando regularmente a companhia e deixando á direcção sómente aquelle arbitrio que possa ser justificavel. Pela minha parte, se julgardes que minha experiencia póde se necessaria, estou prompto para fazer parte da suprema direcção da companhia, ficando a cargo de um ou mais agentes assalariados a execução e gerencia.⁹²

* * *

Retomando a discussão apresentada no início deste texto sobre as fronteiras entre a história, a autobiografia e a contextualização da *Circular*, procurei demonstrar, a partir da pesquisa em fontes primárias, como este documento emergiu com uma função específica de cunho político e como os momentos de crise vivenciados por Ottoni, nele foram ocultados pela linearidade e coerência de sua narrativa. O ano de 1860 sinalizava-lhe perigos: a perda de seu grande empreendimento econômico – O Mucuri – e com ele a popularidade que amealhara nas primeiras décadas de sua carreira política. Portanto, era preciso comprovar a figura do liberal e do patriota de sempre, de forma a retornar ao Parlamento para defender sua reputação e os interesses de sua empresa. Por isso Ottoni recorreu à história e fez dela testemunha de defesa e argumento político, comprovadora de um percurso sem lacunas ou contradições. As experiências de sua vida foram sendo submetidas a uma lógica discursiva que enfatiza a sucessão e a vinculação entre

acontecimentos, produzindo uma unidade coerente que procurou encobrir os "vazios de memória". Apesar de todos e de tudo, continuara sendo sempre o mesmo Ottoni.

Os estudiosos da memória têm mostrado o caráter mutável e polissêmico da memória. Ela é (re)atualizável a cada momento. Uma leitura mais cuidadosa da *Circular* à luz dos acontecimentos de 1860, que sinalizaram riscos para Ottoni, permitiu-me perceber na clareza de suas coerências, sombras que foram delineando as contradições, incoerências e silêncios que procurei evidenciar com a documentação de época. O desvelamento de sua intencionalidade (camuflada em lições de patriotismo) revelou o quanto a autobiografia é um documento que carrega em seu âmago paixões, interesses pessoais, ambigüidades e contradições.

Além destas tênues relações entre rememorar ou recriar o passado com a experiência do presente, fica latente para os historiadores as inquietantes questões sobre a subjetividade do gênero autobiográfico: a (re)criação de um passado será busca de identidade? Ou será medo do esquecimento? Ou um envolvimento útil para a política? No caso de Ottoni, por que em 1860 corrigiu o seu passado? Queria ele apenas criar uma identidade para o futuro ou pretendia provar seu liberalismo autêntico, obscurecido pelo comprometimento, por vários anos, com a política do Marquês de Paraná, a *Conciliação*? De imediato, Ottoni pretendia defender-se frente ao escândalo do Mucuri e ganhar as eleições, sobretudo esta, na qual deveria enfrentar um novo colégio eleitoral criado pela nova regulamentação dos círculos estabelecida pela legislação de Ferraz. Por esta razão Ottoni precisava demonstrar-se o "impossível", popular e bem sucedido liberal do passado. Dessa contingência nascera a *Circular*.

Entretanto, até aqui tocamos apenas algumas das questões imbricadas no projeto do Mucuri. Há muito mais a conhecer sobre este empreendimento que foi abordado rapidamente por Ottoni no texto da *Circular*. É disto que vamos tratar nos próximos capítulos.

⁹² Idem, *ibidem*, p.39.

IV CAPÍTULO

Política e negócios: o projeto de colonização de Theophilo Ottoni.

Se o século XIX não correspondia o planejamento estatal e a intervenção, se o problema era colonizar, por que não tentar a solução liberal, da iniciativa particular? Eis o que procurou fazer Teófilo Ottoni com a sua Companhia do Mucuri.¹

1 – “Abstinência política” e negócios.

Assim Ottoni explicava sua “retirada” do cenário político em 1848 e seu ingresso em outra empreitada muito “mais afinada” com os seus princípios naquele momento:

Afastado da política, procurei outro terreno, em que pudesse ser útil ao meu paiz...Uma idéa grandiosa me havia assaltado o espirito... tratava-se de abrir facil sahida para o oceano a mais de 200.000 mineiros. Tratava-se de lhes proporcionar terrenos fertilissimos e tão vastos que em poucos annos poderião vender ao estrangeiro tantos milhões de arrobas de café como no valle do Parahyba. Tratava-se de absorver a princeza dos Abrolhos na pátria de Tiradentes – crear um magnifico porto de mar para a briosa província de Minas. E, se não devesse Minas continuar peça inteiriça, e nova estrella se houvesse de destacar da constellação mineira e promogenita de Cabral, tratava-se de abrilhanta-la de modo que, ao apparecer entre as demais irmãs, não desmentisse a sua nobre linhagem.²

Chama a atenção do leitor como o político liberal destaca seu projeto empresarial como uma experiência de grande importância, conforme se pode perceber no segmento acima apresentado e, ao mesmo tempo, ao contar sua história na *Circular*, dedica-lhe tão pouco espaço - apenas 8 das de 253 páginas do texto. A parcimônia do espaço chama atenção também quando

¹ TORRES, Camilo de O. **História de Minas Gerais**. Belo Horizonte: Difusão Pan-Americana do Livro, IVº vol. 1961, p. 992.

² OTTONI, T.B. *Circular dedicada aos srs. Eleitores de senadores pela província de Minas Gerais*. 2ª ed. **Revista do IHGB**. Tomo LXXVIII (2ª. Parte). Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1916, p. 229.

percebemos que em outros escritos anteriores – cartas, relatórios, artigos de jornais³ - tratou de forma bastante detalhada os episódios relativos ao empreendimento. Entretanto, a “economia de informações” presente na *Circular*, assim como não esclareceu suficientemente os contemporâneos de Ottoni também não satisfaz o leitor mais cuidadoso. Dizendo pouco mas, expressando o suficiente, o texto deixou dúvidas e entradas para que fosse interpretado e interpelado de inúmeras maneiras.

O XII capítulo da *Circular* – “*Abstinência política – Mucury*” – tornou-se o mais valorizado do livro por alguns dos biógrafos do político liberal. A leitura mais corriqueira deste capítulo foi a de que a “retirada da política” do personagem significou um ato de patriotismo, a alternativa possível para o “político liberal mineiro” resguardar seus princípios em um ambiente dominado pelos adversários políticos, os conservadores. É deste breve relato que emergiram as figuras do “empreendedor”, do “progressista”, do “patriótico”, do “bandeirante moderno”; enfim, o “precursor da república”. Vale dizer que o leitor atento, ao adentrar neste trecho, perceberá que a auto imagem do autor – o político liberal comprometido com as suas idéias e com o progresso da nação - já fora construída nos capítulos anteriores. Possivelmente, Ottoni já se sentia seguro e dispensado de oferecer maiores detalhes. Tanto que iniciou o relato sobre sua “abstinência política” informando que não era sua pretensão narrar ali a história dos anos que passara no Mucuri, mas apenas reafirmar que, mesmo afastado da política, continuava o mesmo liberal:

Desejo somente tornar bem claro que em todo esse longo período guardei sempre o pundonor da coherencia, permanecendo fiel ao symbolo que articulei no jornalismo em 1831, e que professei imperterrito na tribuna da assembléa provincial da nossa província, na camara dos deputados e no banco de réo perante o jury de Marianna.⁴

A retrospectiva que apresentamos no III Capítulo deste trabalho sobre os acontecimentos vividos pelo biografado em 1860, aponta para questões mais contundentes do que apenas a afirmação da coerência do personagem. Esta idéia ganha projeção quando se observa a insistência

³ Relatórios apresentados aos Acionistas da Companhia do Mucuri nos anos de 1857, 1859 e 1860; Artigos e notícias sobre a Companhia publicados em jornais do Rio de Janeiro para divulgar o empreendimento, cartas enviadas e recebidas de autoridades da região, publicadas em jornais e, em especial e o seu texto. *A Colonização do Mucury* (1859).

⁴ OTTONI, T.B. *Circular*, 1860, p.225.

de Ottoni, no ano de 1859, em dar explicações – nos relatórios da Companhia e nos jornais - para o fracasso da empresa e em designar explicitamente um culpado, no caso o conservador Ministro da Fazenda e chefe do Gabinete, Ângelo Muniz Ferraz⁵, um antigo adversário político. Ao ficar centrado nestes argumentos restritos – porém reveladores de desafetos e embates políticos – e abster-se de contar a experiência vivida, Ottoni possibilitou aos biógrafos - especialmente os teofilenses, que enfocaram mais esta fase de sua trajetória-, informações para preservar sua imagem pública e para atribuir-lhe identidades convenientes aos propósitos de cada um dos autores: “o liberal democrata”, “o bandeirante moderno”, “o republicano”. E, ao mesmo tempo, franqueou a estes biógrafos a oportunidade de (re)contar os detalhes positivos para o personagem da “história do Mucuri”.

Dessa forma, Carlos Honório, um defensor da República, ressaltou o caráter político do projeto, pois considerou que o progresso no nordeste mineiro fora resultado da intervenção do político liberal que, em 1850, em virtude da ascensão dos conservadores, encontrava-se desanimado e descrente com a situação da política parlamentar imposta desde 1848, “ferido de desgosto pela direção dada à causa pública”. Daí, norteado por outros ideais mais condizentes com seus princípios, lançou-se no projeto da Companhia do Mucuri, *“obra de previsão e patriotismo, cujo objectivo era: rasgar a matta espessa, chamar á civilização os índios bravios, povoar, colonizar: fundar uma cidade livre no nordeste de Minas, dar-lhe um porto de sahida, facilitando as comunicações para o littoral”*.⁶

⁵ Ângelo Muniz da Silva Ferraz (Barão de Uruguaiana), logo após concluir, em 1834, o curso de ciências sociais e jurídicas, foi nomeado promotor público da capital de sua província (Bahia) e, em seguida, recebeu o cargo de juiz de Direito. Foi eleito várias vezes deputado provincial. Entre 1842 e 1848, ocupou cadeira na Câmara temporária, sendo que neste último ano, foi também inspetor da Alfândega da Corte. Destacou-se como “um dos mais inteligentes eruditos e ativos estadistas” de seu tempo, conhecido e respeitado como um exímio orador que dirigia à oposição – “a patrulha” - acirrados ataques. Em 1857 foi eleito senador do Império. No Gabinete conservador de 10 de agosto de 1859 gerenciou a pasta da Fazenda, destacando-se pelas reformas financeiras e regulamentação dos impostos e tarifas alfandegárias que conseguiu implementar. No Ministério de Olinda, em 1865, foi ministro da Guerra e, em 1866, novamente ocupou a mesma pasta na nova organização ministerial de Zacarias. (BLAKE, A V. A. Sacramento. **Diccionario Bibliographico Brasileiro**. RJ: Typ. Nacional. 1883, pp.87-88)

⁶ OTTONI, Carlos Honório Benedicto. **Á memória de Theófilo Benedicto Ottoni (1807 - 1907)**. Belo Horizonte: Imprensa Official do Estado de Minas Gerais, 1907, p.25.

Outra explicação para a “retirada” do parlamentar da seara política foi apresentada por Olbiano de Melo⁷, que o concebeu como um “republicano por índole e convicção”. Afastando-se de uma interpretação de conotação meramente política, porém sem abandoná-la de todo, destacou seu sentido econômico. Ottoni fora o defensor da empresa e da livre iniciativa no Brasil, o pioneiro do desenvolvimento econômico, mas fora injustiçado e esquecido pela história, que lembrou apenas de Mauá. Por acreditar que a integração econômica do país era o único e o verdadeiro caminho para garantir a soberania política, abdicara de todos os sucessos até então alcançados para levar o progresso ao sertão:

Faria nascer nas selvas do Vale do Mucuri um grande centro de civilização. *Para tanto afasta-se da política* e põe todo o prestígio de seu nome e a magnífica posição financeira da firma Otoni & Cia a serviço do desbravamento e da colonização do Mucuri, até então região habitada somente por bugres selvagens, feras, serpentes e mosquitos.⁸ (grifos meus)

Ao analisar este período da vida do biografado, Melo chegou à conclusão de que estava diante da “história se repetindo”. Ottoni continuava o “impossível” de sempre, o mesmo homem que incomodava o governo. O episódio do Mucuri e o “afastamento” da política seriam a repetição de momentos anteriores de sua vida. Os inimigos de 1848 acreditavam que ficariam livres de suas objeções. Por isso entendeu que a aprovação deste projeto pela Câmara e pelo governo, acontecera não porque o seu idealizador fosse um político de prestígio ou um homem de negócios bem sucedido e com trânsito junto a figuras influentes, mas porque os adversários o queriam ver longe do Rio de Janeiro:

Repetia-se em outros termos o episódio da mocidade, quando Ottoni, entre seguir forçado para a África ou o baixo Amazonas e continuar no cenário político nacional, abandonou a Marinha. Viram na sua ida para as matas do Mucuri o seu fim e nisto estava o motivo por que apressadamente o Governo legalizou sua iniciativa. Ele próprio confessaria isso, alguns anos depois, da tribuna parlamentar.⁹

⁷ MELO, Olbiano de. **A Ação de Teófilo Benedito Otoni no cenário Político e Econômico do Império**. Edição do Instituto Brasileiro de Pesquisas Econômicas. São Paulo: 1958.

⁸ Idem, *ibidem*, p.41.

⁹ Idem, *ibidem*. O biógrafo referia-se à retaliação que Ottoni sofreu quando era estudante na Marinha e aprendia suas “primeiras lições do liberalismo” com o mestre Joaquim José Rodrigues Torres, o futuro Visconde de Itaboraí. A proximidade do discípulo com o mestre liberal caiu no desagrado do Governo que em represaria tratou de separá-los, baixando-lhe ordens de embarque para a costa da África ou para o

Diferentemente da postura de Ottoni na *Circular* os biógrafos se esmeraram em reconstituir esta etapa da vida do biografado. Dessa forma, tomaram para si a tarefa de interpretar e narrar os episódios ocorridos como se estes fossem decorrência da ação de um “indivíduo fora do comum”. Buscando circunstâncias específicas e a história clássica de Minas Gerais desde os primórdios da Colônia, desenharam o cenário; e, recorrendo à *Circular* e outros escritos laudatórios sobre o personagem, (re)construíram a identidade do herói e a trajetória daquele evento, tornando-o uma epopéia. Palavras e feitos foram valorizados e repetidos fora de seus contextos originais e interpretados à luz de tempos diferenciados. Desta forma, estas narrativas apresentaram Ottoni como um “indivíduo além de seu tempo” e interpretaram sua ação empresarial como um “trabalho de Hércules”.

No entanto, apesar de tantos detalhes apresentados nestes textos sobre a experiência do Mucuri, os silêncios da *Circular* permaneceram intocados. Não foi possível perceber respostas a questões fundamentais como: por que foi possível “nascer a idéia” de ir para o nordeste de Minas? Estariam apenas os irmãos empresários – Theophilo Ottoni e Honório Ottoni - envolvidos neste projeto? Teriam recursos para implementá-lo? A situação política do país os favorecia? Ainda neste sentido, penso que um empreendimento deste porte (uma companhia de comércio, navegação, estradas terrestres, estradas de ferro e colonização), além de demandar grandes somas de capitais, deveria exigir, também, um longo tempo de estudo e preparação. Então, como poderia ter sido uma “súbita idéia” como disse Ottoni e repete a maioria dos autores que escreveram sobre o percurso deste personagem?

A ênfase com que os biógrafos relataram a aceitação do projeto no cenário político de 1848, não deixou de expor contradições, pois seus textos também afirmaram que este fora um ano em que o deputado liberal, por “não abdicar dos seus princípios”, mais sofrera contestações na Câmara. Portanto, outra dúvida surgiu: por que Ottoni, na época um político liberal que enfrentava tantas resistências, conseguiu ter o projeto “unanimamente” aprovado em uma conjuntura hostil, na qual dominavam os adversários de seu partido? Como e onde conseguiu tanto apoio para incorporar a Companhia se estava “afastado da política”? Enfim, um

baixo Amazonas. O aluno recebeu baixa do posto de guarda-marinha e vendo findar a sua sonhada carreira de ser engenheiro, retirou-se em 1829, para o Serro. (OTTONI, T. B. *Circular*, 1860, pp.63-64).

empreendimento que implicava desmembrar territórios pertencentes a províncias vizinhas proposto por um “político em abstinência política”, poderia ser viável naquela época? São questões que precisam ser averiguadas.

Apesar do período de 1844 a 1848 ser conhecido como um “quinquênio liberal”, os historiadores que se dedicam à história política do Brasil Império têm demonstrado que o ano de 1848, e mesmo os anteriores não foram completamente favoráveis aos liberais. Na verdade, os “luzias” enfrentavam há mais tempo uma situação desconfortável. Na Câmara padeciam no isolamento que acabou por culminar na defecção de muitos, dentre eles Ottoni. O período, foi também lembrado como sendo um tempo de “descaracterização política do poder central”, pois a “ação palaciana” dominava e anulava a vida partidária. A ação das bancadas raramente se dava de forma coesa em âmbito parlamentar, mas se processava nas “combinações de corredor”, que acabavam por favorecer a arbitrariedade do poder no ato de formar maiorias via entendimentos bilaterais e compromissos com grupos ou individuais.¹⁰

Em 1848 a situação se agravou sobretudo com a “Praieira”¹¹, revolta armada que surgiu em Pernambuco em defesa da liberdade e das autonomias locais, e que passou a ser interpretada como “o episódio brasileiro” do ciclo revolucionário de 1848. Estes acontecimentos contribuíram para que os conservadores, que encontravam-se no ostracismo desde o fim da Regência, se fixassem no poder. Ao Estado Imperial coube, através do Gabinete conservador de 29 de setembro, garantir a integridade e a manutenção do próprio Estado. Para isso foi preciso neutralizar os exaltados e promover a moderação do ímpeto revolucionário pois *“se a Revolução (e com ela a República e a Federação) havia sido detida, nada garantia que ‘o carro da revolução’ não tomasse ímpeto mais uma vez”*. A política adotada foi o reagrupamento de forças, *“conciliar (e mesmo ceder) no possível, para conservar o essencial”*. Neste jogo, além de medidas efetivas como o recurso às armas, à prática da corrupção e da fraude eleitoral, outras

¹⁰ CASTRO P.P. Política e Administração de 1840 a 1848. **História Geral da Civilização Brasileira. O Brasil Monárquico**. HOLANDA S. B. de (Org.). II, 2 Dispersão e Unidade. Difusão Européia do Livro, São Paulo, 1967.

¹¹ Para um estudo detalhado sobre a Revolução Praieira ver MARSON, Izabel A. **O Império do Progresso: a Revolução Praieira em Pernambuco (1842-1855)**. S P: Editora Brasiliense, 1987.

estratégias também foram necessárias, uma delas, a propaganda contra os exaltados, os liberais que haviam pegado em armas: “*tratava-se, fundamentalmente, de alijar os Pedro Ivo, Joaquim Nunes Machado, Teófilo Otoni ou mesmo o neo-radical Padre Feijó*”.¹²

Após os primeiros anos da Maioridade os liberais haviam enfrentado críticas e acusações por não assumirem a antiga posição de combate que tinham durante o período regencial e por não conseguirem realizar as reformas que propunham desde aqueles tempos. Em 1845 os liberais já estavam na fileira dos que não foram convidados para a festa:

...na primeira remodelação do gabinete (26 de maio de 1845), os chefes das bancadas luzia e praieira ficaram completamente à margem das combinações políticas e só puderam obter confirmação dos rumores vagos que corriam quanto à nova composição ministerial através do comunicado a respeito publicado no Jornal do Comércio.¹³

O isolamento político acentuar-se-ia sobremaneira em 1847. Alves Branco e Aureliano, após a demissão do liberal Holanda Cavalcanti, renovaram a aliança que fora a base do ministério de 2 de fevereiro de 1844, ministério que inaugurara “a situação liberal”, porém com o predomínio de Aureliano (líder da chamada *facção áulica*), que conseguira o apoio das representações do Rio de Janeiro, de São Paulo e de Pernambuco, dispensou a “bancada luzia”. A situação se tornou insuportável para os liberais e as defecções foram inevitáveis, foi “*quando os Otoni decidiram-se a acompanhar os praieiros*”.¹⁴

Todavia, há estudiosos que acentuam a força dos liberais ao longo daquele “quinquênio” e explicam sua retirada da cena política por outro viés. O ano de 1848, teria sido um momento crucial para o Império. Os “liberais exaltados” (dentre eles Ottoni) sinalizavam uma situação de perigo aos seus adversários, e eram vistos como os verdadeiros “inimigos dos conservadores” e não como políticos que estavam “acomodados” na Câmara. No poder há quase cinco anos, os membros daquele partido teriam montado “uma máquina administrativa provincial” que apontava

¹² LINHARES, M. Y. e SILVA, F.C. T. **História da Agricultura Brasileira: combates e controvérsias**. São Paulo: Brasiliense, 1981, p.27.

¹³ CASTRO, P.P. **Ob. Cit.**, 1967, p.527.

¹⁴ Idem, *ibidem*, p.531.

possibilidades de descentralização do poder. Por outro lado, os “tumultos de rua”, a agitação da imprensa liberal, o ativismo dos seus pares nas províncias, em especial os praieiros de Recife e a incapacidade de realizar reformas urgentes, teriam provocado nos conservadores o medo de reformas que possibilitassem a perpetuação do governo liberal e a alteração da estrutura do poder. Desta forma, viabilizou-se a exoneração do Governo liberal e a constituição do novo Gabinete conservador.¹⁵

Estudando as diferentes interpretações do o liberalismo no Brasil do século XIX, Carvalho, fundamentando-se no texto da *Circular*, defendeu a tese da duplicidade de concepções do liberalismo, ou seja, de que haveria um “liberalismo dos profissionais liberais urbanos” – comprometido com reformas mais significativas - e um “liberalismo dos proprietários rurais”, mais conciliador. Esta diversificação é que explicaria, a seu ver, a “retirada” de Ottoni da política em 1848, porque, alinhando-se entre os liberais mais radicais, aquele político defendia, desde 1830, a “democracia da classe média”, a “democracia da gravata lavada”.¹⁶

Afirmou que esta reivindicação não era privilegiada pelos liberais “donos de terra”, que estariam mais preocupados com interesses particulares, com reivindicações que se limitavam em clamar por autonomias regionais. A vivência política mostrara ao parlamentar “liberal” que

¹⁵ De forma geral, a historiografia do Brasil Império ao analisar a retirada dos liberais do poder em 1848 pelo Gabinete conservador de 29 de setembro, interpretaram e reforçaram a imagem de Ottoni como um “liberal exaltado” em 1848, que ao sair da política “rompeu com o imperialismo e decide-se alterar a estrutura de poder”. (LINHARES, M. Y. e SILVA, F.C. T. **Ob. Cit.** p.29-30.) Porém, foi possível encontrar outra versão para a atuação deste Gabinete conservador. Durante a sua gestão, a Câmara dos Deputados teria mostrado toda disponibilidade em ajudar “os amigos dos novos ocupantes do poder”. Dentre estes, muitos homens de negócios como Irineu Evangelista que, publicamente, havia externado suas “boas relações” com Hermeto Carneiro Leão e Monte Alegre, Ministro do Império. O empresário, contemplado com as benesses do governo, pode, então, resolver os sérios problemas que a sua fábrica - Ponta de Areia - enfrentava já por muitos anos (CALDEIRA, J. **Mauá: Empresário do Império**. São Paulo: Companhia das Letras, 1995, p.191).

¹⁶ É importante lembrar que Ottoni em 1831 fora um liberal com tendências radicais. Neste momento era um comerciante no interior de Minas em busca de ascensão econômica e social. Seu embate, assim como de todos os liberais daquela época, estava centrado no combate ao monopólio do comércio pelos ingleses, contra os privilégios dos “aristocratas”, a favor da extinção do Poder Moderador e a supressão do Conselho de Estado e, ainda, contra a vitaliciedade do Senado. Embasados nos ideais republicanos norte-americanos faziam apologia à revolução para destruir o poder aristocrático, os defensores do “absolutismo”.

existiam motivações e interesses diversos entre seus pares. A evidência deste auto-entendimento é que teria levado Ottoni a “abandonar desgostoso a política”, justo no momento que o seu partido alcançara o poder, até porque ele se conscientizara da impossibilidade de realização das reformas que sempre defendera. Desta feita, restava ao político se retirar, somente retornando à cena pública em 1860, quando já se tornava possível no país, segundo Carvalho, realizar “o liberalismo clássico dos direitos individuais”, porque já existia um maior desenvolvimento urbano e, também, uma população mais educada.¹⁷

Todavia, mesmo admitindo-se a existência de um clima político acentuadamente desfavorável para os liberais, e uma explicação tão elucidativa quanto esta de Carvalho para o afastamento de Ottoni da “batalha política”, não é possível ignorar uma questão que se sobressai: teria Ottoni um idealismo arraigado a ponto de nunca ter mudado sua opinião e comportamento políticos e, que em virtude de uma coerência intocada, preferiu afastar-se da política e somente voltar após estarem dadas as condições para efetivar suas reivindicações e princípios? Como explicar o projeto Mucuri, um empreendimento estreitamente relacionado ao Estado gerido pela ordem conservadora que se impôs a partir de 1848? Que outras possíveis razões teriam levado um profissional experiente – tanto na política como nos negócios – a abandonar a vida na Corte, a família e a vida pública para implementar uma companhia de comércio, navegação e colonização no interior da província de Minas?

Como explicar o projeto Mucuri? Estaria ele descolado deste idealismo? O que levaria um experiente profissional – tanto na política como nos negócios – abandonar a vida na Corte, a família e a vida pública para implementar uma companhia de comércio, navegação e colonização no interior da província de Minas?

¹⁷ CARVALHO, J. C. **A Construção da Ordem**: a elite imperial 2ª ed. Rio de Janeiro: Editora UFRJ/Relume Dumará, 1996, pp. 200-201.

2 – Liberalismo e empreendimentos.

Os estudos sobre as idéias liberais no Brasil demonstram que, apesar de seus adeptos se espelharem nas teorias liberais européias concebidas no Iluminismo e gestadas na emergência das revoluções - Revolução Industrial inglesa e na Revolução Francesa -, nas quais foram empunhadas as bandeiras da liberdade ampla e da soberania popular; aqui estas idéias ganharam especificidades, configurando-se um “liberalismo antidemocrático”. Esta “adaptação” do ideário liberal europeu à sociedade escravocrata brasileira foi se dando de forma diferenciada e de acordo com as necessidades de cada momento. No final do século XVIII o liberalismo se apresentara como um instrumento de luta dos proprietários contra o domínio e a exploração da Colônia pela Metrópole, com o objetivo de deitar por terra privilégios e monopólios e instaurar a liberdade de comercializar a produção no mercado de exportação. No período que vai da Independência à Abdicação, devido as disputas pelo poder político e pelo mercado, as reivindicações liberais centralizaram na proposta federalista e no combate ao “absolutismo e suas bases”, estas formadas por aqueles que eram os privilegiados: os comerciantes e funcionários portugueses. Clamavam pela liberdade de comércio e a autonomia para os brasileiros (diga-se, os liberais, porque o povo estava “despreparado”) para gerir as próprias riquezas do país. A Constituinte de 1823, apesar de ampliar as liberdades, foi signatária de silêncios e omissões com relação a conquistas democráticas, sua missão ficou circunscrita em conciliar a liberdade com a ordem vigente, ou seja, promover e manter a continuidade da estrutura escravista de produção. O liberalismo se tornou moderado e os liberais, em sua maioria, se identificaram muito bem com os princípios da Monarquia Constitucional.¹⁸ No entanto, este cenário seria remodelado com a emergência de uma nova etapa do capitalismo mundial.

Estudos têm mostrado que em meados do século XIX, enquanto na Europa e nos Estados Unidos acelerava-se o desenvolvimento industrial, no Brasil enfrentava-se uma crise de abastecimento e carestia de gêneros alimentícios, que trouxe às camadas intelectualmente dominantes da sociedade discussões sobre problemas fundamentais para o país naquele

¹⁸ COSTA, E. V. da. *A consciência liberal nos primórdios do Império*. In: **Da Monarquia à República: momentos decisivos**. São Paulo: Brasiliense, 1985, p.119-138.

momento: as relações entre produção, o trabalho e o Estado. Foi desta época a “construção” liberal da teoria da “vocação agrícola do Brasil”.¹⁹

Além da crítica à concepção e à prática unitária do Império, os liberais desse período, passaram a contestar a ação reguladora do Estado e a reivindicar a defesa intransigente da livre iniciativa dos indivíduos no plano econômico. Assim, a agricultura passou a ser o ponto básico do pensamento liberal brasileiro, que propunha a participação estrangeira e a limitação da ação estatal na economia do país.

Quando se analisa o discurso dos liberais desde o final de 1821, destacam-se as propostas de demanda pela livre iniciativa ou a livre circulação de mercadorias. Pode-se tomar como exemplo deste gênero de argumento as reivindicações, do chamado “grupo de Ledo”, que na disputa pelo domínio do mercado carioca, propôs uma nova organização dos regulamentos que deveriam gerir o mercado, no qual pretendiam assumir lugar de destaque, controlando a produção e a distribuição de gêneros de exportação e de abastecimento sem a sujeição de normas e privilégios impostos pelo Governo. Simultaneamente, estes liberais defendiam uma política de oposição “à internalização de interesses britânicos, por meio de uma política de proteção à produção local e à livre aplicação de capitais nas manufaturas”.²⁰ Porém, é preciso visualizar o significado das palavras no momento em que foram proferidas. Como nos lembra Cecília de Salles Oliveira, os liberais de 1821 não estavam exatamente criticando a liberdade de comércio externo,

a questão era impor ‘condições iguais’ entre estrangeiros que desejavam se estabelecer no reino e grupos proprietários locais... A luta pela liberação do mercado e do controle sobre a esfera pública era concebida pelos liberais como o embate da liberdade contra a ‘escravidão’, o ‘despotismo’, a ‘tirania’...²¹

¹⁹ LINHARES, M. Y. e SILVA, F. C. T. **Ob. Cit.**, p.16.

²⁰ OLIVEIRA, C. H. L. de S. **A Astúcia Liberal: Relações de Mercado e Projetos Políticos no Rio de Janeiro (1820-1824)**, EDUSF e ÍCONE, 1999, p.158.

²¹ Idem, *ibidem*, pp.159 e 206-207.

Tavares Bastos, ao criticar a ausência de “atividade industriosa” e o “espírito regulador e preventivo” das leis e do governo no Brasil, citava a “ausência de peias” como a razão da independência e da rápida prosperidade dos povos da Nova Inglaterra.²² Enfim, para o ideário liberal, a agricultura brasileira, independente da ação reguladora estatal, deveria ter um papel definido no mercado internacional, à época, predominantemente relacionado com o café, principal produto na pauta de exportação, e responsável pelo fluxo do comércio internacional.

Em meados do século XIX configurou-se um novo cenário para a economia do Império. Após a proibição do tráfico de escravos, o capital apropriado na esfera da circulação dessa “mercadoria” permitiu investimentos em negócios próprios ou em títulos, o financiamento das atividades agrícolas e a incorporação de bancos. Vislumbrou-se, então, no horizonte a possibilidade de “*grandes negócios, progresso interminável, dinheiro em multiplicação e lucros fáceis*”²³ a uma elite mercantil capitalizada, nela se destacando os. “comerciantes de grosso trato” sediados no Rio de Janeiro, que desde 1730 controlavam o tráfico de escravos e através dele haviam constituído grandes fortunas. Esta elite possuía seus eixos de riqueza centrados no mercado externo. Com a cessação do tráfico, a acumulação mercantil foi revertida para outros segmentos do mercado de abastecimento e também para os bancos. Por outro lado, alguns comerciantes investiram suas fortunas na produção agrícola para exportação, em especial, o café, conseguindo multiplicar suas riquezas e ascender na restrita escala social da sociedade brasileira do século XIX.²⁴

²² BASTOS, T. **Os Males do Presente e as Esperanças do Futuro**, pp.32-33.

²³ CALDEIRA, J. **Ob. Cit.**, p.226.

²⁴ Fragoso cita alguns comerciantes que transferiram seu capital mercantil para a produção agrícola e conseguiram não só reproduzir suas fortunas acumuladas como também ascenderam na seleta escala social, que são exemplos elucidativos para compreender a trajetória e o investimento de Theophilo Ottoni no Mucuri. Não se esquecendo que a família Ottoni era composta por comerciantes que se dedicavam aos negócios de tropas, compra e venda de gado, lojas de importados e comércio com pedras preciosas. Diz o pesquisador que “*a família Teixeira Leite, originária do comércio de tropas entre Minas e Rio de Janeiro, em meados do século XIX, aparecia como uma das mais importantes famílias de fazendeiros e financistas em vassouras; o Barão de Vassouras é dela proveniente... Manuel de Azevedo Mattos, também mineiro e ligado ao comércio de abastecimento. Entre os seus descendentes, encontramos os seguintes fazendeiros de café: o Barão de Pati do Alferes, o Barão de Palmeiras e o Barão de Ipiabas*”. (FRAGOSO, J. L. R. **Homens de Grossa Aventura: acumulação e hierarquia na praça mercantil do Rio de Janeiro (1790-1830)**. 2ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1998, p.365).

Outros aventuraram-se pelo terreno das finanças, como foi o caso do empresário Irineu Evangelista de Souza que, em 1851, logo após a proibição do tráfico, conseguiu, em apenas três semanas, fazer a tomada das ações para inaugurar o seu Banco do Brasil. A efervescência do ambiente financeiro era tanta que o capital deste novo banco contabilizava-se em 10 mil contos de réis, montante equivalente a um terço do orçamento do Império naquele ano. Era “as velhas fortunas financiando a nova”²⁵, porém em um ambiente novo, ditado por homens ricos – donos de lojas, distribuidores de mercadorias, importadores e ex-traficantes de escravos – empenhados em dar continuidade a seus investimentos.

Percebendo a conjuntura favorável, Irineu Evangelista de Souza reuniu pessoas ligadas ao comércio e à política - vale lembrar que os lucros dos empreendimentos dependiam das transações palacianas – para organizar os estatutos de sua nova empresa financeira. Entre os seletos eleitos para participar da Comissão de Elaboração dos Estatutos do Banco do Brasil, estava Theophilo Ottoni, que apesar de “estar no Mucuri”, mantinha atividades no Rio de Janeiro e era também, em 1851, um dos acionistas do Banco. Os estatutos, que seguiam os ditames do liberalismo econômico da época, foram formulados de maneira que driblassem a regulamentação do Governo e permitissem fazer empréstimos garantidos por ações de empresas, inclusive o próprio banco. Com isso inaugurava-se no Brasil uma nova forma de fazer negócios. Os empreendedores montavam negócios com sucessivos empréstimos para multiplicar o capital, utilizando dinheiro de terceiros. Esta era a prática do banqueiro e de suas outras empresas, ambos deviam ao próprio banco uma parte ponderável do capital e dos investimentos de todas elas, e para quitar os empréstimos contavam com a expectativa de faturamento futuro. A demanda por empréstimos era extraordinária e o novo Banco do Brasil passou a dar créditos tanto às grandes casas de comércio como a produtores agrícolas.²⁶

Neste terreno movediço dos negócios não faltavam empresários e políticos interessados em “arriscar” pelos seus caminhos incertos. Em 1852, o Marquês de Paraná tornou-se um dos

²⁵ CALDEIRA, J. Ob. Cit., p. 225.

²⁶ Idem, ibidem, pp. 225 e 243.

acionistas na empresa de estrada de ferro de Mauá, a Estrada de Ferro de Petrópolis. Neste mesmo ano, Ottoni associou-se com este empresário em três negócios diferentes no Rio de Janeiro, no Banco do Brasil, na Imperial Companhia de Navegação a Vapor e na Estrada de Ferro de Petrópolis, nesta última, conjuntamente com os negociantes ingleses Richard Carrethers, Alexander Donald Mac Gregor e Thomas Fulding, e, ainda, com importantes políticos, o senador José Antônio Pimenta Bueno (futuro Marques de São Vicente). Faziam parte desta mesma associação comerciantes de origem portuguesa, alguns brasileiros e, “possivelmente”, algum extracomerciante.²⁷

Neste cenário de transformações, o açúcar como produto de exportação, sofria queda devido à concorrência de Cuba e do açúcar de beterraba. Ao mesmo tempo, o café ganhava espaço no mercado internacional, proporcionando internamente estímulos à expansão da sua cultura. Tal fato resultaria no crescimento das fortunas já consolidadas, na constituição de novas e na emergência de novos pleiteantes aos benefícios do Governo

ao lado da tradicional aristocracia latifundiária nordestina e da burguesia mercantil, principalmente do Rio de Janeiro, surgia um riquíssimo ‘lobby’ de fazendeiros fluminenses, mineiros e paulistas, dispostos a tomar parcelas no Poder. Estes homens já haviam dado provas de seu poder em desafiar governos conservadores e agora exigiam a consumação do projeto liberal.²⁸

Neste novo cenário, entre outros problemas colocados ao Governo e, particularmente, ao Gabinete conservador de 29 de setembro de 1848 levantou-se “*a necessidade de ligar as três mais ricas províncias do Império (Minas, São Paulo, e Rio de Janeiro) de forma a possibilitar que a produção destas regiões fosse posta em contato com os portos e com os centros consumidores, principalmente a Corte*”.²⁹ Paralelamente a esta demanda outras medidas foram sendo tomadas, dentre elas, a criação do Código Comercial, que veio regularizar as transações e permitir a abertura de instituições privadas de crédito e sociedades anônimas. Portanto, a expansão do café, além de prestígio social foi sinalizando oportunidades de bons negócios para esta nova camada social emergente, que passou a diversificar seus empreendimentos, voltando-

²⁷ Idem, ibidem, pp. 260 e 248.

²⁸ LINHARES, M. Y. e SILVA, F. C. T. **Ob. Cit.**, p.32.

²⁹ Idem, ibidem, pp.33-35.

se, também, para empresas de navegação e de construção de estradas terrestres e de ferro que pudessem ligar os cafezais aos “terminais nervosos do capitalismo mundial”: as casas importadora e exportadoras.

Vê-se que o café não diversificou apenas o comércio com o capital antes aplicado no tráfico, mas também influenciou de forma significativa a indústria da época:

Os superavits da balança de pagamento permitiram maior equilíbrio das contas externas e os novos empréstimos deixaram de ser exclusivamente para cobrir os deficits, destinando-se agora às aplicações internas de desenvolvimento, como estradas de ferro e serviços públicos...O declínio do liberalismo tarifário iniciado em 1844, a disponibilidade de capitais decorrentes da extinção do tráfico em 1850 e os superavits da balança de comércio permitiram o início do processo de melhoria do aparelhamento técnico da nação e da industrialização.³⁰

Acredito que é partir destas rearticulações realizadas no âmbito da política e da economia entre 1846 e 1852 - coincidentemente o mesmo período em que estava sendo aprovada e organizada a Companhia do Mucuri - é que se deve tentar compreender tanto a “retirada” de Ottoni da cena política como a razão de ser do seu projeto, que afirmava ter a pretensão de “promover o desenvolvimento do nordeste da província de Minas”, ou seja, compreender como foi o mesmo “clima de conciliação” (entre alguns políticos conservadores - a exemplo de Paraná e Nabuco de Araújo, o Governo Imperial - e liberais) que permitiu estas reformas, e também possibilitou a existência do empreendimento no Mucuri. Da mesma forma, poderá ainda, esclarecer o “afastamento” e o “silêncio” do “liberal exaltado” do palco da política, pois como Ottoni poderia manter o tom de seu discurso se naquele momento participava e era um dos beneficiados pelas oportunidades que a expansão econômica e a conciliação política viabilizaram?

³⁰ PINTO, V. N. *Balanço das Transformações Econômicas no Século XIX*. In: **Brasil em Perspectiva**. Org. Carlos Guilherme Mota.. 4ª ed. SP: Difusão Européia do Livro, 1973, p.140.

3- Theophilo Ottoni e a “Conciliação”

Afirmam os estudiosos da história política imperial aqui já bastante citados³¹ que o “clima de estagnação” na vida política, o desejo de uma “pacificação real” já estavam presentes desde 1844 entre os políticos. Os liberais Paranhos, Abaeté, Alves Branco e Saturnino faziam coro propagando a necessidade da conciliação. O famoso discurso de Nabuco de Araújo em 1853³² foi interpretado como a consolidação desta política, no qual o estadista defendia o “princípio da autoridade” mas, também, abria concessões ao “espírito de reforma” para o progresso do país. Afirmava o Ministro da Justiça que a Conciliação não deveria ser uma coalizão ou uma simples fusão dos partidos com a pretensão de destruir os antagonismos políticos, por isso deveria ser obra do governo e não de partidos. Era, portanto, preciso vê-la como um círculo que deveria se alargar.³³

Neste mesmo ano (1853), o Marquês de Paraná, considerado o mais proeminente chefe do Partido Conservador, organizou o Gabinete de 6 de setembro de 1853 com antigos liberais – Abaeté, Pedreira e Paranhos – imprimindo-lhe um “caráter de moderação que é consentâneo com as opiniões conservadoras”. O Gabinete ficou conhecido como “Gabinete da Conciliação”. O Marquês defendia esta estratégia política como uma necessidade, porque diferentemente de 1848, o país avançara e possuía uma “sociedade tranqüila”, portanto, podia-se imprimir uma “política mais moderna e conciliadora”. Ressaltava que o seu sentido era “governar com princípios e não com homens”, esquecendo as “lutas do passado” e fazendo valer um “clima de confraternização”, colocando acima de tudo e de todos a Nação. Assim como Nabuco, Paraná queria “alargar o círculo”, por isso a Conciliação haveria de aceitar todos aqueles interessados em cooperar para o progresso do país, independente de partidos políticos.³⁴

³¹ CASTRO P.P. *Ob. Cit.*, 1967. CARVALHO, J. C. *Ob. Cit.*, 1996. PORTO, C. *O Marques de Olinda e o seu tempo*. 2ª. Ed. Recife: Editora da Universidade Federal de Pernambuco, 1976. NABUCO, J. *Ob. Cit.*, 1997.

³² NABUCO, J. *Ob. Cit.*, pp.148-159.

³³ *Idem*, *ibidem*, pp.151-152.

³⁴ *Idem*, *ibidem*, p.171.

Alguns liberais, em virtude do isolamento político que se encontravam após 1848, não a rejeitaram, pois viram-na como uma possibilidade para recuperar o espaço perdido ou até mesmo porque a consideraram como necessária à própria sobrevivência: “...é lícito admitir que, nos dias de Paraná, a linha conciliadora contou com a aceitação, não somente passiva, mas ativamente calorosa dos liberais”.³⁵ Para Nabuco, o Partido Liberal não estava mais vivo, encontrava-se desgastado pelo seu longo domínio e já não inspirava desconfiança.

Já os “conservadores ortodoxos” não foram receptivos à política de Conciliação. Ferraz, após romper com Paraná, denunciava e criticava o seu artificialismo dizendo que era uma “conciliação de homens e não de idéias,” que falseava o sistema parlamentar, rebaixava “os caracteres”, “satisfazia os instintos” e “estimulava as ambições”, significando, na prática, uma “adesão em massa”. Paes Barreto, um dos descontentes que nunca a aceitara, confessaria, mais tarde, em discurso, que a tal política fora um

...meio de força-los a dividir o bolo, partilhar com os adversários machucados os despojos da vitória, marchar em pé de igualdade com os inimigos até então irreconciliáveis. E se não ousaram combater a Conciliação às abertas e sistematicamente, seria, talvez, por que temiam Honório e, sobretudo, temiam o Imperador, o mais empenhado na pacificação...³⁶

A despeito da aceitação ou não desta política, a “calma nos espíritos” parecia ter proporcionado também uma “nova fase de atividades econômicas”, pois na observação de um contemporâneo, cessado

...o perigo; o desideratum de todos era uma transação a respeito dos excessos da ação e da reação ...o que vejo é a transformação dos partidos... o que vejo é a vida e o incremento da indústria, o que vejo é o ardente desejo de melhoramentos... O país quer paz, quer indústria, quer esses melhoramentos que tendem a engrandecê-lo.³⁷

Acrescido a esse “espírito de progresso” estava a política financeira do Gabinete da Conciliação que, afinada com os interesses da praça, adotou reformas para resolver os problemas

³⁵ PORTO, C. Ob. Cit., p.235.

³⁶ Idem, ibidem, p.236.

³⁷ NABUCO, J. Ob. Cit., p.204.

econômicos vivenciados naquele momento, tais como a insuficiência do papel-moeda e escassez aguda de crédito. Em 1853 o Brasil atravessava um período de desenvolvimento econômico geral em função do surto cafeeiro. O comércio exterior crescia a taxas altas, colocando a seus dirigentes a necessidade de adaptação do país a este novo cenário. Uma nova “visão liberal” desenvolvia-se e as projeções econômicas indicavam que o capitalismo e o “liberalismo modificado” trariam a industrialização e o progresso a longo prazo.³⁸ Nas palavras bem conhecidas de um empresário contemporâneo “*o espírito de associação, senhores é um dos elementos mais forte da prosperidade de qualquer país, é por assim dizer, a alma do progresso*”.³⁹ Assim, as sociedades anônimas - fossem de comércio, navegação, financeiras ou de construção de estradas terrestres ou ferrovias – tornaram-se as emissoras do progresso, dentre elas, a *Companhia de Navegação e Comércio do Mucuri*.

4- O projeto da Companhia do Mucuri

Conheçamos um pouco da história do maior empreendimento desenvolvido por Ottoni. De todos os intérpretes da trajetória do político liberal, o religioso Timmers foi quem mais se preocupou em historiar a experiência do Mucuri, pois quis mostrar a importância do biografado para o progresso da região e reservar-lhe os títulos de “Pioneiro do Nordeste Mineiro” e “Fundador da Cidade de Teófilo Otoni”.⁴⁰ Contou-nos que, desde a chegada da frota de Cabral na costa sul da Bahia, o sertão mineiro despertou no imaginário dos “desbravadores”, em especial a fantasia de que ali se encontrava “imensas riquezas, terras resplandcentes de ouro e esmeraldas e rios repletos de diamantes”. Com a busca deste eldorado iniciou-se o massacre aos índios, os quais se tornaram “presa fácil” daqueles que não só os escravizaram como ocuparam suas terras.

³⁸ PELÁEZ, C. M. e SUZIGAN, W. **História Monetária do Brasil**: análise da política, comportamento e instituições monetárias.. Rio de Janeiro: IPEA/INPES, 1976, p.92.

³⁹ MAUÁ, Visconde de. **Autobiografia: Exposição aos credores e ao público**. 3ª ed. Rio de Janeiro: Topbooks, 1998, p. 117.

⁴⁰ TIMMERS, Frei Olavo. **Theophilo Benedicto Ottoni**: Pioneiro do Nordeste Mineiro e Fundador da Cidade de Teófilo Otoni. Divinópolis: [s.n.] Sto Antônio, 1969.

Mais tarde, após o esgotamento do chamado ciclo do ouro, novas perspectivas surgiram quando as fronteiras do sertão se encontravam no nordeste de Minas. A antiga empreitada ganhou novos contornos. Algumas tribos daquelas selvas, em especial os Botocudos, mostraram-se violentos com os que chegavam; passando o empreendimento a exigir coragem de “homens graúdos e valentes”.

Quando visitou a província de Minas Gerais em 1858, Tschudi, descreveu o “baixíssimo nível cultural” destes habitantes naturais da região central do Brasil, comparando-os com animais em um mundo ainda em “estado de barbárie”. Sem culto religioso, sem animais domésticos, sem agricultura, eram

...caçadores dos mais rudes, que abatiam os animais para saciar a fome do dia, e nem ao menos utilizavam suas peles para se proteger das inclemências do tempo. Levados apenas pelo instinto de sobrevivência, vagavam em busca de caça em regiões arborizadas, onde viviam em apatia quase animal, em tribos que se moviam dentro dos limites definidos...Como era a fome que gerava essas guerras, as tribos selvagens procuravam suprir as necessidades físicas mais imediatas com o objeto mais à mão – os cadáveres dos inimigos abatidos. Em geral os corpos eram devorados simplesmente para matar a fome, mas, caso houvesse também a motivação da vingança, então só certas partes do corpo do adversário eram servidas como iguarias no banquete da vitória.⁴¹

O viajante apresentou um quadro ainda mais “selvagem” sobre os autóctones⁴² - os botocudos - que viviam no interior, nas serras e no vale do rio Mucuri, e que se organizavam em bandos subordinados a um chefe. Alguns assimilaram a civilização e mantinham relações cordiais com os “moradores civilizados”, tornaram-se sedentários e dedicaram-se a cultura de milho e mandioca, e podia-se encontrá-los “trabalhando por dinheiro” nas fazendas de colonos; outros continuaram vivendo da caça e de frutas silvestres. Assinalou que alguns grupos eram antropófagos e devoravam os cadáveres de seus inimigos, destacando-se pelo “apetite extraordinário” que tinham, pois comiam “tudo que era minimamente comestível” e em quantidades inacreditáveis. Em sua interpretação, era a fome voraz que fazia com que

⁴¹ HALFELD, H. G. F. e TSCHUDI, J. J. von **A Província de Minas Gerais**. (trad. Myriam Ávila). Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro/ Centro de Estudos Históricos e Culturais, 1998, p. 99.

⁴² Habitavam o vale do Mucuri e seus afluentes os *malalis*, os *macunis*, os *maxacalis*, os *maquenenuques*, os *aranaus*, os *bacués*, os *pojicãs*, os *ji-poroque*, os *porocum* dentre outras. Segundo Tschudi, todas estas tribos eram de botocudos, e a esse tronco pertencia a maioria dos índios de Minas. (Idem, ibidem, pp.103-104).

cometessem “massacres que chocavam qualquer sentimento humano”, constituindo, por isso, uma vizinhança hostil e de alta periculosidade. Avaliou que estes ataques, principalmente nas fazendas de colonos, fizeram com que aquele litoral se abrisse tão lentamente à civilização e permanecesse desabitado.⁴³

No início do século XIX nas matas do Jequitinhonha, do Capivari, do Fanado e do Arassuaí (rios da região nordeste de Minas Gerais), fazendeiros e até mesmo partícipes da Inconfidência Mineira⁴⁴, ajudados por índios mansos, foram formando fazendas de gado e de lavoura, principalmente de algodão. O grande problema destes proprietários, dizia Thimmers, era o escoamento de suas produções, pois além de enfrentarem os ataques dos indígenas, somava-se a falta de estradas e, conseqüentemente, a morosidade dos transportes. Os fazendeiros acabavam tendo seus lucros reduzidos em função das despesas extraordinárias de transporte para um dos portos mais próximos (Bahia ou Rio de Janeiro), trajeto que chegava durar semanas ou meses de viagem.

Quando recorremos à documentação de 1846, período da organização da Companhia na região, foi possível encontrar o presidente da Província de Minas, Quintiliano José da Silva, ainda alertando para estes obstáculos:

Vós não desconheceis, senhores, que o maior mal que afflige a esta provincia, é a falta de boas vias de commuicação para o mercado do Rio de Janeiro: os nossos generos, pela despeza do frete, não podem competir em concurrencia com os de outras províncias: a agricultura desanima, e as rendas publicas não se podem augmentar sem que se facilitem os transportes...⁴⁵

⁴³ Mais tarde, estas representações do viajante ilustrado, deram subsídios para os biógrafos ressaltarem a contribuição de Ottoni à população daquela temida região da província de Minas, que foi apresentado como “o civilizador dos gentios”, aquele que soube de forma humana, isto é, “sem a espada e sem a cruz”, catequizar os botocudos e findar a barbárie. A questão será discutida mais adiante.

⁴⁴ Timmers afirmou que o sertão mineiro tornou-se um refúgio para os “cúmplices” da Inconfidência Mineira que, ali, recomeçaram uma nova vida como proprietários, a exemplo o Dr. José Pereira Freire de Moura que escondeu-se nas matas do Jequitinhonha e fundou na confluência deste rio com o Arassuaí, a fazenda Tocoíós, onde amansou para seu serviço uma tribo de índios. (TIMMERS, *Ob. Cit.*, p.6).

⁴⁵ **Falla Dirigida à Assembléa Legislativa Provincial de Minas Geraes**, na Sessão Ordinária do Anno de 1847 pelo presidente da Província Quintiliano José da Silva. Ouro Preto: Typ. Imparcial de B. X. Pinto de Sousa, 1847, p.40.

Em seu trabalho, Timmers descreve as tentativas de ocupação do vale do Mucuri. Em 1804, as dificuldades levaram a população ali estabelecida, em sua maioria índios adestrados e seus patronos, a explorar os inúmeros rios da região e a averiguar possibilidades de se chegar através deles à costa e, assim, escoar suas mercadorias. Tal objetivo só se efetivou a duras penas em 1820, quando já se podia encontrar canoas subindo e descendo alguns trechos dos rios da região.⁴⁶

Entretanto, foi a “*Expedição do Mucury*” de 1836, contratada pelo presidente da Província de Minas, Antônio da Costa Pinto, que objetivava instalar na região uma colônia de degredo para condenados, que veio avivar os ânimos dos mais ousados. O engenheiro Pedro Vitor Renault estudou o percurso dos rios Todos os Santos e Mucuri até sua foz no oceano para descobrir o melhor lugar para construir a colônia penal, que deveria ser de difícil comunicabilidade. A partir de então, foram os levantamentos e estudos do relatório de Renault,⁴⁷ vistos posteriormente como “favoráveis demais”, que passaram a nortear as perspectivas e os projetos que se arquitetavam para o nordeste de Minas. O engenheiro dera um parecer favorável sobre a navegabilidade do rio Mucuri, descreveu-o como “largo e majestoso e que apesar da correnteza, não oferecia dificuldades e nem perigos aos navegantes”. O único empecilho ali encontrado seria o “número de bugres que infestavam as margens do rio”. Mas, procurando não causar pânico, em 1837, o europeu oferecia a solução para vencer aquele obstáculo, solução que

⁴⁶ Em 1815, Bento Lourenço Vaz de Abreu Lima, um garimpeiro de Minas Novas, confiando em suas experiências nas selvas e acompanhado de 22 soldados e voluntários armados, empreenderam às próprias expensas, uma longa viagem descendo o rio Mucuri à procura de uma saída para o litoral, que conseguiram alcançar após 50 dias de viagem. No trajeto foram abrindo picadas pela mata virgem, traçando um rumo que, “provavelmente”, mais tarde, Ottoni, escolheria para ser uma das estradas da Companhia do Mucuri. Em 1829 um outro morador de Minas Novas, Francisco Teixeira Guedes organizou outra expedição que desceu o ribeirão Pedra d’Água até sua barra no Mucuri à procura da serra das Ametistas, descobrindo, neste percurso, o rio Todos os Santos, no qual encontrou pedras preciosas. ((TIMMERS, *Ob. Cit* p.8). Os problemas mencionados nos relatos sobre os percursos destas viagens pioneiras não diferem das dificuldades narradas em outras incursões que se realizaram no local, em particular, a primeira incursão de Ottoni realizada em 1847: falta de provisões, ataques dos indígenas, intempéries climáticas, perda de direção, entre outras.

⁴⁷ RENAULT, V. *Relatório da Expedição dos Rios Mucury e Todos os Santos, feito por Ordem do Exmo Governo de Minas Geraes*. Ouro Preto, 1837. (transcrição feita por João Carlos Renault). Disponível em <http://virtualbooks.terra.com.br/doc_historicos/doc_mucury.htm>

foi explicada por Timmers, uma vez que atribuiu a este relato o fato de Ottoni ter-se iludido sobre as condições de navegabilidade do rio Mucuri:

...obstáculo êste muito fácil a levantar, consistindo em confiar ao zêlo de um homem prudente e de capacidade reconhecida, a catequização dos selvagens, habitantes destas matas; e estou certo, que no espaço de dois anos contará o governo desta província êste grande número dos índios no seu seio.⁴⁸

Não foi preciso esperar por muito tempo para que “esse homem” surgisse. Não para cumprir a “profecia” do engenheiro francês ou instituir uma colônia de degredo, mas para propor, segundo seus biógrafos, “um projeto de iniciativa privada de grande porte para o desenvolvimento do nordeste mineiro e do país”. Theophilo Benedicto Ottoni, que fora deputado provincial de 1835 a 1838, portanto, conhecedor das necessidades e possibilidades da província de Minas, e estimulado pelos estudos de Renault⁴⁹, defendia como deputado geral em 1841 - muito antes de sua anunciada “retirada da política” em 1848 - um projeto de abertura de uma estrada que ligasse, através da província de Espírito Santo, o interior do norte de Minas com a costa. Este seria um preâmbulo da proposição mais tarde apresentada para o Mucuri.

Na sessão de 12 de julho de 1841, Ottoni enfrentou um caloroso debate com o Ministro do Império, Cândido José de Araújo Viana (Sapucaí) a respeito das comunicações da província de Minas com o litoral. No debate foi possível perceber o envolvimento e as articulações que já estavam sendo arquitetadas entre o deputado liberal e o presidente da província do Espírito Santo, José Joaquim Machado de Oliveira. Dessa forma, planejando implantar o projeto de construção daquela estrada, o presidente havia enviado a Ottoni uma “memória escrita” sobre as estradas já existentes que ligavam as duas províncias em questão. O desentendimento com o ministro advinha da discordância sobre o trajeto que a nova estrada deveria seguir. O governo

⁴⁸ TIMMERS, Ob. Cit p.10

⁴⁹“E devo confessar que os principaes mentores que guiarão o fio de nossas indagações forão o Sr. Pedro Victor Regnault, que em 1836, na qualidade de engenheiro civil da provincia de Minas...examinou o leito do rio Mucury desde a barra de Todos os Santos até a sua foz , e escreveu sobre o objecto um circunstanciado relatório, e o Sr. 1º tenente da armada nacional Hermenegildo Barbosa de Almeida, que em 1845...fazendo uma excursão desde a foz do rio Mucury até a cachoeira de Santa Clara, escrevendo interessante itinerario de sua viagem”. Carta de Theophilo B. Ottoni ao presidente e vereadores da Câmara Municipal da Vila de São José de Porto Alegre. Mucuri: 1847; publicada no **Jornal do Commercio**, Anno XXII, 29 de setembro de 1847.

defendia um outro plano já em andamento, no qual a comunicação deveria se dar pelo centro da província mineira, pelas estradas de Itapemirim e de Rubim à Vitória. Ottoni sustentava a idéia de que seria conveniente promover a comunicação pelas extremidades da província, através da ligação dos municípios de Presídio com o de Campos e do município de Minas Novas com as comarcas de Caravelas e Porto Seguro, exatamente na região em que irá desenvolver seu empreendimento seis anos depois, em 1847:

No momento em que o productor mineiro daquellas paragens puder levar a Campos os seus productos, immediatamente deixa esta dispendiosa e muito mais longa estrada do Parahybuna e mar de Hespanha; e mesmo quando tenha de vir procurar o grande mercado da côrte, fal-o-há com mais vantagem, indo embarcar os seus productos na cidade de Campos. Ora, a respeito de Minas Novas, a vantagem é ainda mais considerável. O municipio de Minas Novas aproveita-se já do Jequitinhonha, e de sua nascente e insignificante navegação, para obter alguns generos de primeira necessidade da Bahia; muitos deste generos, ou se vão buscar em costas de bestas á cidades da Bahia, ou ao Rio de Janeiro, caminhando-se por terra a distancia de 150 para 200 leguas; entretanto, toda esta interessante comarca está em muita vizinhança com Porto Seguro e Caravellas; a população tem affluido para aquelle lado, e se se facilitaream as communicações, o algodão, interessante ramo de producção da industria agricola de Minas Novas, e que hoje talvez não se produza com maior escala por causa das despesas extraordinárias de transporte, immediatamente terá um incremento considerável, por que, em vez de se transportar este producto por 150 ou 200 leguas, poder-se-há transportar por 20 ou 40 leguas.⁵⁰

Pode-se perceber que estas foram palavras de um político em defesa de um projeto específico, no qual estava interessado. Mas também foram palavras de um empresário experiente, pautado em conhecimentos suficientes sobre o comércio de mercadorias para propor um plano e estratégias para executá-lo. É preciso lembrar que Ottoni tinha por tradição familiar o conhecimento das atividades comerciais e desde os quatorze anos acompanhava seu pai no comando de tropas, *“já demonstrava apreço e jeito para os negócios, na tarefa de organizar e chefiar tropas pelo interior”*⁵¹. Em 1830, de volta à Vila do Príncipe, dedicou-se à política como jornalista e, também, ao comércio de tropas em sociedade com o irmão Honório, transportando mercadorias entre o sertão mineiro e a Corte, e gado entre Minas e as províncias de Mato Grosso e Goiás.⁵² Mais tarde, em 1844, os irmãos organizaram no Rio de Janeiro uma casa atacadista de

⁵⁰ CÂMARA DOS DEPUTADOS. *Ata da Sessão de 12 de julho de 1841*. Brasília: Centro de Documentação e Informação/Coordenação de Estudos Legislativos. Seção de Documentação Parlamentar, 2000.

⁵¹ OTTONI, Maurício. *Ob. Cit.*, p.14.

⁵² TIMMERS. *Ob. Cit.*, pp.11-12.

artigos importados e ambos mantinham tropas para o comércio no interior de Minas, Bahia, Espírito Santo, Goiás e Mato Grosso, nesta última, com fazendas de gado.⁵³

Além desta reconhecida experiência no comércio, a passagem pela Assembléia Provincial contribuiu sobremaneira para que se inteirasse dos problemas que afligiam a província mineira, principalmente aqueles relacionados com o comércio de mercadorias das regiões voltadas para o suprimento no século XIX. Em 1835, a Assembléia Legislativa de Minas tinha como preocupação central as “comunicações” da capital com as cidades e vilas da província e com a Corte, pois os deputados acreditavam que a expansão econômica de província – a riqueza, a fixação do homem ao solo e o progresso - somente poderia ocorrer se conseguissem criar uma rede favorável de transporte. Ottoni, como deputado provincial, fez destas discussões um aprendizado. Neste mesmo ano, acompanhou um projeto de criação da estrada de ferro para Minas⁵⁴, experiência que lhe possibilitou idealizar mais tarde no Mucuri, em 1857, uma estrada de ferro entre Filadélfia em Minas Gerais e Caravelas na Bahia. No ano seguinte, em 1836, participou ativamente de todo o processo de organização da Companhia de Rio Doce, familiarizando-se com os pedidos de concessões e privilégios, inteirando-se dos trâmites para se montar uma empresa de comércio e colonização no nordeste de Minas.

Empresas de navegação, estradas e ferrovias, como foi assinalado, significavam, na época, um bom negócio com lucratividade garantida. Ao contrário do que Ottoni anunciou na *Circular* (que fora tomado por uma súbita conscientização de fazer algo em nome da pátria) e, também, do que afirmaram seus biógrafos, a documentação permitiu perceber que desde 1841 o parlamentar já estava envolvido com o empreendimento do Mucuri, e que em 1846 apresentou-o oficialmente aos Governos provincial e imperial. O político de 1841 ainda não era o moderado que redigira a *Circular* de 1860. Combatente na tribuna, contestava sem meias palavras os oponentes porque aquele tempo lhe permitia ser o “jovem político liberal mineiro” que, brevemente, se tornaria “o revolucionário”, o “luzia”.

⁵³ OTTONI, Maurício. **Ob. Cit.**, p.99.

⁵⁴ TORRES, C. **Ob. Cit.**, p. 977.

4.1- A criação e a incorporação da empresa (1846-1852).

A historiografia mineira interpreta e explica a violência dos indígenas da região do Mucuri como um ato de vingança contra brancos colonizadores fixados na costa, que praticavam o comércio de suas crianças ("curucas") capturadas nas matas e vendidas como escravas.⁵⁵ Tal agressividade dos índios contra os litorâneos foi também apontada como uma das causas do precário desenvolvimento da região, que somente foi solucionado com a "ação patriótica e humanística" de Theophilo Ottoni, "o civilizador" ou "o bandeirante moderno". Mas como demonstrei, a preocupação das autoridades da província no que diz respeito àquela região apontava para questões mais consistentes, vinculadas ao mercado, como por exemplo, o diagnóstico do presidente Quintiliano José da Silva⁵⁶, que via as condições de comunicação existentes como o "mal da província". Em função desta constatação, em 1845, o mesmo presidente autorizou o tenente João José da Silva Teodoro a repetir as investigações sobre o rio Mucuri de forma a averiguar a possibilidade de sua navegação. É importante ressaltar que Quintiliano José da Silva era também um político liberal que sempre dera grande apoio a Ottoni e ao seu projeto empresarial, tanto que acabou se tornando o maior acionista da Companhia do Mucuri.

⁵⁵ Tschudi dizia que muitas guerras foram travadas entre os índios que viviam no vale do Mucuri com o propósito de roubar crianças (curucas) uns dos outros para vendê-las aos brancos. Alguns chegavam vender suas próprias crianças. (TSCHUDI, *Ob.*, *Cit.*, p.105).

⁵⁶ No relatório à Câmara Provincial de 1847, o Presidente demonstrava preocupação com o atraso da agricultura e do mercado no país. Apelava para a necessidade de introduzir máquinas no roteamento dos campos, diversificar e melhorar os produtos agrícolas. Chegava a oferecer prêmios pecuniários àqueles que apresentassem no mercado uma maior quantidade de produtos como: chá, baunilha, anil, amoreiras, cochinhila, uvas e mel proveniente de criação de abelhas. Oferecia aos produtores memórias e escritos informativos e, ainda, incentivava-os a aperfeiçoarem seus produtos, lembrando-lhes que esta seria uma condição essencial para que pudessem ter o devido apreço no mercado. Afirmava seu empenho em remover quaisquer obstáculos que se opusessem ao desenvolvimento das indústrias na província, que a seu ver, tão grandes bens trariam. (**Falla Dirigida à Assembléa Legislativa Provincial de Minas Geraes**, na Sessão Ordinária do Anno de 1847 pelo presidente da Província Quintiliano José da Silva. Ouro Preto, Typ. Imparcial de B. X. Pinto de Sousa, 1847, p.36). Sobre os projetos de modernização agrícola pensados por políticos, Estado e "fazendeiros ilustrados" ver LOURENÇO, F. Antônio. **Agricultura Ilustrada: liberalismo e escravismo nas origens da questão agrária brasileira**. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2001.

Um pouco mais tarde, estava este presidente apresentando com detalhes à Assembléia Provincial o projeto que seu comprovinciano começara a implementar às margens daquele rio. Defendia as idéias de Ottoni, as vantagens e a importância do rio no sistema fluvial de Minas, a fertilidade das matas que o margeavam, a salubridade do clima e, sobretudo, a importância econômica que a empresa traria à região do Jequitinhonha, que, a seu ver, se encontrava em “estado de decadência por falta de meios de exportação”. Nesta fala é possível perceber o apoio do Governo Provincial aos empresários irmãos:

Assim em data de 18 de maio do ano passado (1846) expedi ao coronel Honório Esteves Ottoni, diretor dos índios da dita comarca, instruções: para abrir uma estrada á barra de Todos os Santos; fundar estabelecimento de quartel geral na barra do Todos os Santos, escolhendo para êsse fim o lugar mais apropriado; aldear os índios que se apresentam, distribuindo entre êles ferramentas e brindes e víveres durante as primeiras entradas, e procurar, por meio de navegação ou de estradas, entreter comunicações com a colônia militar que o presidente da Bahia últimamente mandou estabelecer no Mucuri. Além disto me dirigi por carta oficial a muitos cidadãos daqueles lugares, pedindo-lhes o seu auxílio para se levar a efeito esta grandiosa empresa. Forçoso me foi ceder ao coronel Honório Ottoni, por empréstimo, sete bestas arreadas, pertencentes ao corpo policial, as quais têm de servir para a condução dos víveres até a barra do rio Todos os Santos no Mucuri...⁵⁷

O apoio aos planos de Ottoni era inconteste, pois tratava-se de um empreendimento que acreditava-se, na época, poder resolver em parte o “mal da província” e tornar aquela região uma das mais “florescentes” de Minas, explorando as riquezas e exportando a produção, em especial, os algodões de Minas Novas.⁵⁸ As intenções e os planos do Presidente não destoavam dos de Ottoni, pois ambos alegando compromissos com o desenvolvimento da província e da nação,

⁵⁷ Discurso do Presidente da Província de Minas, Quintiliano José da Silva, proferido na Assembléia Provincial em 4 de fevereiro de 1847, citado por Thimmers, **Ob. Cit.**, p.13.

⁵⁸ Justificava o presidente da província de Minas: “*O meu plano é, além da completa exploração do rio, torná-lo quanto antes navegável, ao menos por canoas, desde a barra de Todos os Santos até a sua foz no oceano, na Villa de S. Jose do Porto Alegre da provincia da Bahia.... Ora se conseguirmos, como eu espero, vencer as dificuldades, que por ventura apparecerem, se a fertilidade das terras, e as tão preconizadas riquezas da serra das Americanas, attrahirem, como é mais que provavel, a colonisação para aquelles pontos, é evidente que o termo de Minas Novas, hoje tão abatido, tendo faceis meios de transportar seus algodões, e outros muitos generos, que produz em tão grande abundancia, virá brevemente a ser um dos mais florescentes municípios da provincia. A empresa de mais não favorece só ao termo de Minas Novas, e é por isto que eu sobre ella chamo as vistas patrioticas d’esta assembléa*”. (**Falla Dirigida à Assembléa Legislativa Provincial de Minas Geraes**, na Sessão Ordinária do Anno de 1847 pelo Presidente da Província Quintiliano José da Silva. Ouro Preto, Typ. Imparcial de B. X. Pinto de Sousa, 1847, p.46).

procuravam realizar seus ideais liberais: civilização, progresso pelo trabalho e liberdade de comércio. As grandes distâncias precisavam ser vencidas, na medida em que dificultavam o comércio e condenavam ao mais triste abandono a agricultura e impossibilitavam a construção da riqueza naqueles recôncavos encravados nos sertões. O trabalho, gerador de riquezas, era mal aproveitado, as “forças dos homens” igualmente perdidas e a pobreza irremediável. Acreditavam que a “facilidade das comunicações” resolveria o problema do “atraso”, porque fazendo desaparecer as desanimadoras distâncias e aproximando os “sertões do oceano” e os “desertos das cidades”, os emigrantes não temeriam em adentrar-se pelo interior, ao passo que os habitantes locais se entusiasmassem vendo “brotar a riqueza do mesmo solo que antes apenas lhes servia para não deixá-los na miséria”⁵⁹

Assim interpretou e explicou Timmers a criação da empresa do Mucuri:

- Parece que, entretanto, em 1847, Teófilo Otoni, com espírito de patriotismo e risco comercial, combinou com o Presidente Quintiliano, de fundar uma empresa particular que, com o apoio do governo, realizasse o principal intento dos planos: abrir uma via de comunicação entre Minas e o mar.⁶⁰

Além de uma explicação, suas palavras evidenciam que os empresários da época não investiam em negócios arriscados sem o apoio do governo, como também confirmam que negócios e política não se separavam. Pelo contrário, eram procedimentos que se complementavam, num liame que se comprova também no fato de Otoni ser, na época, deputado geral pela província de Minas.

Os irmãos empresários – Theophilo e Honório – dirigiram-se, em 1846, ao Governo Imperial e Provincial de Minas pedindo algumas concessões e privilégios. Receberam do governo da província permissão para abrir uma estrada entre a cidade de Minas Novas até às margens do rio Mucuri, onde construiriam, mais tarde, os armazéns da Companhia; e uma outra que deveria comunicar com uma estrada já existente que ligava Minas Novas ao Serro e a

⁵⁹ OTTONI, T. B. **Companhia Do Mucury**. História da Empresa. Importância da Empresa dos seus Privilégios. Alcance de seus Projectos. Rio de Janeiro. Typ. Villeneuve e Comp., 1856, p.10.

⁶⁰ THIMMERS, **Ob. Cit.**, p.14.

Diamantina⁶¹, com o propósito de desenvolver o comércio entre estas cidades. Em troca, a Companhia receberia do Governo Imperial vários e amplos privilégios e isenções.⁶² Aos proponentes foi colocado o compromisso de que em três anos deveria a Companhia ter um barco a vapor navegando nas águas do Mucuri, abrir e conservar caminhos provisórios no município de Minas Novas. O contrato com o Governo Imperial selado em 31 de maio de 1847 fora celebrado com o senador Manoel Alves Branco (futuro Visconde de Caravelas) e aprovado na Câmara “sem debate”, quando Ottoni era vice-presidente da casa:

Na camara dos deputados havião lutas desabridas entre as duas opiniões políticas que ali se debatião, e o empresário, o Sr. T. B. Ottoni eram apontado como um dos mais fortes e decididos chefes do partido que predominava o paiz, e que naturalmente soffria constantes agressões dos adversários, muitos dos quaes tinham assento na camara, e entretanto a resolução que concedia tão extraordinarios privilegios aos empresarios do Mucury foi sem debate e unanimamente approvada, retirando-se da sala **sómente** (grifo do autor) o deputado empresario para não votar em causa própria.⁶³

No Senado a resolução teve a mesma aceitação, exceto algumas verbações de Bernardo Pereira de Vasconcelos contra os privilégios extraordinários que a empresa receberia, alegando que iriam “privar o futuro por largo tempo dos beneficios da liberdade”. Chamava a atenção para as dificuldades estruturais da região e a falta de conhecimentos concretos tanto do governo como dos empresários, conhecimentos que seriam condição essencial para o sucesso do empreendimento. Além do mais, alertava para um perigo eminente, o de “*arredar de suas*

⁶¹ Serro, Diamantina, Grão-Mongol e Minas Novas eram regiões voltadas para o suprimento de produtos de pecuária no séc. XIX. (FRAGOSO, J. L. **Ob. Cit.**, p.130)

⁶² Estes privilégios e concessões são citados no opúsculo **Companhia do Mucury** (pp.31-32) e repetidas por Chagas, que assim os resumiu: “a)- Exclusivo de navegação a vapor do porto de São José do Porto Alegre (atual Mucuri) aos da Bahia e do Rio de Janeiro; b)- Exclusivo de navegação a vapor ou de outro qualquer modo, no rio Mucuri e seus afluentes; c) Direito de estabelecer os fretes. d) Direito de cobrar do governo o valor de todas as obras que houver construído, no fim de quarenta anos, ou de continuar o privilégio por mais outros quarenta; e)- Concessão de dez léguas de testada por uma de fundo para estabelecimento da colonização; f)- Permissão para abrir estradas do armazém superior da Companhia (Filadélfia) para Minas Novas, Serro e Diamantina, com direito de cobrar pedágio; g)- Isenção por oitenta anos dos impostos provinciais; h)- Obrigações, por parte do governo, de não permitir abertura de outras estradas que conduzissem às margens do rio Mucuri e da barra do rio Todos os Santos para cima; i)- Construção de um quartel nas matas do Mucuri e obrigação de lá conservar trinta praças da Força Pública para proteger a companhia contra os selvagens”.(CHAGAS, P. P. **Teófilo Ottoni, Ministro do Povo**. 3ª ed. Belo Horizonte: Ed. Itatiaia/MEC, 1978 1956, p.155).

⁶³ OTTONI. **Companhia do Mucury**. 1856, p.32.

*actuaes occupaões muitas pessoas que, alliciadas ou illudidas pelas riquezas que se diz existirem nos arredores do rio, podião, abandonando sua industria, ir lá achar miséria em vez de opulência”.*⁶⁴

Mas, neste contratempo, os empresários puderam contar com o apoio do Visconde de Olinda, que interveio na discussão, conseguindo findá-la com algumas explicações que endossavam os argumentos dos proponentes, os quais afirmavam que os “brilhantes resultados” que a empresa traria ao país compensariam os privilégios concedidos. Quanto à possibilidade da pobreza tomar o espaço da esperada riqueza, anunciaram que já tinham tomado todas as providências (proibindo a mineração) para que:

...a gente que vai entrando no Mucury não se lance no jogo arriscado da mineração, cujas explorações são expressamente vedadas a todos os empregados da companhia; porque, se essas riquezas existem realmente, a sua exploração actualmente, e antes de haverem boas estradas e amplos meios de subsistencia, póde redundar em grande e lamentavel ruina...⁶⁵

Nesta “estratégia” pode-se observar os empresários armados contra o imediatismo e o caráter provisório dos empreendimentos de mineração, um comportamento típico após a experiência da exploração mineral desenfreada na capitânia de Minas Gerais. Desqualificavam o trabalho que se realizava nas zonas de mineração, marcado pela fluidez e incerteza, acusavam-no de produzir “falsa riqueza” e criar enormes problemas sociais, tais como, a pobreza e a vadiagem. Como afirmou uma estudiosa da pobreza mineira do século XVIII: “*no Brasil, como no Ocidente moderno, o trabalho decente e honrado é o que se relaciona à praga bíblica: ‘amassarás o pão com o suor do teu rosto’*”.⁶⁶ Foi justamente esta precaução quanto a uma possível “desordem” causada pela pobreza, que Ottoni, mais tarde, irá se precaver, preferindo trazer às colônias do Mucuri “colonos com algumas posses”.⁶⁷

⁶⁴ Idem, ibidem, p.33.

⁶⁵ Idem, ibidem, p.34

⁶⁶ SOUZA, L. de M. **Desclassificados do ouro: a pobreza mineira no século XVIII**. Rio de Janeiro: 1985, p.63.

⁶⁷ Desde as primeiras expedições realizadas na região do Mucuri no início do século XIX, ficou constatada a presença de pedras preciosas, mas a exploração destas riquezas permaneceu adormecida. A necessidade

Sendo a empresa aprovada e “muito apreciada pelos altos poderes do Estado”, em 4 de setembro de 1847 iniciaram os empresários - em companhia de parentes, amigos e escravos, divididos em duas expedições - a primeira viagem de exploração e reconhecimento da região que iria abrigar a Companhia. Conta-se que Ottoni teve neste momento sua primeira “desilusão”. Ao subir o “rio de seus ideais” descobriu que o Mucuri não era completamente navegável (devido à presença de cachoeiras e outros problemas com o seu leito), e percebeu a inexatidão das informações do relatório de Renault. Entretanto, o empresário não desanimou. De volta ao Rio de Janeiro, para fazer conhecido o seu empreendimento, publicara com o irmão Honório um panfleto de propaganda contendo suas impressões e propósitos intitulado “*Condições para a incorporação de uma companhia de comércio e navegação do Rio Mucury*”.

Projetar uma companhia de navegação que operasse em toda extensão do rio foi, segundo seus biógrafos, o “erro fundamental” do personagem. Os irmãos Ottoni se viram, então, na necessidade de redefinir os propósitos da empresa. Entenderam que era preciso construir uma estrada terrestre pelo interior da mata virgem, um trajeto que ia de Santa Clara até o Alto dos Bois, com uma distância de aproximadamente 250 quilômetros, “imprevisto” que retardou os primeiros trabalhos da Companhia, pois a realização da obra viária acabou por esgotar o prazo estipulado pelo Governo para a organização da empresa – que venceu em 1849 – e o empreendimento só se viabilizou em 1852.

de abertura de novas fronteiras agrícolas acrescida desta mentalidade negativa do trabalho na mineração, fizeram com que a atividade mineral não fizesse parte do projeto liberal de Ottoni. Os primeiros imigrantes que ali chegaram, mais tarde, afirmaram que “os alemães ficaram em cima de um tesouro sem saber”. Pois ao contrário do que Ottoni e os outros estudiosos acreditavam, as terras da região não eram naturalmente favoráveis à agricultura, requerendo para produzir a aplicação de tecnologias (utilização de fertilizantes) inviáveis naquela época. Em 1922, ocorreu um segundo movimento migratório no local, particularmente de alemães, dos quais muitos se dedicaram ao comércio de exportação de pedras preciosas para a Alemanha. Uma moradora da cidade de Teófilo Otoni rememorou os tempos de seus ascendentes alemães: “[Meus sogro ia] *de terno a cavalo, pois não tirava a gravata, de óculos escuros, viajando pelo interior à frente da cavalcada, porque não tinha na época boas estradas... Ele ia comprando no interior pedras e depois exportava em bruto para a Alemanha, eles eram três irmãos, e lá na Alemanha tinha uns parentes que recebiam ... e beneficiavam as pedras, quebravam e lapidavam e exportavam para o resto do mundo. E ainda é hoje o maior mercado de pedras*”. (FRANÇA, Jussara (org.) **A Colonização Alemã no Vale do Mucuri**. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro/ Centro de Estudos Históricos e Culturais. 1993, p.77). Mas, assim como a agricultura, a atividade não proporcionou o desenvolvimento econômico, pois toda exploração mineral voltada para a exportação, traz riquezas a poucos. O nordeste de Minas ainda continua procurando alternativas para contornar os seus problemas econômicos e sociais.

Por outro lado, novos obstáculos se interpuseram no caminho da Companhia, dessa vez no âmbito da província, comprometendo os recursos para sua efetivação. Além do falecimento de um dos participantes, Honório B. Ottoni, indisposições com o Governo provincial se colocaram, pois, no momento de implantação do projeto, Minas passou a ser presidida por um dos antigos opositores do político liberal, o Conselheiro Luiz Antonio Barbosa. A Assembléia provincial, possivelmente com maioria conservadora em 1851, “talvez persuadida de que os empresários não tinham recursos para levar a efeito os compromissos contraídos” e, ainda, considerando em comisso os privilégios concedidos àquela empresa, resolveu aprovar uma lei que autorizava a abertura de uma outra estrada concorrente, a estrada terrestre para São Matheus, ferindo, assim, os privilégios dados anteriormente a Companhia do Mucuri e colocando em risco a viabilidade do projeto de Ottoni. As conseqüências foram imediatas, pois expirava o novo prazo concedido (1851) para a organização da empresa. Esta situação significou mudança de planos: para viabilizar os prazos estabelecidos pelo governo para a incorporação do empreendimento, e salvá-lo do fracasso, a negociação de ações no mercado foi substituída – devido à sua morosidade – pela distribuição de seus efetivos entre membros da própria família e de amigos a ela relacionados:

...o empresário sobrevivente deu a companhia uma organização provisória emitindo somente 1000 acções, minimo permitido para a incorporação, subcrevendo a família Ottoni com perto de 700, e cabendo as 300 restantes a alguns amigos que espontaneamente quizerão correr os riscos do momento, sendo de notar que entre os subscriptores dessas 300 acções figura em primeiro lugar com 100 acções o sr. Ireneu Evangelista de Souza...⁶⁸

O ano de 1851 fora dedicado à organização da Companhia que conseguiu sua incorporação oficial somente em 1852. Neste período, Ottoni endereçou uma circular a vários fazendeiros da região, oferecendo-lhes sesmarias de meia légua de terras se quisessem abrir fazendas nas proximidades da futura estrada. Muitos aproveitaram a oportunidade e se tornaram proprietários de terras, outros venderam sua fazendas em outras regiões da província e apostaram na sorte para aumentaram suas posses. Este foi o caso de Joaquim José de Araújo Maia, um cunhado do Diretor, que o ajudou como administrador nos trabalhos de abertura de estradas. Era um “forte cafeicultor” que vendeu suas propriedades em Valença e Itapemirim para abrir a

⁶⁸ OTTONI, *Companhia do Mucury*. 1856, p.46.

fazenda “Monte Cristo” na zona do Mucuri, e, ao mesmo tempo, este fazendeiro conseguia aumentar seus rendimentos alugando escravos à Companhia.⁶⁹

Retomando outras leituras, especialmente de fontes primárias, foi possível perceber que os relatos biográficos não mencionaram estas dificuldades que os empresários mineiros enfrentaram para organizar a Companhia. E, se fossemos levar em conta apenas o texto da *Circular*, poderíamos atribuí-las a problemas políticos decorrentes do ostracismo imposto aos liberais pois, assim como aqueles anos foram difíceis para os liberais em geral, dado o domínio conservador na política imperial, poder-se-ia pensar que também assim teria sido para os irmãos empresários, que teriam encontrado dificuldades políticas para dar andamento aos negócios. Tais dificuldades se originariam em várias circunstâncias. Além da “queda dos liberais” em 1848, que Ottoni atribuiu não ao esfacelamento do partido mas, ao “arrefecimento das boas graças do Palácio”, ou seja, as imposições do “governo pessoal”, acrescentava-se a supressão do tráfico em 1850 adotada pelo Gabinete conservador de 1848, que muitos problemas poderiam ter causado aos empresários, já que no início dos trabalhos no Mucuri utilizaram mão-de-obra escrava.

Todavia, problemas deste teor não poderiam ser comentados nas biografias, pela simples razão de que, diferentemente de outros políticos liberais, os Ottonis mantiveram – no início da década de 1850 - estreitas relações com figuras conservadoras (a exemplo do barão de Cotegipe) de influência na corte, que secretamente e à revelia do governo da província de Minas, os auxiliaram no processo de incorporação da empresa mesmo sem ter ela atingido as exigências estabelecidas no contrato original. O silêncio dos biógrafos sobre as dificuldades da incorporação da empresa se esclarece pela revelação inscrita em uma carta de 1862, e enviada por Ottoni ao Ministro e Secretário dos Negócios, Cansanção de Sinimbu, onde declara que a empresa, na verdade, fora incorporada antes, em 1851, e não em 1853, conforme se divulgou, mas que apreensivo contra os ataques de seus adversários, o político-empresário guardara segredo para resguardá-la de um eventual perigo:

Nesse tempo (1849) o conselheiro Luiz Antonio Barbosa ainda não tinha informado á camara dos deputados que havia quem quizesse condemnar a empreza do Mucury por conta do nome de seu

⁶⁹ THIMMERS, *Ob. Cit.*, p.21.

autor. No entanto eu já nutria esse receio, e, sob tal impressão, procurava occultar os magníficos horizontes que se me antolhavam. Por isso, como se póde vêr do copiador da companhia n.1. ordenava ainda em 1853 ao meu agente de Santa Clara, que guardasse a maior reserva ácerca de communicações com Caravellas... Encetei a empreza do Mucury, como se tratasse de uma conspiração contra o estado. Organizou-se a companhia em maio de 1851, e a notícia não chegou aos jornaes senão em 1853. Obtive que se me entregasse, a sello volante, as participações da secretaria, do imperio para as presidencias de Minas e da Bahia. Esta foi remetida, apadrinhada com uma carta de recommendação do distincto barão de Cotegipe, depois de haver entrado no exercício da vice-presidencia um actual deputado, amigo do barão. Eu pensava que á empreza do Mucury, só seria licito funcionar livremente, mediante a supposição de que eu lá me perderia. Esperava, porém, ganhar folego tamanho, que quando dessem pela cousa, estivesse ella feita e eu seguro contra os meus adversarios. Nesse ponto evidentemente enganei-me”.⁷⁰

As palavras de Ottoni de 1862 são reveladoras de que os entraves se situavam muito mais na esfera da política provincial do que em dificuldades econômicas. Ao mesmo tempo, evidenciam os liames entre política e negócios, os quais permitiram-lhe organizar o empreendimento, em particular, o apoio que mais tarde recebera do governo, em 1853, já na gestão do Gabinete Paraná, tido como “o auxiliar do novo espírito da praça”.⁷¹

Conta-se que, na organização e administração do projeto, Ottoni privilegiou os amigos e parentes. A inspeção das obras do caminho de São José a Santa Clara ficou por conta do primo, o médico Manuel Esteves Ottoni. A administração da estrada a ser construída de Santa Clara à Filadélfia, ficou com o cunhado Joaquim José de Araújo. O irmão Augusto Benedicto Ottoni, foi

⁷⁰ OTTONI, T. B. **Breve Resposta ao Relatório da Liquidação da Companhia do Mucury por parte do Governo**. Rio de Janeiro: Typ. de M. Barreto, Mendes Campos e Cia., 1862, p.11.

⁷¹ Joaquim Nabuco sublinhou que o Marquês de Paraná era um partidário da unidade de emissão de moedas e entendia que esta deveria ficar com o novo Banco do Brasil, sendo o emissor e o regulador do meio circundante. O Banco do Brasil de 1853 acabou recebendo o direito de emitir em valor duplo ou com autorização do governo e, em 1855 a política financeira do gabinete consentiu a elevação da emissão ao triplo. Tanto que Ferraz estudando a crise financeira de 1864, acusara o Gabinete da Conciliação de ter sido o desencadeador da crise em 1853, encontrando aí o início da mesma. A política financeira adotada, segundo o Ministro Ferraz, despertara a “esperança do dinheiro barato”, a “regurgitação do papel moeda” incitando a agiotagem com ações e a criação desenfreada de empresas privadas a custas de empréstimos, que acabou por levar à baixa do cambio, provocando a situação que se instalou em 1857, quando se presenciou a baixa de preços dos produtos brasileiros e a conseqüente quebra de importantes casas exportadoras. (Relatório da Comissão de Inquérito sobre a Crise de 1864, citado por NABUCO, J. Ob. Cit., p.242).

o escolhido para ocupar o importante cargo de caixeiro e administrador geral de todo o serviço da Companhia.⁷²

A organização da Companhia apresentada pelos biógrafos, sublinhando esta distribuição de cargos a familiares e amigos, propiciaram, mais tarde, críticas e acusações de que “os Ottonis” haviam recebido um “feudo” na província mineira, tornando-se, assim, “senhores de todas as terras da bacia do Mucuri e seus afluentes”. Contra o Diretor, pesava a acusação de que compromissado com as “altas posições” no Rio de Janeiro, ficava impedido de “internar-se” no Mucuri. Então, deixava a tarefa de gerenciar o empreendimento a familiares e amigos próximos: *“Teófilo Otoni, que jamais estacionou na sua praça de comércio de Filadélfia, onde tinha os seus fidelíssimos prepostos e, vivendo na Corte, com o pensamento mergulhado ambiciosamente nos interesses monetários...”*⁷³

Na verdade, o modelo organizacional executado por Ottoni não se distanciava da prática empresarial da época. Desde a Colônia, negociantes, donos de engenhos e proprietários mantinham vínculos pessoais e mercantis com magistrados e funcionários administrativos para conquistar favores e influências. As ligações familiares entre os membros da elite mercantil também eram comuns e compunham uma realidade que se enquadrava no padrão empresarial vigente no país. O caráter familiar estava presente na organização das empresas de qualquer ramo e foi justamente esta especificidade que permitiu o domínio das famílias em determinadas áreas, o que contribuiu para fechar mais ainda o círculo de acesso à riqueza social e a preservação de fortunas comerciais.⁷⁴

⁷² THIMMERS, Ob. Cit., p.21

⁷³ LORENTZ, T. **Teófilo Otoni**: no Tribunal da História. Rio de Janeiro: Ed. Luna, p.73 e 234.

⁷⁴ Sobre o assunto ver: OLIVEIRA, C. H. L. de S. **A Astúcia Liberal**: Relações de Mercado e Projetos Políticos no Rio de Janeiro (1820-1824), EDUSF e ÍCONE, 1999, p.66. FRAGOSO, J. L. R. **Homens de Grossa Aventura**: acumulação e hierarquia na praça mercantil do Rio de Janeiro (1790-1830). 2ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1998. FRANCO, Mª. S, de C. **Homens Livres na Ordem Escravocrata**. 4ªed. São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1997.

No “*esquema das associações, soldavam-se os interesses dos membros da família e pessoas próximas numa espécie de auxílio mútuo*”.⁷⁵ Dar emprego para a família era considerado um dos pontos mais altos da atividade política. Foi justamente este complexo jogo de relações pessoais e um intrincado e sutil esquema de conchavos políticos que se pôde observar no processo de organização da empresa do Mucuri. Como bem definiu o mesmo crítico, Ottoni “*era um mestre no campo comercial, que podia dar lições aos mais entendidos*” . Nas atividades mercantis o seu conceito era grande e maior o seu prestígio entre os homens de negócios e financistas. Era procurado pelos barões latifundiários da província de Minas e do Rio de Janeiro, para a troca de idéias e melhores negócios.⁷⁶ Na organização da Companhia não estava o “político sonhador”, o “idealista”, mas o político e empresário experiente como muitos de seu tempo, com o objetivo de efetivar um projeto político liberal e, também, garantir o enriquecimento.

Em sua época, poucos homens detinham liquidez suficiente para pôr em funcionamento os mecanismos econômicos demandados por projeto daquele porte. Estudiosos da economia colonial e imperial costumam afirmar que tanto a riqueza como o mercado estavam centralizados nas mãos de poucos. A historiografia clássica sempre frisou que os proprietários de terras eram os mais afortunados, porque possuíam a terra e a produção, relegando aos comerciantes um papel secundário na construção da riqueza nacional.

Portanto, tal análise não procede quando se busca perceber, mesmo que superficialmente, o trajeto dos comerciantes no século XIX. Após a vinda da Corte, com a abertura dos portos e os tratados da Grã-Bretanha, os negócios aumentaram e a “classe de comerciantes” diversificou e internacionalizou. Apesar da predominância acentuada dos ingleses, começaram a sobressair os “nascidos na terra”, que foram aos poucos ganhando espaço no mercado, chegando mesmo a elaborar o Código Comercial durante a Regência. Conseguiram se organizar na “Sociedade dos Assinantes da Praça (que em 1867 passou a chamar Associação Comercial do Rio de Janeiro). Até o final do Segundo Reinado a direção da instituição esteve nas mãos de homens de destaque

⁷⁵ CALDEIRA, Ob. Cit., p.96.

⁷⁶ LORENTEZ, L. Ob. Cit., p.115 e132

no mundo do comércio, das finanças e da política, dentre eles, Mauá, Theofilo Ottoni e o Visconde de Tocantins.⁷⁷

Investigando os indicadores de riquezas em documentos de época – processos de falências e de administração de bens - pesquisadores têm comprovado que a sua maioria era formada por lojas, navios e empreendimentos ligados ao capital mercantil, o que possibilitou aos investigadores afirmar que as operações mercantis demandavam investimentos superiores ao da produção agrícola. Um botequim ou uma loja de louças ou de qualquer produto importado – como a Ottoni & Cia na Rua Direita – poderiam custar mais caro que uma fazenda com escravos, terras e plantações.⁷⁸ Observam, também, que os bens ligados ao comércio – lojas, armazéns, armarinhos- envolviam cerca de 4.000\$000 réis em média, e que em quase todos os anos, esses mesmos bens mercantis equivaliam pelo menos ao dobro do valor médio dos de natureza rústica. Portanto, para empreender um negócio de comércio varejista, os agentes econômicos teriam que ter um montante de capital que, sem dúvida, poderia transformá-los “donos de terras e homens”.⁷⁹

Torna-se importante levar em consideração a afirmação de que a variabilidade dos negócios num mercado ainda incipiente, *“impedia que o empresário de grande envergadura depositasse os seus ovos em uma mesma cesta”*. Era esta fluidez e instabilidade dos ramos de negócios e as restrições do mercado que promoviam a elasticidade no setor mercantil. Um empresário poderia ter, simultaneamente, atuação em vários segmentos do mercado. Da mesma forma, um outro poderia controlar a reposição de mão-de-obra escrava, a comercialização do açúcar e a importação e exportação para a metrópole. No mercado interno, a prática era a mesma, um mesmo mercador podia monopolizar o comércio de carne, trigo ou qualquer outro produto. Estas múltiplas atividades mercantis, ao contrário do que se pensa, não eram vistas como algo

⁷⁷ ASSOCIAÇÃO COMERCIAL DO RIO DE JANEIRO. **Os Assinantes da Praça: 1834-1984**. Rio de Janeiro: Biblioteca Reprográfica Xerox, 1984

⁷⁸ FRAGOSO, J.L. **Ob. Cit.**, p.345.

⁷⁹ FRAGOSO, J. L. e FLORENTINO, M. **O Arcaísmo como Projeto: Mercado Atlântico, Sociedade Agrária e Elite Mercantil no Rio de Janeiro, c. 1790 – c. 1840**. 2ª ed. Rio de Janeiro: Sette Letras, 1996, p.67.

ruim, dava ao comerciante uma “posição estratégica” nas acumulações processadas no mercado interno. O comerciante tanto enriquecia com o mercado interno como também passava a ter e exercer o poder financeiro e comercial.⁸⁰

Otoni era um homem que possuía fortuna e, como tal, estava inserido nestas práticas próprias do meio mercantil. Era a sua fortuna e a dos outros – os acionistas – que estavam em suas mãos para serem geridas. Como um empresário que movimentava vários negócios, não podia abandonar suas atividades no Rio de Janeiro, por exemplo, ao mesmo tempo (1851) que estava organizando a Companhia do Mucuri, no interior de Minas Gerais, estava, também, no Rio de Janeiro, constituindo com o seu sócio, Irineu Evangelista, os estatutos do Banco do Brasil. Ao contrário do que deixou transparecer o próprio Otoni e os seus biógrafos, ele nunca cerrara as portas de seu estabelecimento na Rua Direita. Na verdade, apenas reformulou seus negócios, se antes vendia artigos importados, depois de 1848, passou também a negociar fretes e viagens para o Mucuri, como pode ser comprovado pelos anúncios comerciais da Otoni & Cia nos jornais da época. Afinal, como um empresário experiente e precavido, não iria colocar os “seus ovos na mesma cesta”.

4.2- O Gabinete Paraná e as empresas privadas (1853).

Com o Gabinete de 29 de setembro de 1853 inaugurava-se uma nova era para os negócios no Império. Segundo um defensor da empresa privada, *“em vez de empresas, mais valia ter um amigo no governo para ganhar dinheiro. Em vez de negócios privados, negociatas públicas”*. O Estado brasileiro apresentou plena disposição para favorecer seus “protegidos”. Mas, com a mesma mão que ajudava construir fortunas, destruía outras que não eram de seu agrado. Queixou-se o crítico do governo imperial que esta intervenção na economia se dera em função do domínio que mantinha sobre o Banco do Brasil. O Estado havia se tornado um “mago” e ao mesmo tempo, o *“juiz das boas intenções de progresso, o farol moral dos negócios*

⁸⁰ Tanto Lenharo como Fragozo demonstraram o monopólio dos intermediários do abastecimento do Rio de Janeiro. Devido a falta de liquidez, o produtor mineiro tornava-se dependente do capital mercantil. O comerciante, “o capitalista”, oferecia crédito e escravos ao produtor. Esta posição monopolista no setor de abastecimento rendia-lhe a parte mais apreciável dos lucros. FRAGOSO, J. L. **Ob. Cit.** pp. 321 e 253. Ver também: LENHARO, A. **As Tropas da Moderação**: o abastecimento da Corte na formação política do Brasil – 1808-1842. São Paulo: Símbolo, 1979 e PETRONE, M^o T. S. **O Barão de Iguape**: um empresário da época da Independência. São Paulo: Ed. Nacional; Brasília: INL, 1976.

*particulares...Passou a ser visto com uma força mística revestindo seus projetos com uma aura de benemerência, ungindo os negócios privados com os santos óleos do dinheiro público”.*⁸¹

Os empreendedores da época não hesitaram em beber nesta fonte, a “catedral da economia”. Em nome do progresso e do serviço público, passaram a fazer “*peregrinações junto aos sacerdotes capazes de fazer o milagre da multiplicação do dinheiro*”. Era o tempo das grandes fortunas, do crescimento dos negócios, dos financiamentos vinculados à vontade política, dos conchavos entre amigos, “era a hora da fortuna que beneficiava os mais inteligentes, os mais ousados, os mais bem informados”.⁸² Este também era o tempo que Ottoni colhia seus primeiros sucessos na Companhia, um indício de que a gestão de seus negócios gozava de boa saúde.

Em 1853, entre idas e vindas do Rio de Janeiro ao Mucuri, Ottoni conseguia fundar a “sua Filadélfia”, com a pretensão de ser a capital da nova província, um grande centro comercial e eixo de transporte entre a província de Minas e o litoral.⁸³ Caravelas, na Bahia, também fazia parte do projeto.⁸⁴ Com posição geográfica privilegiada e “independente dos esforços dos homens” estava ligada à costa e ao interior. Possuía ancoradouros, abrigos e mantinha contato direto com todo o litoral, porque exportava coco, azeite e pescado. Antes de Ottoni já teria sido

⁸¹ CALDEIRA, J. **Ob. Cit.**, pp.281 e 317.

⁸² Idem, *ibidem*, pp.317-318

⁸³ Dizem seus biógrafos que o nome “Filadélfia” fora escolhido em homenagem ao “grande centro do liberalismo norte-americano”. Filadélfia (atual Teófilo Otoni) foi a cidade fundada por Ottoni às margens do rio Mucuri, que se tornou o centro das operações da Companhia. A região escolhida para sediá-la foi descrita como uma imensidão de matas e terrenos acidentados por elevações que dificultaram imensamente os trabalhos. Mas, segundo Lorentz, havia nesta escolha uma intencionalidade. O empresário não tinha a intenção de edificar uma cidade. Em sua versão, o empresário queria, na verdade, construir barracões de operação comercial num ponto estratégico (entre morros), para lhe permitir controlar o comércio e cobrar pedágios. A posse de Filadélfia teria nascido como propriedade privada da Companhia: “*A cidade surgiu como consequência natural do desenvolvimento de uma praça de comércio, cujo senhor absoluto era o homem do Serro, que agia na região como negociante.*” (LORENTZ, **Ob. Cit.**, p. 154).

⁸⁴ Reside aqui a explicação para o interesse do empresário pelo rio Mucuri, pois através dele seria possível comunicar facilmente por meio de diversos afluentes até a sua foz no oceano Atlântico. No futuro o rio seria transformado em um imenso canal que permitiria as colônias do Mucuri, ou melhor, a “nova província”, escoar sua produção para os portos da Bahia e Espírito Santo, em direção ao mercado externo.

objeto de “lucubrações de muitos homens de Estado” (inclusive o Visconde de Abrantes) pelas sua grande produção de peixes, em especial, a pesca de garoupas.

O empresário mineiro planejava transformar Filadélfia em um grande porto de exportação e importação de uma “nova província”. Acreditava que no momento em que a população do litoral conseguisse pôr-se em comunicação com a população do norte da província de Minas Gerais, “novos e formosos horizontes” se abririam à cidade que, nos seus prognósticos, estava predestinada, em um futuro bem próximo, a assumir a posição de “*grande empório e de comércio direto com o estrangeiro, quer para a importação, quer para exportação*”.⁸⁵ Foi em função deste objetivo que a Companhia projetou, pra mais tarde, a construção de uma estrada que ligaria Santa Clara ao porto de São José do Peruípe que, por sua vez, seria ligado a Caravelas.

Na *Circular*, ao comunicar a “retirada da política” para cuidar de assuntos mais afinados com os seus princípios, Ottoni anunciou de forma discreta a pretensão de criar uma nova província se necessário fosse (rever a nota nº 2 deste capítulo). Entretanto, os biógrafos, em especial, os teofilenses, querendo agigantar o título de “liberal”, “republicano” e “democrata liberal”, ignoraram a descrição do autor. No empenho de enaltecê-lo, de destacar o patriotismo e o liberalismo de sua ação, chegaram mesmo a descortinar informações que o biografado em 1860, na *Circular*, procurava resguardar.

Christiano Ottoni ao homenageá-lo, confessou que “apoiado por políticos de peso”, o irmão pretendia criar uma nova província, uma idéia viável naquele momento e que aconteceu, por exemplo com a criação do Paraná:

A abertura das communicações com o oceano fez nascer e tornou praticavel uma ideia politica, aceita pelo marquez de Paraná advogada por vários deputados, mui bem acolhida pelas populações a quem interessava, e para resumir tudo em uma só palavra, medida de vantagem intuitiva. Tratava-se de crear uma nova provincia, contendo a comarca de Jequitinhonha e parte das do Serro e S. Francisco, em Minas; a de S. Matheus no Espírito Santo; e as de Caravellas e Porto Seguro na Bahia. A nova provincia e sua rede de estradas, aproximaria do oceano mais de 100.000 habitantes do norte de Minas, facilitaria o roteamento de extensíssimas mattas, e daria um porto de mar a uma grande parte da provincia que não pode continuar, em toda a sua vasta extensão, dependente da

⁸⁵ OTTONI. *Companhia Do Mucury*. 1856, p.20.

alfandega do Rio de Janeiro. E a principal arteria do novo corpo político seria a estrada da companhia Mucury.⁸⁶

Timmers endossou as palavras do biógrafo-irmão e afirmou que com a criação da Companhia do Mucuri seu diretor queria estabelecer uma nova província, atitude que retratava seu "amor e devoção a sua terra natal".⁸⁷ Interpretação similar será a de outro biógrafo que exaltando o "patriotismo" de Ottoni, afirmava que o seu objetivo não se restringia ao desbravamento e colonização das matas e na fundação de uma cidade que se tornasse o "centro propulsor e distribuidor do progresso" na região do norte de Minas Gerais. Era "mais grandioso", de "projeção forte futuro à dentro", a empresa a que se propunha, criaria uma nova província brasileira, a província de Santa Cruz. Mas não pôde levá-la a termo devido "a inveja e a campanha de intrigas e descrédito que lhe moveram com fins políticos".⁸⁸

Olbianio de Melo interpretou o projeto de Ottoni como um "sonho republicano" que fora alimentado com convicção desde a sua infância até a maturidade, "sonho possível" se não fosse os seus adversários que não o aceitaram:

Agora o lidador sonha. Sonha um grande sonho. Criar o estado do Mucuri, tendo 'Filadelfia' como capital da nova unidade federativa. Não fora em vão que no traçado da cidade separara aquela praça a que dera o nome de Praça do Governo. Seriam desmembrados da Província vários municípios. Da Bahia também. Belmonte, Canavieiras, Pôrto Seguro, Prado, Caravelas, São José do Pôrto Alegre. E vê o principal pôrto marítimo cheio de navios. Entrando e saindo com suas chaminés fumegantes rumo às várias partes do mundo. Carregados de mercadorias. Num intenso e próspero intercâmbio comercial. E a via férrea cortando toda a extensão até sua cidade. Centro econômico que seria o funil por onde escoaria também estuante toda a produção do norte e do nordeste de Minas...⁸⁹

Se, em 1860, Ottoni fora tão cuidadoso em não deixar transparecer suas aproximações com os "políticos de peso", não o foi em 1856 quando foi publicado o texto *Companhia do Mucury. História da Empresa. Importância da Empresa dos seus Privilégios. Alcance de seus Projectos*. Neste ano a empresa havia conseguido ultrapassar as dificuldades dos primeiros anos

⁸⁶ OTTONI, C. B. **Biografia de Theophilo Ottoni**. Rio de Janeiro: Typ. do Diário, 1870, p.29.

⁸⁷ THIMMERS, Ob. Cit., p.66.

⁸⁸ FERREIRA, G. Theophilo Benedicto Ottoni. In: **Os Bandeirantes Modernos**, 1934, p.17.

⁸⁹ MELO, Olbianio de. **A Ação de Teófilo Benedito Ottoni no cenário Político e Econômico do Império**. São Paulo: Edição do Instituto Brasileiro de Pesquisas Econômicas. 1958, p.47.

e ambicionava dar continuidade ao projeto. Ottoni achou que era preciso tornar público o que já se tinha alcançado para se justificar ante as críticas recebidas aos “privilégios excessivos” que a Companhia recebera. Era preciso, sobretudo explicitar as “potencialidades” da região para expor “o alcance de seus projetos”, qual seja, transformá-la em uma nova província, que dependia, exclusivamente, do “desenvolvimento e da prosperidade da empresa do Mucuri” para ser criada.

Neste momento não foi preciso escamotear os apoios recebidos, em especial do presidente do conselho de ministros – o Marquês de Paraná, que partilhava com Ottoni a idéia de que dever-se-ia estabelecer uma nova província na região norte do território mineiro. Pelo contrário, apresentar tal compromisso com o líder da “conciliação” ajudaria a dar confiabilidade àquela pretensão. Assim anunciava um dos artigos do referido texto:

...a sabedoria com que em 1854 o Exm. Sr. marquez de Paraná, presidente do conselho, opondo-se ao projecto que mandava crear uma nova província no sul de Minas Geraes, disse pouco mais ou menos o seguinte: ‘Que sem duvida a provincia de Minas era extensa de mais para que se pudesse deixar de reconhecer a conveniência de subdividi-la; mas que não era no sul que se dava principalmente a necessidade de creação de uma província, porém no norte, sendo manifestamente util essa medida, destacando-se a comarca de Jequitinhonha, e parte das do Serro e S. Francisco, e da Bahia, tirando-se as comarcas de Caravellas e Porto Seguro, assim como a de S. Matheus do Espírito Santo; sendo entretanto evidente que a criação de tal província devia ficar dependente das estradas que estava abrindo a companhia do Mucury’.⁹⁰

Além de revelar a proximidade do político e empresário mineiro com o Marquês de Paraná, as palavras do articulista – apesar de não referendadas, foram muito apreciadas pelos biógrafos – incita-nos a inferir que sendo Ottoni um experiente homem de negócios não arquitetou seu projeto pensando apenas em uma companhia de navegação. As palavras do artigo sugerem também que, diante de imprevistos, como as “informações prestadas pelo governo e não coincidentes com a verdade dos fatos” (o relatório do engenheiro Renault), o político-empresário tivera que abandonar o plano inicial – de transformar o rio Mucuri e seus afluentes em vias navegáveis - e redirecionar seu projeto para a construção de uma rede de estradas. É preciso atentar que a abertura de estradas terrestres conjugadas com estradas de ferro ou navegação sob a proteção do Estado era um dos negócios mais ambicionados pelos empresários da época, pois era um investimento com lucratividade garantida, porque atendia uma das necessidades mais

⁹⁰ OTTONI. *Companhia do Mucury*. 1856, p.20.

proeminentes do país, qual seja, a criação de vias de comunicação para escoar a grande produção de café para os portos brasileiros. Não estaria o político-empresário mineiro projetando um empreendimento nestes moldes?

Outro homem de empresa da época, Irineu Evangelista de Sousa, futuro Visconde de Mauá, estava, naquele momento, também investindo em companhias de navegação. Diferentemente de Ottoni e talvez porque não fosse “um homem de partido”, Mauá pode confessar que, também, desde 1844, mantinha ligações com “políticos de peso”, como o Marquês de Paraná, Monte Alegre, Visconde de Itaboraí e Eusébio de Queiróz.⁹¹ O empresário registrou em sua memória escrita, que em 1852, a convite do Ministro Monte Alegre e “animado de propósitos patrióticos”, se dispôs a “encarregar-se da missão civilizadora” de incorporar uma companhia para navegação no Amazonas, recebendo do Governo subvenção e o privilégio exclusivo de 30 anos. Entretanto, logo em seguida, em 1853, com o Ministério Paraná mudou-se a política do Governo para aquele rio. Era preciso, então, abri-lo ao “comércio do mundo”. Mauá, mais maleável que Ottoni (em 1859, quando foi chamado pelo Governo, negou-se a renegociar os privilégios da Companhia do Mucuri), negociou com o Governo e desistiu do empreendimento, trocando o privilégio exclusivo por outros benefícios que vieram a ser efetivados posteriormente, no Gabinete Olinda e Sousa Franco. Explicava assim a sua atitude: “*Tive que ceder à exigência peremptória do finado Marquês de Paraná, que me honrava com a sua amizade e exercia sobre mim grande influência...*”⁹²

As palavras de elogios de Mauá e, anteriormente, as de Ottoni ao Marquês de Paraná evidenciam que existia na época um vasto feixe de relações entre Estado e iniciativa privada. Os empreendimentos privados realizados nos meados do século XIX demandavam grandes investimentos e tornavam agudas as necessidades de crédito, levando o Governo a reestruturar

⁹¹ CALDEIRA, J. **Ob. Cit.**, 174.

⁹² MAUÁ, V. **Autobiografia**: Exposição aos Credores e o Meio Circulante no Brasil. 3ª ed. Rio de Janeiro: Topbooks, 1998p.68-69 e 132. O Marques de Paraná, em 1852, foi um dos maiores acionistas da empresa de estrada de ferro de Mauá, a Estrada de Ferro de Petrópolis. (CALDEIRA, **Ob. Cit.**, p.260).

sua política financeira monopolista⁹³ para atender as operações de comércio e a diversificação dos investimentos. O Brasil passou a se adaptar aos princípios do estabelecimento de bancos privados por meio da emissão de ações, que facilitou financiamentos e empréstimos às empresas particulares que nasciam.

Os empresários, defensores do liberalismo econômico, não reivindicavam o afastamento do Estado em seus negócios, até porque entendiam a concessão de subvenções e os privilégios que recebiam como uma “troca” com o Governo, pois, mesmo que seus empreendimentos fracassassem, nunca perderiam, como ocorreu com a Companhia de Navegação do Amazonas de Mauá:

Ficou demonstrado que a subvenção é um adiantamento, ou verdadeiro custeio com que o Estado concorre para arrecadar uma renda, assim no que toca aos cofres gerais como aos provinciais, SETE VEZES maior do que a que para eles entrava há apenas 23 anos antes de ser introduzido esse meio aperfeiçoado de locomoção, que conseguiu encurtar as distâncias, e pôr em rápida e regular comunicação os centros de produtos naturais com a capital.⁹⁴

Privilégios, concessões e subvenções eram entendidos como partes componentes do compromisso firmado entre Estado e iniciativa privada em prol do desenvolvimento da nação. “*A necessidade de converter em riqueza os grandes elementos naturais, disseminados sobre a extensão de um território tão vasto como o que compreende o Brasil, onde a população é*

⁹³ Joaquim José Rodrigues Torres, Visconde de Itaboraí, dominou a política monetária de 1848 a 1853 como Ministro da Fazenda e como Presidente do Banco do Brasil. Discordava da liberdade total do comércio exterior e da atividade econômica. Defendia um protecionismo moderado e temporário para promover a industrialização e o desenvolvimento do país. No seu entender, o Governo deveria tentar diversificar as atividades econômicas para evitar a dependência dos mercados externos e evitar as flutuações periódicas que impediam o crescimento econômico. No debate entre metalistas e papelistas, escolheu um caminho intermediário, mas com inclinação para as políticas metalistas. Defendia que com este arranjo seria possível implementar o rápido desenvolvimento econômico do país: “...o estoque de moeda deveria consistir parcialmente em metais, para transações e ajustes fracionários, e em papel moeda no volume que fosse necessário para efetuar eficientemente as transações econômicas”. Quanto ao monopólio de emissão do Governo, Itaboraí estava com os metalistas, afirmava que bancos de emissão seriam conflitantes com o esforço do Governo em reduzir o papel moeda. Os bancos privados somente seriam convenientes quando o excesso de papel moeda estivesse retirado e o estoque de moeda ideal - composto de metais e papel-moeda - fosse em relação apropriada ao volume de transações, reduzindo, assim, as flutuações. (PELÁEZ, C. M. e SUZIGAN, W. **História Monetária no Brasil: análise política, comportamento e instituições monetárias**. Rio de Janeiro: IPEA/INPES, 1976, pp.91-93).

⁹⁴ MAUÁ, V. Ob. Cit., p.133.

comparativamente escassa”⁹⁵, vislumbrou horizontes promissores e atçou os ânimos de alguns homens de negócios que, alegando “tarefa patriótica”, receberam inúmeras concessões e subvenções amparadas com a garantia do Estado.

Em Minas o “atraso da riqueza” fora invocado de diversas formas pelas autoridades: falta de transportes, ausência de capitais e créditos empregados na economia rural e o problema de mercado, acentuado pela desvantagem na concorrência entre os produtos de Minas com os do Rio de Janeiro. Em 1844, o presidente da província, Francisco José de Souza Soares de Andréa reclamava que *“vendo-nos...obrigados a abandonar inteiramente a cultura, já do açúcar, já do café, já do algodão e de todos os outros ramos que nos vão dando interesse; porque, por essa mesma justa reciprocidade, ninguém recebe os nossos gêneros ou os carregam de tais tributos que equivalem a exclusão”*. Um analista da história econômica de Minas sublinhou a situação e explicou porque a província não exportava sua produção:

Minas precisava produzir para seu consumo, pelos embaraços naturais da importação. A distância do litoral não a predispunha também para as culturas destinadas ao exterior, mais vantajosas nas proximidades dos portos. Assim, a lavoura de subsistência, que já se desenvolvera na capitânia, como imposição do número de habitantes, continuou a ser praticada. Essa atividade não afastou de todo, entretanto, a escassez de gêneros, a carestia e até a eventual calamidade da fome.⁹⁶

Para o pensamento liberal da época, a expansão econômica em um país de grande extensão geográfica e de fraca densidade demográfica como o Brasil, somente poderia concretizar se houvesse uma boa rede de transportes capaz de escoar sua produção, pois acreditava-se que *“havendo transporte, haveria riqueza, e, portanto, fixação do homem ao solo e progresso”*.⁹⁷ Em meados do século XIX o café havia-se irradiado também pelo Sul de Minas e pela Zona da Mata, nas proximidades de Juiz de Fora e se estreitavam os laços mercantis de interdependência entre as regiões produtoras do Centro-Sul e a Corte. O norte e o nordeste da província mineira, por sua vez, já dispunha de grande diversidade de produtos de exportação,

⁹⁵ Idem, *ibidem*, p.134.

⁹⁶ IGLESIAS, F. **Política Econômica do Governo Provincial Mineiro (1835-1889)**. Rio de Janeiro: MEC/INL, 1958, p.71.

⁹⁷ TORRES, C. Política Econômica e Financeira. In: **História de Minas Gerais**. IVº Vol. Belo Horizonte. Difusão Pan-Americana do Livro, 1961, p.975.

dentre eles, mesmo que incipiente, o café, e de um sistema de crédito institucionalizado. Estas regiões, assim como Salvador, Sergipe, Alagoas e Espírito Santo, pela distância que se encontravam do Rio de Janeiro, configuravam-se como espaços econômicos que conseguiam manter uma certa autonomia de circulação, e particularizavam-se por esquivar das determinações do poder central.⁹⁸

Otoni, um político conhecedor dos problemas de Minas⁹⁹ e como um empresário ciente da situação econômica e financeira do Império – lembrando que ao mesmo tempo que estava tentando incorporar a Companhia no Mucuri, estava também, em 1851, atuando no Rio de Janeiro como acionista e membro da comissão que organizava o Banco do Brasil de Mauá, dentre outros negócios - soube vislumbrar o momento oportuno para propor o seu projeto. Sabia que a expansão econômica dependia de mercado consumidor interno e externo. No Mucuri pretendeu implementar um empreendimento liberal a longo prazo. Utilizando grandes quantidades de terras, iniciou-o com a derrubada das matas para construção de estradas e o cultivo de gêneros alimentícios para o abastecimento do mercado interno e, posteriormente, após o desenvolvimento pleno da produção, pretendia estendê-la visando o comércio externo, sem se sujeitar às imposições do Rio de Janeiro. Um empreendimento de grande porte que abrigava inúmeras atividades, desde a importação de mão-de-obra estrangeira até a formação de uma infraestrutura: navios, estradas e construção de cidades e portos. Dessa forma, o empreendimento demandava investimentos altíssimos para a época, que somente se viabilizaram porque o momento permitia – o equilíbrio fiscal permitiu enriquecimento do Estado, havia disponibilidade de capitais antes aplicados no tráfico -, e porque seu idealizador estava afinado com a política do Marques de Paraná.

⁹⁸ LEVY, M^a B. e ANDRADE, A M.^a R. de. *Fundamentos do Sistema Bancário no Brasil – 1834-1860, Estudos Econômicos*, São Paulo: 15(n.º especial): 17-48, 1984, p.18-19.

⁹⁹ Em 1835, período que Otoni fora deputado provincial, a Assembléia Legislativa de Minas tinha no centro de suas discussões as comunicações da capital com as outras cidades e vilas da província e, também, com a Corte. Neste mesmo período, o Governo imperial autorizou a concessão de privilégios às companhias que se organizassem para construir estradas de ferro que ligassem o Rio de Janeiro com Minas e Bahia. Relembro que estas discussões possibilitaram ao parlamentar ir se inteirando do assunto e ganhando experiências, tanto que em 1857 idealizou uma estrada de ferro entre Filadélfia (Minas Gerais) e Caravelas (Bahia). Em 1836, Otoni acompanhou todo o período de organização da Companhia do Rio Doce, defendendo seu pedido de concessões e privilégios, situação que mais tarde, em 1846, estava enfrentando com o projeto da Companhia do Mucuri. (TORRES, Camilo, *Ob. Cit.*, pp.975 e 977).

Revelador do seu desejo de liberdade de comércio, e de que o projeto do Mucuri já estava sendo gestado muito antes do momento anunciado na *Circular* (1849), é um outro discurso de 1841, proferido durante a discussão do orçamento da receita geral do Império. Naquela ocasião, Ottoni criticou o monopólio que a alfândega da Corte exercia sobre o mercado importador e exportador do Rio de Janeiro e das regiões vizinhas que escoavam sua produção e recebiam mercadorias da Europa pelo porto daquela província. Debatendo com o Ministro do Império, Cândido José de Araújo Viana (Sapucaí), o então deputado liberal pela província de Minas, denunciou o monopólio daquela Alfândega frente a vastidão do mercado, e apontou para a necessidade de seus pares repensarem o potencial dos outros portos existentes no país. Vejamos seus argumentos, que com outras palavras, revela-nos com antecipação o projeto que irá apresentar seis anos depois:

É verdade que nosso paiz é novo, e que a nossa industria e commercio seguem ainda uma progressão ascendente; mas, apesar de que o Rio de Janeiro tem sido até aqui quase o único mercado exclusivo que recebe directamente das nações estrangeiras os productos que têm de ser consumidos em todo o sul do Brazil, a camara deve pensar que de outros portos, apesar de insignificantes, e que não podem ter comparação com esta vasta bahia, alguns ha no sul que começam a commerciar já directamente com a Europa. Em S. Paulo ha já alguns portos destes, e pode ser que algum outro para o futuro, e não futuro muito remoto, siga o exemplo dos portos de S. Paulo, creio que Santos, Paranaguá, e parece que mais algum, e da mesma maneira no Espírito Santo, sobretudo no momento em que para as ferteis e riquissimas margens do Rio Doce affluir a população que a riqueza daquelle solo chama alli. Então uma grande parte dos consumidores de Minas irão abastecer-se de muitissimos generos alli directamente importados da Europa, deixando de concorrer para o Rio de Janeiro.¹⁰⁰

Mais significativo para perceber que antes de “abandonar a política” em 1848, já estava agilizando o seu projeto do Mucuri e buscando o apoio e os favores das autoridades de Minas, foi o discurso do presidente da província Quintiliano José da Silva, à Assembléia, no dia 4 de fevereiro de 1847:

Assim em data de 18 de maio do anno passado (1846) expedi ao coronel Honório Esteves Ottoni, diretor dos índios da dita comarcas, instruções: para abrir uma estrada á barra de Todos os Santos; fundar estabelecimento de quartel geral na barra do Todos os Santos, escolhendo para êsse fim o lugar mais apropriado; aldear os índios que se apresentam, distribuindo entre eles ferramentas e

¹⁰⁰ CÂMARA DOS DEPUTADOS. *Ata da Sessão de 3 de setembro de 1841*. Brasília: Centro de Documentação e Informação/Coordenação de Estudos Legislativos. Seção de Documentação Parlamentar, 2000.

brindes e víveres durante as primeiras entradas, e procurar, por meio de navegação e estradas, entreter comunicações com a colônia militar que o presidente da Bahia ultimamente mandou estabelecer no Mucuri. Além disto me dirigi por carta oficial a muitos cidadãos daqueles lugares, pedindo-lhes o seu auxílio para levar a efeito esta grandiosa empresa. Forçoso me foi ceder ao coronel Honório Ottoni, por empréstimo, sete bestas arreadas, pertencentes ao corpo policial, as quais têm de servir para a condução dos víveres até a barra do rio Todos os Santos no Mucuri...¹⁰¹

Portanto, não seria exagero afirmar que o seu empreendimento no nordeste mineiro foi um projeto pensado em detalhes e com a perspectiva de sucesso a longo prazo dentro do parlamento e indissociável do desempenho político de seu autor quando ainda preenchia o perfil de líder liberal. Extremamente ambicioso, conhecedor das dificuldades locais e das possibilidades da região se transformar em um polo comercial, visava não só o comércio interno, mas tinha planos de alcançar o mercado externo, talvez sua maior meta. Tal constatação denota, portanto, que a “abstinência política” anunciada na *Circular* foi um brilhante recurso argumentativo para esmaecer os estreitos vínculos entre o “político” e o “empresário”; entre o “impossível” e coerente Ottoni e os escusos e comprometidos (em 1860) círculos da “Conciliação”, intenção que somente poderia convencer os eleitores mais desavisados. Mesmo porque, para os pares de Ottoni envolvidos diretamente com a conciliação - fossem eles liberais ou conservadores - nada era mais familiar do que os liames entre o liberalismo e as benesses do Estado centralizador, entre o trabalho livre e a escravidão. É destes liames que trataremos no capítulo seguinte.

¹⁰¹ **Falla Dirigida á Assembléia Legislativa Provincial de Minas Geraes**, em Sessão Ordinária do Anno de 1847 pelo Presidente da Província Quintilhiano José da Silva. Ouro Preto. Typ. Imparcial de B. X. Pinto de Souza., 1847. Fonte: Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro.

V CAPÍTULO

Liberalismo e Civilização: a questão do trabalho na experiência da Companhia do Mucuri.

SÃO DIREITOS DO HOMEM
NATURAIS E IMPRESCRITÍVEIS
A LIBERDADE
A SEGURANÇA
A PROPRIEDADE
A RESISTÊNCIA À OPRESSÃO”
Theophilo Benedicto Ottoni¹

1- A Colonização no vale do Mucuri.

Os relatórios das autoridades da província de Minas evidenciaram a sintonia entre os planos do governo provincial (entre 1835-48) e o projeto de Theophilo Ottoni. Pode-se dizer, de um modo geral, que neste período, o governo imperial e os governos provinciais fizeram o que puderam para atrair imigrantes para o Brasil. A partir de 1840, duas políticas de imigração foram debatidas e praticadas; a política do Governo Imperial, criando núcleos coloniais formados com pequenas propriedades, e a política dos fazendeiros que queriam numerosos braços para lavoura, alternativa pensada como substitutiva para a mão de obra escrava que certamente declinaria com a contestada, porém, inevitável finalização do tráfico.

O pioneiro da idéia da introdução de imigrantes europeus na lavoura de café foi o senador Nicolau de Campos Vergueiro que discordava da política do governo, pois era contra a doação de terras a estrangeiros e crítico da concessão de solos cultiváveis para a fundação de colônias em matas incultas. Dissimulando o seu desejo e de todos os outros fazendeiros de não querer que colonos fossem livres e proprietários, alegava que o Império precisava de braços para o desenvolvimento de sua riqueza e que não era justo o Governo Imperial conceder a estrangeiros o

¹ Frase de Theóphilo B. Ottoni gravadas em sua estátua assentada em uma praça da cidade de Teófilo Otoni (MG). (THIMMERS. *Ob. Cit.*, 1969)

que se negava aos brasileiros. Na verdade, o que os fazendeiros queriam era simplesmente a vinda de braços europeus para a grande lavoura. É preciso atentar para o fato de que, a partir deste momento (década de 40), o projeto de imigração e colonização no Brasil fora dirigido por grandes proprietários que constituíam uma poderosa elite. Por isso, por um longo tempo, um duplo controle foi montado sobre a imigração:

De um lado, evitou-se que os deserdados europeus, dispostos a provar no novo mundo a própria capacidade de lutar e de vencer, viessem a ser destinados para as áreas nobres da produção agrícola: o latifúndio açucareiro, a pecuária extensiva do pampa não abriram espaço para o imigrante, e na grande lavoura cafeeira ele foi aceito, não como proprietário, mas como empregado, substituindo o escravo. Por outro lado, controlou-se o número dos que ingressavam: deviam ser suficientes para manter o sistema de produção, e mesmo para desenvolver uma policultura marginal, mas deviam, também, não vir em número excessivo, o que poderia significar, a médio ou longo prazo, uma ameaça à estabilidade do sistema. O parlamento brasileiro funcionou, pois, como alguém que regula a quantidade de água de uma torneira: algumas vezes, deixa que corra um pouco mais, outras, um pouco menos, sempre na medida de seu interesse. E assim até foi possível permitir o acesso à terra a cerca de 100 mil famílias de italianos, espanhóis, poloneses, alemães, japoneses e de outras etnias, sem se tocar na estrutura fundiária do país. O Brasil arcaico sobreviveu triunfante à grande imigração.²

Em 1840, tentando solucionar o problema de mão-de-obra em sua fazenda Ibicaba, o senador Vergueiro introduziu 80 famílias de camponeses provenientes do Minho, colonos livres que passaram a prestar serviços na lavoura ao lado do escravo. Como Vergueiro estivera envolvido nos acontecimentos políticos de 1842, somente retomou a sua experiência em 1847, agora com imigrantes alemães e suíços, executando-a segundo o sistema de parceria. Para Vergueiro o sistema de parceria seria uma fase de transição, uma preparação dos imigrantes para se tornarem proprietários ou foreiros. Assim, as colônias de parcerias seriam “viveiros ou colônias normais agrícolas”. Esta idéia não era nova, pois fora praticada na Europa, e “*não nasceu como uma inovação aparatosa, capaz de triunfar sobre todos os obstáculos que enfrentava ali a economia rural. Surgiu sob a pressão de duras necessidades e ante a perspectiva de condições quase alarmantes, ditadas pela escassez de braços numa área de excepcional produtividade*”.³

² CASTIGLIONI, A. H. **Imigração Italiana no Espírito Santo: uma aventura colonizadora**. Vitória: UFES, 1998, p.13.

³ HOLANDA, S.B. de. As Colônias de Parceria. In: **História Geral da Civilização Brasileira. O Brasil Monárquico**. Tomo II. 3º vol. SP: Difusão Européia do Livro, 1967, pp.245-247.

Como lembra um estudioso do tema, este sistema já tinha se mostrado ineficiente nos Estados Unidos, durante o período colonial, e encontrava-se abandonado quando Vergueiro o aplicou aqui. O acordo assinado, ainda, no país de origem, colocava os imigrantes à mercê dos proprietários, porque vendiam seu trabalho futuro, com o qual deviam pagar todos os gastos, desde as despesas de viagens até os adiantamentos para a compra de gêneros alimentícios. O endividamento tornava-se uma ciranda que, somado a outras queixas, desencadearam os descontentamentos e denunciaram o sistema de parceria.⁴

No final do ano de 1856 e início de 1857, ocorreu o chamado “levante armado” de colonos imigrantes em Ibicaba, liderado pelo mestre-escola Davatz⁵ contra a exploração, a falta de liberdade individual, abusos nos preços de aluguéis, remédios e mercadorias vendidas na fazenda, cobrança de juros exorbitantes e as condições de trabalho a que estavam submetidos pelo sistema de parceria. Estudando os aspectos abordados por Davatz, Witter descartou a idéia do “levante armado” propagado pelos patrões, proprietários da fazenda e diretores. Os colonos queriam mesmo se fazerem ouvir pelas autoridades brasileiras, denunciar e prestar esclarecimentos, porque se sentiam injustiçados e ludibriados pelos empregadores. Por outro lado, a mentalidade do fazendeiro não mudara com relação aqueles que lhes prestavam serviços, “é certo que Vergueiro e Companhia procuraram dar a assistência necessária aos seus empregados europeus como davam aos escravos”, só que isso significava mais ônus ao imigrante, pois cobrava-se juros pelo adiantamento.⁶

⁴ Assim foi resumido o sistema de parceria praticado pelo fazendeiro: “contratados na Europa, os imigrantes eram encaminhados pela Vergueiro e Companhia às fazendas de café integradas no plano de colonização do Senador. Todas as despesas decorrentes do transporte e colocação dessa gente no campo, bem como o necessário à sua manutenção nos primeiros tempos, representavam uma forma de adiantamento posteriormente descontado dos lucros obtidos por aqueles colonos. Ao chegarem às fazendas a que se destinavam eram eles encaminhados às colônias e cada família recebia uma quantidade de pés de café que deveriam ser cultivados, colhidos e beneficiados. Localizada a colheita, efetuada a venda do produto, fazia-se a divisão dos lucros obtidos”. (WITTER, José S. Um Estabelecimento Agrícola do Estado de São Paulo nos meados do século XIX. *Revista de História*. Vol. XLVIII, Ano XXV, N.º 98, Abril/Junho, 1974, pp.405-406).

⁵ DAVATZ. *Memórias de um colono no Brasil*. São Paulo: 1941.

⁶ WITTER, *Ob. Cit.*, pp. 408 e 433.

O exemplo de Vergueiro teve um número relativamente pequeno de imitadores. Conta-se que 40 propriedades agrícolas, em São Paulo, adotaram o sistema de parceria. Fora da província paulista, assinala-se, entre outras tentativas, a fundação, no Pará, de um estabelecimento agrícola-industrial, a Colônia Nossa Senhora de O', para o qual seu fundador contratou, em 1856, paraenses, cearenses e portugueses, pelo sistema de meação das colheitas e da produção.⁷ A Colônia do Mucuri nunca é citada nos estudos sobre colonização deste período. Apesar de suas peculiaridades, o projeto de colonização de Theophilo Ottoni na província de Minas muito se assemelhou ao de Vergueiro, este serviu-lhe de paradigma e, coincidentemente, ambos conheceram o fracasso em 1858.

Acuado pelas acusações em 1860, Ottoni defendeu-se afirmando que a colonização não entrara senão subsidiariamente nos cálculos primitivos da empresa. Em 1857, explicava aos acionistas que *"a idéia de colonização após ficar evidente desde os primeiros estudos, que os trabalhos da companhia serão todos uma pura perda de tempo, se ao longo de estrada não se installassem povoadores que garantissem o trânsito dos viajantes, e o transporte de cargas"*.⁸ Estas explicações do empresário não procedem quando buscamos um de seus relatórios anteriores, de 1853, no qual dizia que:

...desde 1847 que procuro estudar os meios de obter colonisação para o Mucury, sem ficarem de lado da companhia somente os onus, e lisongeava-me de poder obter colonos que não fossem

⁷ CARNEIRO, J. Fernando. **Imigração e Colonização no Brasil**. Faculdade Nacional de Filosofia. RJ: 1950 (publicação avulsa), N.º 02, p.11. O médico Avé Lallemand visitou a Colônia de Nossa Senhora de Ó, fundada por José do Ó de Almeida, um ex-funcionário da Marinha. Como defensor da idéia de que uma colônia deveria ser uma "empresa humanística" e não uma "especulação empresarial", o médico alemão afirmou, em seu relato, que ficara impressionado com o "aspecto miserável" do lugar. Criticou a vultosa ajuda do Governo ao empreendimento e o despreparo do empresário que o dirigia, pois diante do insucesso com os imigrantes estrangeiros (fugas e mortes), pedia "desesperadamente" às autoridades que lhe mandassem "orfãos abandonados e gente pobre de ambos os sexos para colonizar". Indignado, o visitante recomendava aos interessados a não irem para "aquela Caiena", ao empresário, aconselhava que passasse "aquilo tudo ao Governo". Sem perder seu estilo, explicou o fracasso da Colônia: *"No fundo, toda razão de ser da colônia cifra-se em ter o fundador julgado a Ilha das Onças um solo excelente para a cultura da cana de açúcar. Mas, para fazer uma plantação de cana, no velho estilo, com negros escravos, ele não tinha dinheiro. Invocou, então, a Mãe de Deus, e empurrou-lhe aquela burla, sob o nome de colônia..."*(AVÉ-LALLEMAND. R. **No Rio Amazonas** (1859). Trad. Eduardo de Lima Castro. Belo Horizonte: Ed. Itatiaia/EDUSP, 1980, pp.226-232.).

⁸ OTTONI, T. B, **Relatório aos Accionistas da Companhia do Mucury**. Rio de Janeiro: Typ. Imp. E Const. de J. Villeneuve e Cia., outubro de 1857, p.3.

simplesmente proletários, colonos que pagassem suas passagens e viessem comprar terras à companhia.⁹

Retrocedendo no tempo, na leitura de outros registros do período em que estava arquitetando o projeto (1841-1846), é possível ter a convicção de que a colonização no Mucuri não fora uma consequência das pendências que se apresentaram durante o desenrolar do empreendimento. A experiência do senador Vergueiro, em 1840, mostra que a colonização e a imigração eram uma discussão de homens empreendedores da época, sobretudo dos liberais como Ottoni, França Leite e Sinimbu.¹⁰ Logo em seguida, em 1841, encontramos o deputado mineiro discutindo a questão, a qual fazia-se presente em vários projetos na Câmara e suscitava controvérsias de toda sorte. O parlamentar não aprovava o sistema de “colônia societária” promovido pelos conservadores no poder, e que, também, era apresentado nos projetos de estrangeiros endereçados ao governo imperial. As “colônias societárias” que Vergueiro combatia no Senado e Ottoni na Câmara dos Deputados, foram aquelas que se organizaram nas províncias do sul do país. Em sua maioria, foram propostas por estrangeiros ao Governo Imperial, em projetos que solicitavam a concessão de terras para instalarem “colônias industriais”, que teriam como base a pequena propriedade, a associação de trabalho livre e a produção agrícola diversificada.¹¹ O Governo, por sua vez, cioso das vantagens que poderia obter com tais

⁹ OTTONI, T. B. **Relatório aos Accionistas da Companhia do Mucury de 1853**, p.6.

¹⁰ João Luís Vieira Cansação de Sinimbu, Visconde de Sinimbu, desde 1836, quando aperfeiçoava seus estudos de Direito em Paris, já estava envolvido com as questões da colonização, por isso visitava com frequência a Alemanha para familiarizar-se com tal assunto. Após 1842 a carreira pública no Brasil levou-o seguidamente a ocupar os cargos de deputado geral, presidente de várias províncias, senador, ministro, conselheiro de Estado e chefe de Gabinete. Foi um defensor das colônias agrícolas e da imigração dos asiáticos, *os chins*. Realizou na Bahia uma experiência de colonização, seguindo o modelo do governo.

¹¹ Um exemplo destes projetos foi a instalação de uma “colônia societária” no Sul do país, o “Falanstério do Saí”. O médico Benoit Mure, discípulo de Charles Fourier, em 1840, propôs ao Governo Imperial fundar uma colônia industrial com imigrantes franceses, trabalho livre e pequena propriedade, argumentando que o objetivo do empreendimento seria promover o desenvolvimento da indústria agrícola no país. Em contrapartida, o médico homeopata, adepto de Fourier, prometeu ao Governo fundar uma indústria de “máquinas a vapor”, defendendo a idéia de que a mecanização resolveria os problemas de transporte e da produção que tanto atormentavam os brasileiros. Sem muita demora, teve seu projeto aprovado, recebendo concessões e investimentos de capitais para instalar na Ilha do Saí (Santa Catarina) uma colônia aos moldes do sistema societário que defendia – pequenos grupos de trabalhadores reunidos espontaneamente em comunidades agrárias, associando o trabalho, o capital e o talento, com o propósito de promover benefícios tanto materiais como espirituais a todos.(GALLO, Ivone C. D’Avila. **Ob. Cit.**, 2002, especialmente os capítulos: “O Doutor Mure” e “O Saí”, pp. 85- 130 e 163-230.).

empreendimentos naquele momento de dificuldades com a falta de braços para a lavoura, e com a necessidade de colonizar e “civilizar” os espaços e a gente daquelas terras desabitadas, não só apoiou como incentivou estas empresas, descontentando alguns empreendedores brasileiros.

Na tribuna, o parlamentar mineiro criticava o apoio de Governo Imperial a estes projetos e defendia que tal modelo de colonização seria um despropósito para os cofres da nação, argumentando que nem mesmo o governo francês havia se empenhado em realizar “um ensaio inteiramente novo” em suas próprias colônias para promover a prosperidade daqueles súditos. Neste embate, comparando o Brasil com os países industrializados, esclareceu qual seria o tipo de colonização ideal, justamente aquela que iria promover alguns anos mais tarde no Mucuri:

...eu por ora não tenho formado juizo sobre as vantagens da colonia societaria projectada pelo Sr. Dr. Mure...Existindo este systema já há algum tempo, o governo francez ainda não se lembrou de recorrer a este systema de colonias societarias...Ora, o governo francez, que deve ter pleno conhecimento do syztema, que deve tel-o examinado, deixa por obsequio que a iniciativa compita ao Brazil! Só isto me faz receioso de qualquer precipitação. Estou persuadido que em geral as colonias mais uteis ao Brazil são as colonias agrícolas, a industria fabril não póde no nosso paiz ter as vantagens que a industria agrícola proporciona: o indivíduo que vem empregar-se na industria fabril, se despendesse o mesmo capital, o mesmo trabalho, empregando-se na industria agrícola, podia obter resultados duplicadamente vantajosos.¹²

Particularmente em Minas Gerais, considerada no século XIX uma vasta província com “valiosas riquezas naturais e uma população rarefeita”, a colonização voltada para produção agrícola e não industrial, foi um assunto de ponta na pauta das autoridades locais. Em 1837, o Governo Provincial recebeu o projeto de um prussiano, Luiz Moretzsohn, para ocupação territorial e exploração das potencialidades do vale do Mucuri, muito semelhante a proposta de Ottoni, de 1846: sesmarias ao longo do rio Mucuri para a fundação da colônia, terras minerais existentes dentro das sesmarias, privilégio exclusivo da navegação do rio para a companhia e permissão para civilizar os botocudos da região. O empresário, em seu projeto, dizia que estava

...convencido das grandes vantagens, que devem resultar não só ao commercio, com à industria da provincia, da introdução de colonos estrangeiros, que se empreguem na cultura das terras, e até no fabrico de alguns generos da provincia, tenciona desde longo tempo formar huma Companhia de Colonização de polacos, alemães, prussiano e de outras Nações; mas necessário lhe era antes de

¹² CÂMARA DOS DEPUTADOS. *Ata da Sessão de 12 de julho de 1841*. Brasília: Centro de Documentação e Informação/Coordenação de Estudos Legislativos. Seção de Documentação Parlamentar, 2000.

tudo, encontrar hum terreno adaptado a semelhante empresa, e para cujo fim não tem poupado fadiga e despejas. A exploração dos sertões do Mucuri vierão em fim pôr termo aos seus desvelos. Nestas matas desertas, e incultas, banhadas de um rio navegável, se apresentam certamente as melhores proporções para nellas se realizar a colonização, mas sendo huma tal empresa muito superior às forças de um só homem, o Representante reconheceu desde logo, a necessidade de organizar huma Companhia, dirigindo para este fim huma Petição ao Governo Geral, afim de ser auctorizado para formar e tambem para lhe serem garantidos alguns privilegios, que julgou indispensáveis para a propria organização da Companhia.¹³

Observando a proximidade deste projeto com o de Ottoni, que pretendia instalar na região uma colônia agrícola habilitada a exportar os seus produtos, parece pertinente afirmar que, desde o início do empreendimento, a colonização já estava presente em seus planos. Em 1854 já noticia em seus relatórios a presença de trabalhadores portugueses, alemães e suíços, repetindo a mesma experiência de Vergueiro em 1840 e 1847, quando introduziu imigrantes destas mesmas nacionalidades em Ibicaba. Entretanto, foi no final de 1855, logo após obter do governo o direito à compra de terras no alto Mucuri, é que começou a providenciar a vinda de mais “colonos estrangeiros industriais”, para desenvolverem a cultura de café, cana, algodão e outros cereais. Firmou contrato com Schlobach & Morgenstern de Leipzig para a vinda de agricultores alemães, exigindo “*que os colonos além de pagarem suas passagens, provassem no Rio de Janeiro possuir cada um pequeno pecúlio, com o qual por assim dizer se fazião socios da companhia, a quem comprariam a crédito a terra, ferramenta e alimentação para o primeiro anno*”.¹⁴ Estes colonos prussianos e saxônicos, segundo o Diretor, apresentaram resultados satisfatórios e foram, conjuntamente com os colonos portugueses, os responsáveis pelo sucesso da colonização até 1857.

Em 31 de dezembro de 1856 selou outro contrato com o governo em que recebeu um empréstimo de 300\$000 réis por seis anos sem juros, privilégio que provocou muita discussão na Câmara. Em contrapartida, comprometia introduzir mais de 3000 imigrantes, sendo 1000 em cada ano. Neste mesmo ano, ajudado pelo amigo, o Cônsul Geral do Brasil na Suíça, José Francisco Guimarães, conseguiu na Europa “excelentes colonos”. Porém, o empresário não teve a mesma

¹³ Um pedido de concessão para estabelecimento de colônias no Mucuri. **Revista do Arquivo Público Mineiro**. Belo Horizonte, v.8, n.1/2, p.647-659, 1903. Citado por FRANÇA. **A Colonização Alemã no Vale do Mucuri**. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro. Centro de Estudos Históricos e Culturais, 1993, p. 54.

¹⁴ OTTONI, **A Colonização do Mucuri**, 1859, p.5.

sorte com os trabalhadores chegados entre em 1857, quando as necessidades do empreendimento fizeram com que ele – contrariando sua própria idéia de que o imigrante deveria pagar suas despesas de viagem – teve que adiantar integralmente as passagens e o dinheiro das despesas para agilizar o engajamento de trabalhadores para a construção de estradas. Dessa leva de colonos prussianos e franceses, acusou que fazia parte todo o tipo de “indivíduos onerosos e suspeitos” que a polícia de Potsdam queria se ver livre, os chamados “colonos proletários”, “impróprios” para os trabalhos da lavoura, aqueles tão indesejados por Ottoni.¹⁵

Conta-se que a situação da Companhia começava a se agravar em 1858, pois as dificuldades com a colonização e “imprevistos financeiros” levaram o Diretor a ignorar suas “próprias convicções”. Tivera, pois, que buscar ajuda do Governo a fim de emprestar recursos aos colonos na abertura de roças, uma tentativa de “*transformar em verdadeiros colonos aqueles proletários tomados ao acaso*”. No final de 1857 conseguira introduzir apenas 820 dos 1000 imigrantes prometidos. Não cumprindo o contrato, o Governo aplicou à Companhia uma multa, agravando mais ainda os seus problemas.

Em 1858, em meio a estas dificuldades, Ottoni lembrou que fora “surpreendido” com a chegada de novos colonos enviados pela Associação Central de Colonização os quais vieram adensar os problemas e descontentamentos, pois, desta vez, além de “proletários” chegaram também “comediantes”: “*o refugio de diversas expedições, indivíduos para os quaes não tinha havido contracto possível e que enfadados de comer macarrão e carne fresca na Ilha de Bom Jesus, tiveram a desgraçada velleidade de embarcar-se no Vapor Mucury com a gente da Labore, sem prévio accordo comigo*”.¹⁶ Como se não bastasse tantos desencontros, o “excesso de colonos” coincidiu com uma seca violenta na região, desencadeando uma situação insuportável de fome, doenças, fugas e mortes.

No final deste mesmo ano (1858), Ottoni foi acusado junto ao Governo Imperial que, no ano seguinte, conforme já mencionamos no III Capítulo, enviou o engenheiro civil Frederico

¹⁵ Idem, ibidem, p.16.

¹⁶ Idem, ibidem, p. 30

Augusto Lachmund e o médico alemão Robert Avé Lallemand para apurar a situação. A atitude dos agentes foi extremamente desfavorável ao Diretor da empresa. Além de denunciá-lo ao Governo enviaram um relatório para a Europa desmoralizando o empresário e a política de colonização realizada no Brasil; também levaram para o Rio de Janeiro, inúmeros imigrantes das Colônias do Mucuri que se encontravam muito doentes, expondo-os à apreciação pública.¹⁷ A repercussão não poderia ser mais desastrosa para o político que, pouco tempo depois, estaria disputando as eleições de 1860.

2- Trabalho e Civilização: índios, escravos e homens livres pobres.

No opúsculo *Colonização do Mucury* Ottoni explicou que apesar da fertilidade e salubridade do solo no vale do rio e estando a região exclusivamente no domínio das onças e “selvagens” e fora do alcance dos moradores do litoral, era evidente que não poderia receber imediatamente colonos europeus. Por isso, coube “aos soldados do país (entenda-se, homens pobres e livres) *formar a vanguarda do exercito de invasão, e preparar os abarracamentos para os estrangeiros*”.¹⁸ Se o trabalhador europeu se achava “horrorosamente embaraçado” para derribar mato virgem, então, o trabalho árduo deveria ficar para os brasileiros. Para Ottoni, o europeu – o “bom colono”, o “camponês idôneo”, aquele que trazia “indústria e capital” – era um trabalhador superior ao nacional, mais preparado tecnicamente e apto para o trabalho da lavoura. Porém, estes “especialistas” do trabalho agrícola, deveriam receber o terreno já preparado para formar as culturas. Nesse sentido, como a província mineira, em especial as comarcas do Norte, possuía uma “classe de lavradores” muito pobre e uma numerosa população alijada de qualquer meios de subsistência, o empresário não teve dificuldades para encontrar indivíduos dispostos a formar seu “exército de invasão”, os homens livres pobres, escravos e índios para o serviço de derrubada de mata virgem.¹⁹

¹⁷ Esta contenda está apresentada com mais detalhes no III Capítulo deste texto.

¹⁸ **A Colonização do Mucury**, 1859, Ob. Cit., p. 4.

¹⁹ Idem, ibidem, pp.20 e 45.

Colonos brasileiros não correspondiam ao perfil de trabalhadores livres idealizado por Ottoni que os via como inferiores porque se limitavam a “plantar para comer”. A colonização “verdadeiramente útil” seria aquela que viria espontaneamente da Europa, isto é, de *“indivíduos industriais que podendo viver na sua terra sem recorrer á caridade publica, no entanto querem mudar-se na esperança de melhoramento”*. A criação de colônias nacionais como a que Cansanção de Sinimbu ensaiava na província da Bahia, não compatibilizava com seus interesses. Mas, aos seus olhos, estas poderiam se transformar em um “auxílio” para a “verdadeira colonização”, removendo a população pobre para

as mattas productivas de onde a exportação seja facil para os mercados do litoral seria uma vantajosa colonização que havia de contribuir para augmentar a producção de cereaes, e socorrer á esse grande mal que a falta dos braços Africanos está fazendo sentir no litoral – a carestia dos generos alimenticios.²⁰

Partindo deste princípio, o empresário chegou a apresentar à Repartição de Terras Públicas uma proposta para estas colônias. Propunha que os colonos nacionais poderiam ser utilizados na abertura de estradas da costa para o interior, através de “terrenos férteis, saudáveis, e devolutos”, a oeste de toda a província do Espírito Santo, e das Comarcas do sul da Bahia, ou na manutenção das estradas existentes. Medidas e demarcadas as terras daqueles sertões, acreditava ser fácil com “pequenos socorros” atrair agricultores pobres do interior para apossar das terras e começar o roteamento, bastava que lhes garantissem a compra das mesmas por um preço baixo e prefixado. Estes posseiros, mais tarde, venderiam as terras e as benfeitorias que tivessem realizado aos colonos europeus que chegassem, e *“prossequindo na sua industria iriam derribar novas terras, abrir outras situações para novamente vendê-las”*.

Enfim, aos brasileiros despossuídos e necessitados de trabalho esporádicos para sobreviverem no dia a dia, caberia o trabalho rude e árduo, derrubar matas e iniciar roçados que, num segundo momento, passariam aos colonos estrangeiros. Assim, acreditava Ottoni, estariam resolvendo o problema da pobreza entre os brasileiros e animando os “europeus laboriosos” a virem para o Brasil:

²⁰ Idem, ibidem, pp.25-26.

Se o colono europeu tiver certeza chegando ao Rio de Janeiro, Santos e Bahia que pode negociar a preços razoáveis terras já medidas e com princípios de cultura em sítios onde a exportação não seja muito dispendiosa, colonos não faltarão, independentemente da perniciosa intervenção dos Agentes de Colonização na Europa.²¹

Na verdade, a prática e o pensamento de Ottoni com relação a mão-de-obra disponível no Mucuri não eram inovadores. Cecília Oliveira, preocupada com a questão da propriedade e da ocupação da terra nas primeiras décadas do século XIX, percebeu esta mesma política, entre 1808 e 1821 no Recôncavo Fluminense e em Campos de Goitacazes na província do Rio de Janeiro, quando se realizou a partilha das sesmarias dos jesuítas. Os proprietários beneficiados, na ânsia de expandir suas posses, utilizaram fartamente dos serviços de índios “civilizados” para o trabalho e do enorme contingente de escravos, e, assim, deram, ao seu modo, “sentido à colonização”:

A mercantilização da produção e o movimento de concentração das terras disponíveis... exteriorizavam a prática ‘civilizatória’ encetada por donos de engenhos e fazendas no sentido de transformar os indígenas em mão-de-obra de baixo custo para a derrubada das matas, construção de caminhos, criação de ‘fábricas’ de beneficiamento e para o plantio. A continuidade do trabalho escravo coexistia assim como formas de expropriação do trabalho de moradores, posseiros e índios que representavam a possibilidade de menores investimentos e maiores lucros.²²

Os biógrafos de Ottoni o elogiaram por ter “civilizado” os temidos indígenas do nordeste de Minas. Entretanto, a historiografia mineira apontou outras experiências, como a de um militar francês, que, “contrário ao cerceamento das liberdades essenciais”, acabou envolvendo-se com a questão indígena e escrava. Nela se registrou que, fugindo do exército napoleônico, Guido Thomas Marlière veio para o Brasil com a família real fugindo do exército napoleônico e que aqui ligou-se aos corpos militares brasileiros, chegando a ocupar, em 1829, o posto de coronel. Viveu em Minas até 1811, período no qual tomou a si a tarefa de ser o “aldeador e civilizador” dos indígenas que viviam na bacia dos rios Pomba, Muriaí, Sacramento e Doce. Marlière foi reconhecido como responsável pelo povoamento e civilização do território mineiro “sem o uso da violência”. Pelo “trabalho” teria conseguido fixar os índios cropós, croatos, puris e botocudos, ensinando-lhes a cultivar a terra.²³ Esta parece ter sido a forma de substituir a violência por

²¹ Idem, *ibidem*, p.26.

²² OLIVEIRA, Cecília H. L. S. **Ob. Cit.**, p.76.

²³ JOSÉ, O. A **Abolição em Minas**. Belo Horizonte: Ed. Itatiaia, 1962, p.74.

métodos “humanitários”, “civilizar” os índios dirigindo-os aos trabalhos agrícolas ou mecânicos para o bem dos outros ou da nação.

Nos primórdios da empresa implantada no Mucuri, a utilização desta política – frisando mais uma vez, nem um pouco inovadora - foi explícita. Alegando dificuldades para encontrar braços, Ottoni empregou largamente mão-de-obra indígena a preço vil e mão-de-obra escrava na construção da infra-estrutura necessária à futura produção e circulação de mercadorias. A “prática civilizatória” efetivada não fora prática liberal inédita, pois tratava-se apenas de mais uma experiência que, como tantas outras, possibilitava acumulação de capitais explorando o trabalho dos homens livres e pobres, dos índios e dos escravos, uma prática camuflada com palavras ardilosas tanto de Ottoni como daqueles que o biografaram.

O processo de “civilização dos gentios”, que ocorreu no Brasil colonial tendo como base a violência e a conseqüente dizimação dos índios, foi o argumento utilizado para fazer sobressair a ação “civilizatória” de Ottoni.²⁴ Nas narrativas biográficas, o ódio feroz que tinham os índios da região foi apresentado como uma conseqüência da má política dos “civilizados”, pois os nativos tiveram as mulheres violentadas e as crianças roubadas e, ainda, foram transformados em escravos. As atrocidades que cometiam contra os homens brancos foram, então, explicadas como sendo mais um sentimento de “vingança natural” do que uma “malvadez inata”. Ao contrário,

²⁴ Os biógrafos apontaram-no como um grande estudioso da questão indígena, porque havia publicado uma “obra” sobre o assunto. Na verdade, tratava-se de uma carta de Ottoni dirigida a Joaquim Manuel de Macedo, em 1858, atendendo um pedido do escritor que fora incumbido de escrever uma memória sobre os “selvagens do Mucuri”, a ser publicada pelo Instituto Histórico Geográfico do Rio de Janeiro. Nesta carta - *Notícia sobre os Selvagens do Mucury* – apresentou informações e construiu a “história” dos indígenas (Tupiniquins, Aimorés, Abatires, Patachós, Botocudos, Papanaus, Machacalis). A partir da chegada dos portugueses em Porto Seguro, descreveu as expedições e as violências praticadas contra os índios, a miséria, a falta de agricultura, entre outros. Ottoni deixou inscrito, naquele texto, o seu “modelo” de catequização, que será, mais tarde, exhaustivamente, invocado pelos biógrafos: “*Eu tinha adquirido a convicção de que os selvagens nas suas agressões contra os christãos eram quase sempre incitados por violência e provocações destes. Em consequência acreditava que um sistema de generosidade, moderação e brandura não podia deixar de captar-lhes a benevolencia. A principal diffculdade para a execução, ou ao menos ensaio deste systema, estava em chamar á pratica e convivencia os filhos da selvas, e em convencel-os de que havia com effeito um novo processo de cathequese que não empregava a polvora e bala, nem tinha por fim roubar-lhes os filhos*”. (OTTONI. T. B. - **Notícia sobre os Selvagens do Mucury**: em uma carta dirigida pelo Sr. Theophilo Benedicto Ottoni ao Sr. Dr. Joaquim Manuel de Macedo. Philadelphia, 31 de Março de 1858. Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro).

Otoni promoveu no Mucuri um outro tipo de "civilização", pois soube lidar com os índios, conseguindo até mesmo promover a contenção dos conflitos entre as tribos, protegendo os mais fracos dos ataques dos mais fortes. Se aconteceram momentos de violência, não foi responsabilidade do político e empresário mineiro e deviam ser atribuídos às próprias disputas entre os nativos. Porém, nestas mesmas representações enaltecidas do biografado, podemos observar o reverso da situação. Nelas é possível perceber, também, o recurso à violência e a existência de um constante estado de beligerância durante a realização dos primeiros trabalhos do projeto, pois suas imagens evidenciam a presença de um intenso policiamento na região:

Constituída a Companhia do Mucury e encetados os seus trabalhos de exploração, abertura de picadas, estrada de rodagem e, em seguida, a colonização - foi na não interrompida hostilidade sangüinária dos selvagens botocudos, hostilidades que se projectaram rubras até os nossos dias, - que encontrou ella a maior difficuldade a vencer afim de levar a bom termo a sua finalidade civilizadora e, portanto, um dos mais serios entraves aos seus esforços, pois que, nem o policiamento por soldados, protegendo os trabalhadores e viajantes, evitou a flexa traiçoeira do índio. O proprio Theophilo Otoni, a quem os bugres, **ao depois, tomaram muita afeição** e a quem chamavam de capitão Pogira ou Pogirum....teve interrompidos os seus trabalhos de picada nas cabeceiras do rio Urucú, em 1853, por um ataque dos selvagens...²⁵ (grifos meus)

O mesmo biógrafo, com o intuito de acentuar a violência da parte dos nativos, descreveu mais uma das "práticas civilizatórias" dos beneficiários de terras - amigos e familiares de Otoni - durante a execução do projeto. Narrou o episódio de um ataque dos índios Potichás à fazenda "Liberdade" de um parente do Diretor, o capitão Leonardo Esteves Otoni, que "possuía uma grande propriedade agrícola". Preocupado em justificar a atitude do fazendeiro, lembrou que este sabia lidar com os indígenas e que recorrera à estratégia correta naquela situação. Para defender seu "direito de propriedade" e, ao mesmo tempo, ciente da "ignorância" dos índios, preparou-lhes uma arapuca antes que o ataque se consumasse. Utilizando-se da persuasão do som de um realejo - instrumento desconhecido pelos índios -, o arguto proprietário conseguira atrair os inimigos, trancafiando-os entre os muros altos da fazenda. Em seguida, deferiu-lhes o golpe fatal, atacando-os com armas de fogo e deixando "*numerosos cadáveres que foram cremados*".²⁶

Estratégias como estas fizeram parte da missão "pacificadora" praticada nos primeiros anos da Companhia no Mucuri, e demonstraram como seus executores, em especial Otoni, sabiam

²⁵ FERREIRA, G. Theophilo Benedicto Otoni. In: **Os Bandeirantes Modernos**, 1934, pp.27-28.

²⁶ Idem, *ibidem*, pp.31-32.

articular bem um “tratado de paz com os indígenas”, ora presenteando-os com ferramentas deixadas nos galhos das árvores, ora aproveitando de situações convenientes, como este episódio na fazenda Liberdade. As narrativas biográficas deixaram entrever que os indígenas foram domesticados, disciplinados e transformados em mão-de-obra nas fazendas dos proprietários, muitas vezes, em troca de alimentos:

A fazenda do Sr. Antonio Dias Araujo... foi atacada muitas vezes - não podendo o seu proprietario desenvolver e tratar convenientemente a lavoura que era uma das mais prosperas da Colonia. Naturalmente, cada occasião de um desses ataques e assassinatos, reuniam-se os visinhos das victimas - seguiam no encalço dos botocudos fazendo em suas fileiras verdadeiras hecatombes. Dessa maneira, acoissados de todos os lados pelos civilizados que se defendiam de suas ferozes e traiçoeiras investidas foram se retrahindo e desaparecendo fixando-se os restantes, NAK-NANUKS (os Poté, os Potone e Crisciume), na margem sul do rio Mucury...que aos poucos foram sendo domesticados. Os arredores de Philadelphia, em sua grande parte, ficaram habitados, também por Nak-Nanuks, mansos já e que trabalhavam nas fazendas.²⁷

No pensamento liberal vigente, o trabalho era um instrumento de civilização. Como já foi comentado, respaldados em leis e apoiados pelo Governo Imperial durante o “quinquênio liberal” e o Governo Paraná, os partidários dessa concepção, dentre eles Ottoni, implementaram um processo “civilizatório” sobre aqueles que estavam alijados da “sociedade civil” – vadios, pobres, escravos, posseiros e índios- indivíduos desprovidos de cidadania e de riquezas. Tomaram para si a tarefa de “moralizar” a vontade e a ação dos outros. Os biógrafos reservaram-lhe o título de “civilizador dos gentios” por ter promovido a pacificação sem a ajuda da cruz ou da espada. O homenageado também se auto-projetou na *Circular* quando relatou as “aventuras” de suas viagens pelo sertão (próprias de qualquer percurso pelo interior das matas virgens daquela época), apresentando-se como “o desbravador do sertão”, “o bandeirante moderno”, atributos que os biógrafos posteriormente referendaram:

Oh! Que emoções me assaltavão, quando ao cruzar as veredas dos selvagens eu era detido aos gritos: - Pogirum! Pogirum! Com que alegres me davão a boa vinda essas cabildas, que a história aponta como as mais ferozes entre os antropophagos. E que effetivamente ainda dous ou tres annos antes erão o terror da minha bandeira. E cujos horrorosas prezas ainda no mez passado se fizeram sentir no Rio-Doce.²⁸

²⁷ Idem, *ibidem*, p. 30.

²⁸ OTTONI, T. B. *Circular*, 1860, p.230

O Diretor realmente se concebia como emissário do progresso nas matas mineiras, e como tal, sentia-se autorizado a representar e a defender os direitos dos cidadãos (proprietários) que ali se instalaram. Em 1857, narrou aos acionistas um episódio ocorrido nas vizinhanças de Filadélfia, quando duas reses foram furtadas de seus donos. O fato lhe foi comunicado e, “pensando” que os autores do delito pudessem ser índios da tribo do Cacique Potichá, de quem já tinha “conquistado com presentes o direito de trânsito”, acionou a ajuda da Colônia Militar de Urucú e do destacamento de Filadélfia para penetrar no aldeamento dos suspeitos. Afirmou com galhardia que o seu objetivo com aquela cena não era fazer uso de armas de fogo, queria, apenas, levar Potichá à Filadélfia, onde pretendia dar a este vizinho “*algumas lições sobre o direito de propriedade, que é o a b c da civilização*”.²⁹

Este episódio retrata a essência do pensamento liberal, o “direito de propriedade”, teorizado por John Locke no século XVII e resguardado com afincos até a atualidade. Segundo o filósofo político, a propriedade não era concedida por Deus a todos indistintamente. Ele apenas dera aos homens, em comum, o mundo e a razão para que deles utilizassem para o maior proveito da vida e da conveniência. Por outro lado, também afirmava que cada homem teria uma propriedade em sua própria pessoa, um direito que ninguém poderia tirar-lhe: “*O trabalho do seu corpo e a obra das suas mãos, pode-se dizer-se, são propriedade dele*”. A apropriação dos bens dados pela natureza dar-se-ia e legitimar-se-ia pelo trabalho, logo, sendo essa propriedade exclusiva do seu proprietário, nenhum outro homem poderia ter direito ao que se juntou, pois o que conseguiu pelo trabalho lhe pertencia, seria sua propriedade:

Deus, ao dar o mundo em comum a todos os homens, ordenou-lhes também que trabalhassem; e a penúria da condição humana assim o exigia. Deus e a própria razão lhes ordenavam dominar a terra, isto é, melhorá-la para benefício da vida e nela dispor algo que lhe pertencesse, o próprio trabalho. Aquele que, em obediência a esta ordem de Deus, dominou, lavrou e semeou parte da terra, e anexou-lhe por esse meio algo que lhe pertencia, a que nenhum outro tinha direito, nem podia, sem causar dano tirar dele.³⁰

²⁹ OTTONI, T. B. **Relatório apresentado aos Accionistas da Companhia do Mucury de 1857**, p.12.

³⁰ LOCKE, J. *Segundo Tratado sobre o Governo*. In: **Os Pensadores**. 2ª ed. São Paulo: Abril Cultural, 1978, p.47.

Os Potichás, por “suposição” de Ottoni, haviam cometido o maior dos crimes; atentaram contra o “direito de propriedade” dos fazendeiros. Estes últimos, pelo uso correto da razão e exercício do trabalho garantiram sua propriedade e, em extensão, a sua liberdade. Os nativos, ao “roubarem a propriedade do outro”, ameaçaram romper com os direitos e, por extensão, com a harmonia e com a coesão social. Haviam, portanto, quebrado o “pacto” que fora selado com “discursos” e “presentes” no momento da chegada da Companhia em “suas terras”. Acreditava o Diretor que a sua “ação civilizatória” realizada ali, já teria regenerado os “maus costumes” daquela gente, pensava que já haviam abandonado “o estado de natureza”. Por isso seu descontentamento com o episódio, pois o “pacto” ali se dera pelo consentimento entre as partes (fazendeiros e índios), quando estabeleceram os limites de seus territórios distintos. Neste momento, os índios tornaram-se “membros” (na verdade desiguais e dependentes) daquela sociedade que se organizava no meio do sertão.

Portanto, todos deveriam respeitar as “leis” acordadas e torná-las obedecidas. Ottoni, como homem livre e proprietário, viu-se compelido a reprimir os transgressores, porque haviam atingido o “direito de propriedade” daqueles cidadãos operosos que integravam o projeto do Mucuri. Lezar o direito e a propriedade do outro era o mesmo que roubar-lhe a vida, e um crime destas proporções legitimava qualquer castigo. Segundo Locke, a razão natural ensinava que, sendo todos os homens iguais e independentes, nenhum deveria prejudicar o outro quanto à vida, à saúde, à liberdade e ao próprio bem. Para que ninguém viesse ferir os direitos alheios, a natureza autorizou cada um proteger e conservar o que lhe pertencia, reprimindo aqueles que lhe fizessem mal. Seria, pois, o direito natural de punir. Assim, o castigo apareceu como uma necessidade de evitar a desarmonia na sociedade, e para tal seria permitido até mesmo o direito de matar:

...E para impedir a todos os homens que invadam os direito dos outros, e que mutuamente se molestem, e para que se observe a lei da natureza, que importa na paz e na preservação de toda a humanidade, põe-se, naquele estado, a execução da lei da natureza nas mãos de todos os homens, mediante a qual qualquer um tem o direito de castigar os transgressores dessa lei...a pessoa prejudicada tem o poder de apropriar-se dos bens ou serviços do ofensor pelo direito de autopreservação, como qualquer um tem o poder de castigar o crime para impedir-lhe a repetição, pelo direito que tem de preservar toda a Humanidade e de executar tudo que quanto seja razoável a favor desse objetivo; e assim é que qualquer homem, no estado de natureza, tem o poder de matar um assassino, não só para impedir que outros levem a efeito dano semelhante, que nenhuma reparação pode compensar, pelo exemplo do castigo que o espera por parte de todos, mas também para garantir os homens das tentativas de um criminoso que, tendo renunciado à razão, declarou

guerra contra a humanidade, pela violência injusta e carnificina por ele cometidas contra outrem, podendo, portanto, ser destruído como leão ou tigre, um desses animais selvagens com os quais os homens não têm sociedade ou segurança.³¹

Otoni soube mostrar sua autoridade desempenhando o papel de juiz, defendendo que o “cidadão” tinha o direito de pegar em arma para defender-se, ou seja, para preservar o seu “direito de propriedade”. Ao mesmo tempo, ao tomar esta posição, estava executando uma etapa de sua missão “civilizatória”, “moralizando” e disciplinando a ação dos indígenas.

Vale a pena acompanhar o desdobramento da ação do colonizador. O cadete Portella, “desempenhando muito bem a missão”, levou para Filadélfia o “suposto” autor do furto, Potichá, como também Ima, cacique de uma outra aldeia vizinha que já tinha sido anteriormente acusado de roubar e comer o gado alheio. No “castigo” não precisou usar armas ou chicote, pois tratava-se de “civilizar”, “moralizar” os costumes, no caso, através de um instrumento sutil, o medo:

Depois de lhes fazer sentir que ficaríamos inimigos se me continuasse a matar os bois, os despedi convencidos de que tínhamos muita força, mas que não queríamos fazer-lhes mal, e menos tomar-lhe as mulheres e vender-lhes os filhos, que é o seu principal receio; forão-se em paz, muito nossos amigos, e prometendo poupar os nossos bois; levarão ferramentas, roupas, panellas e mostrarão-se contentes sobretudo com um casal de porcos que dei a cada um dos caciques inimigos. Tanto Ima, como Potichá, não cessarão de repetir-me esta frase que resume a historia de um passado horroroso: - PORTUGUEZ AGORA ESTÁ MUITO BOM!³² (grifo do autor)

Este mesmo episódio revela com clareza os conceitos de liberdade e de igualdade estabelecidos pela filosofia liberal do século XVII e ainda apreciados pelos liberais brasileiros do século XIX no trato com os “incivilizados”. Como vimos, o trabalho foi o fundamento essencial da argumentação de Locke, e concebido como anterior à existência do pacto político e como um meio de engendramento da propriedade. Nesta perspectiva, o trabalho, sinônimo de propriedade, foi sendo transformado na própria essência e substância da humanidade, pois nada existiu ou fora dado *a priori* aos homens. Ao indivíduo, então, ficava o discernimento de fazer o uso correto de sua “propriedade natural” (o trabalho), pois “*o trabalho pode dar aos homens distintos a várias*

³¹ Idem, ibidem, pp.36-38.

³² OTTONI, T. B. **Relatório apresentado aos Accionistas da Companhia do Mucury**, 1857, p.12.

*parcelas dele para uso privado, nos quais não haveria qualquer dívida de direito nem lugar para a controvérsias...o trabalho que provoca a diferença de valor em tudo que existe”.*³³

Nesta perspectiva, o usufruto dos bens seria o resultado direto dos esforços de cada um. O homem diligente, ativo, racional se tornava proprietário e partícipe da sociedade política; os que não trabalhavam - os vagabundos, mendigos e criminosos -, eram considerados inferiores e precisavam ser regenerados. Residem aqui os fundamentos para a “desigualdade justificada”, pois o homem, segundo Locke, não era por natureza assíduo e trabalhador. Então, por causa das diferenças de interesses e da diversidade existentes entre os seres humanos, tornou-se lícito a repressão e a exploração de uns pelos outros. Uma revelação do caráter autoritário que o discurso liberal traz imbricado no conteúdo da igualdade e que persiste até os dias de hoje. Como bem lembra Maria Sylvia C. Franco:

Essa imagem do Estado de natureza explicitamente representa uma situação de harmonia, equilíbrio, paz, liberdade e igualdade, mas de fato funda um forte princípio de controle político. O sistema que até os nossos dias, tomando as exposições doutrinárias pelo seu valor aparente, se chama de liberal verdadeiramente manifesta um autoritarismo extremo e irredutível por estar no âmago mesmo de sua gênese. Não é um pensamento mentiroso na medida em que expressa um poder de classe: é formulado teoricamente em íntima ligação com a sua prática, mas é altamente mistificador na medida em que troca o sentido de todas as categorias que usa e inverte o significado do processo social: a igualdade funda a desigualdade, a liberdade funda a opressão, a comunidade funda a sociedade dividida e estratificada, a democracia funda a dominação de uns poucos.³⁴

Como um liberal de seu tempo, Ottoni não teve problemas para fazer uso de diversas modalidades de trabalhadores. Os chineses eram vistos como “trabalhadores, industriais, econômicos, inteligentes e com aptidões variadas” para muitos trabalhos manuais, tão desprezados na sociedade escravocrata. Já haviam sido aproveitados na produção de açúcar, do algodão e do café nas províncias do norte e do sul, e eram vistos como uma mão-de-obra de valor inestimável para a construção de estradas de ferro. Os “chins” foram uma mão-de-obra de baixo preço, utilizada nos primeiros trabalhos da Companhia, para derrubar matas e abrir estradas. Lallemant assim descreveu os chineses que encontrou, quando visitou as colônias no Mucuri:

³³ LOCKE, J. *Ob. Cit.*, p.50.

³⁴ FRANCO, M^a S. de C. *All the World Was America*. São Paulo: **Revista USP**, N° 17, Março/Abril/Maio, 1993, p.45.

...poderiam ser 50 a 60 chineses, na maioria moços, fortes, de menos de 30 anos e bem parecidos. Todos vestiam apenas calças curtas chinesas e muitos quase nem estas, de maneira que mostravam bem os corpos musculosos, deixando adivinhar uma raça de homens fortes... Todos tinham enrolado o comprido rabicho em volta da cabeça.³⁵

O Diretor não se intimidou ao expor aos sócios da empresa o seu ponto de vista a respeito destes trabalhadores: “*Nunca considere os chins como colonos, e sim como machinas para substituir os braços escravos...*” Explicava que teve que contratá-los a contra gosto em 1856, e confessava que preferia não tê-lo feito. Usando da mesma franqueza, declarou que os “chins” não eram tão “imprestáveis” como havia suposto a princípio. Com a experiência, passara a achá-los “tolerantes” e até mais inteligentes e produtivos que os negros:

Se elles adquirem a convicção de que não são temidos; se se lhes paga regularmente os seus salários, se não se lhes falta o arroz e o chá na forma de contracto, entregão-se ao trabalho com boa disposição, e são mais inteligentes do que os pretos; fazem com perfeição os serviços de estrada, e não é mister explicar-lhes duas vezes o que delles se quer.³⁶

No relatório da Companhia preparado em 1857, Ottoni, preocupado em tornar pública, em especial para os acionistas do empreendimento, a honestidade da sua gestão, informava-lhes, muito à vontade, o capital que a empresa possuía em número de escravos e a maneira como lidava com este tipo de trabalhador:

...possuímos 27 (escravos da companhia) que custarão 31:596\$000 e que hoje darião 60 contos por ser em geral gente escolhida. Os dous homens do leme, pai Manoel e pai Antonio que servem excelentemente desde 1853, tem promessa minha de que se completarem 10 de serviço bom, e á minha satisfação, obterão sua liberdade.³⁷

³⁵ LALLEMANT, R.A. **Viagem pelo norte do Brasil**. Rio de Janeiro: Instituto Nacional do Livro, 1953, p.86.

³⁶ OTTONI, T. B. **Relatório apresentado aos Accionistas da Companhia do Mucury**, 1857, p.13. O preconceito com os trabalhadores asiáticos foi recorrente nos discursos das autoridades envolvidas com as questões da emigração. De forma geral, os *chins* eram vistos como uma “raça degenerada” pelos maus costumes, adeptos ao culto de ídolos e ao uso do ópio, dentre outros. Mesmo aqueles que aceitavam a vinda destes trabalhadores colocavam a necessidade de uma vigilância disciplinar e repressiva do governo para evitar vadiagens. Como mostrou Fernando Antônio Lourenço, “a ideologia do progresso embasava diversos critérios de seleção de raças cuja fusão poderia resultar na liga que afinal homogeneizasse a nação brasileira”. (LOURENÇO, F. A. **Ob. Cit.**, 2001, p.16)

³⁷ Idem, *ibidem*, p. 9.

Ou seja, a experiência de Mucuri revela-se um evento complexo, no qual várias modalidades de trabalho foram praticadas, e um fato que demonstra os traços específicos que caracterizam o liberalismo defendido por expressiva parcela de fazendeiros e empresários do século XIX no Brasil. Alguns estudiosos nos lembram as relações entre o escravismo moderno e a produção para o mercado, e o referenciam ao capitalismo, concebendo-o como uma prática que tinha por objetivo o lucro e a acumulação do capital. Outros autores destacam a importância da associação de diferentes formas de trabalho, conforme denota o caso do Mucuri, e sua importância na reprodução e acumulação da riqueza no Brasil. Dessa maneira, além do trabalhador escravo que é obrigado a prestar compulsoriamente serviços ao seu senhor, a experiência associou o trabalhador proprietário apenas de sua força de trabalho – representado pelos homens livres pobres (e pelos chins) –. Como mostrou Maria Sylvia de Carvalho, a própria organização do latifúndio no Brasil, em unidade especializada na produção mercantil, configurou-se de forma que se tornou inseparável o trabalho livre e a escravidão. Ao lado de uma imensa população escrava, consolidou-se a existência de homens responsáveis pelo cultivo dos gêneros alimentícios, mas destituídos dos meios de produção e que não se proletarizaram; porque sendo a produção mercantil função dos escravos, estes homens pobres e livres não foram obrigados a vender obrigatoriamente sua força de trabalho ao capital, como fizeram seus homônimos na Europa.³⁸

Vários estudos têm mostrado que, nos séculos XVIII e XIX, em Minas Gerais, o trabalho escravo foi largamente utilizado na grande e pequena lavoura, associado ao desempenho da mão-de-obra livre, especialmente na produção agrícola destinada ao abastecimento interno. Para entender a simbiose entre trabalho escravo e trabalho livre praticado pelos liberais de todos os matizes durante o Império é preciso levar em consideração toda uma conjuntura política e econômica que se redefinia em meados do século XIX, a qual temos comentado ao longo deste trabalho. Em Minas, esta combinação de formas de trabalho diferenciadas tornou-se uma prática generalizada após o esgotamento das atividades de mineração, período em que, conforme afirmam os estudiosos, a economia mineira parece não ter conhecido o fenômeno da retração. Ao

³⁸ FRANCO, M.^a S. de C. **Organização Social do Trabalho no Período Colonial**. [s.d.], p.33 (mimeo).

lado do trabalho de cativos, coexistia o trabalho livre de base familiar, os chamados “núcleos ou complexos agropecuários”, voltados para a produção de alimentos direcionado ao mercado interno, fator que garantiu a estabilidade destes segmentos mercantis de abastecimento, mesmo durante os períodos de flutuação no mercado.³⁹

Por outro lado, mostram que o escravo era encontrado em quase todas as ocupações, inclusive, dominando ofícios artesanais e setores do comércio. Havia escravos que sabiam exercer trabalhos qualificados, “os negros mais capazes”: ferradores, entalhadores, alfaiates, latoeiros, carpinteiro, marceneiro, ferreiro, seleiro, entre outros. Por terem valor econômico maior, estes “operários qualificados” por terem valor econômico maior eram “procuradíssimos” para a execução dos trabalhos de sua profissão. Os escravos chegaram mesmo a representar um certo mercado consumidor interno, pois tinham rendas que provinham de salários, de venda de produtos excedentes de suas roças, de gorjetas, prêmios, incentivos e roubos.⁴⁰ Portanto, ao mesmo tempo que aumentava o valor “desta mercadoria”, cresciam, também, as chances do escravo ir aos poucos alcançando sua liberdade.

Voltando às palavras de Ottoni sobre os “negros da Companhia”, as mesmas são signatárias da visão mercantilista do homem de negócios que via no escravo uma mercadoria que se valorizava em tempos de escassez. Era o liberalismo que, no discurso, defendia a “liberdade” e a “igualdade” para todos, mas que, na prática, prometia a liberdade a custo do trabalho, de uma forma geral, uma concepção representativa da mentalidade dos homens brancos e proprietários de sua época. O relato de um estrangeiro, declaradamente admirador do Império brasileiro, assim expressava:

...nesta monarquia rodeada de instituições republicanas, nesta república disfarçada de império, todos os homens brancos, não todos homens livres, são iguais, social e politicamente. Todos são, para usar o ditado espanhol: ‘tão nobres quanto o rei, mas não tão ricos’. A aristocracia da pele é tão

³⁹ Sobre esta questão em Minas ver entre outros trabalhos: LIBBY, D. C. **Transformação e trabalho** em uma economia escravista Minas Gerais no século XIX. São Paulo: Brasiliense, 1988, p.106. FRAGOSO, J. **Ob. Cit.**, p.123. LANA, A L. D. **A transformação do trabalho**: a passagem para o trabalho livre na Zona da Mata Mineira, 1870-1920. 2ª ed. Campinas: Editora da UNICAMP, 1989.

⁴⁰ EISENBERG, P. Escravo e Proletário na História do Brasil. São Paulo: **Estudos Econômicos**, 13 (1): 55-69, Jan./Abr., p.65.

forte – a despeito do apotegma governamental: ‘Todos os homens são iguais’ – que coisa alguma pode suprir sua ausência.⁴¹

Os próprios relatos de Ottoni sobre os escravos que compunham os bens da Companhia serviram de combustível para uma ferrenha acusação que lhe dirigirá Leônidas Lorentz, seu biógrafo mais crítico, a de que era um escravocrata. Argumentou este autor que, como empresário da Companhia, deputado e senador, Ottoni manteve uma posição dúbia quanto à escravidão. Sublinhou que o político era ideologicamente contra a escravidão, mas que se manteve alheio e silencioso, especialmente no momento da decretação da lei de 8 de agosto de 1845 – o *Bill Aberdeen* -⁴², para não contrariar os interesses dos escravocratas de Minas e do Rio de Janeiro, os amigos e fregueses de sua casa comercial. Por sua vez, nos trabalhos no Mucuri, não se absteve de escravizar não só os negros como também os índios, quando a experiência lhe mostrou a impossibilidade do ideal de filosofia:

Todos reconheciam em T. Ottoni um republicano disfarçado e, embora fosse a República incompatível com a escravidão, a realidade desta, no meio social em que vivia, com mirabolantes sonhos renovadores, ficou esquecida. Dir-se-ia, de modo mais evidente, omitida dentro do critério de não prejudicar os seus próprios interesses comerciais e dos seus amigos.⁴³

Na verdade esta foi a posição dos liberais. A decretação do *Bill Aberdeen* deu-se em um contexto marcado pelo jogo partidário entre liberais e conservadores.⁴⁴ No poder entre 1844 e

⁴¹O viajante inglês, Richard Burton, influenciado pelas teorias européias de monogenistas e fisiologistas que defendiam a influência de circunstâncias físicas externas – o clima, a cor da cutis e o meio – como fator determinante na formação de caráter dos povos de uma nação, afirmava que no Brasil tanto a miscigenação da raça como o clima tropical influenciavam o caráter e a moral dos indivíduos. Dizia que no Brasil, devido a acentuada miscigenação, qualquer alusão à cor, causava desconforto na sociedade e era considerada de mau gosto. Apesar deste sentimento não ser explicitamente demonstrado, qualquer estrangeiro notava sem demora como as famílias de “puro sangue branco” eram de um orgulho desmedido. (BURTON, Richard. *Viagem do Rio de Janeiro a Morro Velho*. Trad. David Jardim Jr. São Paulo: Itatiaia/Edusp, 1976, pp.227 e 231).

⁴² A *Lei Aberdeen* foi um dispositivo jurídico aprovado pelo Parlamento inglês em 8 de outubro de 1845, com o objetivo de combater o tráfico de escravos para o Brasil. A lei dava direito à Marinha inglesa de perseguir, apresar ou atacar, mesmo em águas brasileiras, os navios negreiros e, ainda, estabelecia que a tripulação traficante passaria a ser julgada por tribunais do Alto Almirado. (SANDRONI, P. *Novíssimo Dicionário de Economia*. SP: Editora Best Seller, 1992, pp.335-336).

⁴³ LORENTZ, L. *Ob. Cit.*, pp.28-29.

⁴⁴ BEIGUELMAN, P. O encaminhamento Político do problema da escravidão no Império, In: *Pequenos Estudos de Ciência Política*. 2ª ed. São Paulo: Pioneira, 1973, p.23.

1848, os liberais de várias tendências mantiveram uma posição não intervencionista quanto ao tráfico, escolhendo os meios diplomáticos como via para contemporizar as tensões geradas entre a Inglaterra e Brasil após o desfecho do *Bill Aberdeen*, interpretado como uma represália inglesa contra o governo brasileiro. Os gabinetes que se sucederam, neste período, foram incapazes de promover a cessação do tráfico, angariando para si depreciações e acusações que acabaram por precipitar a perda do poder. Com a emergência do Gabinete conservador de 29 de setembro de 1848, a situação tendeu a um agravamento que impulsionou os próprios liberais a mudarem de posição. Se antes mantiveram uma “estratégia diplomática”, passaram a combater o tráfico de escravos que passou a ser o argumento utilizado contra os seus adversários políticos, acusando-os de permitir que a “soberania da nação” fosse aviltada pelos interesses ingleses.⁴⁵

Mas Ottoni não entrou nessa empreitada, pois tinha escolhido, como vimos, outra mais condizente com seus ideais naquele momento: “retirara-se da política” para atuar no nordeste mineiro, onde não só utilizou abundantemente mão-de-obra escrava nos pesados primeiros trabalhos da Companhia como também fez, em 1850, o comércio de escravos entre o Rio de Janeiro e o Mucuri, quando o tráfico já estava proibido (Lei de 4 de setembro de 1850) e contava com a vigilância do Partido Liberal.⁴⁶ Agiu como um “empresário-fazendeiro” típico daquele momento, utilizando o trabalho escravo, mão-de-obra numerosa, disponível e adestrada aos serviços da agricultura na província.

Estudos recentes têm mostrado que, ao contrário do que se imaginava, a presença do negro na exploração mineradora teve pequena expressão na primeira metade do século XIX, uma vez que 58,6% da população cativa de Minas estava incorporada à agricultura, dados que indicam

⁴⁵ Idem, *ibidem*, p.24.

⁴⁶ Ottoni informou em seus relatórios que levou escravos do Rio de Janeiro para o Mucuri, chegando mesmo a contabiliza-los juntamente com os valores da Companhia. Prestou conta dos pagamentos feitos aos donos dos escravos que alugou. Christiano Ottoni, no empenho de se livrar das acusações recebidas de adversários políticos em 1852, contou que vendeu sua propriedade em sociedade com um cunhado para investir na empresa do Mucuri: “*Vendemos ao Visconde do Rio Preto os imóveis, a diversos o gado, animais, carros, etc., apurando cerca de 25 contos e retirando a escravatura. Com o producto da venda e um adiantamento feito pela Companhia do Mucury, compramos a escravatura de Firmino Dias Moreira, de Niteroy, e vendendo os velhos e as crianças com as mães, apuramos 100 escravos de flor, com os quaes foi o meu sócio para Mucury, agora socios em parte iguaes. Tinha eu pois 50 escravos em princípio de 1855, além de seis do meio doméstico*”.(OTTONI, Christiano, *Autobiografia*, 1852, p.90).

o grau da mercantilização da agricultura mineira como também reforçam o que já foi comentado anteriormente, a presença da mão-de-obra livre – trabalhadores de fora - na produção e exportação para o mercado de abastecimento interno, fato que leva à afirmação de que “a base da economia mercantil mineira voltada para o mercado interno dificilmente poderia ser classificadas apenas como escravista”.⁴⁷

O senhor de escravos padrão de Minas Gerais não era o grande fazendeiro e sim, o pequeno proprietário que possuía plantéis de até cinco escravos. Esta realidade pode ser percebida ainda nos relatos autobiográficos de Christiano Ottoni, quando queixava dos serviços prestados pelos seus escravos: “*Dos escravos que minha mulher recebeo em dote trouxemos tres: mas erão inhabeis, chucros; nos não tivemos habilidade para educal-os; d’ahi mau serviço*”.⁴⁸

Theophilo Ottoni, como bom conhecedor do comércio provincial, sabia os caminhos a tomar para organizar seu empreendimento e realizar bons negócios, por isso utilizou as ferramentas acessíveis naquele momento.⁴⁹ O silêncio ou a indiferença em relação ao tráfico parecem ter sido a estratégia que mais lhe convinha naqueles anos. Em suas palavras não encontramos nem os ecos de “argumentos humanísticos, sociais e religiosos” típicos dos mineiros que se manifestavam a favor da libertação dos escravos.

Em Minas Gerais o preconceito em relação ao “homem livre pobre” e mesmo ao desempenho do escravo, ganhou proporções acentuadas após o período do chamado ciclo do ouro que deixou como saldo uma grande população empobrecida. O trabalho na mineração durante o

⁴⁷ FRAGOSO, J. **Ob. Cit.**, pp.130-134.

⁴⁸ OTTONI, Christiano. **Ob. Cit.** p.57.

⁴⁹ Em 1846, o empresário Irineu Evangelista de Sousa, futuro Barão de Mauá, em sua nova empresa, o Estabelecimento de Fundação e Estaleiros da Ponta de Areia no Rio de Janeiro, também, utilizou simultaneamente mão-de-obra escrava e livre que havia recrutado na Europa por tempo determinado. (CALDEIRA, J. **Ob. Cit.**, p.185). Alugar escravos para a derrubada de florestas era uma prática que acontecia no trabalho de formação de cafezais. Por outro lado, os escravos alugados não estavam somente na produção de café, o governo e os empreiteiros os alugavam para inúmeras tarefas, especialmente na construção de estradas e ferrovias. (MARTINS, Roberto B. Minas Gerais, Século XIX: tráfico e apego à escravidão numa economia não-exportadora. **Estudos Econômicos**, 13 (1): 181-209, Jan./Abr.1998.

Império sofreu alterações tecnológicas, exigindo mão-de-obra mais especializada e passou a utilizar o escravo apenas em tarefas mais pesadas, ou seja, trabalhos manuais no subsolo. Os negros, geralmente alugados e segurados - eram escolhidos a dedo, somente eram empregados os robustos, e enumerados como de 1ª, 2ª e 3ª categorias. Eram cavouqueiros, limpadores de pontos de desmonte, empurravam os vagões e enchiam as caçambas de minérios.⁵⁰

Por sua vez, o trabalhador brasileiro livre e pobre foi marginalizado, pois era visto como despreparado e incapacitado para o trabalho regular na grande lavoura e na mineração, porque possuía maus hábitos de vida como a preguiça, a impontualidade e a embriaguez, interpretados como “costumes herdados de muitas gerações”. Acostumados com incumbências esporádicas na agricultura, considerava-se que não demonstravam estímulo nem energia para qualquer tipo de trabalho: *“É difícil contratar trabalhadores, livres ou escravos, que não se excedam habitualmente na bebida, e, se o ‘patrão’ dá o exemplo, a indulgência ultrapassará todos os limites. O tropeiro e o barqueiro começam o dia com um gole ‘para espantar o diabo’”*.⁵¹

Se observamos os posicionamentos de Burton e as atitudes de Ottoni no projeto do Mucuri, é possível perceber como ambos entendiam a prática do trabalho como um recurso de regeneração da sociedade e instrumento produtor de riqueza. É preciso lembrar que esta positividade do trabalho também se registrava em alguns países europeus que enfrentavam os problemas típicos das sociedades industriais. A multidão das grandes cidades, os aglomerados de

⁵⁰ BURTON, R. **Ob. Cit.**, p.235.

⁵¹ Estes hábitos desregrados dos homens pobres seriam para estes observadores ilustrados, o entrave para o progresso da sociedade. O viajante assinalou que a escravidão era a causa desta anomalia, pois desde o início da colonização do Brasil “...aniquilaram os aborígenes, em vez de ensiná-los a trabalhar, e fizeram tantos escravos que muitas casas de São Paulo tinham de 500 a 1000 cabeças.” (Idem, ibidem, pp.231-232). Da mesma forma, pensava a “elite dirigente” e os “fazendeiros ilustrados” do Império em seus projetos de “civilização” para construir a nação, inclusive Ottoni. Como bem lembrou Lourenço, para a formação do povo seria preciso a inculcação dos valores modernos pela educação e instrução, dentre eles, o “amor ao trabalho”. Era necessário despertar-lhe a vontade de trabalhar e progredir. Nos discursos reformistas e progressistas das autoridades para modernizar a agricultura brasileira, o pesquisador encontrou a discriminação e a exclusão dos trabalhadores nacionais vinculados às atividades agrícolas: “...as proporções reformistas, apesar de seus vários aspectos progressistas, também suportam diversos componentes de discriminação contra os trabalhadores rurais, quase sempre compreendidos não como categoria do conceito universal de homem, construído e legado pela Revolução Francesa, mas sim como meros ‘braços’ ou instrumentos de trabalho, objetos, portanto, de políticas e ações da **modernização**, mas não da modernidade”. (LOURENÇO, F. A **Ob. Cit.**, p. 17 e 31) Grifo do autor.

casas nos bairros de classe operária, com condições degradantes, exteriorizando a pobreza advinda da sociedade do trabalho, eram motivos de preocupação das autoridades religiosas e governamentais.

No séc. XIX o custo econômico e a ameaça social que a pobreza representava, fizeram com que se criassem políticas disciplinizadoras para organizar os maus trabalhadores e aqueles que resistiam ao trabalho. As instituições de caridade em Londres, que acolhiam os “os preguiçosos, os mendigos, os turbulentos e os esbanjadores de dinheiro”, passaram a ser mal vistas na sociedade industrial, pois acreditavam que era preciso “moralizar” e “disciplinar” pelo trabalho, era preciso “introjetar” no homem pobre os valores constitutivos da vida social: o trabalho, a propriedade e a razão.⁵² No Brasil, uma “nação ainda em construção” e com uma população acentuadamente rural, o trabalho agrícola fora eleito como o melhor de todos. Nos relatos da época é comum a presença de frases depreciativas em relação ao “proletário europeu” e, ao contrário, louvas ao “altivo camponês”. Basta lembrar a insistência de Ottoni em não receber “colonos proletários” e exigir dos agentes a vinda de “colonos camponeses e industriais”.

3- Projetos Imperiais de Colonização e Imigração nos anos de 1840-1850.

Para a grande maioria dos imigrantes europeus que vieram para o Brasil em meados do século XIX, a expectativa de tornar-se proprietário de terras não se realizou. Porém, para aqueles que se dirigiam ao Mucuri, o golpe fatal neste sonho deve ter sido maior. No lugar de fazendas e cafezais ou lotes demarcados para iniciarem suas roças, encontraram matas fechadas e um clima tropical hostil. A primeira tarefa que o colono tinha a fazer era “...com a ajuda de outros imigrantes ou familiares, abrir uma clareira na floresta, desmatando e limpando o terreno para

⁵² BRESCIANI, M. S. M. **Londres e Paris no séc. XIX: O espetáculo da pobreza**. 8ª ed. São Paulo: Brasiliense, 1994. Sobre a preocupação com a pobreza nas cidades industriais européias e com todos aqueles que viviam fora das regras sociais e sobre a imposição de se criar novos valores e normas de comportamentos ver, entre outras, as análises de: PERROT, Michelle. Os operários, a moradia e a cidade no séc. XIX. **Os Excluídos da História**. SP: Paz e Terra, 1988, pp.101-125. HAROCHE, C. **Ob. Cit.** 1998. CHOAY, F. **O urbanismo: utopias e realidades**. Uma antologia. São Paulo: Perspectiva, 1992.

cultivar e construir um primeiro abrigo com galhos, troncos e coberto com palha, já que a primeira necessidade era garantir alimento e abrigo".⁵³ Mas, segundo o Diretor da empresa, esta situação seria tranqüilamente superada se viessem "bons colonos" e se a colonização fosse espontânea, como ocorreu com os primeiros trabalhadores que importou, os portugueses:

os colonos Portugueses porque não vieram da Europa enganados e erão homens da lavoura, souberão corajosamente affrontar as dificuldades do primeiro estabelecimento em um lugar ermo, e então sem recursos – Derribarão a primeira arvore de matto virgem que caiu aos golpes de seu machado... Levantarão elles mesmos as choupanas que desde o dia da sua chegada a colonia os obrigarão e suas famílias – conquistarão posição pelo trabalho, e melhorarão todos o seu destino.⁵⁴

O viajante inglês Richard Burton, que visitou a província mineira na década de 1860, analisando particularmente o trabalho na mineração, destacou as possibilidades de enriquecimento que os imigrantes encontravam no Brasil através do trabalho; de modo que aqueles que não conseguiram deveriam culpar a si próprios:

Em nenhum outro lugar um homem honesto e disposto ao trabalho terá mais oportunidade de prosperar, com um mínimo de dinheiro e capacidade. Os serviços de um trabalhador habilitado, qualquer que seja a sua especialidade ou profissão, serão aproveitados imediatamente, e valorizadíssimos, e haverá sempre procura por deles; e será sempre por sua culpa se o emprego não conduzir à fortuna, e ao que podemos chamar de posição social. Convencido desse fato, sempre que ouço um estrangeiro se queixar de que fracassou no Brasil, e deblaterar contra seu povo e suas instituições, considero tal fato como prova positiva de que o País tem todo o direito de se queixar dele: que tem 'uma telha de menos', que bebe, que é preguiçoso; que é incorrigivelmente desonesto; ou, afinal, que é um 'homem impossível'.⁵⁵

Em 1859, quando Ottoni se viu acossado por denúncias de maus tratos em relação aos imigrantes levados ao Mucuri recorreu exaustivamente ao relatório de Tschudi que visitou as instalações do projeto em 1858, quando a colonização, segundo seu Diretor, ainda não enfrentava problemas. Neste texto, o visitante apresentou um parecer favorável, destacando as dificuldades iniciais do empreendimento: "*É um trabalho afanoso derrubar matto e convertê-lo n'uma lavoura fructifera. A difficuldade da cultura do solo é aqui immensamente maior do que na*

⁵³ FRANÇA, J. *A Colonização Alemã no Vale do Mucuri*, 1993, pp.57-58.

⁵⁴ Idem, *ibidem*, p.46.

⁵⁵ BURTON, R. *Ob. Cit.*, 1976, p.227.

Europa...”. Ao mesmo tempo, em suas colocações, explicitou o conceito de trabalhador europeu ideal dominante na época com o qual Ottoni concordava plenamente:

Como na môr parte das colônias, também no Mucury o emigrante morigerado e inteligente consegue em pouco tempo uma posição proporcionalmente boa, que elle vai de anno em anno melhorando pela sobriedade e pelo trabalho assíduo e pela economia, alcançando em fim um resultado que não lhe fôra dado esperar na Europa. O preguiçoso, o indolente, queixar-se-há sempre e acabará por fim como mendigo...⁵⁶

Nos relatos de Burton e de Tschudi é possível observar que tanto o empresário Ottoni como os observadores estrangeiros teciam severas restrições aos colonos pobres e sem hábitos morigerados e defendiam o trabalho como grande reprodutor de riquezas e legitimador da propriedade. Entretanto, Tschudi concebia que o colono deveria ser proprietário, por isso condenava o sistema de parceria que afirmava ser vantajoso apenas para o fazendeiro. Entendia que este tipo de contrato deveria ser rigorosamente proibido, pois em teoria e para quem não conhecia “o país e a sua gente” uma “palavra bem soante que prometia bonitas vantagens”, não deixava de ser uma maldição para os emigrantes e facilitava ao fazendeiro pouco escrupuloso mil pretextos para enganar suas vítimas. O emigrante deveria ser proprietário, e isso debaixo de condições que, no fim de quatro a seis anos, fosse-lhe facultado tornar “proprietário independente de suas terras e plantações”, desde que fosse “diligente e econômico”. Somente quando todas estas condições se achassem cumpridas, poder-se-ia falar com boa consciência a favor da emigração para o Brasil.⁵⁷

Vale ressaltar que, durante a visita de Tschudi, Ottoni havia lhe informado que a Companhia possuía em todo o trajeto entre o mar e Filadélfia, em diferentes pontos, terrenos extensos que cedia aos colonos em condições favoráveis. Os colonos casados recebiam para suas futuras residências, por “módico preço” 120.000 braças quadradas de mato virgem e alimentos para o primeiro ano, ficando os mesmos obrigados por contrato a pagar o terreno e os mantimentos e outros adiantamentos ao decurso de quatro anos.⁵⁸

⁵⁶ Relatório de Tschudi, citado por Ottoni em *A Colonização do Mucury*, 1859, p.51.

⁵⁷ Idem, *ibidem*, pp.54-55.

⁵⁸ Idem, *ibidem*.

Um dos pontos de discórdia entre os estrangeiros, as autoridades brasileiras e os fazendeiros quanto à política de imigração era justamente os entraves que criados pela lei para impedir aos imigrantes o acesso à propriedade. Especialmente por intervenção dos fazendeiros, através de seus representantes no Parlamento, a política de terras no Império vinha se arrastando, de projeto a projeto, desde 1843; e somente foi transformada em lei em 1850, e regularizada em 1854. No projeto de 1843, apresentado pelo Ministro da Marinha Joaquim José Rodrigues Torres, alegou-se que com o fim do tráfico, tornava-se proeminente a necessidade de promover a imigração de “trabalhadores pobres, moços e robustos” para suprir a “falta” de braços na agricultura. Mas, a terra não poderia ser franqueada de forma fácil, deveria ser vendida e não doada. Acreditava-se que as terras já valorizadas, somente deveriam ser adquiridas pelos imigrantes após algum tempo de trabalho, o qual possibilitaria a formação de um pecúlio que, posteriormente, faria destes imigrantes, proprietários. O projeto se inspirava na experiência colonizadora efetivada na Austrália, e tentava implementar medidas que permitissem lucros para os empresários colonizadores. Para que isso fosse possível, os imigrantes deveriam pagar pela terra, exigência que, certamente, inviabilizaria a propriedade para muitos. Desta forma criava-se um sistema que se auto alimentava, pois os recursos da venda da terra seriam direcionados à importação de outros colonos e, em extensão, contribuiria para o barateamento do trabalho e a valorização das terras.⁵⁹

Outras estratégias complementares foram articuladas para impedir que os imigrantes se tornassem proprietários. Aos estrangeiros que tivessem suas passagens financiadas pelo governo ou por particulares, era proibido comprar ou aforar terras ou comercializar antes de três anos de sua chegada. Esta era uma boa maneira de garantir mão-de-obra de baixo preço nas fazendas de café. O projeto foi apresentado à Câmara pelos Gabinetes conservadores de 1841 e 1843 e despertou inúmeras controvérsias. Como explica Carvalho, a resistência não era à política de colonização, à importação de braços livres, pois reconheciam nesta a salvação da grande lavoura o que, na realidade, pesou foi “*os custos que os proprietários rurais deveriam pagar para*

⁵⁹ O projeto exigia que a demarcação de terras, a revalidação das sesmarias e legitimação das posses fossem realizadas dentro de um tempo estipulado, caso contrário, as sesmarias que estivessem irregulares seriam consideradas como terras devolutas pelo governo. Outras exigências foram as taxas e impostos propostos e as cláusulas de expropriação. (CARVALHO, J. M. de. Modernização Frustrada: a política de terras. São Paulo: **Revista Brasileira de História**, Mar., 1981, p.40-42).

*efetivar essa política, particularmente no que se referia aos impostos e à perda da propriedade dos maus pagadores.”*⁶⁰

O projeto foi enviado ao Senado em outubro de 1843, de onde saiu somente em 1850, sendo aprovado no mesmo ano na Câmara conservadora, com algumas modificações para acalentar as recriminações de alguns proprietários, principalmente paulistas e mineiros que viam no projeto uma tentativa de centralização do poder nas mãos dos cafeicultores do Rio de Janeiro, aninhados no partido conservador. Quanto ao acesso da terra aos imigrantes, nenhum avanço foi colocado, “...a terra por muito tempo ainda e em muitas partes do país permaneceria fator de status além de fator de produção e a força de trabalho permaneceria em boa parte presa ao latifúndio”.⁶¹

Já vivendo um controvertido processo de “abstinência política”, Ottoni manteve-se em silêncio com relação às discussões suscitadas por este projeto de legalização de terras, até porque , parece que se beneficiou de sua protelação no Senado. É o que demonstra o relatório por ele preparado em 1857 e apresentado aos acionistas da Companhia, no qual os informou sobre as medidas que havia tomado para se apropriar de terras devolutas, vizinhas ao território da empresa. O Diretor assegurou-lhes que nada fizera de “ilegal”, pois todos os proprietários agiram da mesma forma antes da execução da Lei de Terras. No contrato original da empresa com o Governo Imperial, foram concedidas à Companhia dez léguas quadradas com a condição de que se instalassem 64 casas de colonos em cada légua quadrada. Com a construção da estrada de Santa Clara para Filadélfia (1854), o empresário requereu e foi agraciado com a permissão de “apossar” de terrenos ao longo da estrada, com o objetivo de criar logradouros e pastagens. Mas todas estas concessões gratuitas não satisfizeram o empreendedor que tratou de estendê-las:

Mas não se limitando a companhia a ocupar os terrenos necessários para logradouros e pastagens, abriu também a exemplo geral, isto é, como se fez em todo o imperio enquanto se não punha em execução a lei das terras, muitas posses, acérca das quaes achava-se, no acto da publicação do regulamento da lei das terras, em condições pelo menos iguaes as dos occupantes sem título legítimo que pelo mesmo regulamento forão admittidos a legitimar o seu domínio. Em

⁶⁰ Idem, ibidem, p.43-44.

⁶¹ Idem, ibidem, p.54

consequencia fiz registrar na fôrma de lei as posses onde havia effetiva cultura por parte da companhia para se proceder á sua legitimação.⁶²

A iniciativa do empresário para implementar o negócio não parou por aí. Com o intuito de mostrar aos seus associados as vantagens em aplicar suas fortunas no empreendimento, informou, no mesmo relatório, que, valendo-se de um documento oficial de 1758 pelo qual se marcava as sesmarias a serem concedidas no sertão, conseguira aumentar e legitimar as posses de terras nas redondezas de Filadélfia em benefício da Companhia, já que eram áreas de pequenas culturas ocupadas por agregados ou por colonos da empresa. Gabando-se de sua franqueza relatou, ainda, uma outra estratégia para estender as posses de terra no Mucuri:

E absorvidas como estavam com o destino de logradouros e pastagens as 10 primeiras leguas, haviam cessado quaesquer compromissos da companhia acerca de colonização. Então eu, ignorando di-lo-hei com a minha habitual franqueza qual era o verdadeiro limite da extensão de terras que por meio da legitimação podia o posseiro obter gratuitamente em cada posse, visto como o regulamento dá o terreno aproveitado, e mais outro tanto que não exceda a uma sesmaria das concedidas ultimamente na comarca ou nas vizinhanças, procurei assegurar á companhia uma maior extensão de território, celebrando com o governo imperial o contrato de 20 de Dezembro de 1855, por virtude do qual ficou garantida á companhia a extensão de 2 leguas em quadro em cada uma das diversas posses mencionadas no mesmo contracto...⁶³

Mais uma vez é possível perceber em seu discurso a sagacidade do homem de negócios que, seguindo seus princípios liberais, justificava a apropriação e legitimava o direito de propriedade pelo trabalho. Por outro lado, a garantia de ser um bom negócio estava inscrita nas vantagens extraordinárias que o Diretor apresentava: *“Só as terras que possuímos nos hão de restituir com juros o capital integral da companhia uma vez que tenhamos o bom senso e a coragem de esperar”*.⁶⁴

⁶² OTTONI, T. B. *Relatório apresentado aos Accionistas da Companhia do Mucury de 1857*, p.23.

⁶³ Idem, *ibidem*, pp.23-24.

⁶⁴ Idem, *ibidem*, p.24.

4 – Imigração européia, trabalho e propriedade.

Para dar continuidade à construção de estradas foram contratados na Europa, em 1857, trabalhadores prussianos que trouxeram dissabores ao empresário, em sua maioria, jovens solteiros recrutados nas cidades. Ottoni acusou o governo prussiano de ter aproveitado a oportunidade para se ver livre de indivíduos onerosos aos seus cofres, pessoas que foram tiradas das ruas e dos asilos de mendicidade. Lembrou que, ao desembarcarem em Santa Clara, os recém chegados, sem terem o menor pretexto para queixa, armaram um motim querendo impor-lhe, à força, um aumento de salário. Diante de tal “rebeldia”, e comportamento destes europeus, o empresário se convenceu da inconveniência de pagar passagens a solteiros, sobretudo quando eles traziam só o braço para trabalhar. Convencia-se a cada dia que “*o imigrante sem caixa, espingarda e mulher não serve para colono*”.⁶⁵ Os bons colonos seriam os colonos escolhidos

...entre os indivíduos que vem da sua terra resolvidos a regar com o suor de seu rosto a nova pátria que adoptarão, e a crear uma posição pelo trabalho, e os mendigos a quem na Europa se enganou torpemente, e que vem fascinados com a esperança de vida regalada à custa dos papaivos, que os importam.⁶⁶

Depois de conflitos como este, a Companhia passou a não tolerar que os imigrantes se entregassem à “vadiação e à embriagues” ou qualquer outro tipo de “desordem”. Para isso contou com o auxílio da autoridade policial que reprimiu os delitos. Em outros casos, a ação do Diretor foi diferente, preferiu não impedir a evasão dos “vadios e desordeiros”, quaisquer que fossem as somas de seus débitos. Quanto à importação de imigrantes, a ordem era que os agentes não recebessem indivíduos que não tivessem pelo menos um pequeno pecúlio para pagar metade de sua passagem.

Ao contrário da experiência de Ottoni, os trabalhadores prussianos que se estabeleceram no sul do país foram descritos por Lallemant como homens “laboriosos e honrados”, mão-de-obra preparada com “educação muito boa à capacidade de trabalho”, e que se destacavam pela

⁶⁵ Idem ibidem, pp.19-20.

⁶⁶ OTTONI, T. B. *A Colonização do Mucury*, 1859, p.40.

ordem e asseio que mantinham suas pequenas propriedades (casas e sítios). O mesmo observador sublinhou que o sucesso dos colonos europeus despossuídos de bens e que contavam apenas com a propriedade de seus braços – no caso o camponês e não o proletário – foi muito mais significativo nas províncias do Sul, porque ali puderam vencer as dificuldades com o trabalho:

Os mais felizes são os que, na Europa, dependiam somente de seus vigorosos braços. Antigos jornaleiros, camaradas, hortelãos, etc., prosperaram agora brilhantemente, sobretudo quando se casaram com mulher sadia e têm um filho por ano... Encontram-se aqui e ali, admiráveis famílias. Muitas pessoas que começaram sem nada, venceram felizes; muitos puderam pagar, com o seu trabalho, vultosas dívidas.⁶⁷

Os colonos urbanos, segundo Lallemant, encontraram muitas dificuldades e foram pouco favorecidos. A exemplo, suas mulheres e filhas, despreparadas para a lida no campo, tornaram-se um entrave para o alcance da prosperidade, porque não *“nasceram para a enxada e o machado... se fossem moças aldeãs e soubessem brandir o machado! Então conseguiriam, cada uma a seu tempo, um homem rústico e o casal cheio de vida estaria em condições de arrancar uma árvore, com as raízes”*.⁶⁸

Apesar das diferenças de idéias entre Ottoni e Lallemant, as argumentações de ambos expressavam a mesma expectativa liberal sobre o desempenho dos imigrantes: a perseverança, a sobriedade e muito trabalho os levariam à prosperidade. Da mesma forma, repudiavam “os vagabundos”, “os preguiçosos”, “os bebedores”, a exemplo, os colonos belgas e franceses, “gente endiabrada” que, por qualquer descontentamento, se amotinavam e provocavam a desordem. O viajante encontrou na província do Paraná um francês que acreditava ter conhecido no Rio de Janeiro, no seu dizer, *“um original vagabundo, um francês entroncado, de pele queimada, barba espessa e estranha aparência”*. Assim se expressou com relação aos franceses de modo geral:

Endiabrada gente esses poliformes franceses, vagando nas províncias do Brasil e certamente em todo o mundo! Como classificá-los? Qual a sua forma zoológica original? Mamíferos, pois mamam o dinheiro no bolso dos ingênuos camponeses. Aves, mas sempre movediças, sempre aves de arribação. Como anfíbios se desvencilham de todas as dificuldades da vida. Têm pois, alguma coisa

⁶⁷ LALLEMANT, R. **A Viagens pelas províncias de Santa Catarina, Paraná e São Paulo (1858)**. Trad. Teodoro Cabral. BH: Ed. Itatiaia/EDUSP, 1980, pp.152-154 e 160.

⁶⁸ Idem, ibidem, pp.160 e 263.

de todas as classes de Cuvier; até radiários são muitas vezes e entre eles encontrei muitos cavaleiros da Legião de Honra. Era meu “spahi” um desses radiários.⁶⁹

O repúdio de Lallemant ao trabalhador urbano, particularmente aquele de origem francesa, (apesar de ter defendido imigrantes desta origem quando do confronto com Ottoni na questão Mucuri) se assemelhava ao preconceito que alguns europeus tinham com relação à vida cotidiana nas grandes cidades industriais, assoladas por um grande contingente de homens pobres “dispensados” do trabalho permanente. A miséria em expansão, o medo da multidão de “mendigos” e “vadios” na cidade promoveram entre os analistas da sociedade moderna uma separação entre campo e cidade.⁷⁰ O campo passou a ser idealizado como o reverso do processo de proletarização pelo qual passava as maiores cidades européias, o lugar ainda capaz de se cultivar os verdadeiros valores, de se criar uma cidade que não existia mais na Europa.⁷¹

Partindo deste pressuposto, penso que pode ser melhor entendido o discurso de Lallemant. Os seus relatos e “acusações” sobre as cidades (e seus habitantes) que visitou no interior do Brasil – riquezas da natureza, descaso do poder público com as cidades, falta de disciplina e higienização, a preguiça, o despreparo para o trabalho entre outros detalhes - vão sedimentando um ideal civilizador que trouxe pronto da Europa: um específico ideal de progresso espelhado no exemplo alemão. Tal ideal se confundia com a domesticação da natureza, a transposição da

⁷⁰ WILLIAMS, Raymond. **O campo e a cidade**. São Paulo: Cia das Letras, 1996.

⁷¹ Para compreender este “olhar observador”, retrospectivo e romântico de Lallemant, torna-se imprescindível inseri-lo em seu tempo. Na Europa, no final do séc. XVIII e início do séc. XIX, emergiu um novo gosto em apreciar a natureza, as montanhas, o ar e o campo. O prazer do descanso e da contemplação das paisagens se transformou na denúncia da deteriorização da qualidade de vida dos centros urbanos industriais. Daí surgiram nos textos científicos e literários o belo, o pitoresco e o sublime como categorias estéticas descrevendo e classificando o desconhecido, o exótico, o outro. Na literatura dos viajantes, estas categorias se fizeram presentes nas observações e representações das paisagens campestres, das cidades e de seus habitantes. A natureza, a influência das propriedades do meio e dos objetos na sensibilidade dos indivíduos e na formação de seu caráter tornaram-se objetos e substratos indispensáveis de toda narrativa e julgamento estético. Sobre as teorias da estética explicativas de como as coisas atingiam as pessoas e sobre as propostas da necessidade de se promover uma investigação acerca das paixões, dos órgãos do espírito, apoiada em bases filosóficas, ver: KANT, E. *Observations sur le Sentiment du Beau et du Sublime*. In: **Des Premier Écrits à la “Critique de la Raison Pure”**. Bibliothèque de la Pléiade. Paris: Gallimard, [s/d], pp. 451-509. BURKE, Edmund. **Uma investigação filosófica sobre a origem de nossas idéias do sublime e do belo**. Campinas, São Paulo: Papirus/Unicamp, 1993.

cultura alemã através de imigrantes que construiriam a “civilização dos costumes” em um país ainda em formação, ergueriam “novas cidades” por intermédio do braço alemão “empreendedor”, com suas casas circundadas por jardins. Tais figuras e práticas fazem parte de uma “imagem apaziguada da cidade”, higienizada e sem pobreza, distante da corrupção da sociedade industrial. Ottoni, por sua vez, com as devidas diferenças e outros interesses, também via no campo - no caso, o sertão do nordeste mineiro - o lugar para se levar o progresso. A natureza precisava ser vencida, suas riquezas aproveitadas e os autóctones precisavam ser “civilizados”. Ali seria possível criar uma nova cidade, ou melhor, uma nova província, na verdade idealizada, porque não haveria de ter nem “vadios” nem “indolentes”, mas sim, homens preparados pelo trabalho. Desse modo, tanto o discurso do médico como o do empresário encerrava uma questão política: construir uma nação composta de cidadãos disciplinados, higienizados, morigerados e, sobretudo, proprietários.

Quanto aos índios, suas opiniões também não se distanciavam muito. Talvez Ottoni fosse mais comedido em expressá-las, mas, conforme já vimos, suas relações com as tribos domesticadas revelaram-nas. Lallemant, por sua vez, sentia-se superior aos “homens-animais da selva”, homens sem direito algum, “porque não reconheciam nenhum direito”. Por isso, não se conteve ao descrever os botocudos que encontrou no Paraná, comparou-os fisicamente com “*raça degenerada dos chineses, rapazes pardo-amarelos, com muito tecido celular, idióticos, com ‘habitus’ mongólico, irmãos degenerados dos degenerados chineses, fantasmas da floresta, espectros de homem.*”⁷²

Enfim, era uma gente muito distante da civilização e dos bons costumes, inapta para o trabalho. A colonização que visava a catequese dos indígenas, como a Aldeia de São Nicolau e Nanoai que o médico visitou na província do Rio Grande do Sul, era o modelo típico da “má colonização”, um trabalho insignificante, pois somente encontrou “homens semi-civilizados”, choças, pobreza e pequenas plantações de milho.⁷³

⁷² LALLEMANT, R. A **Viagens pelas províncias de Santa Catarina, Paraná e São Paulo (1858)**, 1980, p.280.

⁷³ LALLEMANT, R. A. **Viagens pela províncias de Rio Grande do Sul**, 1980, p.391.

Foi na província paulista que Lallemant pode observar o perfil dos trabalhadores brasileiros e horrorizar-se com o descaso que estes nutriam pelo trabalho. Ao chegar às praias de Santos – a “flor da porcaria” – escandalizou-se com a imundície e o mal cheiro das matérias pútridas espalhadas em todos os cantos e recantos da cidade. “*Santos é uma cidade incolor, horrivelmente aborrecida e tanto mais o parece ser quanto mais tempo se vive lá*”. Na cidade de São Paulo, a impressão foi melhor. Encontrou melhoramentos, mas devido “a vinda de trabalhadores alemães e suíços” que conseguiram se livrar do sistema de parceria das fazendas e se fixaram nos arredores da cidade, dedicando-se a criação de gado, plantações de café, chá, frutas européias, produção de legumes e batatas. Mas o que viu no campo não o agradou, pois retratava a preguiça dos brasileiros com a lavoura:

Não se pode deixar de ver, na faixa de terra, a preguiça de seus donos. No solo frouxo poder-se-iam cultivar mandioca e aipim com as próprias mãos e com grande lucro. Mas, em vez disso, preferem comprar o arroz que desce do rio e dedicar-se a todo gênero de pequenos negócios na cidade. Outros, num modificado ‘*dolce far niente*’, preferem passar o dia numa canoa, pescando e secando peixe salgado, quase à moda do bacalhau nórdico, mas em pequena escala. Para essa gente a lavoura é sempre penosa em toda parte, bem que reconheçam o seu valor; não discutem a sua alta importância e compreendem perfeitamente o valor do trabalho agrícola livre. Invejam o trabalho da imigração alemã.⁷⁴

Como é possível perceber, as afinidades de conceitos relacionados ao trabalho entre os dois adversários são maiores do que se poderia imaginar quando lembramos dos conflitos, já relatados no III Capítulo, que entre eles ocorreu. Tanto um como o outro viam na colonização e no trabalho o caminho para o progresso e a civilização, porém se distanciavam substancialmente na maneira de como deveria ser efetivada a colonização.

Lallemant era um ferrenho crítico da colonização privada, mesmo que esta fosse implementada com colonos alemães, vistos por ele como “a casta” ideal para esta empresa. Em seu entender, os empreendimentos que estavam nas mãos de empresários, brasileiros ou estrangeiros, eram presididos por interesses particulares e somente contribuíam para a prosperidade daqueles que especulavam com terras para explorá-las com o “trabalho diligente e esforços” dos outros. Empresários que implementavam projetos de colonização eram, no seu

⁷⁴ LALLEMANT, R. A. *Viagens pelas províncias de Santa Catarina, Paraná e São Paulo* (1858), 1980, p.318.

entender, especuladores, “*flibusteiros usuários, com belos nomes, visando apenas, em seu próprio interesse, o suor dos alemães*”. A colonização ideal deveria ser uma iniciativa do governo que concederia lotes aos recém-chegados; e as colônias deveriam ter administração provincial, gerenciada por um diretor honesto e capaz e não por homens que viviam para seus negócios. O diretor deveria receber os imigrantes com saúde e alegria:

Os que vêm de longe, que fizeram uma enorme separação entre si e a pátria, ferida que dificilmente sara, dificilmente cicatriza, devem logo ao chegarem, encontrar um homem de coração e ação, que os aconselhe e ajude, e não gente que na tempestade da vida naufragou, naufrágio de que eles próprios são culpados, porque não sustentaram o leme com força, porque não olharam com confiança para as estrelas e para o céu.⁷⁵

Na verdade, ao esboçar seu modelo ideal de colonização, Lallemant evidenciou sua preferência pela colonização que se realizava nas províncias do Sul, em especial as colônias encravadas nas serras gaúchas porque via ali a possibilidade de se criar uma Alemanha “perdida”.⁷⁶ Naquele local encontrou gente bem humorada e feliz, conduzindo “burros carregados” para o abastecimento dos mercados vizinhos, praticando um comércio livre e independente de intermediários. Não deparou com diferenças de “classes sociais” como havia na Alemanha: “*na floresta virgem, nem ofendida nem humilhada pelas diferenças sociais, sem preocupação pelo alimento, nem endurecida por invernos rigorosos – cresce, nas arejadas alturas, uma juventude mais elástica, uma natureza humana mais viva e mais livre!*”⁷⁷

Em seus relatos idealizou um vasto território trabalhado por “braços alemães” onde todos falassem somente a língua alemã; cada família vivendo em harmonia e felicidade em suas pequenas propriedades, cercadas por pomares com frutas européias e, que, alegremente, desceriam a serra para comercializar a sua produção. Um estilo de vida campestre muito distante

⁷⁵ Idem, *ibidem*, p.278.

⁷⁶ Lallemant achava que os emigrantes não deveriam perder sua etnia, cultura, língua e nacionalidade, no além-mar deveriam formar “quistos étnicos alemães”. Por isso era um defensor das colônias agrícolas no Sul do Brasil, porque via ali dadas todas as condições para se fazer a “verdadeira colonização” alemã em grande escala e com boas possibilidades de desenvolvimento, pois era uma região pouco habitada pelos nativos e possuía condições climáticas favoráveis. Como o viajante via na população nativa uma “raça inferior”, seria muito mais fácil os alemães manterem sua identidade e nacionalidade.

⁷⁷ AVÉ LALLEMANT, *Viagens pela províncias de Rio Grande do Sul*, 1980.

da situação que naquele momento viviam os camponeses na Alemanha, expropriados e explorados pelo capitalismo industrial:

Como é diferente a saudação alemã nas serras brasileiras! Coragem, energia, trabalho, Europa, o presente e o futuro – tudo ela encerra a traz em si. Onde, antes, por milhas de extensão, só havia floresta silenciosa ou apenas gritavam papagaios e guinchavam macacos, hoje, depois de árdua luta, foi conseguida brilhante e decisiva vitória e os combatentes conquistaram para si e para os seus filhos e netos um solo fértil e opulentas propriedades; e esses eram os mesmos homens que, segundo me confessaram em toda parte, na Alemanha teriam encanecido como trabalhadores agrícolas e jornaleiros. Acudiu-me então a mesma observação que fizera relativamente à gente da campanha (colônia de São Leopoldo); igualmente os lavradores da serra, onde quer que se lhes fale, mostram a maior sinceridade, apuro e franqueza; sentiam-se sob a proteção de Deus e de seu trabalho, firmemente convencidos de que nenhum bailio os pode incomodar e nenhum raugrave perturbar.⁷⁸

Nas memórias dos descendentes dos primeiros imigrantes que se fixaram no Mucuri encontra-se retratada a situação de verdadeira penúria dos camponeses alemães na Europa. Com a transformação da produção agrícola, a alimentação tornou-se precária e pobre em proteínas e vitaminas, desencadeando doenças como a anemia e o bócio. A situação dos trabalhadores urbanos não era diferente. Entre os tecelões que se instalaram em Filadélfia era comum a poesia: *“No olhar sombrio nenhuma lágrima. Eles sentam no tear e rangem os dentes: Alemanha, nós tecemos tua mortalha. Nós tecemos a dentro a tríplice maldição (a Deus, ao rei e a Pátria). Nós tecemos, nós tecemos.”*⁷⁹. Estes versos expressam os ressentimentos e a revolta destes homens contra a desestruturação do sistema tradicional de produção e a imposição do sistema fabril. Os camponeses expropriados do campo se encontravam sem alternativas de trabalho. Daí o sonho dos imigrantes alemães de refazerem a vida no Brasil e, particularmente Lallemand, de reconstruir, nos campos do Sul do país, uma Alemanha perdida.

Para entender o conflito entre Ottoni e Lallemand é preciso ir além da estratégia de apenas apontar culpados para o fracasso. Torna-se necessário observar as características e as particularidades que envolveram todo o processo de colonização no Mucuri que, em determinados momentos, se assemelhavam a outros empreendimentos contemporâneos implementados no Império naquele momento; em outros, se distanciavam, pois aquele projeto desenvolvido em Minas trazia em si peculiaridades que lhe eram próprias. O empresário mineiro

⁷⁸ Idem, ibidem, p.126.

sustentava um discurso liberal e nacionalista em que afirmava querer “imigrantes industriais” para colonizar terras despovoadas e transformar as colônias em grandes produtoras de gêneros para exportação mas, nem por isso se pode ignorar que buscava, também, um grande contingente mão-de-obra barata. Recusava os candidatos desprovidos de bens e afirmava que queria aqueles que pudessem comprar terras da Companhia. Mas, na prática, nenhuma atitude ou iniciativa apontava para esta última possibilidade.

Em 1847, Ottoni constituía a Companhia do Mucuri. Como os homens de negócio de seu tempo, utilizou fartamente de mão-de-obra livre e escrava pois, conforme já apontamos, no século XIX, de maneira geral, os estudiosos da questão têm comprovado que a escravidão e o trabalho livre representavam, sem qualquer contradição, duas maneiras de realizar um só objetivo, a extração do sobretabalho do produtor direto. Neste mesmo ano (1847), na província de São Paulo, o senador Vergueiro incrementava seus negócios com o sistema de parceria, utilizando imigrantes em larga escala. Curiosamente, dez anos mais tarde, quando, em Ibicaba, o sistema já mostrava desgastado, o Diretor da Companhia, orientado pelo amigo paulista – desde 1840 ambos estavam envolvidos com o debate sobre a imigração -, levava para o nordeste mineiro a sua experiência, importando imigrantes alemães, suíços e portugueses, assim como fizera o senador pela província de S. Paulo em 1847. Porém, no Mucuri, o sistema se instalou com algumas diferenças significativas. Os imigrantes não encontraram lavouras de café formadas, pois o objetivo da Companhia era que eles próprios as plantassem após a derrubada da floresta virgem. Sem dúvida, uma proposta deveras dissonante com o “sonho de ser proprietário” ou de “fazer a América”. Ottoni não era um fazendeiro como os outros colonizadores contemporâneos, a exemplo de Vergueiro. Era um empresário que vivia entre os negócios de importação e exportação que tinha na Corte e o empreendimento em Minas mas, com evidente pretensão de se tornar também um proprietário de terras.

Por outro lado, é preciso sublinhar as diferenças ocorridas no processo de colonização nas províncias do Sul e aquelas vivenciadas no nordeste mineiro. Um estudo recente sobre a colonização alemã no Mucuri afirmou que, diferentemente dos colonos que foram para o Sul, os quais muitas vezes formavam grupos coesos, originários de um mesmo local na Alemanha, os

⁷⁹ FRANÇA, J. Ob. Cit., 1993, p.46

que se dirigiram para Minas saíram de suas regiões de origem - pequenas cidades da Alemanha, Suíça, Holanda, Bélgica, França e região da Alsácia-Lorena - de uma maneira relativamente dispersa e não em grupos pre-organizados. Portanto, a decisão de emigrar estava restrita à esfera familiar, não ocorrendo o contato prévio e a decisão coletiva no processo de emigração, como aconteceu, na maioria das vezes, entre os colonos que se dirigiam para o Sul. Afirmou-se que no Mucuri, a imigração não fora coletiva, porque os imigrantes foram recrutados de maneira dispersa, travando conhecimento somente após a chegada.

Além das dificuldades para se comunicarem, outros obstáculos foram também relevantes para o processo de estruturação das colônias e integração destes imigrantes, em especial, as condições adversas que encontraram: tiveram que derrubar a mata, ficaram isolados de qualquer centro urbano, ressentiram-se muito com as agruras do clima úmido tropical e a mata virgem, as doenças e o medo dos indígenas, a falta de alimentos e de conhecimentos do local. O não cumprimento de promessas feitas pelos agenciadores ainda na Europa, dentre as quais, a afirmativa de que receberiam terras demarcadas para cultivarem, foi também apontado como o epicentro da discórdia e da desilusão. Também é preciso levar em conta a mentalidade do “empresariado” brasileiro que investia em projetos de colonização nas províncias do centro e norte do país. Eram proprietários – fazendeiros, políticos e comerciantes – acostumados a submeter seus subordinados. Dessa forma, procuraram tratar seus novos trabalhadores da mesma maneira que comandavam escravos e agregados. Porém, surpreenderam-se com sua resistência, pois, apesar de serem homens pobres, os imigrantes não aceitaram abrir mão do direito de liberdade que possuíam e nem do objetivo de construir uma vida digna e segura.

Outros projetos liberais da metade do século XIX que propunham um novo conceito de trabalho para alcançar o progresso foram observados por estudiosos da história do Império.⁸⁰

⁸⁰ Alguns historiadores têm demonstrado e explicado o surgimento de um novo significado do conceito de trabalho, no Brasil, a partir na segunda metade do século XIX. Numa sociedade escravista acostumada aos “vícios indisciplinados do trabalho”, as autoridades dirigentes, diante das transformações do capitalismo da época, haviam se deparado com a necessidade de reelaborar o conceito de trabalho, de disciplinar os trabalhadores livres, entretanto, tanto, sem desorganizar a produção. Era preciso construir uma “sociedade civilizada” com homens preparados para o trabalho, a produção de riquezas e o exercício da política. Enfim, preparar a sociedade para o trabalho livre. Sobre esta temática, especificamente sobre a elaboração de projetos liberais para a província paulista, ver os trabalhos de: BRESCIANI, M. S. M. **Liberalismo, Ideologia e Controle Social: um estudo sobre São Paulo entre 1850-1910**, 1976. SALLES, Iraci G.

Entretanto, em sua essência, o conceito inscrito nestes projetos não diferia muito daquele que Ottoni pretendia viabilizar no nordeste mineiro, ou seja, previa o trabalho positivado que implicava em disciplinar e modelar o trabalhador, a reorganização da produção para exportação, a modernização técnica (construção de cidades, estradas, ferrovias, portos, entre outros) e o livre comércio, tudo em nome do progresso. Como lembrou uma historiadora ao estudar a passagem do trabalho escravo para o trabalho livre nos engenhos do nordeste, o alicerce destes projetos liberais sempre foi a expropriação do trabalho para reproduzir a riqueza, alcançar o progresso e preservar a propriedade, o que gerava descontentamento, agitação e revolta dos expropriados, transformando-os em ameaça aos proprietários.⁸¹ Com Ottoni, como vimos, a situação não fora diferente.

5- Dimensões políticas do sucesso e do fracasso da Companhia do Mucuri.

O cerco ao redor do Mucuri e de seu empresário apertou-se sensivelmente, lá no mato, na Côte, na Europa, em toda parte. O diretor não apareceu mais no Mucuri. Parece que queria evitar encontros com os colonos que o incomodaram com suas exigências e críticas.⁸²

Este é o quadro da experiência do Mucuri apresentado por Thimmers, um dos biógrafos de Ottoni, após os episódios ocorridos em 1859 e que comentamos no III Capítulo. A Alemanha, precavida, retirou a licença das agências para arregimentar imigrantes e recomendou cautela àqueles que, espontaneamente, quisessem imigrar para o Brasil. Na Corte, “antigos adversários” (destes, somente nomeiam o Ministro Ângelo Muniz da Silva Ferraz) confabularam para derrubar a Companhia. Propunham que o governo encampasse as colônias. Ottoni se empenhava para salvá-la, mas todas as tentativas não lograram êxito. Em 1º de maio de 1861, fora efetivado o contrato de encampação pelo governo Imperial, no qual a empresa renunciava a todos os privilégios, concessões e favores, móveis e imóveis, dívidas ativas e passivas, e tudo mais que

Trabalho, Progresso e a Sociedade Civilizada: o Partido Republicano Paulista e a política de mão-de-obra (1870-1889), SP: 1986.

⁸¹ MARSON, I. A *Trabalho Livre e Progresso*. SP: **Revista Brasileira de História**. N.º 7, 1984.

⁸² TIMMERS, **Ob. Cit.**, 58

possuía. Por outro lado, como compensação pelos recursos ali empregados, "o governo lhe entregou a quantia de 900:000\$000 em moeda corrente, e concederia para mais de 300:000\$000 uma quantia de braças quadradas de terra, medidas em perímetros na margem do norte do Mucuri..."⁸³

Os entraves para o "progresso" das colônias do Mucuri são sempre mencionados mas não explicados. Godofredo Ferreira lembrou que toda colonização trazia em si muitas dificuldades, nascidas dos conflitos de interesses diversos, e que com Ottoni não foi diferente, pois tive que enfrentar "investidas tremendas" por parte dos inimigos políticos que

...escurecendo o interesse brasileiro ante a propria paixão individual - deram força á concurrencia estrangeira no aniquilamento premeditado da Companhia de Commercio e Navegação do Mucury. Antanho como hoje, no Brazil, a politica personalista já imperava, entavando a marcha ascensional do Paiz na estrada larga do progresso.⁸⁴

Para este biógrafo, Ottoni propôs levar a cabo um melhoramento de "alto beneficio nacional", mas teve que enfrentar uma *"guerra camoufflada e as vezes aberta, fomentada pelos ministros do governo imperial...Simplesmente porque seu director era chefe de um partido político fóra do poder e tambem porque, crime de lesa-magestade, nunca se curvara á vontade do imperante quando ella se polarizava contra os anseios do povo."*⁸⁵ Quanto ao projeto de colonização e imigração, o empresário o havia dirigido "sabia e patrioticamente", visando o bem nacional. A causa do fracasso foi a calúnia que se levantou contra o Diretor e, também, o perfil de alguns colonos não adestrados ao trabalho e afeiçoados à ociosidade. Os inimigos políticos teriam aproveitado destas dificuldades com os trabalhadores europeus e desfechado o golpe fatal, desmoralizando o empresário e a Companhia aqui e na Europa, culminando com a sua encampação.

⁸³ Idem, ibidem, p.64

⁸⁴ FERREIRA, G. **Ob. Cit.** p.52.

⁸⁵ Idem, ibidem, p.53.

As “explicações” para o insucesso do empreendimento utilizadas por este autor fundamentaram-se no arrolamento exposto pelo texto da *Circular* de 1860, e seriam reproduzidas à exaustão pelas narrativas biográficas que interpretaram tal insucesso como resultado de uma trama articulada pelo “ciúme político que aguçava as suas garras contra os heróicos irmãos Ottonis”. Preparou-se, cuidadosamente, o “golpe” contra a Companhia - a “*portentosa obra que chegou a rivalizar com as mais fortes empresas colonizadoras do Império*”-, que foi desfechado pelo Ministro Ferraz, quando negou o empréstimo necessário ao cumprimento de compromissos, fato que a levou à encampação.

A incessante busca de culpados entre os membros do Gabinete Ferraz para o fracasso do empreendimento, e o silêncio das crises vivenciadas por Ottoni entre 1858 e 1860, tanto na *Circular* como nos textos biográficos, encobriram, como vimos, uma situação bem mais complicada. Os bons ventos experimentados no início dos anos de 1850 já não sopravam mais sobre a Companhia do Mucuri. Em 1858, na Câmara dos Deputados, o novo pedido de empréstimo realizado por seu Diretor, ressuscitou a discussão sobre os privilégios exorbitantes à ela concedidos em 1846. O conselheiro Luís Antônio Barbosa relembrava:

Eis a razão porque eu disse que daqui a alguns anos, desenvolvidos os trabalhos da Companhia do Mucuri, não será possível que governo algum tolere semelhantes privilégios, porque não acredito que haja governo que possa admitir, que uma população, que em pouco tempo ficará elevada a duzentas ou trezentas mil almas, esteja completamente isenta por 80 anos do pagamento de impostos de exportação ou de importação, entretanto que tem de carregar com todos os encargos da pública administração, os quais terão de pesar somente sobre outras povoações...Digo ser esta a ocasião mais oportuna (pois que a Companhia precisa na atualidade de auxílio do governo para poder dar desenvolvimento aos seus estabelecimentos) de se obter as modificações desses privilégios, mediante alguns favores...visto que mais cedo ou mais tarde será inevitavelmente necessário modificar esses privilégios, e que, depois de desenvolvida a empresa, custará isso sacrifícios muito pesados ao Estado...⁸⁶

Estaria o empresário, no final de 1858, perdendo o apoio antes recebido, mais exatamente durante a gestão dos gabinetes Olinda, Itaboraí, Paraná, e Olinda-Souza Franco que administraram o Império entre 1849 e 1858? Parece significativo sublinhar que as dificuldades

⁸⁶ THIMMERS, *Ob. Cit.*, pp.61-62. Lembro aqui as dificuldades que Ottoni teve com o Governo provincial presidido pelo Conselheiro Barbosa, político conservador que assumiu a presidência da província de Minas após a queda dos liberais em 1848, no momento que o político liberal organizava a Companhia do Mucuri.

começaram a se instalar justamente quando o empreendimento alcançava o ápice de seu sucesso (1857 e parte do ano de 1858). É significativo sublinhar, também, que este ápice havia coincidido com a administração do Gabinete de 4 de maio - de Olinda-Souza Franco, 1857-1858 - do qual Ottoni obteve, com facilidade, empréstimos para a Companhia e concessões de terras para efetivar a colonização. E coincido, também, com o esgotamento da política efetivada por este ministério que, em muitos aspectos, dera continuidade aos projetos da conciliação instaurada por Paraná. Apesar das “diferenças” partidárias, o marquês de Olinda (uma das lideranças conservadoras mais expressivas e poderosas do Parlamento) não só defendera o empresário quando este havia proposto seu audacioso projeto em 1847, como também selara o contrato com a empresa. Em Souza Franco, o ministro da Fazenda, “um progressista”, conhecedor da vida comercial urbana, Ottoni também tivera um aliado que partilhava as mesmas idéias liberais.

Em 1857 muito se discutiu sobre a ineficiência do regime de unidade monetária e o monopólio de emissão de papel moeda do segundo Banco do Brasil. Chamado para tentar resolver a crise econômica de 1857 e aproveitando um momento propício, Souza Franco implementou reformas condizentes com o liberalismo que vinha defendendo ao longo de sua trajetória política. A reforma permitiu ainda que novas casas bancárias fossem incorporadas – Banco Comercial e Agrícola do Rio de Janeiro, Banco do Rio Grande do Sul, Banco de Pernambuco, Banco do Maranhão e o Banco da Bahia – e a readaptação do Banco Rural e Hipotecário do Rio de Janeiro. Estes bancos ganharam a autorização para emitir notas à vista em montante superior ao capital realizado, com a finalidade de atender a demanda de créditos. O novo sistema também permitiu que o crédito provincial passasse a ser espontâneo, portanto, sem a intervenção do governo. Os bancos, por sua vez, emitiam obrigações de pagamento ao portador, à vista, em espécie e sem juros. O papel emitido correspondia a uma moeda bancária de crédito privado que tinha o mesmo valor do dinheiro e representava um crédito do banco a favor de seus clientes.⁸⁷

Daqui vieram as facilidades que Ottoni encontrou para implementar a empresa: um mercado financeiro extremamente favorável a empréstimos e o apoio de autoridades

⁸⁷ LEVY, M^a B. e ANDRADE, M^a R. **Ob. Cit.**, 1985.

governamentais. A prática de emissão de vales pelos bancos incitou a concorrência entre as agências bancárias e encorajou os empresários a ousar em seus empreendimentos, a exemplo do investimento na vinda de imigrantes europeus em consideráveis proporções, conforme se planejou na experiência do Mucuri. Isto foi possível porque os empreendedores puderam contar com o crédito fácil. Portanto, parece imprescindível esclarecer o movimento pelo qual passavam as políticas financeiras e econômicas do período, para que se possa compreender as dificuldades que foram remontando nos últimos anos da Companhia do Mucuri, e que acabaram por levá-la à encampação pelo Governo Imperial.

Entre 1848 e 1857, Joaquim José Rodrigues Torres, Visconde de Itaboraí – ex-mestre de Ottoni nas suas primeiras lições do liberalismo – dominara a política monetária até porque, neste período desempenhou importantes papéis políticos: comandou um gabinete (1849-1851), no qual foi também Ministro da Fazenda, e presidiu o Banco do Brasil, entre julho de 1855 a junho de 1856. Em uma época em que vigorava a idéia liberal de que a industrialização e o comércio internacional livre acarretavam o progresso das nações a longo prazo, Itaboraí colocava-se contra a liberdade total do comércio exterior e da atividade econômica. Era favorável a uma política lenta e moderada para promover a “industrialização” no país, procurando diversificar a produção para alcançar a auto suficiência. Alegava que adotando esta medida, a longo prazo o Império não ficaria na dependência dos mercados estrangeiros. Acreditava que este procedimento também evitaria as flutuações periódicas que impediam o crescimento do país. Por isso, defendia um “protecionismo moderado e temporário” para promover o desenvolvimento acelerado e a industrialização.⁸⁸

Para fazer valer suas idéias e reverter a política de “protecionismos excessivos”, o Ministro nomeou uma comissão chefiada por Ângelo Muniz da Silva Ferraz para revisá-los. O resultado deste trabalho culminou com a eliminação dos impostos de exportação, isenção dos impostos de importação de matérias-primas, maquinarias e equipamentos e impôs taxas moderadas sobre os alimentos, medidas que tiveram repercussão no desenvolvimento das

⁸⁸ Itaboraí criticava o protecionismo da Lei Alfandegária de 1844, que concedia isenções de impostos de importação para a indústria nacional e favorecia as empresas de grande porte e os grandes empresários. (PELÁEZ, C. M. e SUZIGAN, W. *Ob. Cit.*, p.91).

profissões, no estabelecimento de bancos, no comércio interno livre e na melhoria dos meios de comunicação.⁸⁹ Neste momento – 1848/1849 - pode-se perceber o início do embate entre Ottoni e Ferraz, quando este último fizera a revisão da Lei Alfandegária de 1844, da qual Ottoni como empresário havia se beneficiado, quando organizava a empresa no Mucuri.

Quanto à política monetária, Itaboraí manteve uma posição intermediária, mas com acentuada tendência para as políticas metalistas, ou seja, devia prevalecer o estoque de moedas, sendo o papel moeda disponível apenas no volume necessário para efetuar as transações econômicas. O monopólio de emissão deveria estar nas mãos do governo e centralizado em um único banco estatal. Os bancos privados somente seriam desejados, após o resgate do excesso de papel moeda que girava no mercado financeiro na época. Acreditava o ministro que esta estratégia reduziria as flutuações e criaria as condições necessárias para um crescimento econômico rápido.

Esta política financeira não estava plenamente conectada com a “mentalidade empresarial” da década que se iniciava. As transformações dos meados do século XIX, aqui já bastante citadas – fim do tráfico, créditos disponíveis, surto cafeeiro, formação de novas riquezas, entre outros – fizeram com que o setor financeiro se remodelasse. “O espírito de associação” destacava-se acima das políticas conservadoras como a de Itaboraí. Após 1851, com a criação do novo Banco do Brasil de Mauá, “a emissão de notas aumentou consideravelmente... Em 1854, a emissão dos bancos representava aproximadamente 42% da emissão das notas do Tesouro”.⁹⁰ A emissão por parte de bancos privados passou a ser vista pelos metalistas moderados e ortodoxos como uma ameaça e apontada como a causa das crises comerciais que o Brasil enfrentava naqueles anos. Os mesmos passaram a defender a proposta bancária de Itaboraí que propunha por fim à pluralidade de emissão, concentrando-a apenas em um grande banco que fosse capaz de monopolizar todo o sistema bancário brasileiro, ou seja, que incorporasse a si os demais bancos privados provinciais, tidos como fontes generosas de créditos a fazendeiros e empresários.

⁸⁹ É importante ressaltar que mais tarde, entre 1860 e 1870, Ferraz se tornará um metalista ortodoxo e estará revisando seus pontos de vista, “...deve-se considerá-lo como um eclético que mudou seus pontos de vista, da mesma forma que o próprio Itaboraí depois do Pânico de 1857”. (Idem, ibidem, p.92).

⁹⁰ PELÁEZ, C. M. e SUZIGAN, W. Ob. Cit., p.96.

Nesta disputa, a proposta de Itaboraí foi vencedora, e perdurou durante o governo Paraná. O Banco do Brasil de Mauá fundiu-se com o Banco Comercial do Rio de Janeiro originando o segundo Banco do Brasil (Lei Bancária de 1853) que passou a ser controlado pelo Governo. Este banco, por sua vez, passou a controlar os bancos provinciais: *“A política de crédito continuou a levar em conta as necessidades dos negócios de pequeno e médio porte. Assim, o banco determinava a taxa de redesconto nos mercados monetários de todo o Brasil”*.⁹¹ Os empréstimos passaram a ser feitos somente a curto prazo e mediante a caução real e líquida. Tal política financeira contrariava os partidários do liberalismo econômico que, ao mesmo tempo que pregavam o afastamento do Estado do gerenciamento da economia, apontavam a necessidade de crédito e empréstimos vultosos para o “progresso brasileiro”. Todavia, possivelmente pelas ligações políticas do empresário mineiro – inclusive com Itaboraí - o controle exercido pelo estado neste momento não chegou a prejudicar os projetos de Ottoni no empreendimento do Mucuri.

A reforma bancária de Itaboraí não impediu que se instalasse, logo em seguida, no terceiro trimestre de 1857, uma forte contração econômica que perdurou até 1858, segundo informam os estudiosos da economia do Império, *“nos primeiros meses de 1857, os mercados monetários do Brasil encontravam-se numa situação difícil. A taxa de câmbio e a taxa de redesconto flutuavam consideravelmente”*.⁹² Foi neste contexto que entrou em cena o Gabinete Olinda-Souza Franco, chamado para resolver as questões econômicas que atingiam o Império. O Ministro Souza Franco era contrário ao monopólio governamental defendido por seu antecessor, princípio que o levaria, ao assumir a pasta da Fazenda, a implementar uma outra reforma monetária que liberalizou o direito de emissão aos bancos recém criados. Tal decisão foi apontada pelos seus críticos, os metalistas, em especial, Itaboraí e Salles Torres Homem, como o fator determinante para o agravamento da crise econômica, chamada de “Pânico de 1857”, pois estes políticos acreditavam que o excesso de emissões de papel moeda teria abalado o valor da

⁹¹ Idem, ibidem, p.103.

⁹² Idem, ibidem, p.107.

moeda e causado inflação e desvalorização cambial, efeitos que resultaram em muitas falências especialmente das novas casas bancárias ou comissionárias.⁹³

Portanto, a euforia financeira fora atropelada por esta crise de 1857, que tinha “causas” muito mais complexas do que apenas a pluralidade de emissão e excessos de papel moeda em circulação como queriam os analistas da época. A crise era internacional e foi desencadeada pela descoberta de novas minas de ouro na Austrália, Sibéria e Califórnia provocando elevação acentuada nos preços de mercadorias no mercado mundial. Nos Estados Unidos a crise manifestou-se nas empresas ferroviárias, nos investimentos em minas de ouro, na especulação imobiliária e na indústria de transformação. Os bancos deixaram de honrar seus compromissos levando à falência as casas inglesas. A repercussão no Brasil somente foi sentida em novembro de 1857, através da cobrança imediata dos débitos dos importados, dificultando sobremaneira aqueles que, como Ottoni, deviam e dependiam do crédito para levar avante seus empreendimentos, pois as medidas tomadas pelo Banco do Brasil, implicaram em

retrair o crédito e procurar reembolsar em ouro os portadores de notas que solicitavam metal para enviar às praças estrangeiras, isto é, atender os comerciantes pressionados pelas suas dívidas no Exterior. Assim, exauriam-se os cofres do estabelecimento para atender aos pagamentos forçados de recâmbio. Conciliava-se com o comércio externo, em especial com os importadores e dificultava-se o desconto de títulos e a renovação dos empréstimos feitos ao comércio estritamente local”.⁹⁴

Em 1858, a contração se acentuou, pois a saída de ouro aumentava e o fundo disponível declinava substancialmente. O Banco do Brasil sofria os efeitos da crise e já não conseguia manter a taxa de câmbio para impedir que a mesma se propagasse de forma incontrolável. Na tentativa de reverter a situação, Souza Franco autorizou o Banco do Brasil a emitir notas em montante quatro vezes superiores ao fundo disponível, alimentando a demanda e a inflação e provocando mais ainda o descontentamento de seus adversários. O Banco também pode contar com o aval de crédito junto ao banqueiro inglês do governo, Rothschild & Cia. O entendimento entre o Banco do Brasil e o Governo com relação a busca de políticas que pudessem sanar os

⁹³ Idem, *ibidem*, p.114.

⁹⁴ LEVY, M^a B. e ANDRADE, M^a R. **Ob. Cit.**, p.

problemas era precário e acabou por desaparecer. Segundo os analistas econômicos, a crise somente foi contornada quando o Ministro apelou à casa bancária de Mauá, MacGregor & Cia.⁹⁵

Em dezembro de 1858 foi organizado o novo gabinete, chefiado por Abaeté e Salles Torres Homem, este último nomeado Ministro da Fazenda com a missão de reduzir o estoque de moedas e valorizar o câmbio, pois acreditava-se que o crescimento do efetivo de papel moeda teria sido a causa dos aumentos dos preços, da desvalorização cambial, da queda da renda real e dos salários. O novo Ministro propôs a manutenção de um estoque de moeda composto quase que exclusivamente de moeda metálica. Esta política implicou medidas que acabaram por levar à renúncia do Gabinete em agosto de 1859.⁹⁶

As dificuldades de Ottoni para receber os empréstimos coincidiram justamente com estas transformações ocorridas na política econômica, particularmente quando Ângelo Muniz da Silva Ferraz foi nomeado Presidente do Conselho e Ministro da Fazenda no Gabinete de 10 de agosto de 1859. Antes de qualquer medida para solucionar os descontentamentos com a política monetária, o Ministro criou uma comissão de inquérito para avaliar a situação do mercado cambial, as causas da desvalorização durante as crises comerciais, a transmissão internacional do ciclo econômico e seu impacto na economia brasileira.⁹⁷ O diagnóstico da comissão sobre o mercado cambial não poderia ser mais desfavorável aos homens de negócios. Seus estudos constataram que *“existiam vários tipos de agentes econômicos no mercado cambial... dois terços das transações relacionavam-se diretamente à compra e venda de mercadorias. O terço restante originava-se de operações a prazo, crédito e especulação”*.⁹⁸ As casas bancárias também foram

⁹⁵ PELÁEZ, C. M e SUZIGAN, W. **Ob. Cit.** p.113.

⁹⁶ Salles Torres Homem cancelou a autorização dada ao Banco do Brasil para emitir papel-moeda em valor três vezes maior que o fundo disponível. Em junho de 1859 propôs uma nova lei bancária, na qual as notas do Banco do Brasil seriam convertidas em ouro, à vista, e a conversibilidade deveria ser atingida em três anos. Talvez esta tenha sido a medida que mais contrariou os interesses da elite empresarial, particularmente os banqueiros. A lei também impunha aos bancos a obrigação de receber um inspetor do Governo, pagando-lhe os ordenados e, ainda, determinava que a autorização para o estabelecimento de novos bancos fosse unicamente concedida pelo legislativo. (Idem, ibidem, p.115).

⁹⁷ **Relatório da Comissão de Inquérito Nomeada pelo Aviso do Ministério da Fazenda de 10 de Outubro de 1859.** Rio de Janeiro, s/d.

⁹⁸ PELÁEZ, C. M. e SUZIGAN, W. **Ob. Cit.**, p.116.

apontadas como vilãs, pois muitos destes estabelecimentos funcionavam como exportadores de café e como agentes cambiais que, para impedir que seus clientes fossem à falência, manipulavam as taxas de juros. Enfim, a Comissão defendia a tese de que a crise teria sido provocada pela expansão anterior da atividade econômica e pelo aumento do estoque de moeda. Portanto, era preciso fechar as comportas deste manancial, proibindo o privilégio de emissão aos bancos privados e concentrá-lo mais uma vez nas mãos do Governo.

A reforma monetária metalista de Ferraz, que foi aprovada como Lei Bancária e Monetária do Brasil em 22 de agosto de 1860 – Lei de 1860 –, contemplou os interesses de um pequeno grupo e descontentou os empresários que a interpretaram como um “instrumento para aniquilar o espírito de associação e a iniciativa privada”. A partir daí, qualquer estabelecimento de sociedade anônima passou a estar condicionado à aprovação do governo. As ações de empresas só poderiam ser emitidas ou vendidas depois que o Estado aprovasse o estabelecimento das mesmas. As empresas também deveriam mandar seus balancetes para serem avaliados pelo Governo. Da mesma forma que as empresas, os Bancos passaram a ser controlados e tiveram que aceitar a antiga proposta colocada anteriormente por Salles Torres Homem, de ter em seus quadros a figura do inspetor público, nomeado com amplos poderes. O Ministro encontrou dificuldades para fazer cumprir a lei, mas não poupou esforços para tal, tanto que ficou conhecido pela rigidez de suas ações, o que também lhe angariou muitos adversários.

Retomando este contexto é possível visualizar com mais clareza o fracasso do empreendimento de Ottoni: juntamente com seu criador, ele perdeu o fundamento de sua origem e crescimento - o respaldo político e financeiro estatal. Desde 1852, ano em que a Companhia fora oficialmente incorporada, o empresário pôde contar com o apoio do Estado. Apesar de, aparentemente, ser este um momento desfavorável para empreendimentos liberais, já que o Gabinete de 11 de maio, presidido por Joaquim José Rodrigues Torres (Itaboraí), era conservador, o empresário não encontrou dificuldades para levar em frente seu projeto, até porque, como foi demonstrado anteriormente, já havia estabelecido relações harmoniosas com alguns deles, seus antigos adversários, a partir de 1846-47. Foi o próprio Ottoni que, em 1862, ainda procurando apontar “culpados” para o seu insucesso no Mucuri, revelou como conseguiu

“em segredo” organizar a empresa, evidenciando, assim, os vínculos que mantinha com lideranças conservadoras, dentre elas, conforme já vimos, Itaboraí, o Marques de Olinda, Paraná e, também, o Barão de Cotegipe:

Nesse tempo (1849) o conselheiro Luiz Barbosa ainda não tinha informado á camara dos deputados que havia quem quizesse condemnar a empreza do Mucury por conta do nome de seu autor. No entanto eu já nutria este receio, e, sob tal impressão, procurava occultar os magnificos horizontes que se me antolhavam. Por isso, como póde vér do copiador da companhia n.1, ordenava ainda em 1853 ao meu agente de Santa Clara que guardasse maior reserva ácerca de communicações com Caravellas... Encetei a empresa do Mucury, como se tratasse de uma conspiração contra o estado. Organizou-se a companhia em maio de 1851, e a noticia não chegou aos jornais senão em 1852. Obtive que se me entregasse, a sello volante, as participações da secretaria do imperio para as presidencias de Minas e da Bahia. Esta foi remetida, apadrinhada com uma carta de recommendação do distincto barão de Cotegipe, depois de haver entrado no exercicio da vice-presidencia um actual deputado, amigo do barão. Eu pensava que á empresa do Mucury, só seria licito funcionar livremente, mediante a suposição de que eu lá me perderia. Esperava, porém, ganhar folego tamanho, que quando dessem pela cousa, estivesse ella feita e eu seguro contra os meus adversarios.⁹⁹

Uma leitura mais cuidadosa da *Circular* também permitiu perceber o estreitamento dos laços entre Ottoni e seus “antigos adversários” a partir de 1847, momento que coincide com início do projeto do Mucuri. No texto, os relatos sobre este período são cuidadosamente (re)construídos para, em 1860, encobrir qualquer ligação ou mudança que compromettesse a sua imagem de “político liberal”. Assim sendo, na autobiografia comentou que foram os seus mais ferrenhos inimigos políticos da década de 1830 e inícios de 1840, particularmente os conservadores mineiros Carneiro Leão, Vasconcelos e Luís Antônio Barbosa¹⁰⁰ que haviam

⁹⁹ OTTONI, T. B. **Breve Resposta ao Relatório da Liquidação da Companhia do Mucury por parte do Governo.** 1862, p.11.

¹⁰⁰ Em 1858, quando se discutia na Câmara dos Deputados, o empréstimo pleiteado pela Companhia do Mucuri, pôde-se perceber a aproximação de Ottoni com este antigo adversário, o Conselheiro Luiz Antonio Barbosa. Em um debate encetado entre o Conselheiro e o presidente do Conselho Ferraz, Barbosa relembra que em 1846, criticara os privilégios concedidos àquela empresa, porém, em 1858, passava a defender o empresário, atribuindo-lhe o mérito de tornar o vale do Mucuri conhecido no Império, já que antes era uma região deserta e temida pela ferocidade dos índios que lá habitavam. Por isso, justificava que “*não houve concessão que não fizesse á companhia que se propunha a penetrar-os, não houve privilégio, não houve favor, por mais extraordinário que fosse, a que os poderes publicos não prestassem*”. Reafirmou que na época, como presidente da Província, estes favores lhe pareceram exagerados e por isso teria debatido contra a exorbitância daqueles privilégios. Porém, naquele momento (1858) que a Companhia necessitava do “auxílio do Estado” para desenvolver-se, estava a favor não só do empréstimo, mas, também, de que o governo fizesse mais algumas concessões a empresa para prosseguir em sua marcha. (PORTO, Reinaldo Ottoni. **Notas Históricas do Municípios de Theophilo Ottoni.** Belo Horizonte: [s.d.], pp. 60-65).

mudado suas opiniões e que, já nos anos 40, a ele haviam se aliado na luta contra o “poder aulico”. A justificativa para esta “aproximação” foi a “coincidência” de qualidades próprias aos mineiros: o “apreço à ordem”, à “paz” e à “harmonia”, que se juntaram para reprimir o mal:

Em assumpto de tal magnitude a uniformidade de vistas entre mim e estes meus illustres adversários denuncia eloquentemente a existencia do mal e prova ao mesmo tempo que na provincia de Minas, de que eramos todos representantes, não há tamanho antagonismos de idéas políticas como geralmente se suppõe. Órgão genuino dos liberaes de Minas, tanto como qualquer dos outros três distinctos parlamentares, o era dos conservadores; nesse ponto essencial estavamos de accordo. E estou persuadido que, se fossem consultados um por um dos nossos constituintes, entre elles verificar-se-hia a mesma homogeneidade de opinião. Parece que em Minas é por demais verdadeiro o dito espirituoso do Sr. Visconde de Albuquerque: ‘não há cousa mais parecida com um luzia do que um saquarema’. Cada aldêa em Minas tem, é verdade, o seu lado direito e o seu lado esquerdo: a fidelidade á bandeira e o pundonor da coherencia são qualidades a que os mineiros prestão culto religioso. O adversário político em Minas sabe honrar-se, honrando a constancia e a sinceridade dos seus adversários.¹⁰¹

Estas palavras demonstram a manobra argumentativa de Ottoni, em 1860, para dissimular seus vínculos com a política de Conciliação, lembrança que poderia denunciar as mudanças que haviam ocorrido na imagem do político, imagem mantida quase intacta ao longo de toda sua trajetória, pois sempre apareceu como o “impossível Ottoni”. Para isso, o autor da autobiografia não fugira do passado. Pelo contrário, foi ao seu encontro e nele rememorou, de forma conveniente, o momento mais problemático (1848-1858) de sua carreira política de liberal incorruptível e que, na verdade, não gostaria que fosse completamente lembrado – as circunstâncias de suas relações com políticos conservadores, mineiros ou de outras províncias. Foi preciso, então, apresentar uma leitura dos acontecimentos da década de 1850, mais afinada com as necessidades políticas dos anos de 1860. Neste outro momento não era mais vantajoso ser chamado de “conciliado”; para ganhar as eleições fazia-se necessário retomar e redefinir os princípios liberais.

Depois de organizada, entre 1853 e 1857, a empresa passou por um período de dinamização extraordinária. Foi o momento que a Companhia conseguiu aumentar substancialmente o seu patrimônio: terras, escravos, embarcações, edificação de casas e galpões de comércio, entre outros. A construção de estradas ganhou outro ritmo com a chegada de

¹⁰¹ OTTONI, T. B. *Circular*, 1860, pp.220-201.

imigrantes chineses, portugueses e suíços. O desenvolvimento era tanto que o Diretor chegou a contratar o engenheiro suíço Schaedeli para estudar a criação de uma estrada de ferro. Foi nesta circunstância que se deu também a inauguração da cidade de Filadélfia, já contando, segundo Ottoni, com boas casas construídas por “fazendeiros de grande força” que haviam enriquecido no Mucuri, e até mesmo lojas comerciais de artigos importados já haviam se instalado ali. É importante frisar que a prosperidade da empresa coincidiu com o exercício dos Gabinetes da Conciliação, Paraná e Olinda-Souza Franco.

Em 1857, o empresário se beneficiou da política financeira deste último Gabinete, não só para incrementar seus negócios, como também para “voltar” à política, pleiteando uma vaga no Senado, com o objetivo de ser o porta-voz do “estimado” e recém-falecido Marques de Paraná naquela casa. O Ministro da Fazenda Souza Franco era um parceiro político e de classe, pois ambos estavam ligados ao comércio urbano e defendiam os princípios do liberalismo econômico predominante na época. A política de crédito descentralizada que fora instituída pela nova orientação financeira daquele gabinete, era definida pelo critério empresarial e baseada na livre concorrência. As relações de negócios (particularmente os financiamentos) entre os comerciantes se davam livremente sem o controle do Estado e através de moedas de crédito privado, os chamados papéis de crédito (ativos financeiros, vales, letras, bilhetes entre outros) que eram emitidos por casas bancárias e comerciais. Esta prática se dava independente da política financeira e propiciava uma ativa circulação mercantil.

Como já foi demonstrado, Ottoni era um homem de negócios muito bem relacionado nos meios comercial e financeiro do Rio de Janeiro. Além do comércio de importação, trafegava com desenvoltura por assuntos financeiros, tanto que fora um dos acionistas e organizadores do Banco do Brasil de Mauá em 1851, participação que deve tê-lo beneficiado nos trâmites empresariais. Vale lembrar, ainda, que os acionistas dos bancos eram geralmente comerciantes importadores e comissionários de produtos de exportação, os chamados “capitalistas” da época. Curiosamente, os acionistas dos bancos eram os “tomadores” de empréstimos destas instituições, situação revelada pelas reclamações dos agricultores, contrariados com a dependência a que estavam submetidos aos tais acionistas e com os altos juros cobrados por estes intermediários de empréstimos. Isto porque a maior parte dos produtores agrícolas (médios e pequenos

proprietários) não preenchiam o perfil ideal dos emprestadores previstos pelas normas bancárias (ou seja não dispunham dos bens necessários) e, por isso, não conseguiam recursos para seus empreendimentos diretamente dos bancos. Esta prática no mundo dos negócios e das finanças permite afirmar que neste período de créditos amplos, excesso de emissão e empréstimos liberalizados, Ottoni, como acionista e comerciante de renome, não encontrou dificuldades para conseguir recursos.¹⁰² Em virtude do caráter do projeto que gerenciava, os cofres provinciais costumavam se abrir generosamente a pretexto de incentivar a colonização, inclusive sem cobrança de juros.

Segundo o empresário e os seus biógrafos, a prosperidade do empreendimento começou a ser prejudicada em 1858 e estendeu-se pelos dois anos seguintes, em especial com o resultado da “tempestade encomendada” pelos “adversários políticos” de Ottoni que analisamos no III Capítulo. Retomando o cenário econômico e as reformas financeiras que foram efetivadas neste período, foi possível perceber que as dificuldades encontradas por Ottoni foram coincidentes com um momento de esgotamento da política de Conciliação nos negócios, promovida em 1853 pelo Marquês de Paraná e finalizada pelo Gabinete Olinda- Souza Franco nos últimos meses de 1858, e a emergência de Gabinetes organizados por estadistas conservadores “puros”¹⁰³, ou seja não afinados com a “conciliação”: o de 12 de dezembro de 1858 (Abaeté -Salles Torres Homem) e o de 10 de Agosto, presidido por Ângelo Muniz da Silva Ferraz, gerenciados por políticos conservadores junto aos quais Ottoni não tinha prestígio.

Neste ano (1858), com o seu empreendimento em plena atividade, inclusive promovendo a imigração de mão-de-obra européia, o empresário se viu tolhido em seus planos. Devido à crise

¹⁰² As próprias palavras de Ottoni demonstram o trânsito e a afinidade que mantinha com a política do Governo em 1857. Ao propor aos acionistas a construção de caminhos de ferro entre Filadélfia e Caravelas para ligar Minas ao litoral, dizia-lhes com convicção: “*Se pois me autorisardes convenientemente já estais informado do que a este respeito poderei requerer ao governo imperial*”. (OTTONI. T. **Relatório aos Accionistas da Companhia do Mucury**, 1857, p.17).

¹⁰³ Quando, em 1853, instalou-se o gabinete Paraná, o partido conservador se cindiu: de um lado os “puros” (chefiados na Câmara por Ferraz e no Senado pela tríade saquarema – Eusébio, Uruguai e Itaboraí) contrários a acordos e à partilha do poder com os liberais; de outro os “conciliados”, chefiados por Paraná e Nabuco de Araújo (na Câmara) e por Olinda e Vergueiro (no Senado), partidários de uma aproximação com os expoentes liberais que aceitassem orientações conservadoras. (NABUCO, J. **Ob. Cit.**, 1997. MARSON, I. A. **Ob. Cit.**, 1989. MATTOS, Ilmar. **Ob. Cit.**, 1990).

comercial que chegara ao país, a política do Governo, particularmente do Ministro Ferraz, tomou medidas drásticas internamente, retraindo o crédito para pagar dívidas no exterior. A medida privilegiava os empresários envolvidos com o comércio exterior e prejudicava aqueles que estavam vinculados com o comércio interno ou dependiam de créditos para levar avante seus empreendimentos. Foi esta situação que impediu Ottoni de conseguir o vultoso empréstimo que havia sido aprovado pelo gabinete anterior. A tempestade não fora exclusivamente “encomendada” para Ottoni. Fazia parte de uma disputa política maior que conseguiu devastar vários empreendimentos da época.¹⁰⁴

Enfim, a experiência do Mucuri nos meados do século XIX retrata um cenário de expressivas transformações econômicas e políticas no Império brasileiro que, Ottoni, com suas experiências nos negócios e ligações políticas, soube aproveitar. Desta forma, pode-se considerar que tal projeto não se constituiu a partir de uma “desilusão” que teria levado o político liberal a um período de “abstinência política”. Seguindo a tônica do próprio Governo - que debatia a necessidade da criação do mercado interno e redirecionava os capitais excedentes para a criação de colônias agrícolas e empresas de navegação e comércio e construção de estradas -, visualizou no sertão de Minas a possibilidade de criar espaços econômicos e políticos sólidos com maior autonomia em relação à praça do Rio de Janeiro.

Desta idéia nasceu o projeto de criação da nova província no qual associaram-se vários políticos mineiros e mesmo de outras províncias, dentre eles Olinda e Cotegipe. A centralização do poder fora um projeto antigo da metrópole portuguesa ao pretender criar um império no Brasil, projeto que se estendeu pelo século XIX apoiado, especialmente, por expoentes da cafeicultura fluminense que originaram o grupo ou “oligarquia saquarema”¹⁰⁵ Os combates do “político liberal mineiro” sempre foram contra esta dominação da “metrópole interiorizada” sobre

¹⁰⁴ Em 1858, na praça do Rio de Janeiro, registrou-se a ocorrência de 49 falências e, em 1859, outras 90 em consequência da crise cambial, dentre estas, a casa comercial *A. J. Alves Souto & Cia* que mesmo associada com o Banco do Brasil e tendo um alto volume de negócios, cerca de 66.000 contos por ano, não pode se sustentar. Outras casas como esta, também, entraram em liquidação. PELÁEZ, C. M. e SUZIGAN, W. **Ob. Cit.**, p.114.

¹⁰⁵ MATTOS, Ilmar R. de **Ob. Cit.**, 1990. LYRA, Mª de Lourdes. **Ob. Cit.**, 1994.

as províncias. Por isso, aliado a alguns comprovincianos, Ottoni ambicionava criar um novo espaço político e econômico – O Mucuri – independente da alfândega da Corte: “*Não é possível que a alfândega do Rio de Janeiro continue a ser a de toda a província de Minas*”.¹⁰⁶ Pretendia criar ali um espaço econômico com autonomia para atuar no mercado interno e, sobretudo, externo. Via, naquela região, que já se destacava pela diversidade de produtos de exportação e pela sua posição geográfica estratégica, o lugar ideal para criar uma nova província onde se pudesse esquivar das determinações do poder central, sediado no Rio de Janeiro.

Ottoni justificava a criação da Companhia do Mucuri elencando os “imensos proveitos” que a empresa traria ao país. Em um futuro próximo a tornaria “agrícola” e habilitada à exportar os seus produtos a uma população que vivia na penúria e no isolamento. Facilitaria o assentamento de imigrantes na região desabitada. As distâncias que dificultavam o comércio, acanhavam ou condenavam ao “mais triste abandono a agricultura” e tornavam impossível a riqueza, desapareceriam com as estradas construídas pela Companhia. As forças dos homens que estavam perdidas e o “seu trabalho mal aproveitado”, que os condenavam à pobreza perpétua, seriam substituídos pelo trabalho produtivo, com a produção de gêneros alimentícios para exportação. Enfim, a Companhia ligaria o sertão ao mar, faria a riqueza brotar do solo e a sua população seria regenerada pelo trabalho. O Mucuri, longe de ser um “surto de patriotismo” ou “uma abstinência política”, foi a tentativa de efetivação de um projeto político, econômico e social liberal que visava educar “o povo” pelo trabalho, gerar e reproduzir riquezas.

¹⁰⁶ OTTONI, T. **Relatório aos Accionistas da Companhia do Mucury**, 1857, p.15.

Conclusão

Em todos os tipos de ciência, as provas negativas são decerto perigosas; sobretudo em crítica histórica, o argumento *ex silentio* é sempre cheio de perigos. No entanto, não nos deixemos enganar por *negativo*, esse adjetivo temível.¹

O ano de 1860 foi consagrado pela maior parte dos biógrafos de Ottoni como aquele momento em que o “impossível liberal” retornou à política. Portanto, para estes autores a Circular teve, na época, a pretensão de mostrar aos eleitores mineiros a verdadeira história de vida do político liberal, a firmeza e a continuidade de seus princípios para, assim, angariar seus votos. Entretanto, para alguns contemporâneos do político-escritor, aquela carta não passava de um “romance histórico”, uma “ficção”, em que o autor, manipulando os acontecimentos, deu a si mesmo um destacado papel na história. A *Circular*, nestas interpretações, teve como objetivo, tornar bem sucedida sua candidatura à Câmara². Sentindo-se atingido por estas acusações, o candidato procurou a imprensa para se defender dos adversários:

Atirarão-se á imprensa, tomarão-me por thema; e as suas facecias e doestos reforção continuamente as recommendações clandestinas que cada dia o consistório expede para Minas...Os constitucionaes estão armando á minha innocente epístola um processo monstruoso perante os eleitores do Jornal do Commercio. Eu quero deixar a minha causa á revelia, com a condição que o processo seja procedido do corpo de delicto. Appello, pois, para o Jornal do Commercio, e reclamo como um ato de justiça, ao menos, a inserção dos capítulos que os constitucionaes quizarão combater.³

As acusações recebidas pela Circular, assim como a contundência da resposta do candidato, testemunham o clima político pesado no qual se feria aquele pleito eleitoral, clima acentuado, também, por outros problemas, como o esgotamento da política de Conciliação – que, como vimos, a partir de 1859 afastou os liberais das decisões de poder e prejudicou seus negócios

¹ BLOCH, M. **Os Reis Taumaturgos**: O caráter sobrenatural do poder régio, França e Inglaterra. São Paulo: Companhia das letras, 1993, p. 57.

² Os Constitucionaes (Pseudônimo). **Jornal do Commercio**. Rio de Janeiro: 21 de outubro de 1860. Os Constitucionais. “O Panfleto do Sr. Ottoni”. **Jornal do Commercio**. Rio de Janeiro: 24 de outubro de 1860.

³ O Sr. Ottoni e os Constitucionaes. Publicações a Pedido. Carta de Theóphilo Ottoni à redação do Jornal do Commercio. publicada pelo **Correio Mercantil**. Rio de Janeiro: 31 de outubro de 1860.

- e a crise financeira que vivia o Império. Nesta conjuntura, a *Circular* foi compreendida como um documento que tinha por objetivos rearticular um combativo partido liberal – desfalcado pelas “abstenções políticas” criadas pela política da conciliação – e seu autor como o chefe deste partido. Ou seja, o “impossível Ottoni” retornava à cena política para atuar como um “aglutinador” de forças entre os liberais.⁴ Nesta perspectiva, o recente estudo de Valdei Lopes de Araújo sobre a *Circular* assim a interpretou:

A *Circular* trazia de volta o clima de confronto entre os partidos, e colocava na ordem do dia antigas reivindicações que tinham sido esquecidas durante a febre de empreendimentos particulares que caracterizou a década de 1850. De fato a *Circular* se tornaria um alcorão para os liberais nos primeiros anos da década de 1860.⁵

Desta forma, para este autor, o texto, além de ter rompido com o modelo das objetivas e secas circulares eleitorais - porque dialogava com o seu leitor e relatava-lhe além da trajetória política, a vida pessoal do candidato -, promoveu um alargamento da “esfera pública”, revigorando o debate político que fora silenciado pela Conciliação⁶. Entendeu que seu sucesso advinha da “presentificação do autor-personagem”, que fez dos relatos de sua vida pessoal um programa político em uma época marcada pela “inexistência de projetos partidários coerentes”. Neste sentido, ignorando as relações entre a política e os negócios imbricadas na confecção da carta-eleitoral, e o efetivo significado da “retirada” do autor-personagem da política partidária, assim como os biógrafos de Ottoni, Valdei Araújo entendeu que, ao voltar de seu “retiro no Mucuri”, o político liberal, com a *Circular*, pretendia não só retomar a vida política, mas, também, colocar em debate a interpretação da história recente. Ao historicizar sua vida política, Ottoni fizera do “direito à lembrança do passado” sua bandeira de luta pela publicidade das questões que acreditava, e teria mostrado o quanto o estudo do passado adquiriria importância nas

⁴ Os constitucionaes x Ottoni. Para onde vamos? **Jornal do Commercio**. 30 de outubro de 1860.

⁵ ARAÚJO, Valdei Lopes de. Teófilo Benedito Ottoni: visibilidade e esfera pública no Brasil oitocentista. In: **O Estado como Vocação: idéias e práticas políticas no Brasil oitocentista**. Org. Maria Emília Prado. Rio de Janeiro: Access, 1999, pp.178-179.

⁶ Analisando a *Circular*, o autor, interpreta “o êxito político de Ottoni a partir de 1860 como signo da ampliação da esfera pública”. Idem, *ibidem*, p. 188.

disputas políticas e antecipava as polêmicas sobre o juízo histórico acerca do governo de D. Pedro II.⁷

Pelo caminho percorrido neste trabalho, acredito ser possível alargar o sentido imediato da *Circular* e reinterpretá-la como um texto político gestado no embate deflagrado pela competição pelos melhores negócios que, naquele momento, ocorriam na praça mercantil do Rio de Janeiro. Além do “desejo” de ocupar uma cadeira na Câmara temporária em 1860, além da “necessidade” de defender-se das acusações recebidas, evidenciou-se que outras providências precisavam ser tomadas para salvaguardar e dar novas diretrizes aos empreendimentos do autor-candidato. Como alguns estudiosos da política e dos negócios no Império já nos confirmaram, a bancarrota e o endividamento faziam parte da rotina dos comerciantes, financistas e produtores e não significava a finalização da carreira empresarial. Dentro desta perspectiva, o “retorno do Mucuri” e a “volta à política” guardaram em si outros significados, significados que a autobiografia/programa político cuidadosamente procurou ocultar.

Conforme ficou evidenciado até aqui, valendo-se de vários silêncios, Ottoni pode, na *Circular*, construir uma trajetória política aparentemente pautada pela coerência, visando reafirmar aos eleitores seu comprometimento com princípios liberais permanentes, em nenhuma circunstância esquecidos. Entretanto, ao retomarmos este percurso, evidenciou-se que, além das permanências, as mudanças – em especial o compromissamento com a política de Conciliação na qual os liberais se submeteram aos princípios conservadores - também fizeram parte de sua história de vida. Foi possível perceber também que as mudanças foram, quase sempre, transformadas em silêncios que produziram a “ilusão da unidade”, ou seja, permitiram a aparente preservação do “mesmo Ottoni”. Na tentativa de manter a própria integridade pessoal, o autor não permitiu que determinadas recordações riscassem sua imagem, em particular aqueles que colocavam em dúvida sua combatividade e fidelidade aos princípios liberais questionadores da monarquia restritiva e do poder pessoal. Por isso, precisou “corrigir” o passado, ora ignorando, ora dissimulando os momentos polêmicos que pretendia que fossem esquecidos, ausências, ou mudanças, invariavelmente justificados com o seguinte argumento: o autor não se pronunciara, ou se “abstivera” de intervir para não comprometer seu partido, ou para salvar a pátria em

⁷ Idem, *ibidem*, p.181

perigo; ou seja, silenciara por patriotismo. Por isso insisto em sublinhar a importância de se levar em conta as problemáticas implícitas quando se elege uma autobiografia como objeto de estudo. É preciso perceber os silêncios, os esquecimentos e as lacunas que trazem esta reelaboração das experiências passadas para preservar a identidade unificada que se quer manter, pois

Como toda narración, una historia de vida es una versión construída retrospectivamente, una versión que no corresponde al carácter real de los acontecimientos, ya que um incidente confusodeviene um “hecho” solamente dentro del complejo de las causas y los efectos, la intención y la aplicación... Las narraciones esconden una triple ilusión: em primer lugar, la ilusión de um transcurso de los acontecimientos completo, em segundo lugar, la ilusión de um principio y de um final definidos y, em tercer lugar, la ilusión de uma imagen objetiva del pasado...El mito de uma historia de vida no hace que el relato em si mismo sea mas cierto o mas falso de lo que quiere el narrador: el mito es simplemente outro sistema de explicar nuestra experiencia del mundo...⁸

Entretanto, apesar da habilidade do discurso para, através dos silêncios, esmaecer as mudanças e constituir a coerência, a imagem do liberal que se delineia no texto da *Circular* é a de um político ambíguo: às vezes radical e revolucionário; outras “em abstenção”, e na maior parte das circunstâncias, dotado de duas faces, uma combativa e outra moderada. Até porque o “impossível/conciliador” Ottoni mudou significativamente ao longo de seu percurso.

Não há dúvidas que, entre 1831 e 1841, período reconhecido como um momento de radicalização dos liberais, foi possível encontrar o jovem Ottoni recolhido na província de Minas, porém postulando através de seu jornal - *Sentinella do Serro* - os ideais republicanos nos moldes norte-americanos. Naqueles anos, ficou evidente o tom exaltado da luta política do jornalista e comerciante, que iniciava sua ascensão política, econômica e social. Entretanto, na reinterpretação destes eventos em 1860, lembrou o 7 de abril no Serro construindo uma imagem ideal para aquele momento, na qual aparece como um “revolucionário” combativo, mas também moderado, preocupado com os excessos das “paixões políticas”, que tomou a si a tarefa de contê-los: “*Revolucionário da véspera, o redactor da Sentinella do Serro era o ordeiro typo no dia do triumpho*”.⁹

⁸ FRANZKE, Juergen. El Mito de la História de Vida. *História y Fuente Oral*. Memória y Biografía. N.º2, [s/d], pp. 59-67.

⁹ OTTONI, T. B. A Circular, 1860, p. 69.

Contrastando com este perfil moderado criado pela memória, em sua atuação na imprensa em 1831, o jovem jornalista demonstrou ser um liberal com tendências radicais debatendo contra o monopólio do comércio pelos ingleses, criticando os privilégios concedidos aos “aristocratas” e pugnando pela revolução como meio para destruir o poder aristocrático dos defensores do “absolutismo”. Como vimos, defendeu, ardorosamente, em 1832, o projeto de reforma constitucional que propunha romper com a centralização política e administrativa imposta pela cúpula do poder, abolindo o poder moderador e a vitaliciedade do Senado, recursos necessários para “republicanizar” a monarquia. Ainda, em 1833, envolvendo-se com os episódios políticos em sua província, pegou em armas contra a sedição militar em Ouro Preto. Instituído o Ato Adicional em 1834, transformou-se em um de seus mais aguerridos guardiões, porque acreditou que sua proposta estava consubstanciada naquela lei.

Em 1835, sua declarada combatividade garantiu-lhe o cargo de deputado provincial. Segundo Christiano Ottoni, o liberalismo do irmão, a defesa do Ato Adicional e dos oprimidos politicamente, assim como a preocupação com a economia da fortuna pública, assegurou-lhe a confiança dos mineiros. Em 1838 foi eleito deputado geral pela província de Minas, iniciando um período de intenso combate na tribuna contra o regresso conservador e contra a reforma do Ato Adicional, que se estendeu até os anos 40. Porém, as lembranças desta fase revolucionária foram cuidadosamente reelaboradas de forma a mostrar, em 1860, a permanência de princípios liberais **sempre moderados**, o respeito ao Imperador, o comprometimento com a província de Minas e a sua capacidade para conciliar e conter desavenças. O “impossível Ottoni”, tornado o conciliador Ottoni naquele texto, reiteraria, entretanto, sua constante luta contra o “governo pessoal”.

Após a Maioridade, entendida por Ottoni como a estratégia constitucional possível para “salvar a pátria do perigo” de uma reversão conservadora em curso com a pretendida reforma do Ato Adicional, iniciou um inexistente (em 1841) “silêncio”, explicado em 1860 como ressonância da “desilusão” e da contrariedade com o clima político que se instalou com o golpe desfechado pelos conservadores contra a Câmara em 1841, para dismantelar o “castelo liberal e democrático”, golpe comandado por seu ex-mestre José Rodrigues Torres, por Carneiro Leão e Bernardo Pereira de Vasconcelos. Diante de uma situação tão desfavorável, somente restou-lhe permanecer em “sentinela”. Porém, no início deste mesmo ano, 1841, encontramos o parlamentar

mineiro debatendo na tribuna, então, ainda sob maioria liberal resultante do golpe da Maioridade ocorrido em 1840, questões relacionadas à navegação fluvial, escoamento e comercialização da produção agrícola e abastecimento interno, defendendo a importância do comércio livre e a necessidade de se criar novos portos, especial um porto que atendesse ao escoamento da produção do interior de Minas:

É verdade que nosso paiz é novo, e que a nossa industria e commercio seguem ainda uma progressão ascendente; mas, apesar de que o Rio de Janeiro tem sido ate aqui quase o único mercado exclusivo que recebe directamente das nações estrangeiras os productos que têm de ser consumado em todo o sul do Brazil, a camara deve pensar que de outros portos, apesar de insignificantes, e que não podem ter comparação com esta vasta bahia, alguns há no sul que começam a commerciar já directamente com a Europa ... creio que no momento em que para as ferteis e riquissimas margens do Rio Doce affluir a população que a riqueza daquelle solo chama para alli. Então uma grande parte dos consumidores de Minas irão abastecer-se de muitissimos generos alli directamente importados da Europa, deixando de concorrer com o Rio de Janeiro.¹⁰

Este envolvimento permitiu entender que Ottoni não estava tão “desgostoso” com o clima político do início dos anos de 1841, conforme afirmaria em 1860. Seu interesse por assuntos relacionados com o comércio, denota que, já naquela época, estava planejando uma empresa de navegação e comércio para aquela longínqua e vasta área de fronteira da província mineira, como também certifica que desde então, a política e os negócios já se associavam na carreira do jovem deputado mineiro. Distante do Rio de Janeiro, o político-empresário pretendia realizar, a longo prazo, o seu ambicioso projeto do Mucuri, com o propósito de organizar no nordeste de Minas, uma “sociedade civil”, composta por “trabalhadores industriais”. Respalado por suas qualidades políticas e experiências de homem de negócios bem sucedido, seria o dirigente deste empreendimento e, simultaneamente, pretendia construir e reproduzir fortunas sem peias ou entraves impostos pelo governo. Dessa forma, atingiria o cume de uma carreira bem sucedida de político e homem de negócios. Por um lado, como proprietário, teria a estabilidade econômica que as atividades comerciais não asseguravam, pois o investimento em terras, em unidades agro-exportadoras que visavam tanto o mercado interno como externo (como pretendia que fosse a Companhia do Mucuri) era sinônimo de negócio seguro e garantia de lucros; por outro lado, alcançaria a ascensão social que até então tantas vezes lhe fora negada em detrimento de suas origens.

¹⁰ CÂMARA DOS DEPUTADOS. Sessão de 3 de setembro de 1841, p.68.

Entretanto, seus planos seriam retardados pelos acontecimentos políticos de 1842, ocorridos na província de Minas como decorrência das restrições políticas estabelecidas pela lei de interpretação do Ato Adicional que apeou os liberais do poder, acontecimentos nos quais Ottoni se destacou, novamente, como “o revolucionário”. Porém, a inegável rebeldia daquele momento, aparece como moderação em 1860, apenas como uma luta armada em defesa da ordem, da Constituição e do “direito sagrado da liberdade”. Assim, como todos os seus comprovincianos, o escritor alegou que repudiava a desordem, a anarquia, pois queria apenas uma “manifestação popular pacífica”. O revolucionário se transformou, na rememoração, em um eficiente apaziguador das paixões políticas. Esmaecendo seu passado revolucionário, reafirmou, em 1860, a imagem do político experiente, moderado e monarquista:

Creio sinceramente que mais teria ganho o systema constitucional, se apesar de rebelado o governo contra a constituição, apesar da promulgação das leis inconstituciones de 1841, apesar das dissolução prévia da camara dos deputados, apesar de tudo, a opposição mineira, em vez do recurso ás armas, de preferencia empregasse contra o governo os meios pacificos que ainda lhe restavão.¹¹

Em 1844, após sair da prisão, tornou-se evidente o arrefecimento da combatividade do revolucionário da década anterior e, da mesma forma, a sua proximidade dos antigos adversários conservadores. Se, em 1840, foi possível encontrar o parlamentar mineiro atuando em destacada dissonância com Carneiro Leão - quando se discutia a proposta de maioria imediata -, em 1844, 1845 e 1846 a afinidade entre eles se intensificou. Nestes anos, coincidentemente, estavam os irmãos Ottonis - Theophilo e Honório - realizando os primeiros preparativos para a instalação de uma companhia de navegação e comércio no nordeste de Minas. Como vimos no decorrer deste trabalho, estes foram momentos nos quais estas relações harmoniosas com os antigos adversários tiveram importância capital para que pudessem implementar um projeto daquela envergadura. Relações e proximidades, que em 1860, ganharam outro sentido, passando a significar apenas uma afinidade de objetivos na luta conjunta contra a “influência palaciana” em defesa da liberdade e das garantias consagradas na Constituição. Porém, a “experiência do Mucuri” demonstrou que estes vínculos também se constituíam nos negócios, e que pelos cânones liberais não existiam maiores incompatibilidades entre política e empreendimentos financeiros, pois estas práticas se constituíam conjuntamente.

¹¹ OTTONI, T. B. Ob. Cit., p.177.

Todavia, em 1860, tais mudanças e alianças do político liberal com expoentes do partido conservador, aparecem como permanências, ou seja, na *Circular*, o deputado mineiro afirmou que naqueles anos (1844-1848), não abandonara a combatividade típica do início de sua carreira política. Na Câmara, continuou levando avante sua crítica à inconstitucionalidade do Poder Moderador, desfechando ataques contra o “governo pessoal”, mas frisando que nada tinha contra o Imperador. Contudo, as Atas da Câmara revelaram uma outra postura do parlamentar. A exaltação típica de seus discursos (1838-1841, quando se insurgiu contra qualquer alteração nas disposições do Ato Adicional) foi substituída pela moderação e as longas intervenções foram trocadas por esporádicos apartes. O debate travado com Ferraz, antes caloroso, se resumiu a pronunciamentos insignificantes. O “silêncio” do vice-presidente da Câmara, em 1846, com relação ao Poder Moderador, no mínimo, parecia incompreensível, por se tratar de um liberal que sempre o combatera com veemência. Mas, percorrendo um pouco mais sua trajetória naquela casa, foi possível compreender melhor este silêncio. Em 1847, estava Ottoni recebendo do Imperador a concessão para implementar seu projeto no Mucuri e o exclusivo comercial por quarenta anos da navegação a vapor naquele rio.¹² Foi também neste mesmo ano que o deputado liberal foi eleito para a Comissão de Constituição de Poderes.

Por outro lado, torna-se importante frisar que, em 1847, o político em ascensão, depois de selar o contrato e receber incentivos e privilégios extraordinários dos governos Imperial e Provincial, iniciava efetivamente a organização de seu empreendimento em Minas, contando com o apoio de amigos e antigos adversários políticos, como o Marquês de Olinda, Cotegipe e o Marquês de Paraná. Iniciou-se, então, um longo “silêncio” coincidente com os anos em que esteve envolvido com os negócios, silêncio que em 1860 foi explicado como sendo um tempo de “abstinência política”. Em contrapartida, a retomada desta “experiência”, que aqui procurei apresentar, desvelou uma outra realidade: o empreendimento - desde a organização à encampação - foi beneficiado e aprovado até por antigos contendores políticos, denotando a complexa trama política e financeira que o viabilizou.

Esses liames se adensaram com a política de Conciliação implementada por Paraná em 1853, momento em que a empresa encontrava-se oficialmente incorporada, e que seu Diretor

¹² CÂMARA DOS DEPUTADOS. *Sessão de 28 de Junho de 1847*.

tornou pública a proposta de criação de uma nova província. O sucesso da Companhia do Mucuri foi anunciado com a fundação da cidade Filadélfia, construída no meio da mata virgem para ser a capital da nova província. O empresário, beneficiado com a política financeira do Gabinete de 6 de setembro de 1853 (Conciliação), pôde incrementar seu negócio, promovendo, em 1854, a vinda dos primeiros imigrantes portugueses, alemães e suíços. Os trabalhos de abertura de estradas e fazendas avançavam.

Bons ventos sopraram sobre o Mucuri até meados de 1858. Ottoni obteve do governo o direito de compra de terras, como também recebeu vultosos empréstimos para promover a colonização e, com isto, mais imigrantes foram chegando para serem empregados na construção de estradas terrestres da Companhia. Em 1857, contando com o apoio do Ministério Olinda - Souza Franco, pôde inaugurar a estrada terrestre que ligava Filadélfia à Santa Clara e, até mesmo, projetar uma estrada de ferro. O empresário, então, já pensava na construção de uma grande rede de estradas terrestres que pudessem ligar o interior das províncias de Minas, Espírito Santo e Bahia ao litoral, aos portos de *Victória* e *Caravellas*, no futuro, escoadouros para o comércio exterior.

O sucesso nos negócios sinalizou-lhe a possibilidade de sucesso político. Pleiteou, então, em 1857, uma vaga no Senado, propondo, caso fosse eleito, retomar as propostas reformistas do recém-falecido Marquês de Paraná. Rememorando este episódio no texto da *Circular* o político comentou que, em 1857, saíra da “abstenção política” mas, as lembranças foram discretamente retomadas, ganhando a forma de parcimoniosos elogios ao antigo companheiro de empreendimentos, de forma a suavizar as relações que o autor havia mantido com aquele político, as quais em uma circunstância anterior (por exemplo, no relatório de 1857 aos acionistas da Companhia), haviam sido explicitadas sem reservas.

Assim, iniciava-se uma outra fase de sua trajetória política, seguida de mais duas candidaturas ao Senado em 1859 que, apesar de vitoriosas na província, não lhe garantiram o cargo pretendido. Candidaturas senatoriais vitoriosas, que foram transformadas em argumentos a seu favor em 1860 quando pleiteava uma vaga na Câmara, alegando ser um “dever de honra” com seus eleitores e um desafio aos adversários, pois ao recusar nova disputa para a Câmara

vitalícia, o político alardeava que não “apetecia deitar-se nos colchões macios dos príncipes e Césares”.

Ao lado do contraditório insucesso político – a preterição de seu nome na lista tríplice, apesar de ter sido o candidato que obtivera o maior número de votos para ocupar uma vaga no Senado – estava também o fracasso nos negócios. Como demonstrei, as dificuldades da Companhia apareceram no final de 1858. Antes disso, vale lembrar que em 1856, com o falecimento inesperado do Marquês de Paraná, Ottoni perdeu o seu aliado mais importante no projeto de criar uma nova província que, por sua vez, dependia do desenvolvimento da Companhia do Mucuri. Logo em seguida, em 1857, já estava dado o esgotamento da política de Conciliação, da qual obteve inúmeros benefícios para desenvolver seu empreendimento. Além dos “imprevistos financeiros”, as dificuldades também se fizeram presentes nas questões referentes à imigração/colonização, tais como a chegada de imigrantes inesperados, multa do governo pelo não cumprimento de um contrato e problemas relacionados com as intempéries da natureza. Problemas de toda sorte que acabaram por desencadear uma “tempestade encomendada” para o Mucuri.

Insucessos que em 1860 foram acobertados tanto pelo “espírito empreendedor” e “progressista” de Ottoni, como pelo seu compromisso e interesse pelo progresso da província mineira. Retomando os acontecimentos políticos e econômicos da época, foi possível dar outro entendimento à situação. O sucesso da Companhia coincidiu com as políticas econômicas e financeiras implementadas pelo Gabinete da Conciliação e pelo Gabinete de Olinda-Souza Franco, período em que o empresário e político mineiro, com seus contatos e experiências, encontrou facilidades de créditos e empréstimos gerenciados pelos bancos privados, e também pode contar com o apoio de autoridades governamentais.

Por outro lado, o insucesso ocorreu justamente no momento de esgotamento desta política, particularmente no final da gestão do Gabinete de Olinda-Souza Franco. Estas mudanças não foram favoráveis aos empresários da época. Em 1858, a situação da Companhia foi agravada com a política metalista do novo Gabinete Abaeté-Salles Torres Homem. Em decorrência da crise financeira que atingia o Império, impôs-se a retração do crédito e a evasão da moeda (ouro) para

o pagamento de dívidas no exterior. A adoção desta política acabou por favorecer os empresários vinculados ao comércio externo e por dificultar sobremaneira aqueles ligados ao comércio interno, como aconteceu com Ottoni, que não conseguiu renovar ou contratar novos empréstimos para dar seguimento aos negócios. Com o Gabinete de 10 de agosto, os problemas da Companhia intensificaram-se, pois a política de controle sobre as sociedades anônimas, adotadas pelo seu ferrenho adversário político, o Presidente do Conselho e Ministro da Fazenda Ângelo Muniz Ferraz, levou à encampação da Companhia do Mucuri pelo Governo.

A “perseguição” não ficou restrita apenas aos negócios, ela se deu também no âmbito da política, comprovando o quando estas duas esferas – política e negócios -estavam associadas. Segundo Nabuco,¹³ em 1860 a situação política apontava para o “triunfo democrático”. A clássica bipartição “liberais” e “conservadores” apresentou novos matizes e uma nova configuração de partidos foi se organizando a partir de então. O Partido Liberal tentava ressuscitar seu “antigo liberalismo”, liderado por “liberais históricos”, os veteranos, dentre eles Ottoni; e pelos mais jovens representantes daquela agremiação partidária. Retomaram a argumentação clássica dos liberais contra o absolutismo e contra a vigência oligárquica. Foi nesta “onda liberal” que Ottoni se candidatou à Câmara temporária, contando com o apoio do distrito eleitoral formado por Minas Novas, Serro e Diamantina, reduto que lhe era bastante acessível, devido às “afinidades de opinião e de família”.

Mas, neste mesmo ano uma manobra astuciosa e inesperada foi implementada: Ferraz promoveu uma reforma eleitoral que alterou a Lei dos Círculos¹⁴. O descontentamento do candidato não poderia ser maior, pois com a divisão das províncias do Império em novos distritos eleitorais de três deputados cada um, perdeu parte significativa de seu eleitorado que, naquela época, estava na região do Mucuri. Portanto, 1860 sinalizava-lhe perigos: a perda do empreendimento econômico e com ele a popularidade que amealhou desde as primeiras décadas de sua carreira política. Tornou-se, então, necessário comprovar a figura do liberal e do patriota de sempre, tanto para angariar votos e retornar ao parlamento como para defender sua reputação. Ameaçado e necessitando recuperar o prestígio do político e do homem de negócios – afinal

¹³ NABUCO, J. **Ob. Cit.**, p.419-423.

¹⁴ **Alteração da legislação eleitoral.** Lei N.º 1.082 (18 de Ago. 1860)

precisava dar continuidade a vida política e empresarial -, restava-lhe ressaltar a imagem do empresário patriota que fracassou, graças as intrigas políticas.

Era preciso obscurecer qualquer vestígio de mudança em relação aos anos 30; era preciso dissimular as alianças e os conchavos ocorridos nas décadas de 1840 e 1850 e ressuscitar a imagem do “impossível” Ottoni, que, em sua trajetória política, nunca abandonara os seus princípios; e comprovar que seu programa de 1860 estava inscrito nos antecedentes mais remotos de sua vida. Portanto, naquele momento de incerteza quanto ao sucesso de sua candidatura, porque havia perdido parte de seu reduto eleitoral, tratou de recuperar a imagem de homem de negócios íntegro arranhada pelo fracasso do projeto Mucuri e, ao mesmo tempo, mostrar aos seus comprovincianos que continuava comprometido com aquela região. Então, encerrou o texto da *Circular* propondo um novo projeto liberal de navegação a vapor para o rio São Francisco, conjugado com a construção de ferrovias. Prometia, uma vez mais, o argumento do progresso aos seus eleitores:

Do lado do poente o rio de S. Francisco está reclamando a navegação a vapor, que facilite o commercio das comarcas de Pitanguy e Sabará com as comarcas contiguas e com a província da Bahia... é tempo de investigar que partido podemos tirar das incalculáveis riquezas do valle do São Francisco... Um ramal do braço do sul da estrada de ferro de D. Pedro II póde ir facilmente á villa de Lavras com menos de 30 leguas. E a estrada de Lavras, aproveitadas algumas dezenas de leguas de navegação do Rio-Grande, franco para bons vapores nessa extensão, é a estrada de todo o valle do Rio S. Francisco. O 2º districto eleitoral de Minas (seu reduto eleitoral), alongando-se na linha léste-oeste da cachoeira das Escadinhas, no Rio Doce até as contravertentes do Paranahyba, tem de ser envolvido em doce amplexo pelos dous braços que a razão indica para a estrada de ferro de D. Pedro II Antes que o braço sul se tenha estendido até Lavras, o sibilar da locomotiva terá feito decuplicar a actividade e energia dos *yankees* mineiros, que em tão poucos anos improvisarão o rico município da leopoldina. Quando o braço do norte da estrada de ferro chegar á Leopoldina, o valle do Rio Doce começará a ser devidamente apreciado. Então se conhecerá que as terras que alli jazem incultas teem mais valor do que o ouro do gongo, de Cocaes e da Itabira”.¹⁵

Ao apresentar esta proposta o candidato parecia querer demonstrar que não havia fracassado como homem de negócios. Fez de sua experiência na seara empresarial uma promessa de campanha política, até porque sabia que aquela proposta, na época, poderia ser um ótimo

¹⁵ OTTONI, T. B. Ob. Cit., 249-251. Acredito que esta proposta, cuidadosamente usada para finalizar o texto, foi uma das motivações que estiveram na origem da *Circular*, motivação ignorada pelos biógrafos.

empreendimento. Da mesma forma vislumbrou que aquele momento poderia ser a oportunidade de levar avante o projeto liberal que não pôde ser concluído no Mucuri. Enfim, estas observações permitem afirmar que a *Circular* também teve o objetivo de dar continuidade à vida política/empresarial de Ottoni.

A alegada “abstinência”, o período em que teria permanecido “sem partido” e “fora da política”, coincide justamente com os anos em que esteve envolvido no projeto do Mucuri. Porém, como ficou demonstrado, foi possível certificar que esta “abstinência” significou efetivamente um momento de “conciliação” com antigos adversários conservadores. A “abstinência”, pode, então, ser entendida como um compromisso com a política de Conciliação e com as concessões do Governo. Logo, foi o “clima de conciliação” que permitiu que o seu ambicioso projeto para o nordeste mineiro fosse possível. A “retirada da política” e os propalados “silêncios” de 1844 a 1848 anunciados na *Circular*, também foram explicados por este mesmo “clima”.

Como lembra Marc Bloch, é preciso, ao mesmo tempo, incorporar e desconfiar dos silêncios. Como procurei demonstrar, Ottoni, talvez cioso do alcance que os ecos de suas palavras pudessem ter em 1860, tomou a si o direito de não se pronunciar sobre as crises da empresa: *“Não referirei a história das ultimas crises da companhia do Mucury; comprometto-me, porém, a escreve-la mais de espaço e detalhadamente.”* Não explicou o porquê do embargo ao empréstimo, apenas culpou o Ministro da Fazenda Ângelo Muniz da Silva Ferraz. Sobre a imigração, e todos os seus problemas e desdobramentos, o silêncio foi total, até porque este episódio remetia para muitas pendências, inconvenientes naquele momento. Em 1860, circunstância de revigoração do Partido Liberal e do seu antigo programa, não convinha relembrar o apoio dado à política de Conciliação e o fracasso do empreendimento do Mucuri. Então, superando a “abstinência”, o escritor precisava, a todo custo, se desvencilhar das acusações movidas pelos panfletos, em especial aquela que o apontava como um “conciliado”, e frisar “o liberal” permanentemente combativo e fiel aos princípios que caracterizavam este liberalismo – particularmente as restrições ao Poder Moderador e ao Senado vitalício-, postura necessária para reafirmar seu compromisso com os liberais “históricos”.

Enfim, a *Circular* de 1860 foi escrita em um momento de incertezas, que o seu autor soube reverter a seu favor. Explicitamente ela foi um pedido de votos, como sublinha a historiografia. Implicitamente, afirmo que foi uma carta política, um anteparo às acusações de seus adversários, que inverteu o significado do fracasso do projeto do Mucuri, transformando-o em um ato de patriotismo. Neste texto, Ottoni deixou em segundo plano seu perfil de empresário para destacar as questões políticas, tornando aquele evento uma iniciativa necessária, oportuna, e bem sucedida. A conclusão a que este trabalho chegou, estudando até onde foi possível o período e alargando a trajetória política de Theophilo Ottoni, é que não seria possível ignorar na prática deste político liberal os vínculos existentes entre a política e a economia, pois este era, e continua sendo, um elo indispensável para o sucesso dos empreendimentos de cunho liberal de grande envergadura. Os biógrafos e a historiografia tradicional ignoraram esta questão e não pressentiram as estratégias urdidas na autobiografia, nem perceberam as sutis armadilhas que o gênero carrega em si. Por isso reiteraram o herói projetado pelo texto, e o interpretaram como um indivíduo fora do comum. Não levaram em conta que o indivíduo somente pode ser aquilo que o seu tempo permite que ele seja. Tal limitação resultante das historicidades pode ser constatada nas palavras do próprio Ottoni, escritas já no final de sua vida quando, talvez, menos cuidadoso com as afirmações por não necessitar mais sombrear seus desejos, esperanças e interesses passados, externou com clareza os vínculos indissolúveis entre a política e os negócios no desempenho do cidadão liberal:

O que me constituiu empresário das estradas e navegação do Mucuri não foi somente a ambição muito legítima de ganhar fortuna pelo trabalho honesto. O desejo de ser útil ao país entrava por alguma coisa nos meus projetos. Tinha a peito abrir novos horizontes à agricultura e ao comércio do norte de Minas e, se possível fôsse, um pôrto de mar para a província que me viu nascer. Assim como levei barcos a vapor à raiz da província, fantasiava, que, em futuro pouco remoto, uma locomotiva me transportaria de Caravelas ao norte de Minas. Dir-se-á que são utopias; mas a Assembléia Provincial de Minas quis associar-se à utopia do diretor da Companhia do Mucuri: subscreveu mil ações da empresa. E, ainda bem, é o único acionista que não perde os juros do capital, que me confiou. Minas ganha, além do seu capital, que reembolsa: mais cinquenta léguas de estradas regulares, sendo cêrca de trinta, de rodagem. Ganha a posse de uma linha de navegação a vapor, que liga o Rio de Janeiro às comarcas do Norte. Recebe, em troca de brenhas inóspitas, tres importantes freguesias: Filadélfia, Capelinha e Jacuri, filhas genuínas da Companhia do Mucuri e que já contam mais de 25.000 almas. Recebe catequizados e inofensivos núcleos de colonização européia, que importaram industrias e capitais, e que estão ligados ao solo da província. Não posso, pois, considerar perdido o tempo, que consagrei ao Mucuri, nem lembrar-me de um miserável balanço da caixa, quando a generosa província de Minas tira tão

assinaladas vantagens dos meus sacrifícios. São um pequeno tributo da gratidão que vota à sua generosa província o filho que mais lhe deve.¹⁶

¹⁶ Citado pelo biógrafo Thimmers, sem referência da fonte. (THIMMERS, **Ob. Cit.**, p.66).

ANEXOS

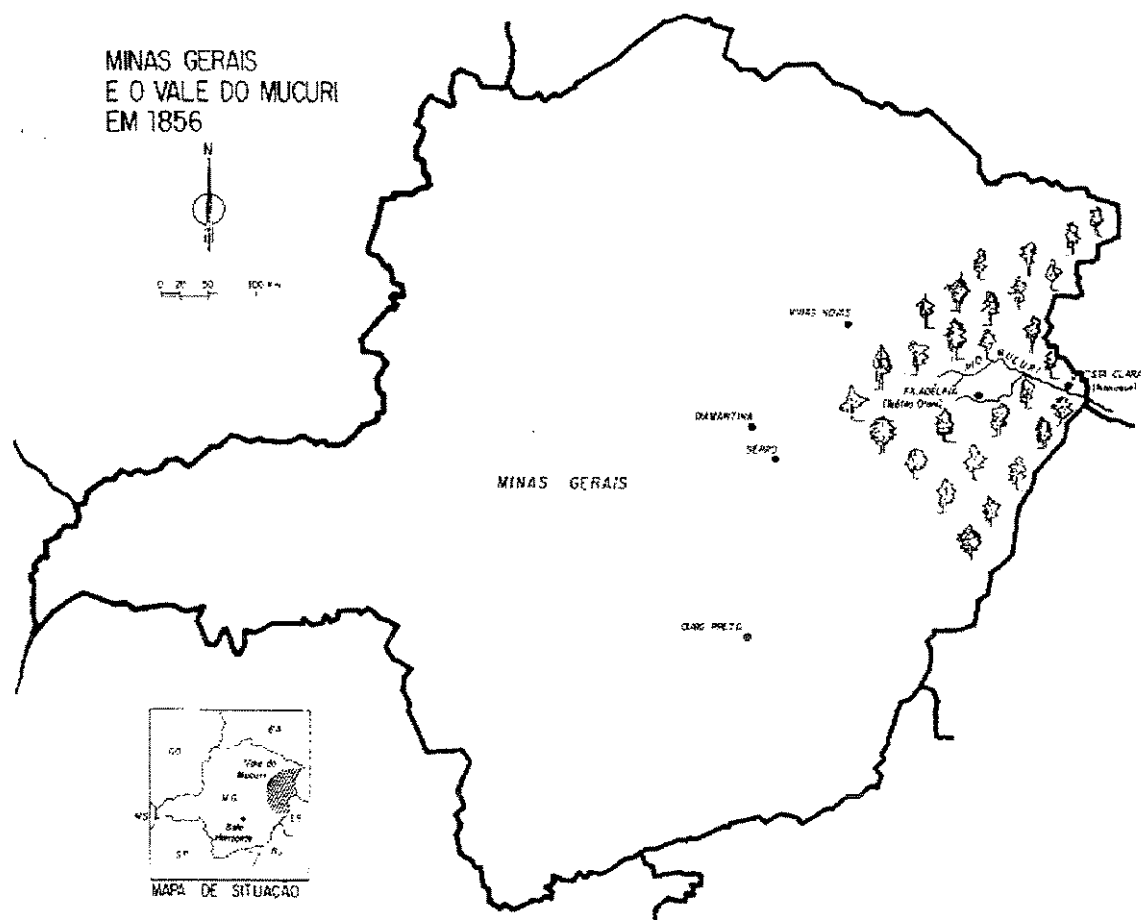


Figura 1- Mapa do Vale do Mucuri

1856

Figura 2- (ao lado)

Carta Topographica do Mucury-1854

Herculano V. Ferreira Pena (Tenente de Engenheiros)

Dimensões: 30,5 x 40,0 cm

Escala: 1:10.000

Data: 1854

Fontes e Bibliografia

1- Fontes Manuscritos:

BIBLIOTECA NACIONAL. Seção de Manuscritos. (T. B. Ottoni) *Ata da instalação da Companhia do Mucury*. (Cod. II- 34, 13, 8 n.º 3, 9 folhas.

BIBLIOTECA NACIONAL. Seção de Manuscritos. *Apólice da Companhia do Mucury*. Gastão Luís Henrique Escragnolle. Cod. I - 46, 1, 10.

BIBLIOTECA NACIONAL. Seção de Manuscritos. - *Relatório que ao ex-presidente da Companhia do Mucury dirigiu o Dr. Ernesto Benedicto Ottoni*. Rio de Janeiro. Typographia do Correio Mercantil, 1862, in 4º, de 86pp. Cod. 14 034.

2- Fontes impressas

Documentação oficial:

Falla do Presidente da Província Antônio Paulino Limpo d'Abreu. Dirigida á Assembleia Legislativa de Minas Geraes em 1835. (Arquivo Público Mineiro)

Falla dirigida á Assembleia Legislativa Provincial de Minas Geraes, na sessão ordinaria do Anno de 1837 pelo Presidente da província Antonio da Costa Pinto. Ouro Preto: Typ. do Universal, 1837. (Arquivo Público Mineiro)

Falla dirigida á Assembléia Legislativa Provincial de Minas Geraes na abertura do Anno de 1841 pelo Presidente da Província Sebastião Barreto Pereira Pinto. Ouro Preto, Typographia do Universal, N.º 15. 1841. (Arquivo Público Mineiro)

Falla do Vice-Presidente da Província de Minas Geraes, Herculano F. Penna, na abertura da Sessão Ordinária do Anno de 1842, pp.01-06. (Arquivo Público Mineiro)

Felicitação dirigida pela Assembléia Legislativa Provincial de Minas Gereas ao Exm.º Presidente da Província Bernardo Jacintho da Veiga, 1842, pp.01-04. (Arquivo Público Mineiro)

Falla do Presidente Bernardo Jacintho da Veiga dirigida á Assembleia Legislativa da Província de Minas Geraes no dia 6 de outubro de 1842. (Arquivo Público Mineiro)

Breve descrição do Processo do Chefe de Polícia da Província de Minas Geraes, Francisco Diogo de Vasconcelos em virtude de uma denuncia do Dr. Promotor da Justiça, Joaquim Caetano da Silva Guimarães. Ouro Preto: Typ. do Universal, N.º 15, 1842. (Arquivo Público Mineiro)

Exposição feita pelo Exm.º Conselheiro Bernardo Jacintho da Veiga na qualidade de Presidente da Província de Minas Geraes, a seu successor o Exm.º Tenente-General Francisco José de Souza Soares de Andrea, no acto da sua posse. Rio de Janeiro: Typ. Imp. e Const. Villeneuve, 1843. (Arquivo Público Mineiro)

Falla Dirigida à Assembléa Legislativa Provincial de Minas Geraes, na Sessão Ordinária do Anno de 1847 pelo Presidente da Província Quintiliano José da Silva. Ouro Preto: Typ. Imparcial de B. X. Pinto de Sousa, 1847. (Cod. PR SPR 111 [1], Biblioteca Nacional)

BRASIL. Documentos sobre História da Revolução de Minas Gerais, em 1842. *Revista do Arquivo público Mineiro*. Ano 1910, N.º XV. Belo Horizonte, 1910, p.181-390. (Arquivo Público Mineiro)

BRASIL. Insurreições: liberal de 1842. *Revista do Arquivo Público Mineiro*- no. XIV, pp.323- 347. (Arquivo Público Mineiro)

BRASIL, Senado Federal. *Autos dos inquéritos da Revolução de 1842*, em Minas Gerais. Brasília, 1979.

BRASIL, Senado Federal. *Constituições do Brasil* (de 1824, 1891, 1934, 1937,1946 e 1967 e suas alterações). 1º vol. Textos, Brasília: 1986.

BRASIL, Senado Federal. *Lei dos Círculos* (alteração da lei eleitoral de 1846). Lei n.º 842 (19 set. 1855). Textos Políticos. Vol. 2, Segundo Reinado. www.cebela.org.br/txtpolit.html

BRASIL, Senado Federal. *Manifesto do Centro Liberal* (31 mar. 1869). Textos Políticos. Vol. 2, Segundo Reinado. www.cebela.org.br/txtpolit.html

BRASIL, Senado Federal. *Alteração da legislação eleitoral. Lei n.º 1.082* (18 de ago.1860). Textos Políticos. Vol. 2, Segundo Reinado. www.cebela.org.br/txtpolit.html

BRASIL, Senado Federal. Discursos Parlamentares Teófilo Ottoni, N.º 12. Brasília: Câmara dos Deputados. Centro Gráfico, 1977.

CÂMARA DOS DEPUTADOS. *Atas das Sessões* -1838/1842, 1845/1848 e 1860/1864. Brasília: Centro de Documentação e Informação/Coordenação de Estudos Legislativos. Seção de Documentação Parlamentar, 2000.

SENADO FEDERAL. *Constituições do Brasil*. (de 1824, 1891, 1934, 1937, 1946 e 1967 e suas alterações). 1º volume: Textos. Brasília, 1986.

Documentação sobre a Companhia do Mucuri:

OTTONI, T. B. *A Colonização do Mucury*. Memoria Justificativa, em que se explica o estado atual dos colonos estabelecidos no Mucury e as causas dos recentes acontecimentos naquella colonia pelo Director da Companhia do Mucury Theophilo Benedicto Ottoni. Typographia Brasiliense Maximiliano Gomes Ribeiro. Rio de Janeiro, 1859. (Cod. 14 860, vol. 9 dos Anais da Biblioteca Nacional, pag.1265) Arquivo Público Mineiro.

OTTONI, T. B. *Companhia do Mucury. História da Empresa. Importância dos seus privilégios. Alcance de seus projetos*. Rio de Janeiro: Typ. Villeneuve, 1856, pp. 01-47. (Arquivo Público Mineiro)

OTTONI, T. B. *Breve Resposta ao Relatório da Liquidação da Cia do Mucury por parte do Governo*. Rio de Janeiro: Typ. M. Barreto, Mendes Campos e Cia, 1862. 96 pags. (Arquivo Público Mineiro)

OTTONI, T. B. *Relatórios apresentados aos Accionistas da Companhia do Mucury pelo Director da Companhia Theophilo Benedicto Ottoni*. Rio de Janeiro: 1857, 1859, 1860. (Arquivo Público Mineiro)

IMPÉRIO. *Relatório do Ministério dos Negócios do Império* apresentado pelo Ministro dos Negócios do Império, Conselheiro Senador Marquez de Olinda, 1858, p. 69-72. (Arquivo Público Mineiro)

PORTO, Reinaldo Ottoni. *Memórias Históricas do Município de Teófilo Otoni: A extincta Companhia do Commercio e navegação do Rio Mucury (1847 a 1861)*. Belo Horizonte: 1928.

OTTONI, T. B. *Condições para a incorporação de uma Companhia de Commercio e navegação do Rio Mucury* – Precedidas de uma exposição das vantagens da empresa. Rio de Janeiro, 1857, 51 págs. (Arquivo Público Mineiro)

AVÉ LALLEMANT. *Am Mucury*. Eine Waldgeschichte zur Erläuterung, Warnung und Strafe für alle, die es angeht. Hamburgo, 1859. (No Mucury, uma história das brenhas para esclarecimento, advertência e castigo de todos a quem o caso interesse) e *Bericht betreffend die Mucury-Kolonie*. U.S.W. Hamburgo, 1859 (sem tradução).

AVÉ LALLEMANT. *Reise durch Nord-Brasilien*. Leipzig, 1860.

RENAULT, V. **Relatório da Expedição dos Rios Mucury e Todos os Santos, feito por Ordem do Exmo Governo de Minas Geraes**. Ouro Preto, 2 de abril de 1837. (transcrição feita por João C. Renault em 1998). Disponível em <http://virtualbooks.terra.com.br/doc_historicos/doc_mucury.htm>

Artigos, panfletos, correspondências e obras de referência:

OTTONI, T. B. *A Estátua Equestre*. Carta de Theophilo Benedicto Ottoni. Rio de Janeiro. Typ. do Diário do Rio, 1862. (Arquivo Público Mineiro)

OTTONI, T. B. *Circular dedicada aos srs, eleitores de senadores pela província de Minas Geraes no quadriennio actual e especialmente dirigida aos srs. eleitores de deputados pelo 2º districto eleitoral da mesma província para a próxima legislatura pelo ex-deputado Theophilo Benedicto Ottoni*. Rio de Janeiro, *Correio Mercantil*, 1860, 161 págs.

OTTONI, T.B. *Circular dedicada aos srs. Eleitores de senadores pela província de Minas Gerais*. 2ª ed. **Revista do IHGB**. Tomo LXXVIII (2ª. Parte). Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1916, p, 229.

OTTONI, T.B. *Notícia sobre os selvagens do Mucury*. Carta de Theophilo Benedicto Ottoni ao Dr. J. C. M. de Macedo, 1858. Philadelphia, 31 de Março de 1858. (Cod. 11 435. Revista do Instituto Histórico XXI. (Biblioteca Nacional)

OTTONI, Christiano, *Autobiografia*. Rio de Janeiro:1852.

OTTONI FILHO, Cristiano, B. *Árvore Genealógica da Família Ottoni*. Rio de Janeiro: Gráfica de Artes S.A., 1963. (Iconografia -Biblioteca Nacional)

O Poder Moderador e o Sr. T. B. Ottoni oferecido aos Mineiros por um comprovinciano. Segunda Edição. São Paulo. Typ. Da Lei, Setembro, 1860 (Panfleto anônimo)

OTTONI, Christiano. *Respostas do deputado Cristiano B. Ottoni ao conselheiro Francisco de P. Silveira L.*, 1868, pp.01-32.

OTTONI, T. B. *Notícia Histórica sobre a vida e Poesias de Eloy Ottoni*. Rio de Janeiro: Typ. Villenèuve e Cia, 1851, pp.01-24.

OTTONI, José Eloi. *Parafrase dos Provérbios de Salomão em verso português, dedicada ao sereníssimo Príncipe da Beira Nosso Senhor*. Bahia. Typographia de Manoel Antônio da Silva Serva, 1815.

OTTONI, T. B. *Mucury e o Sr. Murta*. Typographia Provincial, 1859. (Obras Raras. Cod. 120,3,148, Biblioteca Nacional).

OTTONI, T. B. Carta de Theophilo B. Ottoni ao presidente e vereadores da Câmara Municipal da Vila de São José de Porto Alegre. Mucuri: 1847; publicada no *Jornal do Commercio*, Anno XXII, 29 de setembro de 1847. (Biblioteca Nacional)

SISSON, S. *A Galeria dos Brasileiros Ilustres*. Rio de Janeiro: Livraria Martins, 1861.

BLAKE, A. V. A Sacramento. **Diccionario Bibliographico Brasileiro**. Rio de Janeiro. Typ. Nacional, 1883.

3 – Jornais:

Aurora Fluminense (Rio de Janeiro: 1830-1832)

O Independente (Rio de Janeiro: 1831-1833)

Jornal do Commercio (Rio de Janeiro: 1840-1869)

Diario do Rio de Janeiro: Folha Política, Litteraria e Commercial. (1860-1869)

Parahybuna (Barbacena-MG: 1836-1847)

O Brasil (Rio de Janeiro: 1844)

A Actualidade, Jornal Político Literário e Noticioso (Rio de Janeiro: 1861)

Buletim da Legalidade do Serro (Minas Gerais: 1842)

Astro de Minas (São João Del Rei: 1827-1842)

Correio Mercantil (Rio de Janeiro: 1858 -1860)

Sentinella do Serro (Minas Gerais: 1831-1832)

A Ordem (São João Del Rei: 1842)

4- Biografias de Theophilo Benedicto Ottoni

J. da C. F. Theophilo Benedicto Ottoni. **Revista Contemporanea de Portugal e Brazil**. Lisboa: Ano IV, Abril de 1862, p.435.

OTTONI, Christiano. **Biographia de Theóphilo Ottoni**. RJ: Typographia do Diário do Rio de Janeiro. 1870.

MAIA, Aristides de Araujo. **Recordações**. Belo Horizonte: Imprensa Oficial de Minas Geraes, 1902.

OTTONI, Carlos Honório Benedicto. **À memória de Theófilo Benedicto Ottoni (1807 -1907)**. Belo Horizonte. Imprensa Official do Estado de Minas Gerais, 1907.

FERREIRA, Godofredo. Theophilo Benedicto Ottoni. In: **Os Bandeirantes Modernos**. Desbravamento e a Colonização das Mattas do Valle do rio Mucury em Minas Geraes. 1934.

CARVALHO, Daniel de. **Traços de uma vida: Theophilo Ottoni, campeão da liberdade**. RJ: Tipografia Alba de Moreira & Freitas Ltda, 1934.

OTTONI, Maurício Theophilo Benedicto. **Theophilo Benedicto Ottoni: uma vida por um ideal**. São Paulo: 1957

MELO, Olbiano de. **A Ação de Teófilo Benedito Otoni no cenário Político e Econômico do Império**. Instituto Brasileiro de Pesquisas Econômicas. SP: 1958.

TIMMERS, Frei Olavo. **Theophilo Benedicto Ottoni: Pioneiro do Nordeste Mineiro e Fundador da Cidade de Teófilo Otoni**. Divinópolis: Sto Antônio, 1969.

CHAGAS, Paulo Pinheiro Chagas. **Teófilo Ottoni, Ministro do Povo**. Belo Horizonte: Ed.Itatiaia/MEC, 1978.

CHAGAS, Paulo Pinheiro Chagas. Teófilo Ottoni: O Homem, o Política, a Obra. In: **Teófilo Ottoni: Perfis Parlamentares**. Nº12. 1979.

LORENTZ, Leônidas. **Teófilo Otoni no Tribunal da História**. Rio de Janeiro: Ed. Luna, 1981

5- Bibliografia

Artigos, Teses e Textos:

ANSART, Pierre. Histoire et Mémoires des Ressentiments. **Colóquio Memória e (res)sentimentos**: indagações sobre uma questão sensível. Núcleo História de Linguagens Políticas: Razão, Sentimentos e Sensibilidades. História-Unicamp. Campinas, São Paulo: 2000.

_____. Das Identidades de Ofício à identidade de classe, um devir paradoxal? **Colóquio Sentimento e Paixão na Política**. História-Unicamp. Campinas, São Paulo, 1994.

ARAÚJO, Valdei Lopes de. Teófilo Benedito Ottoni: visibilidade e esfera pública no Brasil oitocentista. In: **O Estado como Vocação**: idéias e práticas políticas no Brasil oitocentista. Org. Maria Emília Prado. Rio de Janeiro: Access, 1999.

BARBOSA, Silvana Mota. **A Sphinge Monárquica**: o poder moderador e a política imperial. Tese de Doutorado. Universidade Estadual de Campinas/IFCH. Campinas, SP: 2001.

BEGUIN, François. As maquinarias inglesas do conforto. **Espaço & Debates**. Revista de Estudos Regionais e Urbanos. SP: Ano XI, no.34: pp.39-54, 1991.

BEIGUELMAN, P. A Organização Política do Brasil-Império e a Sociedade Agrária Escravista. **Estudos Econômicos**. São Paulo: 15 (N.º Especial): 7-16, 1985.

BLOOM, H. A inevitável presença do autor. **Folha de São Paulo**, Caderno Mais, 29 de outubro de 1995, p.5.

BOURDIEU, Pierre. A ilusão biográfica. In: **Usos e Abusos da História Oral**. Marieta de M. Ferreira e Janaína Amado (orgs). Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas. RJ: 1996.

BRESCIANI, M. S. M. O Cidadão da República. Liberalismo versus positivismo: 1870-1900. São Paulo. **Revista USP**, Março/Abril/Maio 1993, p.122-135.

_____. **Liberalismo, Ideologia e Controle Social**: um estudo sobre São Paulo entre 1850-1910. Tese de doutoramento, S.P: FFLCH-USP, 1976, (mimeo).

_____. O poder da Imaginação: do foro íntimo aos costumes políticos. **Colóquio Sentimento e Paixão na Política**. História-Unicamp. Campinas, São Paulo, 1994.

_____. Século XIX: A Elaboração de um Mito Literário. **História Questões & Debates**, Dezembro, 1986.

_____. Imagem de São Paulo: Estética e Cidadania. **XIII Encontro da ANPUH**. Setembro. 1996

_____. **Metrópoles: As Faces do Monstro Urbano**(as cidades no século. XIX). **Revista Brasileira de História**. S.P: 5 (8-9):51-52.set.1984/abr.1985.

BORGES, Vavy Pacheco. História e Política: laços permanentes. **Revista Brasileira de História**. SP.: 12(23/24): 7-18, set. 91/ago.92.

_____. **O historiador e seu personagem: algumas reflexões em torno da biografia**. São Paulo: 2001. (mimeo)

CAMPOS, P. M. A Fundação de um Império Liberal: Primeiro Reinado, Reação e Revolução. **História Geral da Civilização Brasileira. O Brasil Monárquico**. HOLANDA, S. B. de (Dir.). Tomo III, 1.º vol., 2ªed. SP: Difusão Europeia do Livro, 1965.

CARVALHO, J. M. de. Modernização Frustrada: a política de terras no Império. **Revista Brasileira de História**. São Paulo: Mar., 1981.

CARVALHO, J. M. de. Festas Regeneradoras de Abril. **Folha de São Paulo**. São Paulo, 23 abr. 2000. Caderno Mais!, Seção "Brasil 501 d.C.", p. 24.

CASTRO, Paulo P. Política e Administração de 1840 a 1848. In: **História Geral da Civilização Brasileira. O Brasil Monárquico**. HOLANDA, S. B. (dir.), Tomo II, vol.2, SP: Difel, 1964, pp. 509-540.

_____. A Experiência Republicana 1831-1840. 2ª ed. In: **História Geral da Civilização Brasileira. O Brasil Monárquico**. HOLANDA, S. B. (dir.). Tomo II. O Brasil Monárquico, 2º vol. São Paulo: Difusão Europeia do Livro, 1967.

CHAGAS, PP. Teóphilo Ottoni, o incômodo. In: **Brasil. Terra & Alma**, ANDRADE, Carlos Drumond (org.). Minas Gerais, Ed. do Autor, [s/d], pp. 216-217.

CHARTIER, Roger. O mundo como representação. **Estudos Avançados**, 5 (11), 1991.

DIAS, M. Odila L. da S. A interiorização da Metrópole. In: **1822. Dimensões** (org.) Carlos Guilherme M. SP: Perspectiva, 1972.

EISENBERG, P. Escravo e Proletário na História do Brasil. **Estudos Econômicos**. São Paulo: 13 (1): 55-69, Jan./Abr. 1983.

_____. O homem esquecido: o trabalhador livre nacional no séc. XIX. Sugestões para uma pesquisa. **Anais do Museu Paulista**. XXVIII, 1977-78.

FRANCO, M^a S. de C. All the World Was America. **Revista USP**. São Paulo: N.º 17: 30-53. março/abril/maio, 1993.

_____. **Organização Social do Trabalho no Período Colonial**. São Paulo:[s.d.], (mimeo)

FRANZKE, J. El Mito de la história de vida. **História y Fuente Oral. Memoria y Biografía**. N.º2, [s/d], pp.59-67.

GALLO, Ivone C. D'Avilla. **A Aurora do socialismo: fourierismo e o falanstério do Sai (1839-1850)**. Tese de Doutorado. Departamento de História. IFCH/UNICAMP. Campinas. São Paulo: março, 2002.

HAROCHE, Claudine. O que é um povo? Os sentimentos coletivos e o patriotismo no final do séc.XIX. **Colóquio Sentimento e Paixão na Política**. História-Unicamp. Campinas, São Paulo, 1994.

HARTOG, François. **O espelho de Heródoto**. Ensaio sobre a representação do outro. (trad. Jacyntho Lins Brandão) Belo Horizonte: Ed. UFMG, 1999.

_____. A arte da Narrativa Histórica. In: **Passados Reconstituídos: campos e canteiros da História**. Jean Boutier e Dominique Julia (orgs). Editora UFRJ/Editora FGV. Rio de Janeiro: 1998.

HOLANDA, Sérgio B. de. Do Império à República. **História Geral da Civilização Brasileira. O Brasil Monárquico**. SP: Difel, 1972, Tomo II, vol.5.

_____. As Colônias de Parceria. **História Geral da Civilização Brasileira. O Brasil Monárquico**. Tomo II. 3º vol. SP: Difusão Européia do Livro, 1967.

HOMEM, F. S. Torres. O Libelo do Povo. In: Magalhães JR, R. **Três Planfetários do Segundo Reinado**. SP: Cia Ed. Nacional, 1956.

IANNI, Octavio Progresso econômico e trabalhador livre. In: **História Geral da Civilização Brasileira. O Brasil Monárquico**. HOLANDA, S. B. de. (dir.) Tomo II, vol. 3, 1967.

IGLÉSIAS, Francisco. Vida Política, 1848-1868. In: **História Geral da Civilização Brasileira. O Brasil Monárquico**. HOLANDA S. B. de (dir) TomoII, vol. 3, S.P: Difel, 1967, pp. 9-112.

KANT, E. Observations sur le Sentiment du Beau et du Sublime. In: **Des Premier Écrits à la "Critique de la Raison Pure"**. Bibliothéque de la Pléiade. Paris: Gallimard, [s/d], pp. 451-509.

LACERDA, C. A. A vinda de colonos alemães e o relatório do Visconde de Abrantes. **Revista do Arquivo Municipal**. SP: vol. LXXVII, Ano VII: 221-229, junho-julho, 1941

LANDO, Aldair M. e BARROS, Eliane C. Capitalismo e Colonização - Os Alemães no Rio Grande do Sul. In: **RS: Imigração & Colonização**. Mercado Aberto. Porto Alegre. RS: 1980.

LEVI, Giovanni. Usos da biográfica. In: **Usos e Abusos da História Oral** Marieta de M. Ferreira e Janáia Amado.(orgs). RJ: Fundação Getúlio Vargas 1996, pp.167-184.

LEVILLAIN. Philippe. Os protagonistas da biografia. In: **Por uma História Política**. Trad. Dora Rocha. RJ: Editora UFRJ/ Editora FGV, 1996, pp.141-184.

LEVY, M^a B. e ANDRADE, A M.^a R. de. Fundamentos do Sistema Bancário no Brasil 1834-1860. **Estudos Econômicos**. SP: 15(n.º especial): 17-48, 1984.

LOCKE, J. Segundo Tratado sobre o Governo. In: **Os Pensadores**. 2ª ed. São Paulo: Abril Cultural, 1978.

LORIGA, Sabina. La biographie comme problème. In: **Jeux d'Échelles: la micro-analyse à l'expérience**. EHESS/Seuil/Gallimard, 1996.

LUNA, Francisco V. e CANO, Wilson. **A Economia Escravista em Minas Gerais (Século XIX)**. Outubro de 1983. (mimeo)

MARSON, Izabel Andrade. Trabalho livre e progresso. **Revista Brasileira de História** SP: Marco Zero, 1984, no7, p.82.

_____. **O Império da "conciliação": política e método em Joaquim Nabuco - a tessitura da revolução e da escravidão**. Tese de Livre Docência, Departamento de História do IFCH - UNICAMP. Campinas, agosto de 1999.

_____. O império da revolução: matrizes interpretativas dos conflitos da sociedade monárquica. In: **Historiografia Brasileira e Perspectiva**. S.P: Ed. Contexto, USF, 1998.

_____. Liberalismo e Escravidão: Joaquim Nabuco e o jogo de temas, argumentos e imagens na re(criação) do Progresso. **Revista USP**. São Paulo: N.º17:102-113, março/abril/maio, 1993.

_____. Entre a "Vertigem" e a Razão: Representação da Revolução na Política Pernambucana: 1838-1850. **Revista Brasileira de História**. São Paulo. 10 (20): 173-210. mar./ago.1991.

_____. Política, Ciência e Utopia: a Revista "O Progresso" e a re(criação) da Monarquia Constitucional no Brasil (1846-1848). **Revista Brasileira de História**, 23/24.

_____. Performances da nação liberal no Brasil do séc.XIX: o projeto do Engenheiro Milet e a crise da lavoura. **Varia História**. Revista de Departamento de História/UFGM. Belo Horizonte: no. 13.

_____. Minha formação: autobiografia, política e história. **Revista Brasileira de História**. SP: ANPUH/Unijui, 17 (33):70-97, 1997.

MARTINS, Roberto B. Minas Gerais, Século XIX: Tráfico e apego à escravidão numa economia não-exportadora. **Estudos Econômicos**. SP:13 (1): 181-209, Jan./Abr.1998.

_____. **A economia escravista de Minas Gerais no séc. XIX**. Texto para discussão. N.º10. Belo Horizonte: CEDEPLAR, 1980.

_____ & CARMO, Maria do. As exportações de Minas Gerais no séc. XIX. 1.º **Seminário sobre a Economia Mineira**. Diamantina, 1982. (mimeo)

MENEZES, Adélia M. Memória e Ficção. **Resgate. Revista de Cultura**. Centro de Memória /Unicamp. Campinas, São Paulo: N.º 3, pp.9-15, 1991.

PETRONE, T. S. Imigração assalariada. In: **História Geral da Civilização Brasileira. O Brasil Monárquico**. HOLANDA S. B. de (dir) TomoII, vol. 3, S.P: Difel, 1967.

PINTO, V. N. Balanço das Transformações Econômicas no Século XIX. In: **Brasil em Perspectiva**. Org. Carlos Guilherme Mota.. 4ª ed. SP: Difusão Européia do Livro, 1973.

POLLAK, Michael. Memória, Esquecimento, Silêncio. **Estudos Históricos**. RJ: Vol.2, No. 3, 1989.

RÊGO, W. G. Tavares Bastos: um liberalismo descompassado. **Revista USP**. São Paulo: n.º 17: 74-85, mar/maio, 1993.

RIBEIRO, Gladys S. **A liberdade em construção: identidade nacional e conflitos antilusitanos, no Primeiro Reinado.** Tese de Doutorado. Universidade de Campinas

RICHTER, Klaus. Sociedade Colonizadora de 1849 em Hamburgo Fundadora de Joivinnle. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Santa Catarina.** 1983.

ROSENTHAL, Gabriele. *A estrutura e a gestalt das autobiografias e suas consequências metodológicas.* In: **Usos e Abusos da História Oral.** Marieta de M. Ferreira e Janáina Amado.(orgs) Fundação Getúlio Vargas. Rio de Janeiro, 1996, pp.93-102.

SEIXAS, Jacy. **Os Campos (in)elásticos da Memória:** reflexos sobre memória histórica. São Paulo: 1996. (mimeo).

SLENES. R. W. Os múltiplos de porcos e diamantes: a economia escravista de Minas Gerais no séc. XIX. **Cadernos IFCH/Unicamp.** Campinas, SP:17 jun. 1985.

STOLCKE, Verena e HALL, Michael M. A Introdução de Trabalho Livre nas Fazendas de Café de São Paulo. **Revista Brasileira de História.** Editora Marco Zero, 1984, pp.80-120.

BORGES, V. P. **O historiador e seu personagem:** algumas reflexões em torno da biografia - mimeo.

VIEIRA, Martha V. **Naturalização:** concepções de cidadania no Congresso Imperial (1843-1889). Dissertação de Mestrado. Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho". UNESP. Franca: 2002.

VIOTTI, E. da C. Liberalismo Brasileiro, uma ideologia de muitas caras. São Paulo: **Folha de São Paulo,** Folhetim, pp. 6-7, 24 fev. 1985.

WITTER, José S. Um Estabelecimento Agrícola do Estado de São Paulo nos meados do século XIX. **Revista de História.** São Paulo: Vol. XLVIII (98): 393-443, Ano XXV, Abril/Junho, 1974.

ANSART, P. **La Gestion des Passions Politiques**. L'Age d' Homme. France: Lausanne, 1983.

ARENDT, Hannah. **Da revolução**. São Paulo: Editora Ática, 1988.

ARMITAGE, J. **História do Brasil**. Desde a chegada da Real Família de Bragança, em 1808, até a abdicação do Imperador D. Pedro I, em 1831. 6ª ed. São Paulo: Ed. Melhoramentos, 1977.

AZEVEDO, Célia Maria M. de. **Onda negra, medo branco: o negro no imaginário das elites do século XIX**. RJ: Paz e Terra, 1987.

ASSOCIAÇÃO COMERCIAL DO RIO DE JANEIRO. **Os Assinantes da Praça: 1834- 1984**. Rio de Janeiro: Biblioteca Reprográfica Xerox, 1984.

AVÉ LALLEMANT, R. **Viagem pela província do Rio Grande do Sul**. Trad. Teodoro Cabral. BH: Itatiaia/EDUSP, Coleção Reconquista do Brasil, vol. 17, 1980.

_____. **Viagens pelas províncias da Bahia, Pernambuco, Alagoas e Sergipe**. Trad. Eduardo de Lima Castro. BH: Ed. Itatiaia/EDUSP. Coleção Reconquista do Brasil, vol.19, 1980.

_____. **Viagens pelas províncias de Santa Catarina, Paraná e São Paulo (1858)**. Trad. Teodoro Cabral. BH: Ed. Itatiaia/EDUSP, Coleção Reconquista do Brasil, vol. 18, 1980.

_____. **Viagem pelo norte do Brasil**. Rio de Janeiro: Instituto Nacional do Livro, 1953.

_____. **No Rio Amazonas (1859)**. Trad. Eduardo de Lima Castro. Belo Horizonte: Ed. Itatiaia/Edusp, Coleção Reconquista do Brasil 1980.

BARROS, Eudes. **A Associação Comercial no Império e na República: antecedentes históricos**. 2ª ed. Rio de Janeiro: Gráfica Olímpica Editora, 1975.

BASTOS, T. **Os Males do Presente e as Esperanças do Futuro**. Estudos Brasileiros. SP: Ed. Nacional, 1937.

_____. **A Província**. Estudo sobre a descentralização no Brasil. SP: Ed. Nacional, 1937.

BEIGUELMAN, Paula. **Formação Política do Brasil**. São Paulo: Pioneira, 1976.

- _____. **Pequenos Estudos de Ciência Política**. 2a. ed. S.P: Pioneira, 1973.
- BELTRÃO, Heitor. **Um Capítulo da História da Praça do Rio de Janeiro**. [s/d], pp.3-10.
- BENEVIDES, M.^a Victória de. M. **O governo Kubitscheck: desenvolvimento econômico e estabilidade política**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976.
- BRESCIANNI, M.^a Stella M. **Jogos da Política Imagens, Representações e Práticas**. S.P.: ANPH, Marco Zero, FASEP, 1992.
- _____. **Londres e Paris no séc, XIX: O espetáculo da pobreza**. 8ª ed. São Paulo: Brasiliense, 1994.
- BOBBIO, Noberto, MATTEUCCI, Nicola e PASQUINO, Gianfranco (orgs) **Dicionário de Política**. 8a. ed. Brasília: Ed. UnB, vols.I e II, 1995.
- BLOCH, M. **Apologia da História ou o Ofício de Historiador**. Edição anotada por Étienne Bloch. Trad. André Telles. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2001.
- _____. **Os Reis Taumaturgos** O caráter sobrenatural do poder régio França e Inglaterra. (trad.) Júlia Mainard. SP: Companhia das Letras, 1993.
- BOITO JR. Armando. **O golpe de 1954: a burguesia contra o populismo**. São Paulo: Brasiliense, 1982.
- BURKE, E. **Uma investigação filosófica sobre a origem de nossas idéias do sublime e do belo**. Trad. E. A. Dobránszky. Campinas, SP: Papirus/Unicamp, 1993.
- BURKE, P.(org.) **A escrita da História**. Novas Perspectivas, SP: Unesp, 1992.
- BURTON, Richard. **Viagem do Rio de Janeiro a Morro Velho**. Trad. David Jardim Jr. São Paulo: Itatiaia/Edusp, 1976.
- _____. **Viagens aos Planaltos do Brasil**. Trad. Américo J. Lacombe. Instituto Nacional do Livro/Fundação Nacional Pró-Memória. Coleção Brasileira, vol. 376 [s/d].
- CALDEIRA, J. **Mauá: Empresário do Império**. SP: Companhia das Letras, 1995.
- CARDOSO, Ciro Flamarion e VAINFAS, Ronaldo (Orgs.) **Domínios da História: Ensaios de Teoria e Metodologia**. RJ: Editora Campus, 1997.
- CARDOSO, Vicente Licínio. **À Margem da História do Brasil**. São Paulo: Ed. Nacional, 1933.

CARNEIRO, J. Fernando. **Imigração e Colonização no Brasil**. Faculdade Nacional de Filosofia, (publicação avulsa), N.º 02. RJ: 1950

CARONE, Edgar. **A Primeira República** (1889-1930). 2ª ed. São Paulo: Difel, 1973.

CARVALHO, J. M. I- **A Construção da Ordem**. A Elite Política Imperial. II- **Teatro de Sombras**: A Política Imperial. 2ª ed. RJ: Ed. UFRJ/Relume Dumará. 1996.

_____. **Os bestializados**: o Rio de Janeiro e a República que não foi. São Paulo: Companhia da Letras, 1987.

CASTIGLIONI, Aurélia H. **Imigração Italiana no Espírito Santo**: uma aventura colonizadora. Vitória: UFES, 1998.

CERTEAU, Michel de. **A Escrita da História**. Trad. M. de Lourdes Menezes. RJ: Forense Universitária, 1982.

CHACON, Vamireh. **História dos Partidos Brasileiros**. Coleção Temas Brasileiros. Brasília: Editora Universidade de Brasília. Vol.5, 1981.

CHARTIER, Roger. **A História Cultural**: Entre práticas e representações. Lisboa: Difel, 1990.

_____. **Au Bord de la Falaise**: l'histoire entre certitudes et inquiétude. Paris, Albin Michel, [s/d]

CHOAY, Françoise. **O Urbanismo**: Utopias e Realidades. Uma Antologia. Ed. Perspectiva. São Paulo: 1992.

COLÓGERAS, João Pandiá. **Formação Histórica do Brasil**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1938

COSTA, E. Viotti da. **Da Monarquia à República**: momentos decisivos. 3ª ed., SP: Brasiliense, 1985.

_____. **Da Senzala à Colônia**. Difusão Européia do Livro. SP: 1996.

DAVATZ. **Memórias de um colono no Brasil**. São Paulo: 1941.

FAORO, Raimundo. **Os Donos do Poder**: formação do patronato político brasileiro. Porto Alegre: Globo, 1977.

_____. **Existe um pensamento político brasileiro?** São Paulo: Ática, 1994.

DUARTE, Nestor. **A Ordem Privada e a Organização Política Nacional**. São Paulo: Ed. Nacional, 1939

FEBVRE, Lucien. **Combates pela História**. Trad. L.M. Simões e G. Minis. Lisboa: Presença, 1977, 2 vols.

_____. **Febvre. História**. Trad. A. Marson, P. S. de Oliveira e M^a. E. Mascarenhas. Ed. Ática, 2^a ed. São Paulo, 1992

_____. **O problema da descrença no século XVII: a religião de Rabelais**. Trad. Rui Nunes. Lisboa: Início, 1970.

_____. **Lucien Febvre: História**. Carlos G. Mota.(org.) Trad. Adalberto Marson, Paulo de Salles O. e M, Elisa M. S.P.: Ática, 1978.

_____. **Martin Lutero: un destino**. Trad. Tomás Segóvia. México/B.Aires. FCE, 1978

FLETCHER, A. **Allegory the Theory of a Symbolic Mode**

FOUCAULT, M. **A Ordem do Discurso**. Trad. Laura Fraga. 3^a ed. SP: Ed. Loyola, 1996.

_____. **O que é um Autor**. Trad. Antônio F. C. e Edmundo Cordeiro. SP: Veja/Passagens, 1992.

FRAGOSO, João e FLORENTINO, Manolo. **O Arcaísmo como Projeto**. Mercado Atlântico, Sociedade Agrária e Elite Mercantil no Rio de Janeiro, c.1790 – c.1840. 2^a ed. Sette Letras. Rio de Janeiro: 1996.

FRAGOSO, João Luís. **Homens de grossa aventura: acumulação e hierarquia na praça mercantil do Rio de Janeiro (1790-1830)**. 2^a ed. R J: Civilização Brasileira, 1998

FRANCO, Maria Syilvia de Carvalho. **Homens livres na ordem escravocrata**. 4a ed. São Paulo: Ed. Unesp, 1997.

FRANÇA, Jussara (org.) **A Colonização Alemã no Vale do Mucuri**. BH: Fundação João Pinheiro/ Centro de Estudos Históricos e Culturais. 1993.

FURTADO, C. **Formação Econômica do Brasil**. SP: Companhia Editora Nacional, 1976.

FURTADO, J. F. **O Livro da Capa Verde**. O Regime Diamantino de 1771 e a Vida no Distrito Diamantino no período da Real Extração. São Paulo: Anna Blume, 1996.

_____. **Os Homens de negócios**, a interiorização da metrópole em Minas Gerais. Ed. HUCITEC.[s/d]

GAGNÉBIN, J. M. **Sete aulas sobre Linguagem, Memória e História**. RJ: Imago, 1997.

GAY, Peter. **O Estilo da História**. S.P: Companhia das Letras, 1990.

GIRARDET, P. **Mitos e Mitologias Políticas**, São Paulo: Companhia das Letras.1987

GORESTEIN, Riva e MARTINHO, Lenira. **Caixeiros e negociantes de grosso trato no Rio de Janeiro**. RJ: Arquivo Nacional, 1994.

HALBWACHS, M. **A Memória Coletiva**. S.P: Vértice, Ed. Revista dos Tribunais, 1990.

HALFELD, U. G. F. e TSCHUDI, J.J. **A Província Brasileira de Minas Gerais**. Trad. Myriam Ávila. Fundação João Pinheiro/FAPEMIG. BH. Coleção Mineiriana, 1998.

HAROCHE, C. **Da Palavra ao Gesto**. (trad.) Ana Montoia e Jacy Seixas. Campinas: São Paulo: Papirus, 1998.

HOBSBAWM. E. J. **A Era das Revoluções**. Europa 1789-1848. 15ª ed. Trad. Mª Tereza L. T. e Marcos P. São Paulo: Paz e Terra, 2001.

IANNI, Octavio. **O colapso do populismo no Brasil**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.

IGLÉSIAS, Francisco. **Política Econômica do Governo Provincial Mineiro (1835-1889)**. Rio de Janeiro: MEC/INL, 1958.

JOSÉ, O. **A Abolição em Minas**. Belo Horizonte: Ed. Itatiaia, 1962.

LANA, A L. D. **A transformação do trabalho**: a passagem para o trabalho livre na Zona da Mata Mineira, 1870-1920. 2ª ed. Campinas: Editora da UNICAMP, 1989.

LE GOFF, Jacques. **Memória e História**. Campinas: Unicamp, 1990.

LENHARO, Alcir. **As tropas da moderação**: o abastecimento da Corte na formação política do Brasil (1808-1842). SP: Símbolo, 1979.

LEFORT, C. **As Formas da História**. Trad. Luiz Roberto S. Fortes e Marilena Chauí. 2ª ed. São Paulo: Brasiliense, 1990.

_____. **Pensando o Político.** Ensaio sobre democracia, revolução e liberdade. Trad. Eliana de Souza. RJ: Paz e Terra, 1991.

LEWKOWICZ, Ida. **Vida em Família:** caminhos da igualdade em Minas Gerais (séculos XVIII e XIX). Tese de Doutorado. Departamento de História FFLCH-USP, 1992.

LIBBY, D. C. **Transformação e trabalho** em uma economia escravista Minas Gerais no século XIX. São Paulo: Brasiliense, 1988.

LINHARES, M. Y. e SILVA, Francisco C. T. **História da Agricultura Brasileira:** combates e controvérsias. São Paulo: Brasiliense, 1981.

LYRA, M. de L. V. **A Utopia do Poderoso Império. Portugal e Brasil:** bastidores da política – 1798-1822. Rio de Janeiro: Sette Letras, 1994.

LOURENÇO, F. A. **Agricultura Ilustrada:** liberalismo e escravismo nas origens da questão agrária brasileira. Campinas, São Paulo: Ed. Unicamp, 2001.

MARANHÃO, Ricardo. **O Governo Juscelino Kubitschek.** São Paulo: Brasiliense, 1981.

MARSON, Izabel Andrade. **O Império do Progresso:** a Revolução Praieira em Pernambuco (1842-1855). S.P: Brasiliense, 1989.

_____. **Movimento Praieiro, 1842-1849:** Imprensa, Ideologia e Poder Político. S.P: Moderna, 1980.

MARINHO, J. A. **História do Movimento Político no ano de 1842 que teve lugar na província de Minas Geraes.** Minas Geraes: Typ. Conselheiro Lafayette, 1939.

MATTOS, Ilmar R. de. **O Tempo Saquarema.** A Formação do Estado Imperial. S.P: HUCITEC, 1990.

MAUÁ, Visconde de. **Autobiografia:** Exposição aos credores e ao público. 3ª ed. Rio de Janeiro: Topbooks, 1998.

NABUCO, J. **Um Estadista do Império.** 5ª ed. Rio de Janeiro: Topbooks, 1997.

NORA, Pierre. **Les lieux de mémoire.** La République. Paris: Gallimard, 1984.

OLIVEIRA, C. R. L, de S. **A Astúcia Liberal.** Relações de mercado e projetos políticos no Rio de Janeiro (1820-1824). EDUSP e ÍCONE. Bragança Paulista. São Paulo: 1999.

PELÁEZ, C. M. e SUZIGAN, W. **História Monetária do Brasil:** análise da política, comportamento e instituições monetárias. Rio de Janeiro: IPEA/INPES, 1976.

PETRONE, M^a T. S. **O Barão de Iguape: um empresário da época da Independência.** São Paulo: Ed. Nacional/ Brasília: INL, 1976.

PORTO, C. **O Marques de Olinda e o seu tempo.** 2^a. Ed. Recife: Editora da Universidade Federal de Pernambuco, 1976.

PRADO JR, CAIO. **História Econômica do Brasil.** 41^a ed. Brasiliense. Ed. São Paulo. 1994.

_____. **Evolução Política no Brasil.** São Paulo: Revista dos Tribunais, 1933.

QUEIROZ, Isaura Pereira de. **O Mandonismo Local na Vida Política Brasileira.** Anambi, vol. 24-26 (1956-1957)

RÉMOND, R. (org.) **Por uma História Política.** Trad. Dora Rocha. RJ: Editora UFRJ/Editora FGV, 1996.

REZENDE, Francisco de P. F. de. **Minhas Recordações.** Rio de Janeiro: José Olympio, 1944.

SANDRONI, P. **Novíssimo Dicionário de Economia.** SP: Editora Best Seller, 1992

SALLES, Iraci G. **Trabalho, Progresso e a Sociedade Civilizada: O Partido Republicano Paulista e a política de mão-de-obra (1870-1889).** S.P: HUCITEC, INL, Fundação Nacional Pró-Memória, Brasília, 1986.

SANTOS, Joaquim F. dos. **Memórias do Distrito Diamantino da Comarca do Serro Frio.** 4^a ed. Belo Horizonte: Itatiaia/EDUSP, 1976.

SARASATE. P. **A Constituição do Brasil ao alcance de todos.** Rio de Janeiro: Livraria Freitas Bastos S. A, 1967.

SENNET, Richard. **O Declínio do Homem Público.** As tiranias da intimidade. 5^a ed. São Paulo: Cia das Letras, 1998.

SIMONSEN, R. C. **História Econômica do Brasil (1500-1820).** SP: Companhia Editora Nacional, 1969.

SODRÉ, N. V. **História da Burguesia Brasileira.** Rio de Janeiro, 1964.

SOUZA, Maria do Carmo C. de. **Estado e Partidos Políticos no Brasil.** São Paulo, 1976.

SOUZA, Iara L. S. Carvalho. **Pátria Coroada.** O Brasil como corpo político autônomo, 1780-1831. Sp: Fundação Editora da UNES, 1999.

SOUZA, José M. Cidade: **Momentos e Processos**. Serro e Diamantina na formação do Norte Mineiro no século XIX. SP: ANPOCS, Ed. Marco Zero, 1993.

SOUZA, L. de M. **Desclassificados do ouro**: a pobreza mineira no século XVIII. Rio de Janeiro: Graal, 1982.

TSCHUDI, J. J. Von. **Viagem às Províncias do Rio de Janeiro e São Paulo**. Trad. Eduardo de L. C. Belo Horizonte: Itatiaia/EDUSP, 1980.

_____. e HALFELD. **A Província Brasileira de Minas Gerais**. Trad. Myriam Ávila. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro - Centro de estudos Históricos e culturais, 1998.

TORRES, Camilo de Oliveira. **A Democracia Coroada**: teoria política do império do Brasil. Rio de Janeiro: José Olympio, 1957.

_____. **História de Minas Gerais**. Belo Horizonte: Difusão Pan Americana do Livro, vol. IVº, 1961.

VAINFAS, R. (Dir.) **Dicionário do Brasil Colonial**: 1500-1808. Rio de Janeiro: Ed. Objetiva, 2000.

VEYNE, Paul. **Como se escreve a História**. Lisboa, Gradiva, s/d.

VEZENTINI, C. A. **A teia do fato**. Uma proposta de estudo da memória histórica. S.P: HUCITEC/História Social. USP, 1997.

VIANA, Oliveira. **O ocaso do Império**. 3ª ed. Rio de Janeiro: 1959

WILLIAMS, Raymond. **O campo e a cidade**. Cia das Letras, 1996.